

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ – UTP
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Doutorado em Educação
DONIZETE APARECIDO FERNANDES**

**O PROGRAMA DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E
EDUCACIONAL DA APP-SINDICATO (2007-2014) E A RENOVAÇÃO
DE QUADRO DE DIRIGENTES**

CURITIBA

2016

DONIZETE APARECIDO FERNANDES

**O PROGRAMA DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E
EDUCACIONAL DA APP-SINDICATO (2007-2014) E A RENOVAÇÃO
DE QUADRO DE DIRIGENTES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor.
Orientadora: Prof.^a Dra. Anita Helena Schlesener

CURITIBA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

F363 Fernandes, Donizete Aparecido.

O programa de formação político-sindical e educacional da APP- Sindicato (2007-2014) e a renovação de quadro de dirigentes / Donizete Aparecido Fernandes; orientadora Prof^a dr^a Anita Helena Schlesener.

205f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná Curitiba, 2016.

1. Sindicalismo. 2. Formação sindical. 3. Relação de força. 4. Formação de dirigentes e educação. I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Doutorado em Educação. II. Título.

CDD – 335.82

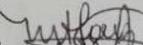
TERMO DE APROVAÇÃO

DONIZETE APARECIDO FERNANDES

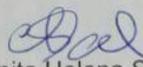
O PROGRAMA DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E EDUCACIONAL DA
APP-SINDICATO (2007-2014) E A RENOVAÇÃO DE QUADRO DE
DIRIGENTES

Esta Tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Doutor em Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação, da Universidade Tuiuti do Paraná.

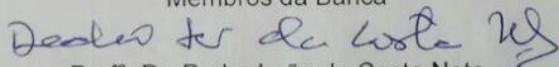
Curitiba, 16 de maio de 2016

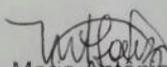

Prof^a. Dr^a. Maria Antonia de Souza
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e
Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná

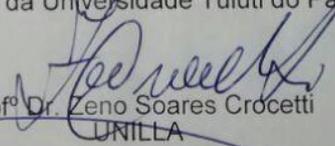
Orientadora e Presidenta da Banca:

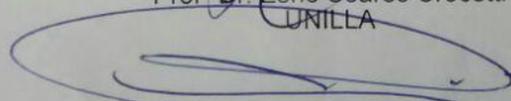

Prof^a. Dr^a. Anita Helena Schlesener
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e
Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Membros da Banca


Prof^o. Dr. Pedro Leão da Costa Neto
Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em
Educação da Universidade Tuiuti do Paraná


Prof^a. Dr^a. Maria Antonia de Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em
Educação da Universidade Tuiuti do Paraná


Prof^o Dr. Zeno Soares Crocetti


Prof^o Dr. Marcos Pansardi
Instituto Federal do Paraná

L'Internationale

Debout! les damnés de la terre
Debout! les forçats de la faim
La raison tonne en son cratère,
C'est l'éruption de la fin.
Du passé faisons table rase
Foule esclave, debout! debout!
Le monde va changer de base
Nous ne sommes rien, soyons tout!

Refrain

C'est la lutte finale
Groupons-nous et demain
L'Internationale
Sera le genre humain.

Il n'est pas de sauveurs suprêmes:
Ni dieu, ni César, ni tribun,
Producteurs, sauvons-nous nous-mêmes!
Décrétons le salut commun!
Pour que le voleur rende gorge,
Pour tirer l'esprit du cachot
Soufflons nous-mêmes notre forge,
Battons le fer quand il est chaud!

Refrain

C'est la lutte finale
Groupons-nous et demain
L'Internationale
Sera le genre humain.

L'état opprime et la loi triche,
L'impôt saigne le malheureux,
Nul devoir ne s'impose au riche,
Le droit du pauvre est un mot creux.
C'est assez languir en tutelle,
L'égalité veut d'autres lois;
«Pas de droits sans devoirs», dit-elle,
«Egaux, pas de devoirs sans droits!»

Refrain

C'est la lutte finale
Groupons-nous et demain
L'Internationale
Sera le genre humain.

Hideux dans leur apothéose,
Les rois de la mine et du rail
Ont-ils jamais fait autre chose
Que dévaliser le travail?
Dans les coffres-forts de la bande
Ce qu'il a créé s'est fondu.
En décrétant qu'on le lui rende
Le peuple ne veut que son dû.

Refrain

C'est la lutte finale
Groupons-nous et demain
L'Internationale
Sera le genre humain.

Les rois nous saoulaient de fumées.
Paix entre nous, guerre aux tyrans!
Appliquons la grève aux armées,
Crosse en l'air et rompons les rangs!
S'ils s'obstinent, ces cannibales,
A faire de nous des héros,
Ils sauront bientôt que nos balles
Sont pour nos propres généraux.

Refrain

C'est la lutte finale
Groupons-nous et demain
L'Internationale
Sera le genre humain.

Ouvriers, paysans, nous sommes
Le grand parti des travailleurs;
La terre n'appartient qu'aux hommes,
L'oisif ira loger ailleurs.
Combien de nos chairs se repaissent!
Mais si les corbeaux, les vautours,
Un de ces matins disparaissent,
Le soleil brillera toujours!

Refrain

C'est la lutte finale
Groupons-nous et demain
L'Internationale
Sera le genre humain.

Letra: Eugène Pottier

Música: Pierre Degeyter

A Primavera Secundarista

A primavera secundarista,
semente das principais inquietações,
veio para ocupar as mentes
dos que ainda duvidam
do poder nas mão
desta geração imponente.
Pare, olhe, observe o caos ao redor.
Vandalismo não é lutar por direitos,
Vândalos não são os que protestam.
Vandalismo é nada menos
que o total descaso que atinge
a parte pública da nossa educação.
Vandalismo é deixar de lado
tudo o que realmente importa
para o povo deste país.
Esta juventude veio para revolucionar.
Veio ocupar.
Veio resistir.
Não se deixam intimidar
por qualquer discurso raso.
Não se intimidam por ser
constantemente criminalizados,
Porque as escolas já estão ocupadas.
Porque essa luta vai continuar,
por todos aqueles almejam
ver um Brasil diferente,
ocupado de igualdade,
de crescimento, de dignidade.
Alguns dos espectadores
se encontram ocupados demais para notar
que ocupar não é fugir da realidade,
mas é o protesto limpo
dos que sabem,
que sofrem, produzem e batalham,
criam e criticam,
e com isso amadurecem.
Mas não lhes é dada a chance de falar.
Não recebem a oportunidade de serem ouvidos.
E ocupar se tornou essa chance
O ocupar veio para ser a voz.

Bruna Conde. Curitiba, Primavera de 2016

A todas e todos trabalhadoras/es do Campo e das Cidades que lutam pelo fim do capitalismo, pela eliminação de qualquer forma de exploração, discriminação, preconceito e autoritarismo.

Aos antifascistas e aos que acreditam que um mundo melhor é possível.

Em nome da luta, da igualdade social, da reforma agrária, de uma Escola Pública melhor, dos sonhos e da liberdade, dedico esse trabalho às lutadoras e lutadores da classe trabalhadora.

Agradeço a todos que de maneira diferenciada contribuíram nesta empreitada.

Mesmo com o risco e certeza de não contemplar todos, menciono alguns nomes:

À Oengredi, amor da minha vida, nos dias bons e nos dias ruins. Por me aturar e sempre, com seu jeito único, me dar força e nunca desistir de mim. Você é a primeira, a única e a última;

À minha família e amigos, base da minha história;

À Professora Dr^a Anita, por ter me dado muitas chances e ter acreditado em mim;

Ao meu irmão Adilson, sempre companheiro de luta;

Ao amigo coxa-branca, mas não coxinha, Marcelo Toniolo, Revolucionário, Patriota e Comunista;

Ao meu amigo Edson (STE), quantos galhos quebrados;

Aos amigos Cleverson e Camila, pelas conversas sempre inteligentes;

Ao camarada RAM, exemplo de vida e militância;

Ao velho camarada Professor Dr. Pedro Leão, por mais uma vez estar na jornada;

À Professora Dr^a Maria Antônia, exemplo de práxis revolucionária;

Ao Professor Dr. Marcos Pansardi, pela disposição e contribuição;

Ao camarada e militante das lutas sociais Professor Dr. Zeno;

Aos meus alunos e ex-alunos, pelo carinho e grandes amizades;

Aos camaradas do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UTP;

Aos colegas e amigos do NUPECAMP;

À CAPES pela bolsa de professor da rede de ensino.

Aos Professores/as do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UTP;

Aos Professores e amigos do campo de Campo Largo, em especial, Avanir, Dani Santana, Roni, Idelci, Celeni, Karina, Mônica, Vânia, Cláudia, Marilei, Sirley, Michel, Janeide, Marilene, Pedro, Marcelo, quebradores de pedra, quilombolas, faxinalenses e todos que trabalham no campo, pela crença e pela luta de sociedade e de uma Escola Pública melhor;

Aos amigos Zé e Denise, sempre comigo.

Aos meus amigos Dirceu, Toninho e Mário, por combaterem a escola sem partido.

Aos camaradas do O Sul Não é Um País, pela postura antifascista;

À amiga e poetiza Bruna Conde, pelo sonho e a poesia.

À Professora Dr^a Alessandra Gogosz, pela presteza e dedicação.

Aos companheiros do CPM, Flávio, Cristiano e Benedito, pelo auxílio salvador.

RESUMO

Este trabalho investiga o Programa de Formação Político-Sindical e Educacional destinado aos filiados da APP-Sindicato entre os anos 2007 e 2014. O programa nasceu em um contexto histórico marcado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, o que criou um paradoxo ao sindicalismo historicamente mais combativo, representado exemplarmente pela CUT, que passou a empenhar-se na efetivação dos objetivos de governo. O objeto geral da pesquisa é analisar a proposta de renovação do quadro de dirigentes da APP-Sindicato conforme proposta do Programa de Formação de 2007 a 2014. Defendemos a tese de que predomina na formação dos quadros de direção da APP-Sindicato a relação de forças existente entre as tendências e grupos políticos também existentes na CUT e no PT numa estrutura bastante burocratizada, de modo que o objetivo de formar novos quadros de dirigentes não se realiza de acordo com os objetivos propostos. Os objetivos específicos estão assim definidos: contextualizar a questão sindical tendo como referências artigos das revistas Crítica Marxista e os clássicos do marxismo; analisar o movimento sindical no Brasil tendo como recorte temporal os anos de 1980 – 1990 e início do século XXI; demonstrar que os Cadernos de Formação Político-Sindical e Educacional não alcançam os objetivos propostos por seu ecletismo e falta de um direcionamento teórico específico, e que não alteram os quadros de direção da APP, que continuam a ser fornecido por tendências ou grupos internos da APP-Sindicato, fato que atribuímos à organização interna do sindicato. Ao final da investigação concluímos que, pelo menos até o presente momento, a renovação pretendida pelos cursos ainda não está se efetivando. Como principal problema, pode-se dizer que os textos de formação, que são tomados de vários autores, são fragmentados e descontextualizados e, tão grave quanto isso, apresentam tendências teóricas conflitantes entre si, além de seguirem a estrutura temática dos livros de história acadêmicos. Embora a proposta de formação almeje à formação de um pensamento crítico, a escolha dos textos e a orientação geral são fragmentárias e desarticuladas, de modo que não cumprem os objetivos.

Palavras-chave: 1. Sindicalismo; 2. Formação Sindical; 3. Relação de Forças; 4. Formação de Dirigentes e Educação

ABSTRACT

This work investigates the Program of Political-Syndical and Educational Formation destined to the affiliates of the APP-Union between 2007 and 2014. The program was born in a historical context marked by the ascension of Workers' Party to power, which created a paradox to the syndicalism historically combative, represented by the CUT, which began to engage in the realization of government objectives. The general object of the research is to analyze the proposal for renewal of the APP-union leaders as proposed by the Training Program from 2007 to 2014. We defend the thesis that prevails in the composition of leaders' group of APP-Union the balance of power existing between trends and political groups also exist in the CUT and the PT in a very bureaucratic structure, so that the goal of training new composition of leaders is not done according to the proposed objectives. The specific objectives are defined as follows: contextualizing the union question as having references articles of the Marxist Criticism magazine and the Marxist classics; analyze the syndicale movement in Brazil on 1980 – 1990 decades and early twenty-first century; demonstrate that the books of Political and Trade Union Training and Educational do not reach the objectives proposed, cause its eclecticism and lack of a specific theoretical orientation, and does not alter the direction composition of APP, which continue to be provided by trends or internal groups of APP -Sindicato, a fact that attach to internal union organization. At the end of the research we conclude that at least until now, the desired renewal for the courses is still not making effective. As the main problem, it can be said that training texts, which are taken from various authors are fragmented and decontextualized and, as serious as this, have conflicting theories as to each other, and follow the thematic structure of academic history books. Although the proposed training crave the formation of critical thinking, the choice of texts and general guidelines are fragmentary and disjointed, so that does not meet the objectives.

Keywords: 1. Unionism; 2. Trade Union Training; 3. Relationship forces; 4. Training Officers and Education

RÉSUMÉ

Ce travail étudie le Programme de Formation Politique Syndicale et de l'Éducation pour les membres de l'APP-Union entre 2007 et 2014. Le programme est né dans un contexte historique marqué par la montée du Parti des Travailleurs (PT) au pouvoir, qui a créé un syndicalisme paradoxe historiquement combative, représentée exemplairement par la CUT, qui a commencé à se livrer à la réalisation des objectifs du gouvernement. L'objet général de la recherche est d'analyser la proposition de renouvellement du conseil des dirigeants de l'APP-syndicaux tel que proposé par le programme de formation de 2007 à 2014. Nous défendons la thèse qui prévaut dans la formation de comités directeurs de l'APP-Union l'équilibre du pouvoir qui existe entre les tendances et les groupes politiques existent également dans la CUT et le PT dans une structure très bureaucratique, de sorte que l'objectif de la formation de nouveaux cadres dirigeants ne se fait pas selon les objectifs proposés. Les objectifs spécifiques sont définis comme suit: contextualiser la question syndicale comme ayant des références des articles de magazine Critique Marxiste et les classiques marxistes; analyser le mouvement syndical au Brésil avec un laps de temps de les années 1980 - 1990 et début du XXI siècle; démontrent que les Cahiers de Formation Politique Syndicale et de l'Éducation ne pas atteindre les objectifs par son éclectisme et absence d'une orientation théorique spécifique, et qui ne modifie pas le cadre vers l'APP, qui continuent à être fournies par les tendances ou les groupes internes de le cadre de l'APP-syndicaux, un fait qui se fixent à l'organisation interne du syndicat. A la fin de l'enquête, nous avons conclu que, au moins jusqu'à présent, le renouvellement souhaité pour les cours est toujours pas fait efficace. Comme le principal problème, on peut dire que les textes de formation, qui sont prises à partir de divers auteurs, sont fragmentés et décontextualisée et, aussi grave que cela, ont des théories contradictoires quant à l'autre, et de suivre la structure thématique des livres d'histoire académiques. Bien que la formation proposée implorant la formation de la pensée critique, le choix des textes et des lignes directrices générales sont fragmentaires et disjointes, de sorte que ne répondent pas aux objectifs.

Mots-clés: 1. Syndicalisme; 2. Formation Syndicale; 3. Forces de Relations; 4. Formation des Dirigeants et l'éducation

RIEPILOGO

Questo lavoro indaga il programma politico e sindacale di formazione ed educativo per i membri della APP-Unione tra il 2007 e il 2014. Il programma è nato in un contesto storico segnato dalla nascita del Partito dei Lavoratori al potere, che ha creato un sindacalismo paradossale storicamente combattivo, rappresentato esemplarmente dal taglio, che ha cominciato a impegnarsi nella realizzazione degli obiettivi del governo. Lo scopo generale della ricerca è quello di analizzare la proposta di rinnovo del Consiglio leader APP-sindacali, come proposto dal programma di formazione dal 2007 al 2014. Noi difendiamo la tesi che prevale nella formazione di quadri direttivi di APP-Unione l'equilibrio di potere esistente tra l'andamento e gruppi politici esistono anche nel taglio e il PT in una struttura molto burocratica, in modo che l'obiettivo della formazione di nuovi quadri di leader non è fatto secondo gli obiettivi proposti. Gli obiettivi specifici sono definiti come segue: contestualizzare la questione sindacale ad avere riferimenti articoli di riviste Critica marxista e classici del marxismo; analizzare il movimento sindacale in Brasile con tale lasso di tempo gli anni 1980 - 1990 e l'inizio del XXI secolo; dimostrano che i Quaderni di politica e sindacale di formazione e d'istruzione non raggiungono gli obiettivi proposti dal suo eclettismo e la mancanza di uno specifico orientamento teorico, e non altera la direzione cornice di APP, che continuano ad essere fornito da tendenze o gruppi interni di APP -Sindacato, un fatto che si attaccano alla organizzazione sindacale interna. Alla fine della ricerca concludiamo che almeno fino ad ora, il rinnovo desiderata per corsi è ancora facendo efficace. Mentre il problema principale, si può dire che i testi di formazione, che sono presi da vari autori sono frammentati e decontestualizzati e così gravi come questo, avere teorie contrastanti come gli uni agli altri, e seguire la struttura tematica di libri di storia accademici. Anche se la formazione proposta bramano la formazione del pensiero critico, la scelta dei testi e linee guida generali sono frammentarie e sconnesse, in modo che non soddisfa gli obiettivi.

Parole chiave: 1. sindacalismo; 2. Sindacato di formazione; 3. forze di relazione; 4. Gli ufficiali di formazione e istruzione

RESUMEN

Este trabajo investiga el programa político y Formación sindical y educativa para los miembros de la APP-Unión entre 2007 y 2014. El programa nació en un contexto histórico marcado por el ascenso del Partido de los Trabajadores al poder, lo cual creó un sindicalismo paradoja históricamente combativa, representado ejemplarmente por la CUT, que comenzó a participar en la realización de los objetivos del gobierno. El objetivo general de la investigación es analizar la propuesta de renovación de la junta líderes APP-uniión según lo propuesto por el Programa de Formación de 2007 a 2014. Defendemos la tesis que prevalece en la formación de las juntas de dirección de APP-Unión el equilibrio de poder existente entre las tendencias y los grupos políticos también existen en la CUT y el PT en una estructura muy burocrático, por lo que el objetivo de la formación de nuevos cuadros de líderes no se realiza de acuerdo a los objetivos propuestos. Los objetivos específicos se definen como sigue: contextualización de la cuestión sindical como tener referencias de artículos de revistas crítica marxista y los clásicos del marxismo; analizar el movimiento sindical en Brasil con tal marco de tiempo de los años 1980 - 1990 y principios del siglo XXI; demuestran que los Cuadernos de política y sindical Formación y la Educación no alcanzan los objetivos propuestos por su eclecticismo y la falta de una orientación teórica específica, y no altera la dirección del marco de la APP, que continúan siendo proporcionada por las tendencias o grupos internos de APP -Sindicato, un hecho que se adhieren a la organización sindical interna. Al final de la investigación se concluye que al menos hasta ahora, la renovación deseada para los cursos todavía no logra hacer efectiva. Como el principal problema, se puede decir que los textos de formación, que se toman de diversos autores están fragmentadas y descontextualizadas y tan serio como este, tienen teorías en conflicto en cuanto a la otra, y sigue la estructura temática de los libros de historia académicas. A pesar de que la formación propuesta anhelan la formación del pensamiento crítico, la elección de los textos y las directrices generales son fragmentaria e inconexa, por lo que no cumple con los objetivos.

Palabras clave: 1. sindicalismo; 2. Formación Sindical; 3. fuerzas relación; 4. Responsables de Capacitación y Educación

LISTA DE SIGLAS

ABC: Santo André, São Bernardo e São Caetano.
AÇOMINAS: Aço Minas Gerais S. A.
AI: Ato Institucional.
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior.
AP: Ação Popular.
APLP: Associação dos Professores Licenciados do Paraná.
APMP: Associação do Pessoal do Magistério do Paraná.
APP: Associação dos Professores do Paraná.
ARENA: Aliança Renovadora Nacional.
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BM: Banco Mundial.
BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Social.
CCQ: Circuito de Contraste de Qualidade.
CCQ: Círculos de Controle de Qualidade.
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base.
CGT-França: Confédération générale du travail.
CGTU-França: Confédération Générale du Travail Unitaire.
CSP-CONLUTAS: Central Sindical Popular-Coordenação Nacional de Lutas.
CFDT: Central Sindical Francesa.
CGT: Central Geral dos Trabalhadores.
CIOSL: Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.
CISL: Central Sindical Italiana.
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas.
CNM: Confederação Nacional dos Metalúrgicos.
CNT: Confederação Nacional dos Trabalhadores.
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.
CONCUT: Congresso Nacional da CUT.
CPT: Comissão Pastoral da Terra.
CSD: Convergência Socialista Democrática.
CSN: Companhia Siderúrgica Nacional.
CUT: Central Única dos Trabalhadores.

FHC: Fernando Henrique Cardoso.
FMI: Fundo Monetário Internacional.
FS: Força Sindical.
IEP: Instituto de Educação do Paraná.
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
JK: Juscelino Kubitschek.
JUC: Juventude Universitária Cristã.
MCS: Meios de Comunicação Social.
MDB: Movimento Democrático Brasileiro.
MEC: Ministério de Educação e Cultura.
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
MOMSP: Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo.
MTIC: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
OMC: Organização mundial do Comércio.
PAN: Partido Renovação Nacional.
PC Do B: Partido Comunista do Brasil.
PCB: Partido Comunista Brasileiro.
PDC: Partido Democrático Cristão.
PDT: Partido Democrático Brasileiro.
PFL: Partido da Frente Liberal.
PIB: Produto Interno Bruto.
PIU: Pacto de Unidade Intersindical.
PL: Partido Liberal.
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PMPR: Política Militar do Paraná.
PP: Partido Progressista.
PPB: Partido Progressista Brasileiro.
PR: Partido Republicano.
PRN: Partido da Renovação Nacional.
PSD: Partido Social Ruralista.
PSP: Partido Social Progressista.
PT: Partido dos Trabalhadores.
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.
PTN: Partido Trabalhista Nacional.

PUA: Pacto de Unidade em Ação.

PUI: Pacto de Unidade Intersindical.

SINTE: Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

SindREDE/BH: Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte.

SindUT/MG: Sindicato único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.

SINTESE: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado do Sergipe.

TFP: Tradição, Família e Propriedade.

TL: Teologia da Libertação.

UDN: União Democrática Nacional.

UDR: União Democrática Ruralista.

UEL: Universidade Estadual de Londrina.

UFPR: Universidade Federal do Paraná.

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNESCO: United Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNE: União Nacional dos Estudantes.

UNICAMP: Universidade de Campinas.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USA: United States of America.

USIMINAS: Usina Siderúrgica de Minas Gerais.

UTP: Universidade Tuiuti do Paraná.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO:	17
2 SINDICALISMO: CONCEITOS GERAIS	27
2.1 O CONTEXTO DO SURGIMENTO DOS SINDICATOS	28
2.2 MARX E ENGELS: SINDICALISMO E LUTA DE CLASSES	31
2.3 LÊNIN: OS SINDICATOS COMO ESCOLAS DO COMUNISMO	34
2.4 O PAPEL DOS SINDICATOS EM TROTSKY	38
2.5 TROTSKY E O SINDICALISMO BRASILEIRO	43
2.6 GRAMSCI E OS SINDICATOS	45
2.7 OS CONSELHOS DE FÁBRICA E A AUTOEDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES	49
2.8 GRAMSCI E LÊNIN: APROXIMAÇÕES	58
2.9 CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE EDUCAÇÃO	62
2.10 O PARTIDO POLÍTICO EM GRAMSCI - UMA ANÁLISE NECESSÁRIA ...	81
3 UM ESTUDO SOBRE O SINDICALISMO BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE: 1980 – 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI	84
3.1 BREVE HISTÓRIA DO SINDICALISMO BRASILEIRO	84
3.2 O SURGIMENTO DA CUT	89
3.3 FORÇA SINDICAL: UMA NOVA CENTRAL COMO ESTRATÉGIA DO CAPITAL	94
3.4 ANÁLISE DA CRISE DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL	98
3.5 AS MUDANÇA DA CUT NO CURSO DA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA	104
3.6 CUT: DISPUTAS E TENDÊNCIAS	111
3.7 CONLUTAS E CSP-CONLUTAS: RECONFIGURAÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO	119
3.8 QUESTÕES QUE DEVEM SER ENFRENTADAS PELO SINDICALISMO ..	123
4 ANÁLISES DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E EDUCACIONAL DA APP-SINDICATO	125
4.1 APP-SINDICATO: DA FUNDAÇÃO AOS DIAS DE HOJE	126
4.2 PROPOSTA DE FORMAÇÃO DA CUT PARA DIRIGENTES E FILIADOS ..	135
4.3 SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E EDUCACIONAL DA APP-SINDICATO	137
4.4 RELAÇÕES DE FORÇA NO PT: AS TENDÊNCIAS DO PARTIDO	168
4.5 RELAÇÕES DE FORÇAS NAS ELEIÇÕES DA APP-SINDICATO	170
4.6 CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA COMPOSIÇÃO DAS DIRETORIAS GERAIS DA APP-SINDICATO NOS MANDATOS DE 2005/2008, 2008/2011, 2001/2014 E 2014/2017	172
4.7 RELAÇÃO DE FORÇAS NA COMPOSIÇÃO DAS PRESIDÊNCIAS DE NÚCLEOS DA APP-SINDICATO NOS MANDATOS DE 2005/2008, 2008/2011, 2001/2014 E 2014/2017.....	173
4.8 ANÁLISE DOS DADOS	174
4.9 OS DADOS DAS TABELAS E O CURSO DE FORMAÇÃO DA APP: CONCLUSÕES	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	188
ANEXOS	201

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como objeto de pesquisa o Programa de Formação Político-Sindical e Educacional destinado aos filiados da APP-Sindicato entre os anos 2007 e 2014. Como se trata de uma abordagem que se relaciona com questões levantadas em nosso mestrado, cuja defesa ocorreu em 2004, convém neste momento retomar algumas questões então analisadas.

Naquela etapa, foi estabelecido como objetivo central da dissertação¹ compreender a posição da APP-Sindicato em relação às políticas públicas do Estado do Paraná no período de 1995-2002. O recorte temporal privilegiou, portanto, os dois mandatos de Jaime Lerner, que, à frente do governo do estado, foi responsável por introduzir e efetivar como política prioritária princípios neoliberais. A pesquisa evidenciou que a APP-Sindicato foi capaz de apresentar uma crítica teórico-prática que impediu, em vários momentos, uma maior deteriorização da Escola Pública – e que as Políticas Públicas Educacionais, defendidas pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Paraná, eram antagônicas às apresentadas pelo Estado Neoliberal.

Uma questão levantada, mas não aprofundada por fugir naquele momento dos objetivos propostos, foi a de que um projeto societário emancipatório implica a qualificação das ações dos movimentos sociais e sindicais. É nesse ponto que a presente pesquisa começa a ser delineada, pois desde 2007 o sindicato mantém um Programa de Formação Político-Sindical e Educacional destinado aos filiados da APP-Sindicato, do qual faço parte do corpo docente desde 2008. Até o ano de 2014, ministrei vários módulos, entre os quais: Escola e Desigualdade Social (como funciona a sociedade? Como funciona a escola?); Capitalismo, Estado e Desigualdade: impactos na política educacional; A Desigualdade Educacional por Dentro da Escola; Avaliação das Políticas Educacionais (2003/2010); Reflexões sobre o Processo da Consciência; Capitalismo e Desigualdade e suas influências no dia a dia da escola; Violência e Educação: a repercussão por dentro da escola; As concepções Teóricas, ideológicas e pedagógicas da Sociedade e da Escola e seus Impactos na Gestão do Estado; A Formação da/o Dirigente e Gestão Democrática:

¹ Em defesa da escola pública: a APP-Sindicato frente às políticas públicas educacionais do estado do Paraná (1995 – 2002).

as elaborações e concepções teóricas e pedagógicas para a sociedade e escola no campo da tradição marxista.

Como dito, o programa teve início em 2007. Em março daquele ano, foi realizado o primeiro curso (no Seminário Vicentino, em Curitiba), do qual participaram representantes dos 29 núcleos sindicais da APP-Sindicato. Até 2009 a APP contou com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A partir de 2010, a CNTE deixa de fazer parte da formação.

O programa nasceu em um contexto histórico marcado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder da República. Esse fato redimensionou a luta de classes porque implicou um conjunto de alianças que, no final, retiravam do projeto do Partido dos Trabalhadores a radicalidade política presente em sua origem e o transformavam em um novo Partido Socialdemocrata. No percurso dos anos, esse fato acabou por criar um paradoxo ao sindicalismo historicamente mais combativo, representado exemplarmente pela CUT, à qual a APP é filiada. No novo quadro em que um líder ligado aos movimentos sociais e sindicatos combativos estava no mais alto poder do Executivo, era necessário pensar novas estratégias para que o sindicalismo de esquerda não se posicionasse de tal forma a prejudicar o governo e, assim, acabasse fortalecendo a forte oposição que se enfrentava, representada por poderosos setores da sociedade, a exemplo de grupos detentores dos principais veículos de comunicação e, de modo geral, pela elite econômica do país.

Trata-se, portanto, de uma linha estratégica em que se destaca a busca pela formação como ferramenta de luta, em detrimento de uma diminuição de confrontos que caracterizaram boa parte da história do sindicalismo ligado à CUT. Conforme informações do site da instituição e de outros materiais referentes ao programa de formação, um dos principais objetos dos cursos da APP é ampliar a consciência de seus filiados para que possam compreender melhor as complexidades da sociedade contemporânea e assim assumir um papel social e político com vistas à construção de uma sociedade realmente socialista.

Cumprido anotar que o Programa de Formação Político-Sindical e Educacional da APP já foi objeto de estudo de Franciele Araujo em dissertação defendida em 2013 e intitulada “Educação Política e Consciência Crítica: o programa de formação político, sindical e educacional da APP-Sindicato (2007-2009)”, pela Universidade de

Londrina (UEL). Em seu mestrado, Araujo se propõe a detectar as potencialidades da iniciativa contida na proposta formativa do programa de formação da APP-Sindicato e também os limites de sua pedagogia de formação. A autora chega à conclusão de que o material analisado traz implicações ao processo de formação política dos profissionais ligados a APP, uma vez que a sociedade de classes é retratada de forma dicotômica e superficial. Uma das críticas de Araujo é sobre a ampla gama de autores das mais diversas perspectivas filosóficas, e da falta de articulação entre tais autores.

Recorrendo ao banco de teses e dissertações da Capes, foi possível verificar ainda que a temática de que nos ocupamos nesta pesquisa tem despertado o interesse de pesquisadores de várias partes do Brasil. O levantamento abrange os anos de 2011 a 2012. A pesquisa foi realizada com as palavras-chave: Formação, Política, Sindical. Verificou-se que no período pesquisado foram produzidas três teses e quatro dissertações sobre o tema. A sumarização das principais ideias levantadas em cada uma das produções abaixo catalogadas fornece uma ideia geral da importância do tema formação sindical.

²Em sua tese *O marxismo como teoria revolucionária na formação político-educativa dos trabalhadores versus a formação político-sindical cutista* (2012), Jorge Luís de Oliveira investiga e demonstra a relação entre marxismo e movimento sindical tendo como objeto de referência os cursos de formação política da CUT, escolha que se justifica, segundo o autor, pelo fato de essa central representar um sindicalismo socialista, classista e combativo. Na compreensão do autor, a teoria marxista permite a formação de um sujeito revolucionário e conclui que os trabalhadores pesquisados em sua tese não tiveram uma formação contínua conforme os fundamentos marxistas, fator limitador na capacidade de esses atores entenderem as contradições e os limites do sistema capitalista.

Flavia Virginia Melo Pinto (2012) apresenta, em sua dissertação de mestrado, o cotidiano dos professores da rede municipal de educação de Belo Horizonte. Intitulada *Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte*, sua pesquisa se atém à conjuntura em que os professores dessa rede de ensino buscam na formação do SindRede/BH uma

² Não é possível afirmar que não existam outras pesquisas feitas anteriormente ou posteriormente sobre o tema descrito. Contudo, o site da Capes disponibilizou apenas esses sete estudos, todos realizados entre 2011 e 2012. Enviamos e-mail solicitando mais informações, mas não obtivemos resposta.

maneira de se organizarem de forma autônoma para enfrentar a burocratização e o sindicalismo não combativo da direção do SindUTE/MG, tudo isso levando-se em consideração as demandas de um mundo do trabalho fortemente impactado pela sociedade da informação.

A tese de Tania Serra Azul Machado Bezerra, *Marxismo, educação, consciência e luta de classes no sindicato dos gráficos do Ceará* (2011), analisa a práxis de um grupo de trabalhadores que vivem a experiência de um processo de formação política. Tendo como referência teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético, Bezerra conclui que esses trabalhadores formam um grupo de resistência, e isso implica compreender a formação sindical como elemento importante de mudança da realidade social.

Tendo como referência o conceito de construção da experiência de classe em E.P.Thompson, e ao de socialização em Claude Dubar e Dubet & Martuccelli, Silvia Gaban (2011) estuda em sua dissertação de mestrado *Saber mais, para lutar melhor: concepção e prática da formação sindical no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista e as novas estratégias sindicais no período 1999-2009* a concepção e prática do programa de formação sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista no período de 1999-2009. A autora indica que a busca por formação partiu dos dirigentes do sindicato como forma de enfrentamento às profundas mudanças do capitalismo e do mundo do trabalho advindas no período. Segundo Gaban, a formação sindical propicia uma experiência consistente e qualitativa para a discussão sobre as transformações no mundo do trabalho e maior qualificação de dirigentes para a ação sindical.

Em sua pesquisa de mestrado *Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores* (2012), Maria Oliveira dos Santos se propõe como objetivo principal analisar os nexos e relações entre a prática sindical docente e a formação política dos professores. Tendo como campo específico de pesquisa o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe- SINTESE, Santos investiga as estratégias de enfrentamento dos sujeitos participantes ao projeto neoliberal na educação. Entre as constatações da autora, está a de que a formação política dos envolvidos, embora assuma níveis diferenciados, mantém certa regularidade no desenvolvimento da consciência política. A participação desses trabalhadores da educação no sindicato se explica pelo desejo que nutrem por uma sociedade diferente e uma escola com condições

adequadas de trabalho. Uma de suas conclusões é do potencial do processo formativo na ampliação da consciência dos participantes sem que isso implique que todos eles conseguirão atingir uma consciência revolucionária pela via da prática sindical.

Helder Molina (2012) reflete em sua tese de doutorado, *Movimento com sinais trocados: entre a subversão e a adaptação ao novo sócio-metabolismo do modo de produção capitalista*, o conflito vivido pelo sindicalismo brasileiro que, ao abandonar antigas bandeiras, tais como a ruptura com o modelo capitalista de produção e a adoção do socialismo como meta a ser alcançada, acaba por se adaptar ao sócio-metabolismo do capital e sua lógica. Tomando a CUT como campo específico, Molina apresenta um quadro em que fica clara a disputa no interior da central entre dirigentes que lutam contra o modelo neoliberal e aqueles que creem ser possível reformar e humanizar o capitalismo sem a necessidade de romper com ele – tendência essa que está se tornando predominante no sindicalismo brasileiro. O abandono de uma luta franca para a construção de uma sociedade socialista acaba reforçando o modelo societal vigente, que exclui os trabalhadores como protagonistas na construção de uma alternativa ao capitalismo.

Em sua dissertação de mestrado *A atuação da CUT no processo de expansão do cooperativismo no Brasil: construção de uma estratégia de enfrentamento ao capital ou uma alternativa ao desemprego?*, Raylene Maria Fonseca da Silva (2012) se pergunta se as estratégias da CUT na orientação e interferência no movimento cooperativista caminham no sentido de um enfrentamento do modelo capitalista ou visa, sobretudo, ao combate das mazelas por ele criadas, por exemplo, o desemprego. Em suas conclusões, a autora vai reafirmar a tendência reformista da CUT, que se traduz na prática de combater mais os efeitos do sistema capitalista e não o modelo em si.

Todas essas pesquisas referidas e sintetizadas em suas linhas gerais provam o interesse que o tema formação sindical tem despertado na comunidade acadêmica e, também, a existência de vários ângulos pelos quais se pode abordá-lo. De nossa parte, privilegiamos como foco de investigação um dos objetivos do curso de formação da APP-Sindicato, que defende a necessidade de se renovar o quadro de dirigentes sindicais diante do contexto atual. Tal objetivo assim está formulado no caderno da CNTE em que se expõem pormenorizadamente todas as etapas do curso e sua metodologia:

O contexto atual é de um momento de vivência das consequências resultante da aplicação do modelo neoliberal no país, acrescido do *êxodo de grande número de lideranças* para a ocupação necessária de postos políticos nas esferas do Executivo e Legislativo em governos municipais, estaduais e no âmbito da eleição de um governo de coalizão de forças democráticas e populares em âmbito federal, *expondo nossas entidades a um processo de renovação necessária de seu quadro de dirigentes para a manutenção da mobilização*. (CNTE, 2007, p.5, sem destaque no original).

Indubitavelmente, a renovação do quadro de dirigentes é um dos maiores desafios que se colocam a instituições como partidos e sindicatos. Nesse sentido, são bastante ilustrativas as palavras do jornalista Ricardo Kotcho³ em entrevista ao Portal da CUT, em 2013, quando da comemoração dos 30 anos dessa central sindical. Em um dos trechos, Kotcho afirma que o grande desafio do movimento sindical é renovar as lideranças:

O principal papel da CUT e do movimento sindical, e aí eu incluo o sindicato dos jornalistas do qual faço parte, é a renovação dos quadros. Uma vez a presidenta disse isso para mim, que a grande dificuldade era ter novas lideranças, e penso da mesma forma. A minha geração, que conquistou a Presidência da República em 2002, envelheceu e não só na idade, mas também em ideias. Precisamos descobrir novas formas e novas lideranças capazes de despertar o interesse dos mais jovens no movimento sindical, porque há um processo de esvaziamento em todos os setores, inclusive no movimento estudantil. Esse é o grande desafio, descobrir como trazer essa juventude que foi às ruas meio destrambelhada, sem liderança, para dentro dos movimentos sociais. (KOTCHO, 2013)

A falta de renovação nos quadros de liderança nos sindicatos corrobora para se formar nessas entidades uma espécie de “oligarquia” – e aqui retomamos intencionalmente a terminologia de Robert Michels⁴ (1982), mas com o cuidado de não pressupor que as pessoas que ocupam os postos de comando, isto é, que fazem parte da burocracia institucional tendam a se afastar naturalmente dos

³ Ricardo Kotcho foi secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, entre 2003 e 2004, durante o governo Lula.

⁴ Robert Michels, economista e sociólogo, nasceu em 1876 na cidade alemã de Colônia, e veio a falecer em Roma, em 1936. Especialista em sociologia política, lecionou em universidades durante a maior parte da sua vida, mormente em Itália. A sua “lei de ferro da oligarquia”, segundo a qual os partidos políticos, assim como outras organizações, tendem inevitavelmente para a oligarquia, o autoritarismo e a burocracia, ficou patente na sua obra mais importante, *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie* (Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna) (1911). É nesta obra que Michels expõe as suas ideias sobre o desenvolvimento inevitável de oligarquias mesmo em organizações indissociáveis dos ideais democráticos. Para este amigo e colega de Max Weber, quanto mais cresce e se burocratiza uma organização, maior grau de poder se concentra nas mãos de um pequeno número de pessoas em posições elevadas. Nos seus escritos mais tardios, Michels considera esta regra não apenas inevitável mas mesmo desejável. (In: [http://www.infopedia.pt/\\$robert-michels](http://www.infopedia.pt/$robert-michels))

anseios da base. Assim, é importante retomarmos a argumentação de Galvão (2015) sobre a tão criticada dicotomia que tantas vezes se estabelece entre direção e base:

As diferenças no interior de uma organização sindical não se restringem à oposição entre direção e base, dicotomia que ignora a ampla hierarquia de representação que existe para além dos dirigentes de alto escalão, além de deixar de lado o fato de que os dirigentes se distinguem política e ideologicamente. Além disso, desconsidera a possibilidade da base pressionar em sentido contrário, em nome da democratização. (GALVÃO, 2015, p.3).

Observação também importante é levantada por Bernardo (1997) no que diz respeito à burocracia que tão fortemente marca os sindicatos. Segundo o autor, essa característica está na gênese dessas instituições e será o que as diferenciara de outros tipos de organização operária, difundidos posteriormente, como os conselhos e organizações por local de trabalho. Segundo Bernardo (1997, p.126), os sindicatos surgem num momento histórico em que a esmagadora maioria dos trabalhadores havia deixado o campo e não entendia nada do funcionamento do sistema capitalista. Diante disso, era necessário que lideranças experientes ocupassem posições de comando nos sindicatos, caracterizando-as assim (e até hoje) como instituições verticalizadas e burocráticas. O autor lembra, contudo, que burocracia não significa pacto com o sistema, isso se evidencia pelas mortes e prisões de líderes sindicais em sociedades ditatoriais.

De todo modo, estamos muito distantes do momento histórico em que surgem os sindicatos, razão por que é possível e necessário que se questionem a burocracia e verticalização que tão acentuadamente marcam essas instituições, cujo traço tão característico e do qual nos ocupamos nesta pesquisa é a dificuldade de renovação dos quadros que compõem a cúpula dessas instâncias. Assim, questionamos se o Programa de Formação Político-Sindical e Educacional destinado aos filiados da APP-Sindicato pode alcançar seu objetivo de propiciar uma “renovação necessária de seu quadro de dirigentes para a manutenção da mobilização”(CNTE, 2007, p.5).

O objeto a ser detalhadamente escrutinado fica definido como um estudo da proposta de renovação do quadro de dirigentes da APP-Sindicato conforme proposta do Programa de Formação de 2007 a 2014. Para alcançar a meta de se analisar detida e profundamente o objeto deste estudo, a presente tese apresenta um quadro comparativo em que se demonstra a composição da direção da APP estadual e dos

presidentes dos núcleos sindicais antes do Programa de Formação, em 2005; em 2008, quando o curso ainda era incipiente; em 2011, quando já havia terminado a parceria entre CNTE e APP-Sindicato; e 2014, data da última eleição do sindicato.

Nossos objetivos estão delineados da seguinte maneira: analisar se o programa de formação da APP-Sindicato está possibilitando a renovação do quadro de dirigentes sindicais; fazer uma revisão bibliográfica de clássicos que discutam o movimento sindical, priorizando o materialismo histórico; fazer uma breve análise do sindicalismo brasileiro e das centrais sindicais que estão materializadas na APP e por último, analisar o programa de formação político-sindical e educacional da APP-Sindicato destinado a seus filiados.

Para viabilizar o presente estudo, fizemos a opção pela pesquisa qualitativa. Segundo Godoy (1995), esse tipo de pesquisa tem ocupado um espaço importante entre as várias possibilidades metodológicas de se estudar os fenômenos que envolvem o ser humano e suas complexas relações sociais.

Na perspectiva da autora, algumas características identificam os estudos denominados qualitativos, tais como investigar os fenômenos sociais no contexto que eles ocorrem. Além disso, nessa metodologia de investigação, “o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”. (GODOY, 1995, p. 21).

Como instrumentos metodológicos, utilizamos análise de documentos. A análise de documentos se concentra nos materiais produzidos pela APP para seu curso de formação. Além disso, analisamos dois quadros: o primeiro com a composição da diretoria geral da APP nos mandatos de 2005-2008, 2008- 2011, 2011-2014 e 2014-2017; e o segundo quadro com o nome dos presidentes dos núcleos regionais nos período mencionados primeiro quadro. Os quadros têm como fonte as agendas da APP referentes ao período descrito. Em todas elas, constam os nomes de todos os integrantes da diretoria geral da APP e dos presidentes dos núcleos regionais desse sindicato.

Defenderemos a tese de que predomina na formação dos quadros de direção da APP-Sindicato a correlação de forças existente entre as tendências e grupos políticos em presença, nos moldes do partido de vanguarda, o que acaba por impedir que o objetivo de formar novos quadros de dirigentes seja realizado conforme os objetivos propostos pela Formação. Nosso pressuposto é demonstrado

por meio de quadros que apresentam que os dirigentes que compõem a direção da APP Estadual e presidência dos núcleos sindicais antes e depois dos cursos já faziam parte já estavam ligados a tendências ou grupos internos da APP-Sindicato.

Para realizar os objetivos propostos, optamos por estruturar esta pesquisa em três capítulos. O primeiro apresenta a introdução, conforme normas da UTP.

O segundo capítulo inicia com artigos da revista Crítica Marxista. Em seguida, contextualiza a questão sindical tendo como referência teórica Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci. Não se trata de um trabalho teórico sobre os clássicos do marxismo, mas apenas de uma sistematização de suas principais ideias sobre o tema e de compreender o quadro histórico concreto em que suas teses foram formuladas. Ainda constitui objetivo desse capítulo de que forma esses autores influenciam a formação e o trabalho do sindicalismo no Brasil e se ainda são atuais para a militância que atua nos sindicatos no presente.

O terceiro capítulo analisa o movimento sindical no Brasil tendo como recorte temporal os anos de 1980 – 1990 e início do século XXI. Trabalhar-se-á a formação de três centrais sindicais brasileiras: Central Única dos Trabalhadores (CUT), CSP-CONLUTAS e Unidade Classista.; a crise do sindicalismo mundial e brasileiro; as mudanças sofridas pela CUT; os impactos do neoliberalismo no movimento sindical e os desafios e possibilidade do sindicalismo no Brasil.

O quarto capítulo apresenta os resultados deste estudo e, portanto, a tese por nós defendida. Em um primeiro momento, expõe uma síntese histórica da APP-Sindicato, de sua origem aos dias atuais. A seguir, faz considerações sobre o Curso de Formação da APP-Sindicato, fundamentalmente sobre os conteúdos trabalhados e a metodologia. Elegemos cadernos dos quatro⁵ eixos que compõem o material usado nos encontros de formação.

Ficará demonstrado que os cadernos são fragmentados e descontextualizados, tomados de vários autores e tendências teóricas conflitantes entre si. A teoria apresenta-se como neutra e anterior ao movimento de organização política. A proposta inicial é de formação de um pensamento crítico, mas a escolha dos textos e a orientação geral são fragmentárias e desarticuladas, de modo que não cumpre os objetivos. Além disso, são comuns distorções teóricas, que pretendemos demonstrar fazendo alguns recortes ou abordando alguns dos textos apresentados.

⁵ Os cadernos analisados serão nominados no quarto capítulo.

Levantamos, aqui, a hipótese de que o ecletismo que perpassa o material será uma das causas para que o objetivo de se formar novos quadros de dirigentes não se concretize pela via oferecida pelos cursos de formação. Defenderemos a tese de que predomina na formação dos quadros de direção da APP-Sindicato a correlação de forças existente entre as tendências e grupos políticos que acaba por impedir que o objetivo de formar novos quadros de dirigentes seja realizado a contento. Nosso pressuposto será demonstrado por meio de quadros que comprovam que os dirigentes que compõem a direção da APP Estadual e presidência dos núcleos sindicais já faziam parte desse sindicato e já estavam ligados a tendências ou grupos internos da APP-Sindicato, antes e depois dos cursos.

2 SINDICALISMO: CONCEITOS GERAIS

Antes de nos determos nas principais formulações dos clássicos do marxismo sobre sindicatos, nosso objetivo será apresentar elementos que nos ajudem a conceituar o movimento sindical e, sobretudo, entender que condições sociais históricas possibilitam a formação de uma instituição com tais características. Tomaremos como referência teórica as reflexões de Armando Boito Jr., expostas no artigo “Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores”, publicado em 2001 na revista *Crítica Marxista*.

Segundo o autor, o movimento sindical deve ser compreendido como “um movimento reivindicativo estável, organizado e socialmente legítimo da classe dominada fundamental, visando a negociação das condições de exploração do trabalhador pelo proprietário dos meios de produção” (BOITO JR., 2001, p.78). Aqui se tem um conceito bem geral de sindicalismo e que, a nosso ver, capta a essência desse tipo de movimento: o papel de negociador das condições de exploração dos trabalhadores e não o fim da exploração, fato que será apontado pelos autores que vamos estudar mais à frente como limitador dos sindicatos para a superação da sociedade capitalista cuja principal característica é justamente a divisão entre as classes sociais.

Uma vez conceituado o movimento sindical, Boito Jr. analisa as condições sociais que possibilitam o surgimento de um movimento de tipo sindical; sua pergunta central será: em que condições é possível existir o sindicalismo? Seu principal objetivo é compreender como foi possível o surgimento de um movimento como esse na história da humanidade. Ainda mais: por que só foi possível que surgisse com o advento do capitalismo? Por que não existia no tempo da escravidão?

Para responder à principal questão que o desafia (em que condições é possível existir o sindicalismo?), Boito Jr. tomará como modelo teórico o modo de produção próximo ao concebido pelo marxismo althusseriano. Como expõe em sua obra:

O modo de produção deve ser pensado como uma macro-estrutura que articula, numa mesma totalidade, tanto a infra-estrutura econômica quanto a superestrutura jurídico-política. A primeira é decomposta em forças produtivas e relações de produção, e a segunda, em direito e burocratismo, ambas partes do Estado. A infra-estrutura e a superestrutura estão articuladas como uma totalidade: a superestrutura jurídico-política de um modo de produção qualquer tem a função de reproduzir a infra-estrutura econômica desse modo de produção. (BOITO JR., 2001, p.79).

Segundo Boito Jr., as sociedades de classe pré-capitalistas não comportam um movimento social do tipo sindical porque o modo de produção não propiciava os elementos fundamentais para a existência de um tipo assim de movimento. Três elementos, por exemplo, eram impeditivos para a existência do sindicalismo, quais sejam: a) o baixo nível de desenvolvimento e de socialização das forças produtivas; b) a subordinação pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção, subordinação estabelecida pelo direito pré-capitalista; e c) a proibição expressa de participação dos produtores diretos no aparelho de Estado, cujos cargos são monopolizados pelos indivíduos pertencentes à classe dominante. (BOITO JR., 2001, p.81)

Portanto, a superestrutura dos modos de produção pré-capitalistas, por não conceder capacidade jurídica plena aos produtores diretos, marginaliza-os das instituições do Estado e da cena política. Os escravos rurais, desse modo, não podem organizar um movimento reivindicativo e muito menos um partido político.

No Estado burguês, contudo, suas instituições aparentemente universalistas comportam a organização dos produtores diretos em partido político próprio e também a organização sindical (BOITO JR., 2001, p. 104). Assim, o movimento sindical aproveita-se dessa possibilidade para legitimar um movimento reivindicativo coletivo. São, em síntese, as contradições do regime capitalista que possibilitam a concretização de uma instituição que luta contra esse mesmo regime e em alguns casos, conforme veremos, tem potencial de educar a classe trabalhadora e produtora para ser também dirigente.

2.1 O CONTEXTO DO SURGIMENTO DOS SINDICATOS

Os sindicatos começam a se desenvolver no século XVIII a partir dos movimentos de reivindicação dos trabalhadores e se firmam no século XIX como essenciais na luta do proletariado contra as formas de restrição trabalhista que a

burguesia, obcecada pelo lucro, sem se importar com a deterioração das condições de trabalho a que eram submetidos os operários, tentava implementar. Surgem, portanto, em um contexto no qual se estabelece francamente o antagonismo das duas mais importantes classes sociais advindas com a Revolução Industrial: os proletários e a burguesia.

Para se compreender seu nascimento e adensamento, é necessário que se clareiem as condições histórico-sociais do surgimento da classe proletária, tão bem sistematizadas no clássico estudo de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, o qual tomamos como referência neste momento. Sobre essa obra do jovem Engels, diz Giovani Alves

Os fundamentos históricos da concepção de Karl Marx e dos marxistas em geral sobre os limites (e alcances) da luta dos sindicatos foram postos na obra clássica do jovem Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, escrita em Barmen, de setembro de 1844 a março de 1845. Foi no capítulo intitulado Movimentos Operários que Engels apresentou os limites (e alcances) da luta dos sindicatos e privilegiou o cartismo enquanto “forma condensada da oposição à burguesia”. Diversos historiadores têm notado recentemente a influência dos escritos de juventude de Engels sobre Marx e os marxistas. (ALVES, 2003, p.23).

Segundo Engels, antes da Revolução Industrial os trabalhadores “não eram verdadeiramente seres humanos: eram máquina de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história” (2008, p.47). Independentemente de suas condições materiais, eles comungavam das mesmas ideias de seus superiores, não se enxergavam como uma classe social distinta. A Revolução Industrial não vai melhorar as condições materiais desses trabalhadores, como assinala Engels:

A revolução industrial apenas levou tudo isso às suas consequências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma - mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e a exigir uma condição humana. Se na França foi a política, na Inglaterra foi a revolução industrial e o movimento global da sociedade burguesa que submergiram no vórtice da história as últimas classes até então mergulhadas na apatia em face dos interesses gerais da humanidade. (ENGELS, 2008, p.47).

Contudo ao retirar-lhes “os últimos restos de autonomia”, obrigou-os a pensarem e agirem como uma classe histórica cujos interesses não eram e não poderiam ser os da classe burguesa.

Para Engels, o “fruto mais importante” da Revolução Industrial foi “o proletariado inglês” (2008, p. 59). Isso porque agora $\frac{3}{4}$ dos ingleses pertenciam a uma mesma classe social, responsável pela produção da imensa riqueza produzida no império britânico e, paradoxalmente, excluída das benesses por ela produzida:

A situação da classe trabalhadora, isto é, a situação da imensa maioria do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornaram mais conscientes de sua força e exigem cada vez mais energicamente a participação nas vantagens que proporcionam às instituições sociais? (ENGELS, 2008, p.60).

Eis aqui colocada a situação concreta do nascimento do que viriam a se tornar os modernos sindicatos tal como conhecidos hoje: o surgimento da consciência dos proletários da força que detinham e de seu direito de participarem das riquezas produzidas pela sua força de trabalho.

Ressalve-se, é claro, a existência de organizações voltadas aos interesses dos trabalhadores antes do período aqui analisado. No final da Idade Média, por exemplo, as corporações de ofício congregavam trabalhadores de uma mesma profissão a fim de proteger seus interesses. Ainda nos fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, diversas sociedades secretas (e clandestinas) foram organizadas para garantir alguns direitos aos trabalhadores. Contudo, será somente em 1824 que as unions trades (termo inglês para sindicatos) serão legalizadas na Inglaterra e mais tarde em mais países da Europa.

É muito importante que enfatizemos os sindicatos naquilo que têm de específico em sua formação: trata-se de instituições criadas pelos trabalhadores na luta contra a exploração perpetrada pelos donos dos meios de produção, isto é, a burguesia. O sindicalismo resulta, pois, do antagonismo entre burgueses e proletários e tem lado: os trabalhadores. BOBBIO e outros (1993, p. 115) acertadamente definem sindicalismo como “ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos que vendem as suas forças de trabalho”.

A essa definição, bastante adequada em nosso entender, acrescentamos o contido em nossa dissertação que:

O sindicalismo é uma arma nas mãos da “classe que vive do trabalho”,⁶ não apenas como uma defesa contra a deteriorização de suas condições de vida trazidas pela lógica do capital, mas também como uma via de construção de um “projeto societário para além do capital”⁷, cuja lógica calcada na produção de mercadoria seja superada e cujo estranhamento do trabalho ceda lugar para a relação de trabalho transparente e humanização. (FERNANDES, 2004, p.42).

Defendemos que a organização da classe que vive do trabalho via sindicatos ocupa destacado papel nesse projeto societário e em momento algum pode ser ignorada, haja vista que por meio “de sua ação em momentos de crise revolucionária, o movimento sindical pode articular-se, de maneiras distintas, à luta pela tomada do poder” (BOITO Jr, 2011, p.102). Portanto, não se pode ignorar a importância estratégica dos sindicatos na “acumulação de forças” de que necessitamos para a construção de um novo modelo societário.

2.2 MARX E ENGELS: SINDICALISMO E LUTA DE CLASSES

Não se pode afirmar que exista uma teoria marxista especificamente sobre o sindicalismo, nos mesmos moldes de teorias, por exemplo, sobre o trabalho e a alienação. Isso não significa, porém, que Marx e Engels não tenham estudado o tema, o que seria um contrassenso, dado o protagonismo desempenhado pelos sindicatos na Europa e nos Estados Unidos no século XIX. E é justamente por esse aspecto, isto é, o destacado papel dos sindicatos, que os autores vão analisar a questão.

De imediato é importante esclarecer o período histórico em que tanto Marx quanto Engels abordaram a questão sindical:

Marx e Engels fizeram parte de um período histórico em que o sindicalismo não tinha se tornado ainda um fenômeno típico das sociedades capitalistas desenvolvidas. Naquela época, a forma predominante de sindicalismo era a de ofício, o sindicalismo tradicional, caracterizado por forte exclusivismo profissional (trabalhadores não-qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações uma vez que não tinham o domínio de um ofício). Abrangendo inicialmente grupos de ex-artesãos transformados em assalariados, as primeiras associações operárias se constituíram geralmente em torno de um mesmo ofício e não de empresa. Trata-se de

⁶ ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

⁷ Id bid.

um sindicalismo de trabalhadores “profissionais” que agrupava operários de uma mesma profissão. (ALVES, 2003, p.334).

Eles compreendiam que os sindicatos eram resultado da luta dos proletários contra a degradação do mundo trabalho causada, sobretudo, pela segunda Revolução Industrial. Os sindicatos se ampliam de acordo com o crescimento dos movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras, as quais adquirem força na medida em que se organizam politicamente. Como observa Alves:

Marx pôs como referência ontológica do próprio modo de ser do operário, a luta de classes. A própria concepção de sindicatos e sindicalismo, enquanto organização operária, vinculava-se à perspectiva da greve contra o capitalista, personificação do capital, do estranhamento próprio da condição operária. A greve, a insatisfação, a rebeldia, eram, para Marx, intrínsecas ao modo de ser do proletariado, a classe cujo movimento tendia a abolir o sistema capitalista. (ALVES, 2003, p.338).

Sempre que falam e escrevem sobre o assunto sindicatos/sindicalismo, Marx e Engels insistem na necessidade de pensá-lo relacionado com a luta de classes entre burgueses e proletários. Portanto, assim como acontece nas principais obras desses autores, a luta de classes é o elemento norteador de suas reflexões. Qualquer abordagem que desprezasse o embate entre os “capitalistas que possuem todos os meios para o emprego do trabalho, e de outro, operários que só possuem sua força de trabalho” (MARX; ENGELS, 1980, p.41), não captaria a questão em profundidade.

Nas palavras de Alves:

Marx e Engels consideravam os sindicatos como produto das lutas espontâneas dos operários contra as usurpações dos capitalistas. As greves (e as coalizões operárias) eram vistas, por eles, como os primeiros da aprendizagem revolucionária (o próprio fato da associação dos operários tinha uma relevância política da maior importância para Marx). Nessa perspectiva, as greves (e os sindicatos) tinham um sentido pedagógico, um valor moral (e político), não importando os seus resultados imediatos. (ALVES, 2003, p.337).

Acompanhando a compreensão mais comum da época, os autores lembram que o principal papel dos sindicatos era, em seu surgimento, impedir defasagens salariais; sua preocupação era que o preço da força de trabalho caísse abaixo de seu valor. Dessa forma, o papel dos sindicatos “estava limitado às necessidades das

lutas diárias, às defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho” (Marx; Engels, 1980, p.13).

Tanto Marx quanto Engels reconhecem a legitimidade dessa bandeira. Eles admitem que é necessário dar relevo às questões econômicas que permeiam as relações entre capital e trabalho. De fato, é papel insubstituível dos sindicatos não permitirem a defasagem salarial e a degradação das condições de trabalho a que frequentemente eram submetidos os trabalhadores. Contudo, alertavam eles para a necessidade de ir-se além da luta meramente corporativa. A participação ativa na política, por exemplo, era uma importante bandeira que deveria ser encampada pelos sindicatos. Falando pontualmente sobre a Inglaterra, país onde os trabalhadores estavam mais organizados, Marx e Engels enfatizam que

(...) as organizações sindicais fariam bem em considerar [que] (...) aproxima-se a grandes passos o momento em que a classe operária deste país reclamará de maneira clara, sem margens de dúvidas, sua plena participação no Parlamento (...) (MARX; ENGELS, 1980, p.44).

De fato, a classe operária atingira tamanha organização na Inglaterra, sobretudo na segunda metade do século XIX, que tinha não apenas o direito como condições de participar ativamente dos rumos políticos do país. Daí porque certa decepção dos autores quanto à pouca representatividade política dos trabalhadores, que podiam mandar de quarenta a cinquenta operários ao Parlamento, mas se contentavam em ser representados “pelos capitalistas ou pelos auxiliares destes, os advogados, os economistas etc.” (MARX; ENGELS, 1980, p.43)

Marx e Engels acreditavam que, à medida que o tempo passasse, a classe operária adquiriria maior clareza de seu papel revolucionário na história. Os sindicatos tinham importante papel nessa jornada, mas era necessário que não perdessem de vista que objetivo da luta de classes era a abolição do trabalho assalariado:

Se aproxima o momento em que a classe operária compreenderá que a luta por altos salários e a redução da jornada de trabalho – para onde se volta toda ação sindical no atual momento – não é um fim em si, senão um meio muito necessário e eficaz, mas somente um meio entre outros para atingir um fim mais alto: a abolição do sistema de trabalho assalariado. (MARX; ENGELS, 1980, p.44).

Tanto nessa como em outras passagens, fica bem clara a ênfase que darão ao papel dos sindicatos na abolição do trabalho assalariado, o que implicaria obviamente na supressão da classe exploradora.

Contudo, o otimismo dos autores era permanentemente confrontado com a crítica que faziam a determinados comportamentos da classe operária sindicalizada. Por exemplo, o sucesso das reivindicações trabalhistas (como a redução da jornada de trabalho e o aumento salarial) muitas vezes acabava acomodando os trabalhadores. Prevalencia a lógica imediatista, focalizada apenas em aspectos econômicos:

Os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem contra o sistema e a escravidão assalariada. Têm-se mantido bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas. (MARX; ENGELS, 1980, p.14).

Ainda segundo Marx e Engels (1980) “emancipação de milhões de proletários subjugados” só poderia ser alcançada num quadro de absoluta união dos trabalhadores, tanto no plano nacional, quanto no plano internacional. Sempre coerentes com sua produção teórica e a militância exercida a vida toda, Marx e Engels insistiam na tese de que o sucesso da revolução proletária dependia da compreensão que existia apenas uma classe operária, e não operários ingleses, franceses e alemães. Embora reconhecessem que em alguns países, como na Inglaterra, as condições concretas para a tomada de poder pelos proletários estivessem mais avançadas, o êxito da revolução dependia da abolição do trabalho assalariado em todos os países. Para que isso acontecesse, os sindicatos – e outras instituições defensoras dos interesses dos proletários – deveriam agir no sentido de educar os trabalhadores para o agir coletivo, para a tomada de consciência de que pertenciam todos à mesma classe, que era explorada mesmo tendo condições concretas e o dever de assumir o poder.

2.3 LÊNIN: OS SINDICATOS COMO ESCOLAS DO COMUNISMO

A vasta e profícua produção teórica de Lênin sobre sindicalismo abarca cerca de três décadas: inicia-se no fim do século XIX (década de 90) e só termina na segunda década do século XX. Em um espaço tão grande de tempo, é óbvio que

suas reflexões, embora não mudadas no essencial, apresentem diferentes nuances conforme o momento em que Lênin escrevia. Nesse sentido, imaginemos a diferença entre o exilado militando na clandestinidade e o dirigente máximo do Partido Comunista, já com a Revolução Socialista vitoriosa.

Dos escritos de Marx e Engels, Lênin tirou os eixos centrais que dão sustentação às suas reflexões e prática revolucionárias, como ele fazia questão de frisar em diversos textos que produziu, a exemplo deste excerto:

Nós nos baseamos integralmente na teoria de Marx: ela transformou pela primeira vez o socialismo, de utopia, em uma ciência, lançou as sólidas bases dessa ciência e traçou o caminho que havia de seguir, desenvolvendo-a e elaborando-a em todos os seus detalhes. (LÊNIN, 1979, p.38).

Não discutimos aqui a leitura de Lênin sobre o marxismo no sentido de avalizá-la ou não. De todo modo, cumpre dizer que Lênin foi um dos melhores leitores do marxismo, capaz de enxergá-lo não como uma teoria mecânica, mas sim como um conjunto de ideias que poderia se adequar ao momento histórico concreto. Um dos mais abalizados leitores de Lênin, Florestan Fernandes consegue sintetizar a questão nos seguintes termos:

(...) Lênin se impôs como tarefa de sua vida a adequação instrumental, institucional e política do marxismo à concretização da revolução proletária. O marxismo, depois de Lênin, não é mais a mesma coisa, porque ele incorporou um “modelo” de como passar da ditadura burguesa à ditadura do proletariado. (FERNANDES, 2012, p. 232, aspas no original).

Lênin não concordava com quem defendia que a revolução dos trabalhadores precisaria de condições ideais para ser efetivada, mesmo porque tais condições jamais se apresentariam completamente. Para ele, era preciso agir e potencializar as condições concretas a fim de viabilizar a revolução proletária. Voltando às palavras de Florestan Fernandes:

Para o marxismo, a contribuição de Lênin representa um acréscimo substantivo em duas direções. Primeiro, ela repôs o marxismo como política em suas bases revolucionárias, avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes para o modo de organizar politicamente a sua transformação e destruição como etapa preliminar à instauração do socialismo. Segundo, ela traz consigo a primeira descrição teórica e a primeira formulação prática da revolução proletária como processo histórico e vivido. (FERNANDES, 2012, p.238).

A luta da classe operária, segundo Lênin, era uma luta política. Com essa afirmação ele estava dizendo que “a classe operária não pode lutar por sua emancipação sem conquistar influência nos assuntos públicos, na direção do Estado, na promulgação das leis” (LÊNIN, 1979, p.33).

Assim como Marx e Engels, Lênin insiste que todas as questões relativas ao papel dos sindicatos devem ser consideradas tendo em vista a luta de classes. Ele compreendia os sindicatos como instituições criadas no capitalismo, originadas em um contexto histórico concreto de exploração dos trabalhadores pela burguesia. Tratava-se um de avanço muito relevante para os proletários, pois os sindicatos “significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe” (LÊNIN, 1979, p.286, destaque no original).

É de grande relevância o modo como Lênin interpreta o surgimento dos sindicatos, ou seja, como uma forma primitiva no despertar dos trabalhadores para a ideia de pertencimento à classe explorada. Em toda sua produção, embora valorize o sindicalismo, Lênin sempre vai deixar claro que a forma superior de organização é o partido revolucionário; todas as outras formas de organização, incluindo os sindicatos, devem estar a serviço do partido. Diz Lênin:

Quando a forma superior de união de classe dos proletários começou a desenvolver-se, o partido revolucionário do proletário (que não merecerá este nome enquanto não souber ligar os líderes à classe e às massas em um todo único e indissolúvel), os sindicatos começaram a manifestar certos traços reacionários, certa estreiteza gremial, certa tendência ao apoliticismo, certo espírito rotineiro, etc. (LÊNIN, 1979, p.286).

Dado que os sindicatos desempenham importante papel na organização dos trabalhadores, mas correm o risco de manifestarem traços reacionários (entre outros problemas), era fundamental que essas instituições fossem dirigidas por uma vanguarda revolucionária. Lênin lembrava que os social-democratas deveriam ter clareza disso e “atuar com tino desde o próprio começo nos sindicatos, criar em seguida uma tradição de iniciativa social-democrata, de participação social-democrata e de direção social-democrata”. (LÊNIN, 1979, p.172).

A posição de Lênin sobre a subordinação dos sindicatos ao partido é clara, sem a mínima margem de ambiguidade. Tanto na etapa pré-revolucionária quanto da implantação do socialismo, os sindicatos são instâncias que devem colaborar de forma direta com o partido. Como frisa o próprio autor, os sindicatos devem “ser o

colaborador mais direto e imprescindível do poder do Estado, cuja direção em todo o seu trabalho político e econômico está a cargo da vanguarda consciente da classe operária: o Partido Comunista.” (LÊNIN, 1979, p. 323).

Em um texto de 1920, Lênin responde à questão de que os revolucionários deveriam ou não atuar nos sindicatos reacionários. Ele se volta principalmente aos esquerdistas alemães, muitos dos quais se recusavam a se filiar em sindicatos reacionários. A resposta, obviamente, é que eles devem, sim, atuar nesses sindicatos, pois assim era possível ir fazendo um trabalho com os trabalhadores despolitizados e ao mesmo tempo buscando-se chegar ao poder desses sindicatos, tomar suas direções. Lênin lembra da importância dos sindicatos no Estado soviético nesses primeiros anos de revolução. Segundo ele,

(...) teria sido impossível governar o país e exercer a ditadura, já não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, se não houvesse a mais estreita ligação com os sindicatos, seu apoio entusiasta, seu abnegadíssimo trabalho tanto na organização econômica como na militar. (LÊNIN, 1979, p.284).

Uma das razões da importância estratégica dos sindicatos nesses dois primeiros anos de Estado socialista pode ser auferida pelo número de filiados: mais de 4 milhões. Em termos de comparação, o Partido Bolchevique tinha 611 mil membros, isso porque seus dirigentes, incluindo Lênin, se preocupavam muito com a infiltração de contrarrevolucionários. Daí a necessidade de os sindicatos atuarem mais intensamente nas filiações, até porque neles não era necessário um filtro como o utilizado pelo partido bolchevique.

Dois pontos que merecem ainda ser destacados são a posição de Lênin quanto à neutralidade dos sindicatos e à filiação partidária. Também aqui ele é claro no seu ponto de vista.

Sobre a neutralidade dos sindicatos, Lênin diz:

Naturalmente, na fase primária do movimento operário político e sindical da Europa, podia-se defender a neutralidade dos sindicatos, como meio de ampliar a base inicial da luta proletária, numa época em que ela estava relativamente pouco desenvolvida e não existia uma influência burguesa sistemática sobre os sindicatos. Atualmente, do ponto de vista da social-democracia internacional já é completamente inoportuno pregar a neutralidade dos sindicatos. (LÊNIN, 1979, p. 222).

Ou seja, os sindicatos deveriam ter partido sim e jamais optarem por uma neutralidade. Lembramos nesse sentido da necessidade de essas instituições serem dirigidas pela vanguarda social-democrata.

Contudo, embora defendesse a não neutralidade dos sindicatos, Lênin era contrário à filiação partidária obrigatória, razão exposta com bastante clareza neste excerto:

De modo algum, deve-se exigir dos membros dos sindicatos que professem um determinado credo político; nesse sentido, do mesmo modo que com respeito à religião, os sindicatos não devem ser uma organização de partido. Em um Estado proletário deve-se exigir dos membros dos sindicatos apenas a compreensão da disciplina entre camaradas e a compreensão da necessidade de que as forças operárias se unam para defender os interesses dos trabalhadores e para ajudar o poder dos trabalhadores, isto é, o poder soviético. (LÊNIN, 1979, p.322).

Fica claro que o mais importante é que os sindicatos fossem capazes de despertar em seus filiados a compreensão de que os interesses deles eram defendidos pelo poder soviético, ou seja, pelo partido bolchevique. A filiação não era necessária, mas essa compreensão sim.

Segundo Lênin, os sindicatos não eram a única e nem suficiente forma pela qual podia se manter contato com as massas. Ele lembra, por exemplo, da criação de conferências de operários e camponeses sem partido, e também não sindicalizados.

De todo modo, ele insiste no papel estratégico dessas instituições que deveriam ser conduzidas por uma vanguarda a fim de cumprir sua função de escola do comunismo. Quanto ao futuro dos sindicatos em um Estado comunista, Lênin diz que essa questão seria respondida pelos seus netos.

2.4 O PAPEL DOS SINDICATOS EM TROTSKY

No artigo *A questão da unidade sindical* (1931), Trotsky estabelece de início a distinção entre o papel das organizações operárias (soviets, cooperativas e os sindicatos) e o do partido. A independência total deste é condição fundamental para a ação revolucionária. As demais organizações, cada uma com suas especificidades, tarefas e graus de relativos de autonomia, estão subordinadas ao

partido, instância em que se encontra a vanguarda do proletariado organizado. Essas organizações são para o Partido Comunista:

Um campo propício para a educação revolucionária de amplos sectores obreiros e para recrutamento dos operários mais avançados. Quanto mais amplas massas abarcam uma determinada organização, maiores são as possibilidades que oferece à vanguarda revolucionária. É por isso que, de regra, não é a ala comunista, mas sim a reformista que toma a iniciativa de dividir as organizações de massa (TROTSKY, 2007).

A convicção de Trotsky quanto à subordinação do sindicato – e de outras organizações – ao Partido Comunista marca suas reflexões sobre o tema. No *Programa de Transição*, escrito em 1938, ele anota, por exemplo, que os sindicatos não têm e “não podem ter programa revolucionário acabado; isto porque eles não podem substituir o partido”. No mesmo texto ele enfatiza que o “sindicato não é um fim em si mesmo, mas somente um dos meios na marcha à revolução proletária”:

É por essas razões que as seções da IV Internacional devem esforçar-se constantemente não só em renovar o aparelho dos sindicatos, propondo audaciosa e resolutamente nos momentos críticos novos líderes prontos à luta no lugar dos funcionários rotineiros e carreiristas, mas inclusive criar, em todos os casos em que for possível, organizações de combate autônomas que respondam melhor às tarefas da luta de massas contra a sociedade burguesa, sem vacilar mesmo, caso seja necessário, em romper abertamente com o aparelho conservador dos sindicatos. Se é criminoso voltar as costas às organizações de massa para se contentar com facções sectárias, não é menos criminoso tolerar passivamente a subordinação do movimento revolucionário das massas ao controle de camarilhas burocráticas declaradamente reacionárias ou conservadoras disfarçadas ("progressistas"). O sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios da marcha para a revolução proletária. (TROTSKY, 1938)

A clareza de que os sindicatos são meios importantes na derrocada do regime burguês aparece nitidamente em *A questão da unidade sindical*. Escrito em 1931, o texto tem como quadro histórico o acirramento de divergências entre dirigentes sindicais reformistas e comunistas de países como Estados Unidos, Alemanha e, principalmente, França. Trotsky defende a necessidade de os comunistas lutarem pela unidade sindical, por meio do convencimento dos trabalhadores. Para isso, jamais deveriam deixar de participar dos sindicatos, pois do contrário os trabalhadores ficariam apenas sob a influência dos reformistas e conciliadores. Portanto, independentemente da situação, devia partir dos líderes comunistas o gesto de aproximação, isto é, a tentativa de buscar a unidade dos sindicatos. Em suas palavras:

Se se acreditasse por um instante que o dever de contrapor uma política revolucionária à dos reformistas impõe aos comunistas a divisão dos sindicatos, isto não se limitaria somente à França: ter-se-ia de exigir que os comunistas rompessem, sem levar em consideração a correlação de forças, com os sindicatos reformistas para formar os seus próprios sindicatos na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos etc. Em alguns países os partidos comunistas adoptaram concretamente essa linha. Há casos específicos em que os reformistas não deixam outra possibilidade. Mas até agora, nunca em lugar nenhum os comunistas provocaram uma divisão por não admitir de antemão o trabalho junto aos reformistas nas organizações das massas proletárias. (TROTSKY, 2007).

A busca pela unidade sindical entre organizações tão distintas como a CGT (reformista) e CGTU (revolucionária), ambas centrais sindicais da França, devia ser compreendida, segundo Trotsky, não como uma contradição formal, mas dialética, engendrada pela dinâmica imposta pela luta de classes. Nesse sentido, é fundamental destacar, como o faz Michael Löwy no texto *Leon Trotsky, profeta da Revolução de Outubro* (1998, p.53), que a concepção de história de Trotsky não era “fatalista”, mas “aberta”, o que implica considerar as condições concretas postas aos líderes revolucionários. Portanto, o que poderia ser tomado em um primeiro momento como uma contradição, como uma tomada incoerente de posição, devia ser analisado dentro do quadro mais amplo e complexo das orientações marxistas para a concretização da revolução proletária.

A passagem a seguir demonstra com clareza o quanto Trotsky insistia na necessidade de se levar em conta a situação concreta, os dados conjunturais imediatos sem, obviamente, ignorar movimentos mais amplos, por exemplo, algumas tendências gerais do capitalismo:

É somente sobre a base desta atividade prática intimamente ligada à experiência da grande massa que o líder sindical pode colocar às claras as tendências gerais do capitalismo senil e educar os operários para a revolução. (TROTSKY apud DORIANE, 2010).

Ora, a fragmentação da luta sindical fortalecia os donos dos meios de produção e a burocracia sindical conservadora – e conseqüentemente enfraquecia a classe trabalhadora. Por isso a insistência de Trotsky para que os líderes comunistas tivessem a compreensão da especificidade dessa conjuntura e não medissem esforços para conseguirem a unidade sindical.

Trotsky não defendia, fique claro, qualquer tipo de unidade sindical, mas sim a realizada sobre bases revolucionárias:

É indubitável que a unidade da classe obreira só pode realizar-se sobre bases revolucionárias. A política de frente única é um dos meios para libertar os operários da influência reformista e inclusive, em última instância, de avançar para a genuína unidade da classe operária. Devemos explicar constantemente essa verdade marxista aos obreiros de vanguarda. Mas uma perspectiva histórica, mesmo correta, não pode substituir a experiência viva das massas. O partido é a vanguarda, mas na sua acção, especialmente na sua acção sindical, deve ser capaz de voltar-se para a retaguarda. (TROTSKY, 2007).

Note-se, portanto, que o autor não propõe uma aliança guiada por uma espécie de trocas por algum tipo de apoio a qualquer custo. O gesto de aproximação partiria dos comunistas por causa da tarefa insubstituível desses na educação da classe trabalhadora para a revolução da qual seria protagonista. Evidencia-se também sua defesa de se partir da experiência histórica dos trabalhadores, de tomá-la como referência para a ação dos líderes mais esclarecidos dentro dos sindicatos. Referência e não modelo, é claro.

Outro importante momento de reflexão de Trotsky se encontra no artigo *Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista*, escrito em 1940. Aqui ele se debruça sobre um quadro que muito o preocupa: a cooptação das organizações sindicais pelo poder estatal:

Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, social-democratas, comunistas e anarquistas. Somente este fato demonstra que a tendência a "estritar vínculos" não é própria desta ou daquela doutrina, mas provém de condições sociais comuns a todos os sindicatos. (TROTSKY, 1940)

A vinculação dos sindicatos ao poder estatal capitalista era um impeditivo para que pudessem desempenhar seu papel de organizadores das massas operárias, daí a necessidade de lutar para que isso não acontecesse em hipótese alguma.

É esclarecedora nessa passagem a afirmação de Trotsky de que existe a tendência de todos os sindicatos (portanto, independentemente da orientação ideológica) se aproximarem do poder estatal. Parece haver uma espécie de "desconfiança" dele em relação a essas instituições, que, embora de extrema

importância na organização dos trabalhadores, tendem a ser cooptadas pelo Estado – no caso em questão pelo Estado imperialista.

No excerto que se segue, o autor defende claramente uma postura incisiva, combativa e intervencionista nos sindicatos caso estes não estejam na direção tida como a mais adequada para se a revolução dos trabalhadores:

É por isso que as seções da 4ª Internacional devem constantemente se esforçar, não apenas para renovar o aparelho dos sindicatos, propondo firme e resolutamente, em momentos críticos, novos líderes prontos para a luta no lugar dos funcionários rotineiros e dos carreiristas, mas também para criar, em todos os casos onde é possível, organizações de combate autônomas que melhor respondam às tarefas da luta de massas contra a sociedade burguesa, sem hesitar, se necessário, diante de uma ruptura aberta com o aparelho conservador dos sindicatos. Se é criminoso virar as costas às organizações de massa para se contentar com ficções sectárias, não é menos criminoso tolerar passivamente a subordinação do movimento revolucionário das massas ao controle de camarilhas burocráticas abertamente reacionárias ou conservadoras mascaradas ('progressistas'). (TROTSKY apud DORIANE, 2010).

Contudo, seria um erro supor que Trotsky via os sindicatos como simples instrumentos facilmente manejáveis pelo partido. Não se trata de manipulação, mas de reorientação, de não se perder de vistas a tarefa maior posta àqueles que combatiam o sistema capitalista e, à altura dessas reflexões do autor, o regime de terror impostos por Stalin na Rússia. Trotsky reconhecia que a tarefa do Partido Comunista era conquistar, através dos sindicatos, uma influência sobre a maioria da classe operária. Entretanto, sublinha que os métodos “empregados pelo partido nos sindicatos” deveriam corresponder “à natureza e às tarefas destes últimos”. Portanto, não se defende uma mudança de tarefas, de papéis. Do contrário, segundo o autor:

Se o partido só adquire influência nos sindicatos ao preço de uma diminuição e de um fracionamento deles – transformando-os em auxiliares do partido para objetivos momentâneos e impedindo-os de tornarem-se verdadeiras organizações de massas – é que as relações entre o partido e a classe são falsas (TROTSKY, apud DORIANE, 2010).

Embora não dê para ignorar o papel superior dado por Trotsky ao partido, é um equívoco diminuir a importância dos sindicatos tanto na construção da consciência dos trabalhadores para combater a ordem burguesa quanto na manutenção da ordem comunista.

2.5 TROTSKY E O SINDICALISMO BRASILEIRO

A origem dos trotskistas no Brasil data dos primeiros meses de 1930, quando Mário Pedrosa, de volta da Europa, funda o Grupo Comunista Lênin. Os trotskistas se diferenciavam do PCB, pois este tinha uma concepção retalhista da revolução baseada na tese de que a revolução brasileira tinha caráter agrário e anti-imperialista (ARAÚJO, 1998). Também defendiam que a revolução teria que acontecer primeiramente em um país e se consolidar para depois ser difundida em outros países; argumentavam, ainda, que a revolução deveria ocorrer nos moldes da revolução russa, enquanto os outros defendiam o caráter permanente e internacional da revolução para o mundo inteiro (ARAÚJO, 1998). Por fim, criticavam a atuação sindical do PCB por causa de sua configuração stalinista, autoritária e burocrática.

De início, a atuação política dos trotskistas tinha como fundamento a confrontação com o Estado, o qual acenava algumas leis sociais somente para ter o apoio dos trabalhadores. Os trotskistas insistiam na tese de que os trabalhadores não deveriam esperar nada do Estado, uma espécie de “comitê central da burguesia”. A organização em entidades de classe autônomas era a forma de forçar o Estado a cumprir as leis e os decretos a seu favor. Por esse motivo, combatiam duramente o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), recém-criado por Getúlio Vargas, por entenderem esse ministério como normalizador da exploração do trabalho e das leis que amordaçavam os trabalhadores.

Embora tenham, de início, combatido intensamente o decreto n° 19.770, de 1931, à medida que o tempo foi passando e a configuração legal e social se modificando, eles reconheceram que a maioria dos trabalhadores organizados estavam filiados a sindicatos legalizados, e isso provocou uma mudança da atuação política dos trotskistas, que, agora, luta para convencer as entidades representativas dos trabalhadores para se legalizarem, visto que só assim seus filiados não teriam direito aos benefícios da lei e o MTIC.

Segundo Araújo (1998), além de mudarem a atuação política, os trotskistas mudaram um pouco a sua estrutura ideológica, pois passaram a pensar em utilizar as brechas da legalidade para difundir a sua ideologia, ou seja, passaram a aceitar, em partes, as regras do jogo e não quererem mais enfrentar diretamente o Estado. Viam na lei n° 19.770 duas medidas que os ajudavam a difundir suas ideias e a propagar a sua ideologia. A primeira é que essa lei ajudou a organizar categorias

profissionais até então desorganizadas. O segundo é que a oficialização do sindicato não significava uma submissão política e ideológica ao Estado. Passaram, assim, a considerar essa lei como um instrumento para a organização e defesa de seus interesses. Justificavam isso porque a burguesia e o Estado não haviam constituído ainda uma burocracia sindical manejável e pelo fato das condições objetivas favorecerem um conflito com o MTIC.

Argumentavam eles que o sindicato oficial deveria ser utilizado de forma adequada por uma orientação revolucionária e, depois, ser transformado em seu contrário; queriam, portanto, lutar contra a lei sindical de dentro dos sindicatos oficiais. Essa orientação se explica porque, depois da Guerra Civil de 1932, o governo central convocou a constituinte e começou a dar abertura política e sindical. Por esse motivo, a corrente trotskista passou a atuar em prol do lançamento de candidatos próprios para a constituinte. Uma vez que a constituinte era classista, os trabalhadores teriam, necessariamente, representantes legais para o parlamento. Os trotskistas deixaram de pensar na revolução e passaram a pensar na representação legal para conseguir suas reivindicações.

Segundo Araújo (1998) nesse contexto, eles criticavam as correntes que continuavam na luta pelo sindicalismo livre. Aliavam-se, ainda, a outras correntes em defesa da oficialização dos sindicatos sem se preocuparem com a questão da compatibilidade ideológica. Mesmo atuando nos sindicatos oficiais, os trotskistas argumentavam que estes sindicatos poderiam seguir uma linha de política de classes, na defesa dos interesses dos trabalhadores sem interferência externa, desde que houvesse uma grande mobilização e a vanguarda revolucionária não se desviasse dos interesses da revolução. Eles lutavam pela oficialização porque pensavam que se fossem fortes dentro do sindicato corporativo poderiam implodi-lo. Devido a essas razões e ideais, argumentavam que só porque defendiam a oficialização, isso não significava que aceitavam a política oficial do Estado e o seu controle sobre as classes trabalhadoras.

Contudo, os trotskistas deixaram ou não avaliaram adequadamente dois aspectos inseparáveis do Estado com os trabalhadores na hora de ambos se relacionarem:

(...) o sucesso da estratégia do Estado de vincular a garantia de determinados direitos à organização dos trabalhadores em moldes corporativos, como forma de cooptar as lideranças operárias e conseguir a

adesão dos trabalhadores à sua política de colaboração de classes [e] o fato de que o controle e a repressão eram inerentes àquela política. Assim, a cooptação de uma parcela da liderança operária supunha que a sua atuação se restringisse aos marcos instituídos pela legalidade autoritária (ARAÚJO, 1998, p. 248-249).

Portanto, os trotskistas não avaliaram que a estrutura sindical e representativa que foi implantada no Brasil no pós-1930 baseava-se no autoritarismo vindo das correntes que ajudaram a derrubar Washington Luís. O governo, então, no pós-1932, abriu brechas para uma atuação mais autônoma dos sindicatos; porém, quando o Estado decretou a lei nº 24.694, quatro dias antes da promulgação da nova constituição, mantendo os moldes da lei sindical de 1931, deu mostra clara de que não aceitava a independência organizativa dos trabalhadores.

Para finalizar esta seção, convém retomar as ideias do militante trotskista Mário Pedrosa (2001, p.177), expostas no artigo “Sindicato ou partido?”, no qual discute a complexa relação que se estabelece entre sindicato e partido. O momento histórico em que foi escrito o artigo é de suma importância para se compreender a ênfase que o autor dá ao protagonismo do partido político, pois data dessa época a fundação do Partido dos Trabalhadores. Assim como outros tantos intelectuais e militantes, Pedrosa enxergava na fundação de um partido de trabalhadores o caminho para uma mudança radical na sociedade brasileira.

Segundo o autor, embora o partido tenha objetivos mais amplos e gerais que o sindicato, é necessário ter a compreensão que este não é mero reflexo daquele. Para melhor esclarecer essa relação de interdependência entre sindicato e partido, Pedrosa propõe a seguinte explicação:

O sindicato não se dissolve do partido, mas dele não se desliga nunca e nem muito menos vive sem ele. O sindicato tem uma estrutura que não pode jamais confinar-se à do partido. E se é um ser particular, com sua identidade própria, não pode, contudo, distinguir-se do partido e precisa do partido para receber o cerne vital que o retesa e deste se nutre, pois o partido, em qualquer circunstância, é a alma do sindicato, como aquilo que na arma de fogo contém dentro dela a alma do disparo (PEDROSA apud MARQUES NETO, 2001, p.177).

Fica claro que a existência do sindicato está condicionada à existência do partido, isto é, não pode viver sem ele. Tem autonomia a ponto de não se dissolver no partido, sem, contudo, poder se desligar dele, haja vista que o partido é o princípio vital do sindicato. Um sindicato sem um partido para desempenhar o papel

mais amplo na organização da sociedade rumo à construção de uma sociedade em que os trabalhadores figurem como protagonistas é como uma arma de fogo incapaz de cumprir sua principal finalidade, que é descarregar a munição.

Segundo Pedrosa, o sindicato “é um instrumento direto da classe operária”, uma espécie de “couraça”; portanto um instrumento de proteção, de abrigo e defesa do trabalhador (PEDROSA, apud MARQUES NETO, 2001, p.177).

2.6 GRAMSCI E OS SINDICATOS

Gramsci desenvolveu uma extensa e profunda reflexão teórica sobre o papel dos sindicatos em sociedades marcadas pela divisão de classes sociais, como era o caso do Estado italiano de seu tempo, mas também em sociedades em que se consumava o fim do regime capitalista, como era o caso do nascente Estado soviético, ou em sociedades de rápida experiência socialista, a exemplo da Hungria. Em suas reflexões, destaca-se o espírito de um homem engajado nas grandes questões do seu tempo, sejam elas referentes à Itália, pontualmente, sejam elas referentes aos debates que, direta ou indiretamente, tinham como cerne a inescapável urgência de destruir a sociedade capitalista e fazer emergir uma nova hegemonia de base socialista.

Característica que permeia toda a sua obra escrita e também sua vida (já que não é possível separar a obra da vida desse pensador italiano), a polêmica atravessa boa parte de suas considerações sobre os sindicatos. Por isso, uma leitura não atenta pode levar à conclusão equivocada de que Gramsci era contrário aos sindicatos, que preconizava seu fim, quando na verdade suas críticas procuravam demonstrar os limites dessas instituições tanto no tocante à organização dos trabalhadores no período histórico concreto que se desenrolava como na sua incapacidade de propiciar aos operários a autoeducação suficiente para que estes se tornassem, além da classe produtora, a classe dirigente.

É importante deixar bem claro que as críticas de Gramsci caminham no sentido de esclarecer os limites dos sindicatos quando postos em confronto com o modelo de uma sociedade dividida em classes e na qual a classe produtora (os trabalhadores) se vê sistematicamente explorada e alienada das mercadorias produzidas por meio de seu trabalho.

Assim como já haviam anotado Marx e Engels (1980), uma das principais críticas que Gramsci endereça aos sindicatos refere-se à natureza concorrencial dessas instituições. Disso resultará, portanto, que o sindicato “não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode fornecer ao proletariado experientes burocratas, especialistas em questões industriais de natureza geral, mas não pode ser a base do poder proletário”. (GRAMSCI, 2004a, p. 287-288). Os sindicatos não conseguem pensar e agir além da perspectiva de uma sociedade em que a classe produtora (proletários) também seja a classe dirigente (GRAMSCI, 2004a, p.287-288) ⁸.

Dessa forma, por mais combativo que se mostre uma organização sindical, ela tende a perpetuar a sociedade dividida em classes sociais antagônicas, em que os trabalhadores são explorados pelos donos dos meios de produção. Isso não significa, porém, que não possa formar pessoas capazes de lutar por uma sociedade socialista.

A teoria sindicalista jamais expressou uma tal concepção do produtor e do processo de desenvolvimento histórico da sociedade dos produtores; jamais indicou que a organização dos trabalhadores devesse adquirir esta direção e este sentido. Teorizou uma particular forma de organização, o sindicato profissional e de indústria, e certamente construiu com base numa realidade, mas uma realidade cuja forma era impressa pelo regime capitalista de livre concorrência da propriedade privada da força de trabalho. Portanto, construiu apenas uma utopia, um grande castelo de abstrações. (GRAMSCI, 2004a, p.303)

Embora possam contribuir no combate ao sistema capitalista por dispor de quadros qualificados, profundos conhecedores das bases jurídicas que sustentam as relações de trabalho, os sindicatos não podem ir além de uma sociedade capitalista porque são também produto dessa sociedade, de suas regras, de suas leis. Se, de

⁸ Giovanni Alves (2003) destaca um ponto interessante que conecta a crítica de Gramsci a uma formulação que Marx fizera em 1866 de que era fundamental que os sindicatos fossem centros de organização da classe operária: “A idéia de centro de organização da classe operária, defendido por Marx durante as suas intervenções na Internacional, em 1866, significava algo que iria muito além da natureza organizativa dos sindicatos. O sentido da proposta de Marx implicava transformar os velhos sindicatos em uniões de operários que organizassem os trabalhadores assalariados- empregados e desempregados, não apenas enquanto vendedores reais ou virtuais, da mercadoria-força de trabalho, mas sim como indivíduos-produtores, potenciais criadores de uma nova sociedade, sem explorados e exploradores (essa idéia de crítica da forma-sindicato está presente de forma genial num autor marxista como Gramsci, crítico do sindicalismo e da burocratização dos sindicatos e partidos operários num período de efervescência revolucionária pós 1917)” (ALVES, 2003, p.341-342)

um lado, são instituições que combatem tenazmente a exploração perpetrada pelos capitalistas de modo a impedir a absoluta degradação do mundo do trabalho, de outro são potencialmente limitados no sentido de superar completamente as relações exploradoras que estão na base da sociedade capitalista:

O sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma superação potencial desta sociedade. Ele organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, ou seja, como criaturas do regime capitalista de propriedade privada, como vendedora da mercadoria “trabalho”. (2004a, p.299-300).

Contraditoriamente, ao lutarem para que os trabalhadores tenham melhores condições de vida ou pelo menos que as condições de trabalho não atinjam níveis desumanos, os sindicatos acabam por perpetuar a divisão social que tão bem caracteriza a sociedade capitalista. Em outras palavras, a ação sindical acaba legalizando as regras que regem o mundo do trabalho, e por isso os sindicatos jamais serão instrumento de transformação radical da sociedade burguesa, capazes de destruir a ordem existente, tão bem representada pela legalidade industrial. Nessa direção, Anita Helena Schlesener argumenta que

As conquistas realizadas pela classe operária por meio de seus sindicatos são importantes e contribuíram para melhorar suas condições de vida material, mas é necessário reconhecer que o sindicato, por sua estrutura e função, trata os trabalhadores como indivíduos submetidos às leis de mercado e concorrência e não pode, por isso, ser um instrumento de transformação radical da sociedade. A situação histórica exige que se avance e se destrua a legalidade industrial, a fim de construir uma nova ordem social e política. (SCHLESENER, 2002, p.110).

Uma das principais críticas de Gramsci aos sindicatos era quanto ao seu aparato burocrático e seu afastamento das necessidades e aspirações dos operários. “Espíritos eminentemente burocráticos” (GRAMSCI, 2004a, p.286), o *modus operandi* dos sindicatos ainda se fincava em discursos, mobilizações e oratória. Além dessa orientação equivocada que jamais vai ajudar na criação de condições concretas para se dar fim à sociedade capitalista, Gramsci denuncia o potencial destrutivo dos sindicatos quando sabotam a própria classe que deveriam defender. Para Gramsci, uma das causas da queda do regime soviético húngaro foi a atuação dos sindicatos, que teriam atuado “como organismos derrotistas da

revolução e semearam incessantemente o mal-estar e a covardia entre os operários e os soldados vermelhos” (GRAMSCI, 2004a, p.292).

Contudo, os sindicatos podem assumir “um caráter revolucionário somente se sua ação for dirigida não apenas para fins imediatos, mas para um fim último, que vá além dos limites da luta corporativa, e se este fim for explícito e consciente”. (GRAMSCI, 2004a, p.313-314). Nessa passagem, Gramsci fala sobre a atuação dos sindicatos na Rússia revolucionária e reconhece o potencial que têm para o sucesso da revolução.

Na passagem abaixo, Gramsci deixa claras as condições para que a organização sindical possa funcionar como importante instrumento revolucionário da classe trabalhadora:

os funcionários da organização sindical consideram a legalidade industrial como um compromisso necessário mas não perpétuo, se dirigem todos os meios e que o sindicato pode dispor para melhorar as relações de força em sentido favorável à classe operária, se desenvolvem todo o trabalho de preparação espiritual e material necessário para que a classe operária possa, num momento determinado, iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital e submetê-lo à sua lei, então o sindicato é um instrumento revolucionário, então a disciplina sindical, mesmo quando é dirigida para fazer respeitar aos operários a legalidade industrial, é disciplina revolucionária” (GRAMSCI, 2004a,p.162).

É extremamente importante destacar que o “caráter revolucionário” dos sindicatos vai depender se sua ação for bem direcionada, dirigida concretamente para o fim da sociedade capitalista, como então ocorria no Estado soviético. Do contrário, suas ações terão o condão de, no máximo, remediar o quadro degradante que se desenha na sociedade capitalista, em que a classe produtora é sistematicamente explorada pela classe de detém os meios de produção.

2.7 OS CONSELHOS DE FÁBRICA E A AUTOEDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES

Profundos conhecedores da obra de Gramsci, estudiosos como Edmundo Fernandes Dias (1987), Anita Helena Schlesener (2009) e Marco del Roio (2014), entre outros, destacaram e continuam destacando a centralidade que os conselhos de fábrica ocupam nas elaborações teóricas (e na lida prática) desse pensador revolucionário. Falar de Gramsci é, de certo modo, falar do protagonismo dos

conselhos de fábrica na destruição do modelo burguês de sociedade, calcado na exploração dos trabalhadores.

Edmundo Fernandes Dias, por exemplo, faz a seguinte ponderação sobre os sindicatos e os conselhos de fábrica: [os sindicatos] “perderam a hegemonia na medida em que absorveram o estilo e o conteúdo burguês. O poder agora deve repousar em novas bases, não mais nos escritórios sindicais e sim nos locais de trabalho. E exprimir-se pelos comissários e não pelos funcionários”. (DIAS, 1987, p.70-71)

É importante esclarecer que já no século XIX os conselhos (não exatamente os de fábrica) já se apresentavam como um poderoso meio de se combater o modelo capitalista. A citação abaixo, por exemplo, apresenta a realidade política da Alemanha e apresenta os conselhos conforme leitura de Rosa Luxemburgo:

Falar em conselhos significa falar em democracia direta, ou democracia radical (contra a democracia representativa). A primeira vez que os conselhos como forma política de organização democrática das classes subalternas surgiu no ocidente foi com a Comuna de Paris de 1871. Era uma tentativa de superar a crise do Estado moderno decorrente das desigualdades da ordem capitalista e da pouca influência dos indivíduos nas decisões que os afetavam. Os conselhos visavam criar uma nova forma de soberania popular e assim pretendiam substituir (ou complementar) o Estado de direito burguês (com sua separação dos poderes) por um novo princípio estatal. Numa democracia conselheira o povo se organiza de baixo para cima em pequenas unidades: fábricas, comunidades, bairros, escolas, etc. que foi o que se viu p.ex., por um curto espaço de tempo, em Munique. (LOUREIRO, 2005, p.99).

Os conselhos possibilitam uma nova sociedade na medida em que eliminam a forma de representação que modela a sociedade burguesa. No lugar da democracia representativa, surge a democracia radical, direta, concretizada nas bases e de cima para baixo. Gera-se, assim, um novo princípio estatal não mais orientado pela insidiosa forma como os poderes são distribuídos numa sociedade dividida em classes sociais.

Os conselhos não surgem do nada. Para que passem a existir é necessário que haja condições concretas, que as possibilidades para seu surgimento e fortalecimento estejam delineadas em movimentos de grande tensão ou de resistência. Na passagem abaixo, Loureiro esclarece quais são essas condições:

Os conselhos sempre surgiram em momentos de ruptura da ordem estabelecida. Assim foi com a revolução russa de 1905, com a de 1917, e com a revolução alemã de 1918. Os conselhos alemães foram em grande parte criação espontânea dos trabalhadores alemães, surgiram de forma improvisada, independentemente de iniciativas partidárias, como expressão da auto-organização das massas e representavam o movimento no seu conjunto. Eram na maioria compostos por social-democratas majoritários e independentes, e muitos conselhos de soldados elegiam até mesmo representantes oriundos da burguesia. (LOUREIRO, 2005, p.99-100).

Dado que os conselhos surgem em momentos de ruptura, como preconiza Loureiro, convém agora examinarmos as condições da eclosão dos conselhos de fábrica na Itália e a reflexão e ação de Gramsci dentro desse quadro.

Um fator externo de inegável importância para a emergência e a força dos conselhos de fábrica na Itália foi a Revolução Russa, cujo sucesso se deveu justamente à força e organização dos soviets (conselhos em russo):

A Revolução Russa espalhou como fogo no palheiro a idéia dos conselhos, fossem no interior das fábricas ou com funções especificamente políticas. Se um observador bem informado fizesse uma viagem, em junho de 1919, da Rússia em direção à Europa Central e, uns meses depois chegasse ao sul do continente, certamente acreditaria na hipótese de uma revolução mundial. E, de acordo com suas inclinações políticas, ficaria satisfeito, como Lênin, à espera do levante na Alemanha, ou muito preocupado, como vários políticos e empresários ocidentais. (SECCO, 2006, p.10).

Os ventos da vitoriosa Revolução de Outubro não varreram toda a Itália na mesma proporção. Sua força se concentrou principalmente em Turim, haja vista que

Na Itália, a força antagônica ao capital revelava-se sobretudo no norte do país, em cidades como Turim, região mais avançada no que se refere ao domínio do capital industrial. Em agosto de 1917 os operários de Turim realizaram um grande ato público de apoio à revolução russa e aos bolcheviques e, logo após, uma greve geral, ações que rapidamente se converteriam em ação insurrecional, com o levantamento de barricadas contra a ação da polícia. Cinquenta operários morreram e cerca de duzentos ficaram feridos, com Turim sendo declarada zona de guerra. (LIMA, 2011, p.3).

Nas palavras de Del Roio, o caráter público dos conselhos de fábrica, em oposição ao caráter privado dos sindicatos e partidos, caracterizava-os como organismos fundamentais da democracia operária:

O organismo fundamental da democracia operária – já o demonstrara a revolução socialista na Rússia e na Hungria – era o conselho. Na Itália, em Turim, o conselho de operários e soldados de Petrogrado poderia ser traduzido nas comissões internas das fábricas, que seriam não apenas a

escola de direção e administração do processo fabril, mas também de educação político-cultural da classe operária, dotada de um "espírito de cisão". A grande vantagem da democracia operária de base e da instituição da comissão interna de fábrica era o seu essencial caráter público, em contraste com o sindicato e o partido, instituições do Estado burguês, conformadas em caráter privado. (ROIO,2006,).

Turim apresentava as condições concretas para a radical experiência de uma sociedade conselhistas, que conseguisse romper com a competição e o individualismo que caracterizavam a sociedade capitalista e impediam, pois, a construção de uma sociabilidade, não mais orientada na disputa, na concorrência, mas sim na colaboração e na solidariedade entre os proletários. Como assinala Schlesener:

O grande desafio para as classes trabalhadoras no momento histórico vivido por Gramsci era criar, no contexto de uma sociedade individualista e competitiva, as condições de um trabalho coletivo, de uma aprendizagem que se concretizasse na interação e na troca entre indivíduos reunidos em torno de objetivos comuns. (SCHLESENER, 2009, p.107).

A “aprendizagem”, de que fala Schlesener, é a palavra-chave para se compreender tamanha importância que os conselhos de fábrica terão nas reflexões de Gramsci. É nos conselhos que os operários vão encontrar os meios de se autoeducarem, de aprenderem e se prepararem para não mais apenas produzir, mas também para comandar, serem donos da própria produção. Segundo del Roio, “a experiência realmente espetacular de autoeducação da classe operária, de autonomia e antagonismo, na qual intelectuais revolucionários como Gramsci se envolveram de forma orgânica, ocorreu com o movimento dos conselhos de fábrica” (2014, p 123).

Nesse contexto, foi de fundamental importância o jornal L’Ordine Nuovo, como esclarece Dênis Moraes:

L’Ordine Nuovo representou para Gramsci a experiência mais nítida de “união entre pensamento e ação”. Entre 1919 e 1920 (o chamado “biênio vermelho” na Itália, marcado por manifestações trabalhistas), o jornal assumiu decididamente a defesa das comissões ou conselhos de fábricas, as células de autogestão proletária concebidas como instituições semelhantes aos soviéticos criados pela Revolução Russa de 1917. Às páginas de L’Ordine Nuovo somaram-se a mobilização em torno das comissões de fábricas, organizadas como núcleos de organização de luta operária, dentro de uma estratégia compatível com as circunstâncias da sociedade italiana. (MORAES, 2014).

Segundo Del Roio, Gramsci tinha clareza de que a “reorganização do processo produtivo, a autogestão e o controle operários são a base sobre a qual se eleva um novo Estado e uma nova cultura”. (ROIO, 2014, p123).

Como se viu, os sindicatos não possibilitavam o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores de pertencimento a um todo orgânico e também obstruíam a construção de uma solidariedade entre os trabalhadores para além de questões relativas às precárias situações de trabalho. Para a Gramsci,

A ditadura do proletariado pode se encarnar num tipo de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados escravos do capital. O conselho de fábrica é a célula primária dessa organização. Dado que, no conselho, estão representados todos os ramos do trabalho, na proporção da contribuição da contribuição que cada categoria profissional e cada ramo do trabalho dá à elaboração do objeto que a fábrica produz para a coletividade, esta instituição é de classe, é social. *Sua razão de ser está no trabalho, na produção industrial, ou seja, num fato permanente e não mais no salário, na divisão de classes, isto é, num fato transitório, que se trata precisamente de superar.* (GRAMSCI, 2004a, p.288. Sem destaque no original).

Os conselhos de fábrica se organizam no espaço da produção, na vida real dos trabalhadores, e não nos escritórios, muitas vezes distantes espacialmente de homens e mulheres que vivem do trabalho, que são explorados pelos donos dos meios de produção. Trata-se, assim, de uma organização que enquadra trabalhadores dos mais diversos ramos. Desse modo, é “possível um espontâneo e livre florescimento de dirigentes e de individualidades ricas capazes, terá reflexos importantes e fundamentais na constituição e no espírito que anima a atividade dos sindicatos”. (GRAMSCI, 2004a, p.289).

Sempre atento à realidade concreta e não meramente suposta, Gramsci vislumbrava nos conselhos de fábrica o embrião de um Estado socialista. Era possível, mesmo em uma sociedade capitalista, os trabalhadores viverem a experiência de um comunismo no chão da fábrica, ali no espaço em que eram explorados.

O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si essas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional. (GRAMSCI, 2004a, p.245-246).

Como se depreende, Gramsci está propondo um novo conceito de Estado que se concentra no movimento dos conselhos e na economia – o inverso do Estado liberal, que se concentra na política.

A democracia operária não precisava mais ser representada por meio de discursos, de uma oratória oca, mas sim posta em prática, dentro das contradições do sistema capitalista, naquele exato momento em que se desenrolava a história da Itália. Na passagem que se segue, Gramsci detalha o funcionamento dos conselhos de fábrica e como esse *modus operandi* atualiza materialmente o modelo da sociedade comunista:

A organização dos conselhos de fábrica baseia-se nos seguintes princípios: em toda fábrica, em toda oficina é formado um organismo com base na representação (e não no antigo sistema burocrático), que põe em prática a força do proletariado, luta contra a ordem capitalista ou exerce o controle sobre a produção, educando toda a massa operária para a luta revolucionária e para a criação do Estado operário. O conselho de fábrica deve ser formado segundo o princípio da organização por indústria; deve representar, para a classe operária, o modelo da sociedade comunista, à qual se chegará através da ditadura do proletariado; nesta sociedade, não haverá mais divisões de classe e todas as relações sociais serão reguladas segundo as exigências técnicas da produção e da organização correspondente, não sendo subordinadas a um poder estatal organizado. A classe operária deve compreender toda a beleza e nobreza do ideal pelo qual luta e se sacrifica; deve entender que, para alcançar este ideal, é necessário atravessar algumas etapas; deve reconhecer a necessidade da disciplina revolucionária e da ditadura. (GRAMSCI, 2004a, p.392-393).

Tem-se aqui um novo projeto de Estado: a fábrica deixa de ser mero lugar de exploração, de expropriação do trabalho dos operários e passa a existir como espaço em que homens e mulheres finalmente vejam que são eles que movem a sociedade. A fábrica, por meio de seus conselhos, deve ser vista como espaço de autoeducação dos trabalhadores, de disciplina, onde se criará uma nova cultura. Sobre a importância dos conselhos de fábrica na construção de uma nova sociedade, o que implicaria a destruição da ordem capitalista, Schlesener expõe:

Trata-se de uma experiência que, tendo princípio o trabalho coletivo e solidário, desencadeia um processo de educação mútua no interior das unidades de trabalho que, expandindo-se para outras instituições operárias, torna possível romper com relações e valores que sustentam a sociedade capitalista baseada a livre concorrência, na competição, no individualismo exacerbado (...). (SCHLESENER, 2002, p.105).

A fábrica constitui-se como uma célula, uma unidade produtora, mas que faz parte de um conjunto maior: de uma nação produtora. Desse modo, também os trabalhadores não fazem parte apenas de uma fábrica, mas de algo bem maior, que uma sociedade que depende de seu trabalho, das mercadorias que somente eles são capazes de produzir. Por isso, nada mais justo do que os próprios produtores legitimamente controlarem a produção, aprenderem os detalhes, todas as etapas do processo produtivo. E a melhor escola para isso não é outra senão as fábricas, organizadas em conselhos. “Gramsci salienta que, ao subtrair-se ao poder do capitalista na fábrica, o operariado realiza a primeira, e mais fundamental de todas as expropriações: a do instrumento de produção que é ele próprio”. (DIAS, 1987, p. 80)

Afirmando o papel insubstituível dos conselhos de fábrica para a concretização de um Estado socialista na Itália, Gramsci volta a identificar os principais problemas dos sindicatos e dos partidos políticos nessa tarefa:

O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias do tipo voluntário e contratualista, como o são o partido político e os sindicatos profissionais: organizações nascidas no terreno da democracia burguesa, da liberdade política, enquanto afirmação e desenvolvimento da liberdade política. (GRAMSCI, 2004a, p.362).

Indubitavelmente instrumentos importantes na organização dos trabalhadores, sindicatos e partidos confirmam a democracia burguesa, enquanto os conselhos desautorizam o modelo burguês, uma vez que neles os trabalhadores não obedecem mais às regras do modelo capitalista: eles são também os gestores da própria produção, não precisam mais lutar para melhorar os salários porque essa etapa em que as mercadorias são vendidas deve ser superada. Por meio dos conselhos, cria-se uma nova psicologia no trabalhador, a consciência de que a sociedade dividida em classes é uma construção que pode e deve ser superada. Nas palavras de Edmundo Fernandes Dias:

O operário é então um produtor. Agora ele se apresenta na sua determinação mais complexa. Só ao conceber-se como tal, ele pode perceber-se como classe, fundamental e subalterna, e pode ultrapassar as determinações de assalariado e cidadão. Agora ele pode perceber-se como solidário e não como concorrente. (DIAS, 1987, p.68).

Espaço por excelência da autoeducação do trabalhador, a fábrica é também sua escola. Não precisa ser mais lugar de humilhação e de exploração. Ela contém todos os elementos necessários para que se construa, com disciplina e tenacidade, um modelo de sociedade não mais baseado na divisão de classes sociais, um lugar onde o produtor também é gestor, é dono de seu produto e membro ativo e autônomo da sua história e da história de seu país.

Contudo, é necessário ter clareza de que a experiência que se fazia na Itália, mais precisamente em Turim, só era possível por causa do momento revolucionário que caracterizava tanto a Itália quanto boa parte da Europa, com bem salienta Marcos Del Roio:

O movimento de autoeducação das massas, o predomínio do espaço público é característico de um momento revolucionário. O movimento dos conselhos que eclodia em Turim, no período entre 1919 e 1920, era uma frente da revolução socialista internacional. Difícil, senão impossível, imaginar o *L'Ordine Nuovo* como agente de organização e educação das massas operárias fora do contexto revolucionário. Em outra situação, é mais provável que continuasse sendo uma resenha de cultura socialista. A guinada na orientação editorial e política da revista foi ela mesma o produto da educação ministrada pela classe operária aos seus educadores. A virtude destes foi a imediata assimilação da lição e o seu engajamento completo na tarefa autodesignada. (ROIO, 2006).

A espetacular experiência de autoeducação revolucionária de milhares de operários via conselhos de fábrica sofreu, desde o início, uma intensa oposição e repressão do Estado italiano, o qual, por fim, conseguiu derrotar essa experiência inédita na história italiana. Contudo, dessa derrota Gramsci tirará elementos que deixarão suas elaborações teóricas ainda mais sofisticadas. Sobre o fim dessa fase, Del Roio assinala:

A derrota do movimento dos conselhos de fábrica, em 1920, trouxe como implicação o fim dessa fase do *L'Ordine Nuovo* e da experiência do grupo político que lhe dava alento. O momento revolucionário de 1919-1920 foi um rico experimento de autoeducação e de educação do educador por parte dos trabalhadores. A clausura do sindicato e do partido operário mostrou a insuficiência dessa ação política educativa. Tratava-se agora, consumada a derrota, de fazer frente à ofensiva do capital, sendo necessário, para isso, construir um novo instrumento político, que conduzisse os trabalhadores à resistência e lhes possibilitasse reorganizar suas forças para o eventual contra-ataque. (ROIO, 2006).

Para a construção de “um novo instrumento político” de que fala o autor, pesarão sobremaneira a presença de Lenin e suas ideias na vida de Antonio

Gramsci. E é pós-derrota conselhos de fábricas que o arcabouço teórico-prático de Gramsci ficará mais sofisticado a ponto de manter, até no presente, um imenso poder heurístico.

2.8 GRAMSCI E LÊNIN: APROXIMAÇÕES

Como acontece com todos os grandes pensadores, também Antonio Gramsci tem sua obra marcada por intenso diálogo com outros tantos teóricos, seja no sentido de refutar radicalmente determinadas formulações teóricas, seja no sentido reelaborar criticamente certos sistemas explicativos. Importa-nos neste momento destacar alguns diálogos de fundamental importância para compreendermos suas elaborações teóricas pós-experiência dos conselhos de fábrica, as quais vão se desenvolver e amadurecer desse momento até nos terríveis anos em que foi encarcerado pelo regime fascista. Nosso objetivo se fincará mais no plano geral da obra de Gramsci e menos numa cronologia rigorosa.

O período em que Gramsci formula boa parte de sua compreensão sobre os conselhos de fábrica é marcado, inegavelmente, pela influência de Rosa Luxemburgo e Georges Sorel:

De modo geral, a elaboração teórica de Gramsci durante o período 1919-1920 sorveu bastante do pensamento de Sorel e também de Rosa Luxemburgo no que se refere à ênfase na autonomia e no antagonismo da classe operária em relação ao capital e seu Estado – o chamado “espírito de cisão” --, na importância crucial dada a autoeducação e ao controle da produção, além de certo subestimar do papel do partido. (DEL ROIO, 2012, p.6).

O papel da autoeducação dos trabalhadores é um traço que marca nitidamente a obra e militância de Rosa Luxemburgo – traço, aliás, que jamais desaparecerá das reflexões de Gramsci. A busca incessante pela autoeducação, pela própria elevação cultural é condição essencial para a construção de novos homens e mulheres, não mais como simples reprodutores das relações de submissão que modelam a sociedade burguesa.

O espírito de cisão, componente crucial, segundo Sorel, para a construção de um Estado socialista, permeia indelevelmente as reflexões gramscinianas sobre o sucesso de uma revolução proletária vitoriosa: “É o estado de consciência que permitiria à classe trabalhadora reconhecer sua condição material de classe

revolucionária e empreender a luta pela conquista de sua hegemonia contra a hegemonia burguesa”. (GALASTRI, 2010, p.8). Contudo, contrário a Sorel, Gramsci refuta o espontaneísmo proletário assim como o protagonismo dos sindicatos na construção dessa consciência proletária capaz de separar nitidamente seus interesses dos da classe burguesa. Outro ponto de extrema importância será, como veremos mais abaixo, a ruptura de Gramsci com Sorel quanto ao conceito de jacobinismo.

O envio de Gramsci à Rússia em maio de 1922, onde permaneceria por um ano e meio, foi fundamental na sua formação teórica e intelectual, sobretudo por causa do seu contato com o bolchevismo e, claro, com Lenin:

De Lenin, Gramsci trouxera a preocupação com a organização partidária, o problema da elaboração estratégica da frente única, a questão da aliança operário-camponesa, o desafio da conquista e manutenção do poder com a construção de um novo Estado, a questão da elevação cultural das massas. (Del Roio, 2006,).

Contudo, a contribuição fundamental teórica e prática de Lenin é o desenvolvimento da noção de hegemonia, entendida como direção política do proletariado. Em Lenin, hegemonia aparece como a condução política realizada por uma vanguarda, a responsável por abrir e construir espaços dentro da sociedade civil e do Estado. O fortalecimento das forças revolucionárias do proletariado deve respeitar as especificidades regionais, nacionais e continentais de cada nação, sem o que toda tentativa de revolução redundará em fracasso.

Já na prisão, Gramsci consegue estabelecer com bastante clareza a principal e fundamental contribuição de Lenin para o marxismo, o que implicaria por extensão a construção de um aporte teórico-prático para não apenas entender a realidade como também concretamente ter a possibilidade de alterá-la:

O princípio teórico-prático da hegemonia tem também ele uma portada gnoseológica e, portanto, nesse campo é de se pesquisar o aporte máximo de Ilici [Lenin] para a filosofia da práxis. Ilici [Lenin] teria feito progredir (efetivamente) a filosofia (como filosofia) tanto quanto fez progredir a doutrina e a prática políticas. A realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. (Gramsci apud Del Roio, 2012, p.12).

Ficava cada vez mais claro para Gramsci que o sucesso de uma revolução socialista passava inescapavelmente pelo profundo conhecimento da realidade

italiana como um todo e não apenas das condições concretas da parte tecnologicamente mais desenvolvida, como o Norte. Nesse sentido, a aliança entre operários e camponeses eram uma condição incontornável para a concretização de uma revolução vitoriosa. Note-se como, qualquer que seja a situação, a questão do conhecimento, do estudo disciplinado e sistemático sempre está presente nas reflexões de Gramsci.

Nas palavras de Del Roio:

Para a realização dessa tarefa, seguindo ainda a inspiração lenineana, Gramsci procurou sempre aprofundar o conhecimento do modo particular pelo qual o capitalismo havia se implantado na Itália e como havia sido a sua revolução burguesa. Era preciso também compreender a razão da persistência da influência ideológica do socialismo reformista e do catolicismo sobre as massas populares. Mas essencialmente era preciso saber da particularidade da questão agrária e camponesa na Itália. Em suma, aqui se apresentava uma questão de método de apreensão crítica da realidade em movimento contraditório no contexto de determinada particularidade. Assim, o que se buscava era traduzir Lenin para a condição histórica concreta da Itália e essa era uma questão essencial de método. (Del Roio, 2012, p.9).

Surge, assim, a clara percepção de que uma revolução vitoriosa jamais prescinde das particularidades da sociedade. No caso da Itália, a especificidade camponesa e agrária não poderia ser ignorada; caso contrário uma aliança operário-camponesa resultaria em fracasso ou nem mesmo poderia ser viabilizada. E sem essa aliança nem era possível se colocar a questão de uma revolução socialista. É nesse ponto que Gramsci amplia o conceito de hegemonia de Lenin. As estratégias defendidas por Lenin faziam sentido para a realidade da Rússia pré-revolucionária por causa das características do Estado, mas o sucesso da Revolução de Outubro não se repetiria, portanto, em Estados como a Itália caso se aplicassem os mesmo meios de se chegar ao poder. Estava superado o tempo em que uma pequena minoria assaltava o poder e a partir daí começava um processo de educação das massas, a construção de uma nova hegemonia. Era necessário compreender profundamente as sociedades naquilo que elas têm de mais peculiar, evitar modelos generalizantes e superficiais. Ter clareza de que não existem diferenças entre os camponeses, entre os operários. Ao estudar com afinco a classe operária de Itália, por exemplo:

Gramsci notou também que a própria classe operária era uma composição histórica e social diferenciada. Não era a mesma na Rússia, na Alemanha, na Itália ou nos Estados Unidos. Por evidente que possa parecer essa assertiva, nela está implícita uma questão de método muito importante, com implicações políticas bastante sérias. Avaliar a origem social e histórica, a experiência pregressa de luta e a cultura popular é importante no processo de constituição da classe operária, de sua capacidade de se elevar culturalmente e propor uma nova hegemonia, superando a subalternidade. (ROIO, 2007)

A guerra pela hegemonia pressupõe a construção de uma frente única, capaz de unir todas as classes subalternas; e isto implica adotar a guerra de posições como tática revolucionária.

Sempre ancorado na perspectiva dialética, Gramsci, então, começa a reformular alguns conceitos, por exemplo, o de jacobinismo. Agora, interpreta a ação dos revolucionários franceses como a expressão orgânica do povo francês. Os revolucionários franceses do século XVIII, sem dúvida, foram a expressão orgânica das massas populares, os representantes legítimos de suas reivindicações. Temos assim uma mudança radical e extremamente fundamental no método teórico-prático gramsciano. Até pouco tempo atrás, Influenciado por Sorel, Gramsci se posicionava contra o jacobinismo que tão bem marcou a Revolução Francesa, entendendo-o como movimento burguês em que uma minoria esclarecida impôs de cima para baixo suas ideias revolucionárias. O jacobinismo figurava, para ele, como a expressão da vontade de uma minoria violenta. Referindo a esse período, Schlesener explica que “o discurso gramsciano, a partir da influência de Sorel, é claramente antijacobino, não apenas na forma messiânica e abstrata que assumia o jacobinismo na Itália, mas também no modo como se apresentou na França no decorrer da Revolução de 1789” (SCHLESENER, 2002, p.21). Na compreensão de Gramsci a essa altura, na Revolução Russa não teria havido traços de jacobinismo, pois seus líderes encarnavam a vontade coletiva de milhões de operários e camponeses e não impuseram verticalmente a revolução. (Del Roio, 2006, 2012).

Todavia, a nova formulação de Gramsci sobre jacobinismo possibilita-o fazer uma nova leitura da Revolução de Outubro e de Maquiavel, o que reorientará seu método analítico, como bem acentua Del Roio:

Se o jacobinismo é agora interpretado como ação de um grupo político dirigente com vínculo orgânico com a classe, o bolchevismo é a sua expressão contemporânea mais significativa. Esse grupo jacobino teria que contar com uma elaboração teórica, intelectual, que desse conta das demandas do grupo social em ascensão, que fossem intelectuais orgânicos

à classe, a fim de que não ocorresse uma superposição aos interesses da classe, para que não ocorresse a visão soreliana de jacobinismo. Daí a necessidade do Príncipe Moderno se organizar desde o início como parte da classe e projetar os camponeses na cena histórica, além de ser “o organizador de uma reforma moral e intelectual”. (Del Roio, 2012, p.14-15).

É fundamental compreendermos seu argumento de que Maquiavel antecipou o jacobinismo na medida em que construiu a imagem de um Príncipe que expressava as demandas populares da Itália. Agora, o Príncipe Moderno tem a função de ser o organizador de uma profunda reforma moral e intelectual, que se traduza em uma nova subjetividade dos proletários e das demais camadas subalternas, subjetividade essa que rompa com os valores burgueses de exploração, calcados no economicismo e na divisão de classes.

Conforme elucida Del Roio,

O problema do Príncipe moderno é o problema da formação de uma vontade coletiva e de um programa para a revolução socialista, o que pressupõe uma revolução cultural – a reforma moral e intelectual. Junto a esse problema estão postos os temas relativos aos intelectuais e ao jacobinismo. (DEL ROIO, 2012).

Para Gramsci, o Príncipe tem clareza da situação e dos meios que devem ser usados para suscitar o consenso, não mais através da coerção, mas da educação, da constante “guerra” de posições que precisa ser travada em várias frentes. O partido político encarna esse papel, ou seja, essa sugestiva imagem do Príncipe construído por Maquiavel, mas traduzido por Gramsci para o século XX, mais precisamente para a concretude do mundo histórico.

Os intelectuais das classes subalternas terão um papel crucial nessa guerra de posições, na tomada de espaço nas mais variadas frentes, como bem elucida Edmundo Fernandes Dias:

A tarefa dos intelectuais das classes subalternas é construir com elas, e não sobre elas, a inteligibilidade do real, a crítica aos mitos imobilizantes, a possibilidade da elaboração de projetos e práticas de transformação social. Atuar no sentido de que se possa decifrar o procedimento mistificatório é começar processo de emancipação ideológico, de construção da sua própria identidade. Se, pelo contrário, essas direções se recusam a elaborar e tratam de repetir *ad nauseam* os discursos vigentes, aprofunda-se o desconhecimento do real, fortalece-se a dominação capitalista. (DIAS, 2014, p.23).

Cabe a esses intelectuais construir com as classes oprimidas pela burguesia elementos que permitam a cisão do mundo dos exploradores com o dos explorados; só assim será possível perceber que questões naturalizadas na e pela sociedade burguesa, como pagamento pela força do trabalho, nada mais são do que construções históricas cuja meta é capturar a subjetividade dos explorados e doutriná-los.

Schlesener é bastante precisa ao elaborar a seguinte explicação do papel dos intelectuais nas formulações gramscinianas:

(...) se burgueses e latifundiários dominam o cenário político isso se deve, em grande parte, à ação dos intelectuais na formação de uma concepção de mundo, no trabalho quotidiano de difundir ideias e formar opiniões, principalmente nos meios de comunicação. Para a classe operária, conquistar a direção política a partir de um conjunto de alianças de classes significava, também, conquistar a direção cultural, o que implicava elaborar a sua própria concepção de mundo, isto é, um modo de pensar independente, que expressasse as contradições vividas no quotidiano. (SCHLESENER, 2002, p.192).

Em conclusão, e ecoando as palavras da autora (que entendemos tão bem traduzirem Gramsci), o Príncipe Moderno não pode prescindir do papel de intelectuais orgânicos engajadas na construção de outra hegemonia. Partindo sempre das condições reais existentes, das contradições do real, devem fazer, sempre junto com as classes subalternas (e não para as classes), emergir uma nova ordem moral e intelectual que supere os valores burgueses.

2.9 CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE EDUCAÇÃO

Não é possível desmitificar a ideia de que a educação, em um contexto geral, sempre esteve destinada aos grupos dominantes, estes por sua vez representados pelas elites intelectuais. O que apenas se intensificou na sociedade moderna, com alguns casos específicos nos quais a sociedade foi agraciada com a ampliação do sistema escolar. Foi o caso da Alemanha na época de Lutero, que traduziu a Bíblia do latim para o alemão e, para que as classes populares pudessem lê-la, ampliaram-se as escolas. A apropriação do conhecimento pelas classes trabalhadoras se faz em momentos de ruptura e de intensificação da luta de classes, sendo necessário que as classes trabalhadoras se reconheçam a si mesmas como classe no movimento contraditório de construção social. “Gramsci percebia a importância da

educação no contexto das relações de hegemonia enquanto caminho de construção de identidade de classe” (SCHLESENER, 2014b, p. 14-5).

Nesse diapasão, “cada sociedade forma o indivíduo de acordo com os interesses econômicos e políticos que prevalecem em determinado momento histórico”. Assim sendo, o homem não tem uma “essência metafísica” que venha defini-lo, pois é o resultado de determinada formação histórica. “Compreender-se inserido num contexto e interagindo com os outros e com ambiente é o ponto de partida para pensar sobre a educação”, é, pois, “a questão pedagógica [...] essencialmente política e remete a reflexão sobre as condições econômicas, sociais e políticas para a formação do homem novo”. (SCHLESENER, 2009, p. 85).

Nesse sentido, Saviani discorre a respeito do consenso acerca da ideia de que a educação pode ser identificada como um processo de formação humana, mutável:

Podemos considerar como consensual a ideia de que a educação se identifica com o processo de formação humana. Por isso é também consensual que o conceito de educação varia na medida em que varia a concepção de homem, isto é, o tipo de homem que se quer formar (SAVIANI, 2014, p. 146).

Assim, a partir de 1300 e dos anos que o sucedem, dada a sua nova configuração social, a educação passa a ser permeada pelo humanismo dos novos intelectuais, que repudiam as práticas educacionais da idade medieval, essas baseadas na influência clerical vinda do domínio do clero sobre o Estado. Desse modo, a prática educacional adquire uma inovação voltada para o relacionamento entre “cultura e profissão e de criação de uma cultura não somente laica, mas também produtiva, capaz de mudar imediatamente e profundamente a sociedade” (MANACORDA, 1992, p. 177).

O Renascimento apresenta um período histórico em que ocorre a modificação do “processo social total”, ou seja, cuidava-se de um processo que abrangia tanto a esfera econômica quanto a social, no que diz respeito ao domínio da cultura, “estendendo-se à vida e aos modos de pensar cotidianos, às práticas morais, aos ideais éticos, estéticos e científicos”. Em outras palavras, um tempo de mudanças, de “transições, em que antigas formas e relações da sociedade medieval ainda não se haviam desenvolvido e as novas formas de vida produzidas pelas novas relações mercantis já se encontravam em formação”. Nesse momento de intensas mutações,

a imagem do intelectual era a de “um homem especial, que se dedicava à prática da pesquisa experimental fazendo interagir razão e sensibilidade na produção do conhecimento”. Exemplo de grande magnitude a ser citado, Leonardo da Vinci era a figura desse intelectual. Resta lembrar que homens como Da Vinci “desempenhavam uma função política e social à qual integravam a sua investigação científica: eram médicos e políticos, artesãos e visionários, que acreditavam na plena realização humana por meio do conhecimento”. (SCHLESENER, 2009, p. 24).

Cuida-se então, de período onde foi possível enxergar o homem como detentor de conhecimentos multidisciplinares, ou seja, o verdadeiro intelectual não era aquele que se permitia petrificar, possuir apenas o conhecimento teórico, era preciso que existisse experimentação de suas pesquisas, novas descobertas, novas diretrizes a serem seguidas. Não era mais preciso seguir apenas o modelo metódico e sistêmico para alcançar a verdade, isso podia ser feito em um novo estilo que se desdobrava na vida do homem, o que, com o passar do tempo, demonstrou-se inutilizável, pois os conhecimentos adquiridos eram fragmentados, tornando um conhecimento mais aprofundado desnecessário e indefinido.

Assim, “o indivíduo entra em relação com os outros homens não ocasionalmente, mecanicamente, mas organicamente, por meio de organismos de diferentes tipos”. Nesse norte, para Gramsci o “homem é o conjunto das relações sociais, relações essas que implicam ao mesmo tempo a sociedade das coisas, [...] o grau de domínio da natureza pelo homem [...] e a sociedade dos homens, ou seja, o grau de organização social desenvolvido pela humanidade numa determinada etapa histórica” (SAVIANI, 2014, p. 147).

Nesse sentido, explica Schlesener que:

[...] O homem moderno se configura como aquele que recria o mundo e se reconhece na sua criação, a partir de métodos que lhe permitem medir, explicar e controlar a natureza. A modernidade caracteriza-se pelo estabelecimento de “novas fronteiras da ação humana traçadas num mundo dominado pela crítica demolidora da razão e pela crise que a acompanha”. (2009, p. 26).

Ainda assim, a razão imperativa e soberana sempre prevalece, tornando-a apenas uma função operadora, mero procedimento que, regido por critérios como a calculabilidade e a utilidade, servem apenas para classificar, inferir, deduzir, explicar e submeter “tudo o que pode ser conhecido ao formalismo lógico”, ou seja,

reduzindo o conhecimento à simples “compreensão do dado imediato e renunciar a entendê-los como aspectos mediatizados do conceito [...] abandona toda a pretensão ao conhecimento”. Assim, “a grande maioria dos homens é submetida às regras impostas pela produtividade; as relações causais, mecânicas e repetitivas que regem o mundo da produção e as relações mercantis estendem-se à vida da sociedade” e isso faz com que os sujeitos tornem-se “partes de uma engrenagem que não questionam porque não compreendem”. (SCHLESENER, 2009, p. 26-7).

Abordar o tema Educação na visão de Antônio Gramsci é traduzir as questões que permeiam suas concepções políticas e sociais como um todo, pois é por meio dela que a classe dominante busca a formação de falsos intelectuais – deixando claro em sua concepção de que o conhecimento repassado nas escolas somente permitirá ao educando alcançar um posto na engrenagem já formada –, isto porque conhecer significa criticar, tentar novas formulações, novas perspectivas, aprender o seu real papel no todo e, conseqüentemente, a busca por modificação no padrão de direção e aceitação que se estabeleceu quando não existia conhecimento, mas sim a mera razão sem debates.

Assim, o conceito de educação oriundo da sociedade capitalista, ou seja, “[...] um processo pelo qual o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção e é formado para desempenhar funções na hierarquia que separa dirigentes e dirigidos”, leva o autor a se indagar sobre a importância do espaço escolar no tocante à formação dos trabalhadores e se esta seria capaz de “assegurar o desenvolvimento integral de sua personalidade individual no contexto de construção de novas relações de formação coletiva”. Dessa forma, analisando os escritos de Gramsci, “é no processo de organização política que os trabalhadores se educam porque por meio do debate e da atividade organizativa conseguem explicar o seu modo de pensar e criar as condições necessárias para redefinir conceitos e ações”. Seria “na prática cotidiana dos trabalhadores”, encontrados os pontos para uma nova concepção de mundo, que se tornaria explícita e visível por meio “da organização política”, o que, por consequência, resultaria numa nova ordem social que permitiria essa nova concepção de mundo aflorar sistematicamente. (SCHLESENER, 2014b, p. 15).

“A pedagogia ocupa lugar de destaque na teoria gramsciana, o que se expressa [...] pelas experiências pessoais desenvolvidas tanto no âmbito individual, ou “molecular”, quanto no âmbito da luta política e da cultura de massas”. (LIMA, p.

750). Isso acontece porque a “temática pedagógica ocupa uma posição central, ou pelo menos de caráter não secundário, na experiência vivida e pensamento de Antonio Gramsci” (MANACORDA, 2013, p.23).

O autor entendia que a política permeava toda a vida social, não se limitando ao simples embate dos partidos políticos, mas sim aquela relação “construída a partir das desigualdades geradas no modo como se estruturam as formas materiais de existência na sociedade capitalista”. É essa inserção no contexto social como um todo que define a política das ações dos indivíduos, pois, mesmo que inconscientemente, é necessário que haja um posicionamento na esfera das lutas de classes. O que também é refletido no âmbito da economia, pautando nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho. (SCHLESENER, 2014b, p. 4).

Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras de Mario Manacorda quanto ao liame que Gramsci estabelece entre educação e política, fazendo uso das palavras do próprio em carta para sua esposa:

[...] de fato, ele mesmo exprime atitude subjetiva quando afirma, em uma carta à sua esposa: A questão escolar interessa-me muitíssimo [...]; ele mesmo ressalta o vínculo objetivo entre pedagogia e política, quando sublinha que essa relação [...] existe em toda a sociedade, no seu conjunto, ou quando coloca a escola como uma atividade essencial do futuro Estado dos Conselhos, isto é, da sociedade comunista. (MANACORDA, 2013, p.23).

Dessa forma, “já nos escritos pré-carcerários, a educação apresenta-se como via de formação de um novo homem solidário e capaz de unir-se em torno de objetivos comuns”, pois “educação significa organização política por meio da qual os trabalhadores explicitam seu modo de pensar e criam condições de redefinir conceitos a partir de sua atividade prática” e, por consequência, acaba por determinar a forma de compreender, de absorver o “o conjunto de relações de poder nas quais se está inserido”. (SCHLESENER, 2006, p. 2.508).

Assim, Gramsci enxergava a educação escolar como um espaço contraditório, que repassava o conhecimento necessário para a realização do trabalho no contexto social e da divisão social do trabalho, mas, ao mesmo tempo, fornecia os códigos de leitura da realidade.

Em contrapartida ao conhecimento intelectual e enciclopédico estático que buscava apenas preencher o ser humano como se estes fossem recipientes vazios, necessitantes de complementação por “dados empíricos, fatos brutos e

desarticulados”, Gramsci acreditava que o acertado seria “uma concepção de cultura ativa”. Isto porque seria a cultura algo diverso do conhecimento engessado que não contribuiria em verdade com o desenvolvimento social do indivíduo, mas sim uma forma de organizar e disciplinar o próprio eu interior, conhecer e tomar posse de sua personalidade, o que, por consequência, permitiria a ele ter a compreensão de seu valor histórico, da função que ocupa, de seus direitos e deveres. No entanto, essa conquista não poderia ocorrer por meio de uma evolução espontânea, mas aos poucos a própria humanidade “adquire consciência de seu valor”, além dos “interesses de minorias dominantes no momento anterior”. Sendo assim, a cultura deve ser crítica. Não resta dúvida, portanto, de que a concepção pedagógica gramsciana tem como pano de fundo a denúncia do caráter elitista da escola, isto é, aduz a crítica de que há a necessidade de o proletariado ter acesso aos bancos escolares, bem como proporcionar uma autonomia cultural ante a intelectualidade burguesa. (LIMA, 2014, p. 752-53).

Para Gramsci, o intelectual não é diferente dos demais indivíduos componentes da sociedade, ou seja, é “um produto histórico que desempenha sua função de acordo com as relações de hegemonia”. É aquele que busca formação direta nos campos políticos e filosóficos e não mais apenas no campo da produtividade, “sendo que seu vínculo principal de formação não é aquele resultante da estrutura institucional de ensino, mas o que se estabelece no interior de um partido político”. O ponto-chave dessa arguição ancora-se no reconhecimento da complexidade e da relação entre a produção material e cultural, sendo que a última somente é produzida com uma parcela de autonomia da estrutura econômica. “Desse modo, é possível que as classes dominadas formem os seus intelectuais no processo de organização política e estes se tornem uma força mobilizadora no processo de luta pela hegemonia” (SCHLESENER, 2009, p. 27-8).

É essa divisão de classes que a escola burguesa aduzia que Gramsci buscava dirimir, pois naquela época as escolas de nível superior eram apenas destinadas aos filhos da burguesia, isto é, àqueles que continuariam no controle dos meios de produção, enquanto que as escolas que se dedicavam ao ensino de cursos profissionalizantes eram direcionadas à classe trabalhadora. Para ele, a escola deveria seguir uma “perspectiva unitária de formação escolar, inspirada no caráter rigoroso do sistema fabril”; o que determinaria a progressão ou a regressão do aluno no curso da aquisição de conhecimentos proporcionados pela escola

seriam exames que mediriam sua capacidade para a li estar. “Gramsci rejeitava veementemente o dualismo conservador da antiga escola, cujo resultado era a reprodução da divisão burguesa do trabalho, fundamentada na formação rigorosa para as elites, desarticulada do processo produtivo, e o rebaixamento das potencialidades dos subalternos por meio da formação profissional destinada às atividades manuais”. (LIMA, 2014, p. 757-8).

“É o novo entrelaçamento entre ciência e trabalho na indústria moderna, o qual cria um novo tipo de intelectual diretamente produtivo”. Assim, é esse entrelaçamento o motivo criador de uma nova concepção de escola para Gramsci, pois é preciso que “seja ela também de cultura [...], mas de uma cultura nova e diferente”. Destarte, “a tendência objetiva, [...] é a de abolir ou reduzir o tipo de escola de cultura desinteressada, formativa [...] e difundir as novas escolas de cultura interessada, [...] técnico-profissionais, com a consequência no entanto de que não somente se tem o surgimento de um novo princípio cultural-educativo, mas que esse princípio se decompõe [...] em hierarquias e setores múltiplos”. (MANACORDA, 2013, p. 167).

Torna-se primordial essa compreensão, visto que, além dessa, Gramsci apresenta em seus trabalhos uma formação de “um homem coletivo”, isto é, a classe dominada encontra-se conformada com a situação em que se encontra, “a formação do homem coletivo se realiza com base na posição ocupada pela coletividade no mundo da produção”. Exemplo disso é o modelo fabril introduzido pelo fordismo, no qual cada funcionário possuía sua função pré-definida e não procurava aprender outras, mantendo-se sempre ali, repetindo todos os dias as mesmas tarefas incansavelmente. (DORE, 2014, p. 300).

“O modo de pensar, sentir e viver de um povo, as formas que assume um Estado num longo processo histórico traduzem-se numa palavra que, por se apresentar como a expressão de algo harmoniosamente coordenado, possui o poder magico de fazer hesitar, de imobilizar até uma multidão: esta palavra é ordem”. Assim, “o senso comum, habituado a entender a realidade a partir de oposições dualistas, sem compreender e enfrentar as contradições, temeroso ante as incertezas do que uma mudança radical poderia trazer, sofre a ação e o poder da ordem, cuja força contribui para garantir a conservação das instituições políticas”. O fator que perpetua a condição em que se encontram os sujeitos é o medo do desconhecido, de enfrentar uma mudança radical que poderia vir a ser negativa, ou

a instaurar uma situação pior da que atual, surgindo daí o conformismo ferrenho e falta de engajamento na luta pela mudança. É nessa análise que a atuação e formação política do trabalhador precisam, necessariamente, partir do pressuposto que é essencial o questionamento e postura crítica quanto ao senso comum, pois não há como separar o homem da realidade, menos ainda seu instrumento de trabalho da vontade. No entanto, “faz-se necessário demonstrar que as ordens sociais que se instruíam na História, se firmam em determinados princípios que pautavam a ação de homens fortes e corajosos” (FERREIRA E SCHLESENER, 2006, p. 159-60).

Assume assim, no tocante às relações de hegemonia, a cultura “uma função importante na definição das lutas de classes e determina o conjunto de relações sociais na tendência ao conformismo”, o que já acontecia com mais ênfase no século XX, pois “os meios de comunicação de massa ampliaram as possibilidades de conformação ao modo de pensar e de viver dominantes, atuando como grandes mecanismos desmobilizadores das massas”. Assim, “a educação não se restringe a um determinado tipo de ação, mas permeia todas as ações, envolve a vida desde a geração até a morte”, por esse motivo, “o processo de educação das classes trabalhadoras precisa ser entendido na sua dimensão política, como processo de formação de uma consciência crítica que restitua aos trabalhadores os valores ético-políticos e o trabalho do pensamento [...]”. Logo, “educar-se significa criticar a situação real, propor-se objetivos claros e demonstrar uma vontade tenaz na sua realização, na luta pela criação das bases de uma liberdade concreta, a ser construída no dia a dia, no enfrentamento da dominação, na tentativa de superar contradições [...]”. (SCHELESENER, 2013).

Dentro da concepção gramsciana, educar-se é o mesmo que estar interagindo com o meio, com o grupo social em que se está inserido, passar a “conhecer o conjunto das relações econômicas e sociais tanto em um dado momento histórico quanto em seu movimento de construção histórica, conhecimento que revitaliza a prática social e nos torna capazes de transformações efetivas”. Assim, esse processo ocorre no decorrer da vida, assumindo a escola uma função importante, “tanto na formação para o trabalho quanto na formação geral”. Essa importância toma corpo para as classes trabalhadoras, pois a escola “[...] alfabetiza e oferece os códigos necessários para o domínio do conhecimento historicamente produzido”, essa formação completa a formação paralela adquirida “no movimento

de organização política e nas instituições criadas pelos próprios trabalhadores”. (SCHLESENER, 2014, p. 15-6).

Gramsci amplia o conceito de conformismo, isso para explicar “as formas de adaptação coercitiva às exigências da produção quanto para entender o modo como, em geral, são conduzidos os processos de educação na sociedade, tanto no âmbito do Estado quando na instituição escolar”; assim, “a partir da própria concepção de mundo o indivíduo pertence a um grupo com o qual compartilha um modo de pensar e agir”. Desse modo, “a atuação educativa do Estado acontece no exercício da hegemonia, como meio de formação do homem e sua adaptação aos objetivos econômicos, sociais e políticos da sociedade em um determinado momento histórico”. A educação é, desse modo, “um desdobramento da teoria política e implica a compreensão dos projetos sociais que as classes sociais pretendem conservar ou instaurar”, isto porque cuida de todo o “processo de conhecimento produzido historicamente”. Sendo a história a responsável pela constituição de um “processo contraditório de construção das sociedades em que o passado é um elemento essencial na construção das relações sociais do presente”, o Estado assume o papel de “adequar a civilização”, bem como “a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção” (SCHLESENER, 2006, p. 2.507).

A partir disso, Gramsci começa a refletir sobre a formação do chamado “homem coletivo”, estabelecendo vínculos entre as tendências da escola ativa e a conquista da hegemonia. O autor busca explicar a incidência hegemônica em momentos históricos, ou “blocos históricos”, por meio de uma “análise das forças que atuam na história de um determinado período e a definição da relação entre elas”, ou seja, demonstra que a relação entre o “econômico-social e o ético-político assume características específicas em cada formação social, em determinado momento histórico”. É, pois, no cerne desses “blocos históricos” que se esclarecem as relações de hegemonia, “os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre toda a sociedade”. (SCHLESENER, 1992, p.17-8).

Dessa maneira, pode-se definir hegemonia como uma “direção intelectual e moral sobre a sociedade”, uma concepção de mundo que traduz interesses de um determinado grupo social, implicando para essa concepção “formas de comportamento e valores que lhe são adequados” (DORE, 2014, p. 301). Trata-se da supremacia de um grupo sobre outro.. “A direção intelectual e moral apresenta-se

como uma das principais condições tanto para a conquista quanto para o exercício do poder” (SCHLESENER, 2006, p. 2.506).

“A noção de hegemonia articula-se à concepção gramsciana de Estado, que se propõe a compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio do seu desenvolvimento”; nessa sociedade o poder é exercido por intermédio da sociedade política, “composta pelos aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio” (SCHLESENER, 1992, p.18).

Assim é inegável o interesse do autor para com a cultura e suas demais questões, pois esse era o norte que o conduzia no tocante à formação de futuros dirigentes que governariam um futuro Estado Proletário. E para isso era necessário que existisse a formação de pessoas com uma visão ampla, porque assumir a função de governante não seria tarefa fácil, devido ao fato de que não se governaria para grupos pequenos, ou mesmo para suprir os interesses de poucos indivíduos, mas sim para a coletividade. Acaba defendendo as práticas de atividades formativo-culturais para o proletariado em geral, mas rejeita a hipótese de isso acontecer dentro de uma formação cultural abstrata, que somente serve para confundir as mentes dos trabalhadores.

Nesse sentido, são precisas as palavras de Anita Schlesener acerca da hegemonia no tocante à educação e a função da escola como mecanismo de disseminação das ideias dominantes:

A partir da compreensão da hegemonia como uma forma de exercício do poder pela relação entre coerção e consenso, domínio e direção intelectual e moral, a dimensão política da educação define-se na formação do homem para a vida social e para determinadas relações de poder instituídas. A escola apresenta-se como um dos aparatos de formação cultural para a consolidação da hegemonia, mas também com perspectivas de formação de consciência crítica. Para as classes trabalhadoras, a escola possibilita o acesso aos mecanismos que viabilizam a formação inicial, dentro dos limites de uma instituição que, no contexto das relações de hegemonia, tem a função de adaptar aos objetivos do modo de produção e de dominação capitalista. A estrutura curricular e a organização do conhecimento transmitido na escola fazem com que a formação escolar não privilegie o saber popular, nem a relação entre teoria e prática, que interessam aos trabalhadores. (SCHLESENER, 2014b, p. 4).

“A relação entre hegemonia e cultura permite salientar a dimensão política da educação e esclarecer as funções da escola no processo de formação política das classes trabalhadoras”. Assim, para Gramsci, a formação escolar não desempenha função de significativa importância para a organização política da classe trabalhadora, pois essa formação não aduz qualquer privilégio ao saber popular e muito menos a relação entre a teoria e a prática, o que, de fato, seria o mais interessante a uma formação crítica. Para os trabalhadores, a educação que importava, que trazia uma carga de real importância, era a educação que ocorria “no partido, sindicatos, movimentos, meios de comunicação como os jornais, etc.” (SCHELESENER, 2014b, p. 2-6).

Assim, para que a revolução ocorresse de fato, era preciso que se rompesse “com as relações de hegemonia vigentes e com um modo de pensar unificado, na formação de uma nova concepção de mundo por meio da qual se faria uma nova leitura da história e se assumiria a herança cultural da humanidade”. Isto porque “a luta por novas relações de hegemonia implica ativar os mecanismos de educação a fim de difundir o saber das classes subalternas de modo independente e autônomo”, ou seja, é preciso criar uma nova noção do que seria cultura, para que com isso uma consciência crítica fosse fomentada a partir de uma experiência popular. Nesse norte, os mecanismos de hegemonia para os trabalhadores seriam aqueles utilizados para criar uma “direção política e de participação efetiva e consciente, fato que implica em formar seus próprios intelectuais e elaborar uma teoria política comprometida com transformações radicais, para refletir e criticar as contradições que perpassam seu cotidiano”. Dessa forma, a “escola não se separa da luta pela hegemonia, da ação política que possibilita ampliar a compreensão das contradições da sociedade capitalista e pensar em novas estratégias de construção de uma nova ordem social e política que possibilite construir também a emancipação humana” (SCHELESENER, 2014b, p. 2-6).

Nesse sentido, Dore (2014, p. 301) expõe a dedicação de Gramsci ao estudo das concepções de mundo dos subalternos, os quais teriam uma concepção mecanicista da história e dos conflitos que norteiam a sociedade:

Nessa perspectiva, dedica grande parte de seu trabalho ao estudo das concepções de mundo dos grupos subalternos. Estes, para ele, têm uma concepção mecanicista da história e dos conflitos na sociedade, principalmente a concepção fatalista e determinista, como se o modo de superar a exploração do sistema capitalista adviesse de suas próprias

crises. Trata-se de uma concepção desagregada, incoerente e sem crítica à qual os subalternos se agarram como esperança para superar suas dificuldades. Quando as concepções de mundo se tornam claras e unitárias, inicia-se o movimento de elevação do subalterno a dirigente, o que o torna responsável pela história, como seu artífice. A mudança é não apenas do modo de pensar, mas também do modo social de ser, coincidindo com uma mudança da personalidade e do conjunto das relações sociais. O subalterno deixa de ser uma “coisa” para ser o protagonista de sua própria vida. (DORE, 2014, p. 301).

Como mencionado, o Renascimento foi uma época denominada completa, “um momento em que a estrutura econômica e social se transformou fazendo interagir as práticas sociais e culturais, alterando as concepções de mundo, de valores e de vida” (SCHLESENER, 2009, p. 29). Salienta a autora ainda a respeito dos intelectuais da época:

Intelectuais procuravam refletir sobre as contradições que permeavam o processo político, elaborando um pensamento econômico, ético e social, ao lado de uma filosofia que ainda buscava a universalidade. A arte, por sua vez, descobria a corporeidade na representação do nu e na exaltação das sensações e sentimentos como ódio (da Vinci) ou o grotesco da guerra (Michelangelo). (SCHLESENER, 2009, p. 33).

Assim, os trabalhos intelectuais desse período buscavam expressar as condições da época e enfatizavam os vínculos sociais que reuniam os indivíduos ao redor de instituições que funcionavam, muitas vezes, como escolas onde se desenvolviam determinados ofícios e artes. Os grandes centros do Renascimento demonstravam interesse na alfabetização e na formação para a vida social, além de conhecimentos básicos de leitura, aritmética, contabilidade, etc., o que evidencia o papel da escola na formação multidisciplinar dos intelectuais da época, tal como o próprio Leonardo da Vinci, que será utilizado aqui como modelo de indivíduo completo na visão gramsciana.

Dessa maneira, o autor parte do pressuposto que é preciso usar de mescla entre o espontaneísmo e o diretivismo, ou seja, não manter apenas a informalidade, mas também não a usar como fonte única e indiscutível para que se alcance o ponto necessário para a transmissão do conhecimento para os trabalhadores. Por esse motivo, o homem renascentista – olhando-o pelo prisma do coletivo e o repensando a partir daí – torna-se alvo das discussões acerca de uma nova forma de pensar a intelectualidade a ser alcançada.

“Gramsci formula a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de classe fundamental e intelectuais como categoria tradicional”, ou seja, aqueles que

são frutos da história de determinada classe, mas que se torna posteriormente estática dada a ininterrupção da continuidade histórica, isto é, os intelectuais assim nascidos são como uma casta. “A mais típica dessas últimas categorias de intelectuais é o clero, monopolizador, [...] de várias funções sociais, entre elas precisamente a escola, e a instrução em geral”. Posteriormente, ao definir quando faz a limitação máxima da significação de intelectual, salienta o autor que seria um erro “fundamentar-se sobre o aspecto intrínseco das atividades intelectuais, não se levando em conta a situação em que elas e seus atores se encontram no complexo das relações sociais”. Desse mesmo modo, seria errôneo não entender que “o operário não especificamente caracterizado pelo trabalho manual ou instrumental, mas por esse trabalho sob determinadas condições sociais” (MANACORDA, 2013, p.165).

Portanto, “a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais”, isto é, os grupos sociais concebidos a partir do modo de produção econômica vigente em seu tempo geram “uma ou mais camadas de intelectuais”. Assim, “considerando-se a hegemonia como correlação de forças e a luta por novas relações hegemônicas, a atuação dos intelectuais torna-se imprescindível: para as classes dominantes, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituída”, enquanto que, no polo contrário, as classes dominadas encontram, como uma maneira de superar a divisão de classes, a união das “forças populares emergentes e lutar por uma nova ordem social”. Desse modo, é nessa esfera das relações hegemônicas em que os intelectuais hegemônicos são formados, expressando, organizando, defendendo “os objetivos do grupo social ao qual estão vinculados”. Assim, “formam-se grandes massas intelectuais de tipo urbano [...] que desempenham novas funções nascidas com o desenvolvimento industrial ou tarefas políticas necessárias ao grupo social dominante”. Os intelectuais, como organizadores da hegemonia social, “construtores de ideologias”, dão efetividade “ao vínculo orgânico entre o modo de produção e as superestruturas, unificando as diversas classes sociais em torno da classe dirigente e de seus objetivos”. Dessa forma, atuando no cerne da sociedade civil e da sociedade política, dão à classe que representam a “consciência de sua função histórica” e, em contrapartida, são capazes de facilitar “consentimento espontâneo das massas pela formação de uma concepção de mundo vivida no cotidiano e veiculada nas instituições da sociedade civil”. Concluindo a respeito do intelectual

orgânico fruto do proletário, Gramsci entende que este não pode ser movido pela “eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente” (SCHLESENER, 1992, p.27-8).

Gramsci entendeu o Renascimento como um período marcado por “muitas contradições e lutas político-culturais entre duas concepções”: de um lado a formação de uma burguesia popular; de outro, uma aristocracia feudal. Partindo disso, o autor busca salientar o que significou essa divisão social no processo de unificação italiana no concernente à política. Dessa forma, a importância dos intelectuais é ressaltada, surgindo uma nova compreensão de mundo que apresenta duas características principais. Existem, então, um rompimento com a civilização medieval e “a elaboração de um vulgar ilustre” que permeou os grupos intelectuais. Assim, “esta nova concepção de mundo se caracterizou por ‘sentir e viver intensamente’ o presente”. Em suma, “Gramsci identifica uma correlação de forças com expressão política e cultural que apresenta inicialmente um caráter popular e, à medida que ascende ao poder, assume outras características”. Ainda assim, apesar dessa atividade intelectual, em alguns momentos a sociedade italiana “atuou coletiva e unitariamente no sentido de resolver problemas comuns”, o que importa em verdade assim é “o caráter potencial de coletividade e unidade”. (SCHLESENER, 2009, p. 48-9).

Leonardo da Vinci sintetizaria o homem ideal renascentista, símbolo inquestionável da unidade, da aproximação eficaz e necessária entre tecnologia e cultura humanista, entre o rigor científico e a dimensão estética, e ainda da disciplina produtiva e a liberdade. O artista/cientista renascentista é, na visão de Gramsci, um intelectual culturalmente aberto, possuidor de sua própria direção fundamental, pois podia extrair riqueza de qualquer situação, por mais simples que fosse.

Leonardo da Vinci é o modelo de intelectual que Gramsci queria para a formação dos novos governantes proletários, pois sua formação multidisciplinar permite que o pintor/cientista conheça a si mesmo, adquirindo com isso cultura, sendo possível, a partir daí, modificar os dados teóricos que recebe. Não basta apenas que seus correligionários possuam o conhecimento técnico difundindo pela escola, se aquilo serve apenas mantê-los estagnados na mesma posição, se não são esses capazes de modificar as relações de hegemonia em que se encontram.

Acontece, nesse momento, o rompimento de Gramsci com o padrão divisional entre trabalho manual e intelectual, pois considerava que toda e qualquer atividade humana exige o ato de pensar, o que caracterizaria uma parcela de intelectualismo. Nesse sentido:

Gramsci rompe com a divisão recorrente entre trabalho manual e intelectual. Considera ele que toda atividade humana requer sempre a intervenção do cérebro, implicando o ato de pensar e, assim, não deixa de conter ingredientes intelectuais. Por isso, para ele “todos os homens são intelectuais”. Acrescenta, porém, que, se todos os homens são intelectuais, nem todos exercem na sociedade a função de intelectuais. Pode-se dizer que, para Gramsci, o conceito de intelectual ocupa o lugar mais importante em sua construção teórica tanto assim que programou uma vasta pesquisa voltada para a elucidação desse tema. E, entre as várias categorias de intelectuais detectadas em sua investigação histórica, destaca as duas seguintes como as principais: intelectuais orgânicos (i) e intelectuais tradicionais (ii) (SAVIANI, 2014, p.150, aspas no original).

É então quando está no cárcere que consegue, de fato, implementar suas ideias quanto a atividade educativa. “As associações de cultura, os clubes de vida moral, as escolas de cultura proletária, os cursos e as escolas por correspondência são revividos, tanto quanto as condições o permitem, nessa escola de presos”. A organização pedagógica da escola carcerária sofre modificações interessantes, pois trata-se de uma escola de cultura geral que precisava conciliar uma ordem e uma graduação didática à maturidade dos estudantes, assim, “o curso elementar habitual de cinco anos foi reduzido a três cursos, em que se ensina aquilo que seria a preparação ‘formal’ nas matérias que fornecem os instrumentos técnicos de instrução. Não importa, assim, qual o curso básico em que o aluno se encontre nesse escola, esses “têm a oportunidade de frequentar o curso superior (complementar) para a instrução considerada ‘concreta’”. (MANACORDA, 2013, p. 66).

A partir da interpretação da escola dos prisioneiros, é possível entender que Gramsci não abandona a ideia de cultura geral, mas não se trata daquela de cunho abstrato e enciclopédico, e sim de uma escola histórica e metodologicamente orientada. Aspecto que merece destaque nesse modelo implementado pelo autor no cárcere é a manutenção do escrúpulo na distinção entre os elementos técnicos-formais da cultura letrada e a maturidade ético-intelectual dos alunos, isto porque alguns dos adultos podem até mesmo ser analfabetos, mas não necessariamente são imaturos ou infantis, humana e intelectualmente, assim podem, muito bem,

cursar o primeiro ano para que adquiram a aprendizagem de habilidades formais e o curso complementar para aprender história, filosofia, política, economia e geografia.

Esse modelo educacional busca superar a divisão de classes, pois permite que os educandos matriculados em cursos básicos – de qualquer nível – tenham acesso a cursos de formação complementar, possibilitando a universalização do ensino e, por consequência, do aprendizado. Não há mais, assim, a antiga limitação de que classes sociais, em que os filhos da burguesia podiam continuar estudando enquanto os filhos dos pobres e proletários, muitas vezes sem condições, não podiam continuar a caminhada acadêmica.

Gramsci, então, “analisa o trabalho a ser desenvolvido em relação aos grupos subalternos no sentido de torná-los capazes de construir a hegemonia”, esse processo de elevação cultural das massas populares necessita do chamado “espírito de cisão” que consiste na aquisição de consciência da personalidade histórica, passando de uma classe as demais”. Essa preocupação do autor é corroborada pelo fato de que “a formação para o trabalho nas escolas profissionais que se multiplicavam na Itália não construía uma democratização” (DORE, 2014, p. 302).

Assim, Gramsci defende uma metodologia que parte das experiências concretas de todos, atribuindo-se valor e as estudando de forma coletiva, de forma que o grupo todo se torne educador de si mesmo e, com isso, promovendo a elevação do nível cultural de cada um e do conjunto como um todo. A escola passaria a ser, rompendo-se o paradigma de instrumento de divisão de classes, de manutenção do padrão existente, mas sim um círculo cultural, desenvolvendo nos alunos o fator crítica.

“Nessa proposição o que se ressalta é a relação necessária entre teoria e prática na produção do conhecimento, a importância de um desenvolvimento cultural que possibilite a formação de uma nova concepção de mundo, cuja concreticidade se produza no curso das lutas por uma nova sociedade”. (SCHLESENER, 2013) Retoma-se novamente ao modelo de homem ideal a que o autor caracteriza como necessário para dirigir o novo Estado, ou seja, aquele intelectual que domina não somente o conhecimento abstrato e teórico ensinado nos bancos escolares, mas aquele que, além disso consegue unir a teoria à prática, experimentar, descobrir, testar, criticar o que é colocado como verdade.

“Podemos, pois, considerar que para Gramsci a educação é um processo que busca fazer com que os educandos passem da anomia à autonomia pela mediação

da heteronomia”. É por tal motivo que, entendia na escola o “nexo instrução-educação”, apenas poderia ter sua representação feita por intermédio do trabalho vivo do professor, pois este “tem consciência dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade representado pelos alunos”. É, portanto, partindo desse movimento que busca a autonomia dos educandos, que Gramsci procura instituir a escola unitária, “começando pelo primeiro grau com a duração de três a quatro anos abrangendo o ensino das noções instrumentais relativas à leitura, escrita, cálculo [...]”. Ademais, o autor salienta que a escola criadora não pode significar escola de “inventores e descobridores”, pois é apenas uma fase do desenvolvimento do método de investigação e de conhecimento e “não de um programa predeterminado com a obrigação de originalidade e de inovação a todo custo” (SAVIANI, 2014, p. 158).

É possível entender que a abordagem sobre educação gramsciana está inserida “em um contexto mais amplo de instituição política e de consolidação de um modelo de civilização”. Isso porque, qualquer “Estado possui uma função educadora”, a qual atua no sentido de orientar e adaptar os sujeitos para uma determinada estrutura social. Desse modo, educar-se “significa, enfim, assumir uma nova atitude ante o mundo e as relações sociais, redefinindo a noção de cultura a partir da vivência de novas práticas que possibilitem tanto uma redefinição do conhecimento quanto da atividade intelectual”, ou seja, “deixar de compreender a cultura como saber enciclopédico, isto é, um conjunto de informações neutras e cumulativas”. “Deixar, enfim, de compreender o conhecimento como simples teoria fragmentada em áreas que se dedicam a resolver problemas específicos”. Assim sendo, é da interação entre os indivíduos que a cultura nasce, bem como da interação com o próprio ambiente, é, pois, dessa forma que atua “no sentido de criar uma identidade de classe e alcançar uma compreensão abrangente da história como processo de criação continuada, de luta e consolidação de direitos e deveres, de convivência e companheirismo gerados no esforço de construção da vida coletiva”. É por tal motivo que a escola “insere-se nesse processo como uma das instâncias, com compromissos definidos no contexto da ordem social instituída” (SCHLESENER, 2013).

No tocante aos instrumentos intelectuais utilizados para a difusão do conhecimento, Gramsci apresenta a linguagem como um dos principais meios de alcançar esse objetivo, dispendendo importância primordial para a construção do

intelecto da criança e do adolescente, isto porque é por meio desse primeiro contato com a linguagem – normalmente com o grupo em que convive – que sua inteligência, emotividade, fantasia, etc. são estimuladas desde os primeiros anos de vida, não podendo essa esperar até a idade escolar.

A partir disso, é possível entender a concepção de vida segundo a qual, para ele, o ser humano deve educar-se científica e culturalmente até seus níveis mais complexos, sofisticados e modernos, não se afastando da ligação popular e de seu senso comum. Essa é a base para todo sentimentalismo, fantasia, inspiração e solidariedade inerente a todo homem culto. Isso é necessário, pois, caso ocorresse o inverso, estaríamos diante de um tecnicismo abstrato, ou seja, um intelectual que não possui origens e, como o autor salienta, tais personagens devem ser frutos de uma concepção histórico-cultural.

Do mesmo modo, os professores não podem atuar sem que tenham clareza das “condições políticas que movem a sociedade” e, a partir disso, conceber que esse processo educativo é demarcado e delimitado “pelas relações de hegemonia vigentes”, pois somente dessa forma seriam estes capazes de compreender que são os responsáveis pela mudança e “se tornar agentes de transformação, capazes de questionar os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista”. O que jamais aconteceria se a escola mantivesse as estruturas formais que não proporcionava qualquer espécie de privilégio ao saber popular, o qual era extremamente necessário aos trabalhadores. (SCHLESENER, 2013).

Para Gramsci, o homem não possui naturalmente bondade, nem maldade, mas é transformado em uma dessas naturezas no decorrer de sua formação histórica, desde a sua infância, por meio de um conjunto de estímulos que recebe. Assim, permitir que a criança simplesmente absorva o que o meio tem a lhe oferecer sem que haja uma intervenção educativa, seria o mesmo que renunciar a sua formação, isto é, seria abandoná-la à mercê do ambiente em que se encontra, permitindo que esse a torne suscetível às oscilações do ambiente.

“As observações de Gramsci sobre a escola mostram-nos que esta precisaria partir de outros pressupostos para atuar na decifração das contradições, a fim de criar os mecanismos de uma abordagem mais precisa do real, superando inversões que a ideologia apresenta”, isto porque, entender “a questão de método é fundamental para a elaboração de uma nova concepção de mundo [...] e as

condições a considerar para entender a relações entre particular e geral, individual e social num determinado momento histórico” permitem pensar as contradições que permeiam o processo educativo no interior da escola. Assim, entende o autor que não era possível, e seria utópico, pensar que uma ideia se manifestaria e se inseriria nas consciências distintas de maneiras iguais, tendo os mesmos efeitos organizadores e a mesma clareza. (SCHLESENER, 2014b, p. 16).

Assim sendo, não obsta qualquer espécie de dúvida de que a escola gramsciana não seria a que a aduzia ao conhecimento técnico aos trabalhadores, mantendo-os apenas na continuação do trabalho braçal, não permitindo que buscassem meios de mudar o padrão a eles imposto. Sua ideia de educação pautava-se na ideia de liberdade concreta, aquela obtida por meio de uma construção histórica e universal do indivíduo, idealizada na liberdade gestada pelo trabalho industrial e universalidade pela luta política.

A esse respeito, Ferreira e Schlesener argumentam que a gestão de uma escola assemelha-se à gestão estatal, pois em ambas ocorre a delegação de poderes, no entanto retém outros:

Sabe-se que, numa democracia, o povo delega certos poderes, mas retém outros. Na escola isso também pode ocorrer. É nesse sentido que se verifica a tensão entre o saber especializado, técnico, e a prática política e moral. No que confere, ao primeiro aspecto, as decisões da comunidade, dos pais e alunos, tende a ser delegada aos especialistas, mas no que diz respeito a vários aspectos da escola, como o da escolha de diretores e funcionários, bem como na gestão de recursos econômicos, os pais e alunos podem participar, sobretudo, na forma de órgãos colegiados. Pela maneira como essa participação da comunidade se efetiva na escola é que a gestão pode ser qualificada de democrática ou não. Trata-se, por outro lado, de dar maior espaço para uma gestão fundada em princípios da razão emancipadora que resgatem o espaço do mundo da “vida escolar” de sua colonização por parte do subsistema administrativo-político-estatal e do subsistema econômico, dado pelas exigências e ingerências dos interesses econômicos nos rumos da escola. (FERREIRA E SCHLESENER 2006, p. 167).

Assim, tanto a sociedade como a organização escolar podem ser entendidas como um sistema e como um mundo da vida, isto porque cada um desses pontos é regido por princípios que os regulamentam de diferentes formas. Nesse diapasão, enquanto o sistema se autorregulamenta, o mundo da vida faz referência a uma coordenação das ações por meio da harmonização das orientações para essas.

2.10 O PARTIDO POLÍTICO EM GRAMSCI - UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

A importância de abordar a questão do partido em Gramsci se encontra no fato de que sua leitura acentua a necessidade de articular direção e base de tal modo que esta possa participar efetivamente dos debates e das decisões internas, para que toda ação possa se transformar em momento de formação política. Tal proposta serve ainda para a organização interna dos sindicatos.

Tanto o papel quanto a importância do partido político ocupam significativo espaço nas formulações teóricas de Gramsci. Aqui devemos lembrar que, mais que um militante ou simpatizante, Gramsci foi participante do PSI e, depois, fundador e deputado pelo Partido Comunista Italiano (PCI). Trata-se de alguém, portanto, que viveu e pensou a política na sua concretude – na teoria e na prática, embora essas dimensões sempre o acompanharam sem dissociarem-se.

Seja exercendo atividade de intelectual militante ou de deputado combativo (papéis que não se excluem), estava claro para esse pensador o papel estratégico que cabia ao partido político no sucesso de uma revolução popular. No artigo *O Partido e a Revolução*, escrito em 27 de dezembro de 1919 para o jornal *L'Ordine Nuovo*, Gramsci já sustentava que

O partido permanece a hierarquia superior desse irresistível movimento de massas; ele exerce a mais eficaz ditadura, a que nasce do prestígio, da aceitação consciente e espontânea de uma autoridade que se reconhece indispensável para o bom êxito da tarefa empreendida (GRAMSCI, 1976, p.62).

Esta questão refere-se ao movimento revolucionário soviético, a um momento contextualizado que exigia que o partido concentrasse a direção para que a revolução seguisse seu curso. Gramsci escreve esse artigo em um momento especial da Itália, em que a “Turim Vermelha” dos conselhos de fábrica, como já citamos, parecia deixar claro que era possível realizar uma revolução socialista. O partido aparecia, nesse contexto, como agente capaz de organizar outras instâncias da revolução, como os conselhos e os sindicatos. Embora em poucos anos esse ambiente tenha sido superado pelo recrudescimento das forças fascistas, as ideias de Gramsci sobre o partido político continuaram em constante formulação e reformulação.

Para Gramsci, o partido político precisa ser um agente capaz de pôr em ação uma práxis revolucionária. Para tanto, não pode cristalizar-se, burocratizar-se, nem instaurar uma separação congelada entre dirigentes e dirigidos, com uma direção que se perpetua, enquanto os dirigidos permanecem como tais no curso do tempo; Gramsci defendeu esta posição ao longo de sua vida e a ideia de partido perpassa também a sua ideia de educação, de superação do senso comum, enfim, de que todos são intelectuais e pode, a partir de uma atuação coletiva, ascender a cargos de direção.

De modo bem específico e voltando-nos para o ponto que nos interessa nesta tese, é importante destacar que a centralidade do partido político para Gramsci se explica porque, na luta pela hegemonia, é ele, isto é, o partido, a instituição capaz de “criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 2002, p. 18). Nesse sentido, o partido político é fundamental na construção de um novo bloco histórico.

Como ocorre em várias outras formulações de Gramsci, o papel dos intelectuais é bastante destacado, ou melhor, a importância do partido na formação de “intelectuais, homens políticos qualificados, dirigentes, organizadores do conjunto de atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico da sociedade global, civil e política” (GRAMSCI, 2004, p. 202). Como se depreende, não se tratava para Gramsci apenas de recrutar o maior número possível de militantes ou filiados, mas sim transformar essa massa em homens e mulheres capazes de pensar, bem desenvolvidos culturalmente a fim de não serem seduzidos por ideias messiânicas ou facilmente recrutados por adversários, mas também não serem manipulados pelos dirigentes de seu próprio partido

Um dos maiores desafios de um partido que se queira constituir como uma organização de fato representativa dos anseios da classe trabalhadora é não deixar que o centralismo o torne uma instituição burocrática e antidemocrática. Como explica Moraes:

Embora enquadrasse o partido revolucionário como vanguarda da classe operária -- um todo estruturado que estabelece princípios, procedimentos e disciplinas --, Gramsci não deixava de advertir para o risco de o centralismo perder o caráter democrático, cedendo à tentação de se burocratizar e impor práticas autoritárias. A seu juízo, o partido só consegue traduzir, democraticamente, a vontade coletiva quando: assegura permanente

circulação de idéias entre seus militantes; a sua função não é regressiva e repressiva, mas progressista, voltada à elevação do nível ideológico das "massas atrasadas"; não é um "mero executante", e sim "um deliberador". (MORAES, 2000.grifos no original).

É importante lembrar, como o faz Moraes (2000), que uma das preocupações de Gramsci era sobre a burocratização e o centralismo que à época engessavam o Partido Comunista Soviético, então sob o comando de Stalin. Contudo, tomando as suas ideias no sentido mais universalista fica claro como ele já antecipava esse imenso problema tão comum a todos os partidos, sobretudo aos que nascem com o intuito de representar as classes trabalhadoras. A circulação de ideias no partido revolucionário era uma condição necessária para que se garantisse a concretização de uma vontade coletiva e não somente o ponto de vista de uma casta dirigente que pretenda se colocar acima de todos.

Contudo, é fundamental frisar que o centralismo criticado por Gramsci é aquele que impede a formação de novas lideranças, a circulação de ideias. Assim como os sindicatos e os conselhos, também o partido tem evidentemente uma direção, o que implica automaticamente um certo centralismo, no sentido de que decisões devem ser tomadas por dirigentes democraticamente escolhidos pela base. Sendo assim, como esclarece Fernandes (2015), pode-se falar, como defendeu Gramsci, de um centralismo democrático:

Na verdade, o centralismo democrático é o único que pode ser orgânico, pois é um "centralismo" em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é 'orgânico' porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. (FERNANDES, 2015).

Como diz Moraes, "Gramsci demarca o sentido legítimo e democrático da vontade coletiva, enquanto necessidade histórica elevada à consciência e convertida em práxis transformadora. Significa, ao mesmo tempo, distinguir o partido revolucionário como eixo dinâmico da práxis transformadora". (MORAES, 2000). E uma práxis transformadora passa inevitavelmente pela elevação cultural dos trabalhadores, isto é, das classes subalternas. Uma vez elevados à condição de

intelectuais orgânicos, homens e mulheres até então explorados pelo sistema capitalista têm condições reais de conseguirem, via partido revolucionário, construir uma nova sociedade, que concretizem seus mais profundos anseios.

3 UM ESTUDO SOBRE O SINDICALISMO BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE: 1980 – 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Após esta breve discussão conceitual sobre sindicalismo, este trabalho ater-se-á aos anos de 1980 – 1990 e início do século XXI, no que diz respeito a esse movimento no Brasil. Dessa forma, será trabalhada a formação de três centrais sindicais brasileiras: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS) e CSP-CONLUTAS; a crise do sindicalismo mundial e brasileiro; as mudanças sofridas pela CUT; os impactos do neoliberalismo no movimento sindical e os desafios e possibilidade do sindicalismo no Brasil.

3.1 BREVE HISTÓRIA DO SINDICALISMO BRASILEIRO

O sindicalismo brasileiro tem suas origens no século XIX, quando, nas últimas décadas, o país passa por um processo de urbanização e por um tímido desenvolvimento fabril. O sindicalismo, como expressão do movimento operário, passará por várias faces até chegar ao estágio atual de uma crise em grandes proporções.

Segundo CARONE (1984c), o movimento sindical no Brasil corresponde a cinco etapas. Como o livro de CARONE foi escrito em 1984, podemos incluir uma sexta etapa. A primeira etapa corresponde à Primeira República, quando o Estado brasileiro ainda era oligárquico e não havia nenhuma intervenção estatal no movimento. Os sindicatos se organizavam livremente e os trabalhadores montavam suas estruturas de classes da forma que lhe conviesse. Isso não quer dizer, no entanto, que não havia interferência do Estado. Ela se dava de outra maneira, através do controle repressivo feito pela polícia e por medidas que colocavam organizações trabalhistas na ilegalidade. O aparelho repressor funcionava para conter as reivindicações sociais.

Para PINHEIRO (1977), os principais alvos eram os anarquistas que se consolidavam com a imigração italiana. Libertários, democráticos e contra a

legalidade do Estado, os anarquistas eram defensores de primeira ordem do sindicato livre e autônomo. No caso dessa tendência, não é necessário dizer sua radicalização quanto à liberdade dos sindicatos – contra o Estado, contra os partidos e profundamente classista, os anarquistas defendiam a autonomia dos trabalhadores e incomodavam firmemente os representantes dos Estado Burguês. Como os anarquistas eram contra organizações formais e legais, visto que eram profundamente críticos quanto a qualquer tipo de burocratização, apostavam nas organizações livres dos operários para alcançarem seus objetivos. Seu objetivo estratégico era criar uma sociedade sem Estado e sem classe. Acreditavam que isso se daria por meio de um ato insurrecional que seria, segundo eles, alavancado por uma grande greve geral. Com essa visão, encontravam adversários em todos os campos: socialistas, comunistas, mas, sobretudo, no Estado e na Igreja Católica.

Ainda segundo PINHEIRO (1977), nessa primeira fase também destacam-se os trabalhistas. Essa tendência terá reivindicações meramente economicistas, não propondo, portanto, a superação do capitalismo. Neste meio, foi forte o predomínio do sindicalismo com mais disposição de negociação, do que de embate. Os trabalhistas possuíam uma pré-disposição de atrelamento ao Estado, fato que ocorreu com a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República. Com bandeiras corporativistas economicistas, esta tendência, no limite, defende melhores condições de vida dos trabalhadores.

A Segunda Etapa, segundo CARONE (1984c), é inaugurada no primeiro governo Vargas na década de 1930. A política Varguista, para FAUSTO (1995), vai à direção de um “Estado de compromissos”. Os tenentes, a burguesia industrial e o emergente proletariado industrial formam o tripé deste Estado de compromisso. Coerente com seus princípios populistas, Vargas executa uma política de atrelamento dos sindicatos, com a criação do imposto sindical, reconhecimento do Ministério do Trabalho de um sindicato oficial, etc. Essa estrutura sindical, criada na segunda fase, acaba-se por se tornar a espinha dorsal do sindicalismo brasileiro na grande parte do movimento sindical.

A terceira etapa, para CARONE (1984c), é registrada com o crescimento da economia e com a política nacional-desenvolvimentista. Nesta fase, muitas das lideranças sindicais são ligadas ao PTB e possuem uma forte influência do trabalhismo getulista. Surgem também, nesta etapa, lideranças sindicais ligadas à corrente Janista. Também não se deve esquecer a influência do PCB, que mesmo

na ilegalidade possui fortes relações como os sindicatos, bem como com simpatizantes no Partido Trabalhista Brasileiro.

A quarta etapa, segundo CARONE (1984c), é marcada pela Ditadura Militar, época em que os sindicatos sofrem interferências e represálias – sobretudo a partir do AI-5 de 13 de dezembro de 1968. Lideranças ligadas ao Janismo, Getulismo e no PCB são perseguidos. Sobrevivem, nesse período, somente os sindicatos liberais – no final dos anos de 1970 há uma mudança nesse cenário. Diferente do populismo Varguista, o autoritarismo militar prefere manter estes tipos de organizações desmobilizados ou inexistentes.

A quinta etapa, ainda conforme CARONE (1984c), dá-se na abertura do Regime Autoritário, quando há uma ascensão do movimento operário – tendo o ABC Paulista como Vanguarda –, a fundação do PT e da Central Única dos Trabalhadores, a partir do CONCLAT, como sendo a primeira Central Sindical verdadeiramente orgânica e surgida das bases do movimento sindical independente e de oposição. Conforme Galvão (2009, p. 191), o reconhecimento legal das Centrais segue criterios de representatividade, de modo que se verificam fusões visando tal reconhecimento:

A questão do reconhecimento das centrais tem gerado um processo contraditório: por um lado, verifica-se um movimento de fusão, a exemplo da criação da UGT, oriunda da CAT, CGT e SDS; por outro lado, vislumbram-se novas divisões, a exemplo da criação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), constituída fundamentalmente pela Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB, que deixou a CUT em 2007.

Os rompimentos e formação de novos agrupamentos acontecem tanto por diferenças ideológicas quanto pela reunião e utilização de formas alternativas às contribuições sindicais. A reforma sindical cumpre variados objetivos, devendo-se considerar que “a reforma trabalhista também tem contribuído para alterar o cenário sindical, tanto do ponto de vista estritamente organizativo, quanto no que se refere ao posicionamento das organizações sindicais” (GALVÃO, 2009, p. 192).

A organização do movimento sindical brasileiro e o seu reordenamento interno em centrais precisam ser entendidos no contexto das relações capital-trabalho que decorrem da expansão do capitalismo internacional e da implementação do neoliberalismo no Brasil, registrada a partir da década de 1990. Conforme ANTUNES (2000, p.152-3) salienta:

Quando se reflete sobre as transformações vivenciadas no sindicalismo nos países centrais e seus paralelos com aquele praticado no Brasil, é necessário fazer as devidas mediações. Participamos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas que tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é típico desse canto do mundo e desse modo reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma globalidade desigualmente combinada, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epidemômica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.

Política e economicamente, o mundo estava no período do surgimento da sexta etapa na reestruturação produtiva, conduzida pelo ideário neoliberal. A derrota de um projeto popular e ascensão de Collor de Mello foi fundamental para o estabelecimento desse ideário. Com as bandeiras de abertura comercial e privatização de empresas estatais, com o pretexto de modernização da economia, este governo foi importantíssimo para chamada reestruturação produtiva. Não se deve esquecer que foi nos governos de Fernando Henrique Cardoso que este ideário se solidificou.

Segundo BOITO Jr. (1999, p.186), esta crise do desenvolvimento sindical brasileiro ganhou grandes dimensões com a Fundação da Força Sindical em 1991. Com forte financiamento estatal e reunindo o que tinha de mais retrógrado no sindicalismo brasileiro, a FS foi criada com propósitos claros de combate ao oposicionismo cutista (na época) e de e dar apoios às reformas neoliberais desenvolvidas pelo presidente Collor. Com frutos do sindicalismo de resultados, a FS passa a defender um sindicalismo propositivo. Participando da comissão tripartite- governo, empresários e trabalhadores –, essa central apoiou decisivamente a política de privatização e abertura comercial dos governos neoliberais.

Defendendo a privatização e a desregulamentação, a Força Sindical tem pedido contas com apoio passivo de parte dos trabalhadores, no caso de privatização, o elemento importante parece ser o fato de que parte dos trabalhadores ilude-se com a idéia de que a tal política poderá ser um meio de acabar com os favores que o Estado brasileiro concede à cúpula da burocracia de Estado e à grande burguesia. A ideia de laços os burocratas às agruras do mercado de trabalho e de expor os capitalistas aos rigores da concorrência pode ser percebida como um instrumento de justiça social. A caça aos marajás é uma ideia que, até hoje, parece presente na consciência popular. No caso da desregulamentação, o elemento decisivo para ser o termo do desemprego que tomou conta dos trabalhadores e

principalmente do operariado industrial (...) pesquisas mostram que a maior preocupação com os trabalhadores não é com o salário, a saúde, a educação ou a segurança, mas com o emprego. Ora, como se sabe, todo o discurso neoliberal, encapando pela Força sindical, apresenta a desregulamentação do mercado de trabalho como instrumento para aumentar a oferta de emprego. (BOITO Jr., 1999, p. 194).

Trata-se aqui da posição da Força Sindical como um sintoma da crise do sindicalismo brasileiro, por acreditar que o ideário neoliberal – que essa central apóia – é totalmente nefasto à classe trabalhadora. A privatização e desregulamentação defendidas pela FS não traduziram em quebra de privilégios, monopólios ou mesmo criação de empregos.

Os contornos da crise mundial do capital também são refletidos aqui no Brasil. A precarização do trabalho e a ofensiva aos direitos trabalhistas são cada vez mais presentes e visíveis em nosso país. As dificuldades encontradas pelo sindicalismo europeu no que diz respeito ao trabalho precarizado, feminino, mercantil, pequenas empresas, jovens, são muito parecidas aqui em nosso país. Apenas a xenofobia não tem apresentado contornos como no continente europeu.

Segundo BOITO Jr. (1999), diferentemente do que ocorreu na Inglaterra com Margareth Thatcher, que tinha pretensão de acabar com os sindicatos, aqui no Brasil, neoliberais não tinham esse mesmo objetivo. Tanto Fernando Collor de Mello, como Fernando Henrique Cardoso e mesmo governos do PT preferiram e preferem utilizar a estratégia de cooptação à de destruição. Ao sindicalismo de oposição esses governos se mostraram/mostram rígidos, utilizando, em alguns episódios, da força militar para conter os grevistas. Porém, ao sindicalismo que os apoiava/apoia eles foram/são muitos generosos, inclusive com repasse de verbas públicas.

A cooptação de sindicatos é bastante estratégica e oportuna para a política neoliberal. Pois dessa maneira acaba ocorrendo uma legitimação e passividade da classe frente às reformas neoliberais. A resistência a esse ideário se enfraquece a partir do momento em que o movimento operário perde força de oposição. É importante lembrar que as grandes dificuldades históricas para implantação do neoliberalismo têm sido a organização e oposição sistemática dos trabalhadores, entre elas a organização sindical.

3.2 O SURGIMENTO DA CUT

O movimento operário, embora jamais tenha sido plenamente calado pela ditadura militar instalada no Brasil em 1964, sofreu muito, é claro, com a repressão adotada por esse regime autoritário. Apenas na década de 1970, principalmente a partir do governo do Presidente Ernesto Geisel, volta a se organizar. O sindicalismo populista já não tinha estruturas como nos governos anteriores ao golpe militar, quando era estratégico para o Estado. No governo militar, porém, a organização sindical foi proibida e, seguindo-se as diretrizes de um regime autoritário, nenhum tipo de organização proletária era bem-vinda.

Uma característica importante desse novo movimento sindical, pontuada por FAUSTO (2002, p. 499), era sua uma postura independente do Estado. Além disso, viu-se claramente o eixo mais combativo deslocar-se das empresas públicas para as empresas privadas. O ABC paulista foi o local privilegiado para o nascimento deste novo sindicalismo. A concentração geográfica e o grande número de operários por fábricas, principalmente na indústria automobilística, foram dois fatores decisivos para esse movimento.

Além dessas condições, precisa ser destacado o papel das lideranças operárias na organização deste novo tipo de sindicalismo. Foi muito comum a ligação delas com setores de esquerda da Igreja Católica, a qual passa a constituir, com a instalação do regime militar no país, um espaço possível de formação destas lideranças. A esquerda da Igreja teve na Teologia da Libertação⁹ fundamentos teóricos para seu trabalho de base. Contudo, com a posse do papa João Paulo II, essa corrente será duramente perseguida e combatida pelo Vaticano. Essas novas lideranças sindicais, muitas vezes, saíram das pastorais ou das CEBs¹⁰. Os papéis

⁹ Primeira construção teórica de fé cristã elaborada no terceiro mundo, a Teologia da Libertação tem o objetivo de apresentar a liberdade com relação à opressão como assunto de importâncias religiosas universais. De origem latino-americana, datando a década de 60. A T.L. combina conceitos oriundos das ciências sociais, contudo do marxismo, com ideias bíblicas e teológicas. Cf. SOUZA, de Ezequiel. O Lugar da Teoria Social na Elaboração da Teologia da Libertação. In: OLIVEIRA, Kathlen Luana de et al. (Orgs.). Religião, Política, Poder e Cultura na América Latina. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012.

¹⁰ Comunidade Eclesiais de Base. Propõe uma fé engajada com o social. Para as CEBs é a partir do mundo dos pobres que a Igreja deve se direcionar. Elas se autoproclamam “um novo tipo de ser Igreja”. Cf. SOUZA, de Ezequiel. O Lugar da Teoria Social na Elaboração da Teologia da Libertação. In: OLIVEIRA, Kathlen Luana de et al. (Orgs.). Religião, Política, Poder e Cultura na América Latina. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012.

dos advogados sindicais também favoreceram a formação dessas lideranças. Quase sempre oriundos da classe média, eles viam nesse novo movimento operário as condições concretas para a redemocratização do país.

Nesse clima propiciado pela reabertura política, lenta e gradual, conquistada no Governo do Presidente Geisel, e com as condições materiais para a organização e surgimento deste novo movimento operário, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iniciou a campanha para correção de salários, cujo desfecho foram as greves de 1978 e 1979, que trouxeram uma nova liderança orgânica do movimento sindical: Luiz Inácio da Silva (Lula). Os números das paralisações e operários que a elas aderiram são impressionantes, sobretudo quando se tem em mente que, mesmo com a abertura que já se verificava no país, o Brasil ainda era uma ditadura:

Os metalúrgicos estiveram à frente dos movimentos, que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. Houve 27 paralisações de metalúrgicos que abrangeram 958 mil operários; ao mesmo tempo, ocorreram vinte greves de professores que reuniram 766 mil assalariados". (FAUSTO, 2002, p. 500).

Além da independência em relação ao Estado, esse novo sindicalismo apresentava uma extraordinária capacidade de organização, com um número elevado de sindicalizados, cujas lideranças políticas não eram influenciadas pelo PCB, representante da esquerda tradicional. Nem sempre as lideranças formadas pelo "partidão" tinham ligações orgânicas com a base e invariavelmente reproduziam um erro histórico da esquerda brasileira (lideranças do stalinismo), que era o autoritarismo político.

Dadas essas condições materiais, em 1983, nos dias 16, 27 e 28 de agosto, no I CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), nasce a Central Única dos Trabalhadores. Nesse congresso, houve representações de trabalhadores de todas as partes do país – trabalhadores do campo e da cidade foram representados. As dificuldades não foram pequenas, afinal ainda se vivia o Regime Militar; também pesava a dificuldade histórica de organização da classe trabalhadora. A certeza, porém, de que era necessário criar uma central sindical que efetivamente representasse os interesses dos trabalhadores foi mais forte que os empecilhos encontrados. Assim, estava nascendo a primeira Central Sindical

Orgânica na história de nosso país. CARONE (1984c, p.301) apresenta dados bem precisos sobre o evento:

Participaram desse primeiro CONCLAT, 912 entidades entre sindicatos, associações pré-sindicais, associações profissionais, federações, entidades nacionais; 5059 delegados todos eleitos em assembléias de suas respectivas categorias; 12 centrais sindicais de vários países. E o que é mais importante: no CONCLAT estavam representados 12 milhões de trabalhadores. Dessa maneira a CUT começou a sua existência representando vários milhões de trabalhadores distribuídos pelos diversos setores da produção e serviços, englobando a cidade e o campo. (CARONE,1984c, p.301).

Sem atrelamento ao Estado e com grande apoio na base, a CUT nasceu imprimindo um caráter de sindicalismo de oposição e já de início fez algumas exigências imediatas ao então presidente da República, João Figueiredo: que as prestações do BNH (Banco Nacional de Habitação) não ultrapassassem a 10% da renda familiar; liberdade e autonomia sindical e reconhecimento imediato da Central Única dos Trabalhadores; mudança na política econômica; rompimento com FMI (Fundo Monetário Internacional); liberdade de organização política; reforma agrária com o controle dos trabalhadores rurais; não pagamento da dívida externa; revogação da lei de segurança nacional; eleições diretas em todos os níveis, etc.

Os anos de 1980 serão marcados, então, por uma posição de oposição combativa e com críticas ao sindicalismo de resultado e propositivo. A CUT exercerá também destacado papel na luta pelas “Diretas Já”. Note-se, portanto, a compreensão clara de seus dirigentes de que a luta sindical não deveria ficar apenas no âmbito econômico, como recomendavam, aliás, Marx e Engels ainda no século XIX. Era preciso uma grande luta política, pois essa separação só interessava às classes dominantes. Interessava às classes trabalhadoras a luta intransigente em defesa de seus interesses – os quais, por sua vez, eram interesses nacionais, como resolução do I CONCLAT. Nas palavras de BOITO Jr.(1999, p. 127), “... nos anos 80, a CUT representou frente aos governos Figueiredo e Sarney diante da deteriorização das condições de vida das classes trabalhadoras, o baluarte da resistência e da luta popular...”.

CARONE (1984c) enumera alguns pontos que sobressaíram do I CONCLAT, quais sejam: aos trabalhadores interessavam a discussão de uma nova política econômica que beneficiasse o povo brasileiro; de uma reforma financeira que combatesse a especulação financeira e reduzisse as taxas de juros; política agrária

e agrícola, com a implementação da reforma agrária, acesso dos trabalhadores rurais a crédito, orientação técnica e mercado, combate ao latifúndio e fortalecimento das pequenas propriedades, extensão aos trabalhadores do campo de todos os benefícios previdenciais e isenção de impostos aos pequenos proprietários; reforma tributária, com maior taxação ao capital, sobretudo as grandes fortunas e especulação financeira; expansão do crédito, com prioridade a pequenas e médias empresas nacionais, bem como os pequenos produtores rurais.

Estes créditos deveriam ser com juros baixos e respeitando a diversidade das áreas de produção; dívida externa, suspensão imediata, decretando a moratória. Discussão com a população sobre as consequências do pagamento da dívida externa; fim da política de arrocho salarial, que foi marcante, principalmente nos últimos anos dos governos militares; combate ao desemprego, com redução da jornada de trabalho semanal de 40 horas, sem prejuízo de salário, estabilidade de emprego; seguro desemprego; tecnologia e automação, pela aplicação e incentivo ao desenvolvimento de tecnologia nacional. Defesa do meio ambiente, que a modernização e a automatização não seja fonte de desemprego, defesa do ensino público em todos os níveis; política energética, mudança na política do pró-álcool, que o sistema energético privilegia pequenas e médias hidrelétricas, utilização da biomassa, assistência e reassentamento da população atingida pelas barragens; disparidades econômicas regionais, combate à política de centralização de desenvolvimento, defesa de ampliação de recursos no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, bem como em áreas do interior; controle da natalidade, combate a esta política que atenda interesses imperialistas, massacra a população mais carente e menos esclarecida. Defesa de uma grande campanha de educação e esclarecimento sobre o controle de natalidade; Política de Cultura, que priorize a elevação cultural das massas, que democratiza o acesso à cultura; questão democrática, com eleições diretas, direito de greve, liberdade autonomia sindical, liberdade e organização partidária, política externa independente, Assembleia Nacional Constituinte deveria ser livre e soberana.

É nítida compreensão da Central Única dos Trabalhadores da amplitude que envolve a classe trabalhadora e Brasil, a qual deve se tornar cada vez mais dirigente antes de torna-se classe dominante. Para tornar-se dirigente, a educação política, a organização e a elevação cultural das massas torna-se *conditio sine qua non*.

Nos anos de 1980, a Central Única dos Trabalhadores tinha como bandeiras o não pagamento da dívida externa, a estatização dos planos de saúde, educação e transporte, reforma agrária, não privatização de estatais, etc. A CUT fez campanha ao boicote do colégio eleitoral, por acreditar que esse representava uma traição das classes dominantes em relação aos trabalhadores. Para a CUT, o colégio eleitoral era uma forma encontrada pelos grupos dominantes de manipulação da opinião pública e também condição para a continuidade de uma política autoritária e falta de transparência de todos os acontecimentos ocorridos no período da Ditadura Militar. Segundo Boito Jr.

A CUT, durante a década de 1980, lutou por implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, a CUT foi, gradativamente consolidando uma plataforma de transformação econômicas e sociais antagônicas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia..." (BOITO Jr, 1999, p. 132).

A unificação a luta sindical era, para a CUT, a forma necessária para combater a política econômica do Estado e fortalecer os trabalhadores. A adesão destes às greves no período de 1983, 1986 e 1989 foi notável. A primeira contou com praticamente o mesmo número da segunda e a quarta teve uma adesão ainda maior: aproximadamente 20 milhões de participantes.

É importante mencionar, no que se refere às greves, o crescimento no campo da politização. Elas estavam longe de ser apenas greves econômicas, no mais restrito significado do termo, pois tinham bandeiras como repúdio à política econômica dos governos, reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa, liberdade de organização sindical e partidária, estabilidade de emprego, democracia etc. Portanto, essas greves em muito se diferenciavam daquelas cujos pleitos eram apenas econômicos. (BOITO Jr, 1999, p. 132 ss).

Os setores mais ativos dessas greves, conforme explica BOITO Jr. (1999), foram os metalúrgicos e trabalhadores da indústria automobilística, trabalhadores da indústria química e petroleira, trabalhadores da construção civil, funcionários públicos estaduais e federais, professores da rede pública e bancária. Essa nova organização sindical atingia, pois, tanto setores públicos quanto privados e tinha o ABC Paulista como vanguarda dessas greves.

3.3 FORÇA SINDICAL: UMA NOVA CENTRAL COMO ESTRATÉGIA DO CAPITAL

Com financiamento do Governo Federal do Estado e defensores do sindicalismo de resultado, organizou-se em 1991 uma nova central sindical, a Força Sindical, com objetivos claros de apoiar as reformas neoliberais do presidente Collor. Essa central fortalecia a direita sindical e o peleguismo tradicional.

A Força Sindical congregava, no início, inúmeros “sindicatos de carimbos”; sindicatos menos de 500 associados, representantes de setores com pouca capacidade de pressão. A maioria dos dirigentes desses sindicatos (67%) nunca havia participado de qualquer tipo que fosse de congresso sindical antes do congresso de fundação da Força Sindical, em 1991.

É verdade que nem todos os dirigentes da Força Sindical tinham clareza do significado da política neoliberal; porém, sua origem relacionada à estrutura sindical, dependência do Estado, imobilismo, sindicalismo de resultado peleguismo e combate às práticas cutistas, serão poderosas estratégias para a implementação das políticas do Governo Collor. O combate direto à Central Única dos Trabalhadores e a adesão cada vez maior da participação de um “pacto” com o governo serão mostras claras de apoio da Força Sindical às reformas neoliberais. Para Vito Giannotti:

A palavra mais repetida pela Força Sindical é parceria. Parceria entre capital e trabalho, entre empresários e trabalhadores. Parceria entre essas duas classes onde o governo agiria como simples intermediário para facilitar o encontro dos dois reais parceiros. Seria mais um segurador de vela para os dois namorados do que um participante ativo num trio amoroso. No fundo o que conta é que os parceiros cheguem a um entendimento, a um acordo global, a um pacto enfim... esse é o pacto social a ser firmado pelos parceiros que a burguesia necessita para garantir um novo ciclo de expansão econômica e que a nova Central, a Força Sindical defende. (GIANNOTTI, 2002, p. 103).

Luiz Antônio Medeiros foi um dos mais importantes dirigentes da Força Sindical nesse período. Quando da fundação dessa central, ele era presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo – o mais importante da base da FS e um dos principais pilares de combate à CUT. Medeiros tinha importante tramitação nos governos Sarney e Collor e também no Governo do Estado de São Paulo, Orestes Quécia. Sua influência nesses governos resultou em grandes financiamentos para

seus “projetos”, tanto que os milhões conseguidos do Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Caixa Econômica Federal e outros convênios nunca tiveram uma prestação clara de contas. (BOITO JR., 1999).

Frise-se que nem o governo nem a imprensa oficial fizeram cobranças a esta prestação. Oportunista, Medeiros apoiou Collor quando sua vitória se dava como certa, apoiou Fernando Henrique Cardoso, foi Deputado Federal por São Paulo pelo PL (Partido Liberal) e atualmente (2015) é Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo. Nas palavras de BOITO Jr. (1999, p.185):

O chamado sindicalismo de resultado e sua sucessora, a Força Sindical, sempre foram dependentes dos governos. Em outubro de 1988 o Governo José Sarney oficializou a confederação Nacional dos Metalúrgicos, organizada por Medeiros. Essa confederação representou um golpe na CNT e uma mudança no esquema no esquema confederativo herdado do Estado novo. É preciso notar, e isso é o mais importante, que Sarney precisava elevar o status de Medeiros, para colocá-lo naquele segundo semestre de 1988, na mesa de negociação da qual a CUT negava participar. Apenas como presidente de sindicato, seria diminuída a importância do interlocutor de Sarney. Daí a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Para criar sua Força Sindical, em março de 1991, Medeiros acionou com todo apoio do Governo, a indústria da criação de sindicatos. De 1990 a 1992, o Ministério do Trabalho concedeu 132 cartas sindicais a entidades ligadas ao grupo de Medeiros. No mesmo período, foram concedidas treze cartas sindicais a entidades ligadas à CUT.

É inquestionável a participação do Estado para a efetivação de uma central que teoricamente representasse os interesses da classe trabalhadora, mas respaldasse e legitimasse, na verdade, os interesses mais estreitos da Capital. ANTUNES (2000, p.154) argumenta que a criação da Força Sindical é a expressão de um sindicalismo neoliberal, da nova direita ao encontro da onda mundial conservadora. Sua postura dificulta uma perspectiva crítica anticapitalista e fortalece a reestruturação do capital e do ideário neoliberal. Os laços políticos e ideológicos do neoliberalismo são fortalecidos no movimento sindicais brasileiro como a existências da FS.

Embora as privatizações tenham se iniciado no governo Sarney, foram nos anos de 1990 que elas intensificaram e tomaram corpo sólido. O apoio da Força Sindical foi de extrema importância nessa política de privatização, que era coerente com a reestruturação do capital desenvolvida pelos governos neoliberais. É significativa o fato de que das empresas privatizadas era controlada pela FS:

AÇOMINAS, USIMINAS e CSN, por exemplo, são alguns exemplos da influência dessa Central. Segundo Boito:

O apoio da Força Sindical ao processo de privatização desenvolveu-se em dois planos. De um lado faziam propaganda e agitação contra a linha da CUT, taxando-a em sintonia com o discurso neoliberal, de 'estatista e retrógrada'. Usavam a autoridade conferida pelas condições de representantes sindicais oficiais dos funcionários das empresas sujeitas à privatização para minar a luta da CUT. De outro lado, negociavam com as direções das empresas estatais o montante de ações que seria reservado para os funcionários das empresas a serem privatizadas, os preços dessas ações e o financiamento de juros subsidiados para a sua compra.... (BOITO Jr, 1999 p. 187)

É fundamental lembrar, aqui, duas estratégias usadas pela Força Sindical para fortalecer o receituário neoliberal. A primeira estratégia, uma prática histórica da direita, era desqualificar a oposição por meio de chavões do tipo comunista, retrógrada, petrossauro, eletrossauro, estatista, etc. A segunda era, conforme prega a doutrina neoliberal, reforçar o individualismo. Aos trabalhadores das empresas privatizadas seriam oferecidos alguns "privilégios". Isso explica o motivo pelo qual levaram a maioria dos trabalhadores das estatais, cujos sindicatos eram controlados pela FS, a apoiarem as privatizações. O individualismo sobressai em detrimento de um projeto coletivo.

Assim como a maioria dos grandes jornais e telejornais do Brasil, nitidamente alinhados com o projeto neoliberal, a FS defendia as privatizações como sinônimo de modernização; enxugamento da máquina pública para torná-la mais eficaz; quebra dos monopólios, traduzindo, assim, em uma maior competitividade com favorecimento à população. Nada disso se concretizou, na prática. Pelo contrário, a máquina pública continua eficaz em defesa do capital monopolista e especulativo; houve quebra de monopólios estatais e fortalecimento de monopólios privados, não gerando a tão "esperada" competitividade e mesmo melhoria nos serviços. Para piorar, houve aumentos abusivos de preços; contratos que prejudicam claramente a população, sobretudo a mais carente, e riscos muito sérios à soberania nacional. (BOITO JR., 1999)

Para Giannotti (2002), há uma grande contradição quando a FS defende um pacto. Segundo o autor, pacto é coisa da social-democracia, é coisa do pós- guerra. O neoliberalismo não precisa de pacto, pois ele representa a destruição total dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores. A partir do momento que

essa Central faz defesa do neoliberalismo, propor um pacto não faz sentido algum. Dessa maneira, afirma:

O neoliberalismo, que a Força Sindical defende, pressupõe exatamente a destruição da força dos sindicatos. As medidas econômicas e sociais do neoliberalismo levam à anulação da função dos sindicatos. Vão nesse sentido a terceirização, o serviço precário e temporário, a desregulamentação das relações entre capital e trabalho com o fim dos direitos coletivos e a volta das relações leoninas, homem a homem isoladamente a negociação entre patrão e o trabalhador... (GIANNOTTI, 2002, p. 105).

Outra questão emblemática que ainda separa a CUT e a FS é a visão sobre a terceirização. Representantes da Força no Congresso Nacional, como, por exemplo, o deputado federal pelo Solidariedade Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, tem defendido ativamente essa bandeira, contando com aliados do PSDB, DEM e setores mais retrógrados do PMDB. A título de exemplo, podemos destacar as manifestações das principais centrais sindicais no Primeiro de Maio de 2015. Enquanto centrais como a CUT e a CTB criticavam o projeto que tramitava no Congresso Nacional sobre a perda de direitos dos trabalhadores, a FS apresentava posição bem diferente. Em reportagem na Folha de São Paulo do dia 01/05/2015, sobre as manifestações do dia do trabalho, Rolli destaca:

Do outro lado da cidade, a Força Sindical comanda o 1º de maio na praça Campo de Bagatelle (zona norte), com a posição contrária à política econômica do governo e favorável à regulamentação terceirização. Haverá sorteio de carros, além de shows com artistas populares. Participam do evento da Força o presidente da Câmara dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o senador Aécio Neves (PSDB-MG), aliados políticos de Paulo Pereira da Silva (SD-SP) e ex-presidente da Força Sindical na aprovação do projeto. (ROLLI, 2015)

Essas questões reforçam a tese que a FS defende explicitamente o neoliberalismo. Também não podemos deixar de dizer que existem lideranças dessa central que às vezes diverge do encaminhamento da direção. Porém, isso não tira o caráter de adesão ao modus operandi do sistema capitalista dessa central.

3.4. ANÁLISE DA CRISE DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A compreensão da crise em que se encontra o sindicalismo passa necessariamente por uma análise da crise do capital e a proposta da reestruturação produtiva. Entre as inúmeras crises do capital, podemos dizer que os anos de 1970 repercutiram com maior força. O Fordismo/Taylorismo já não mais respondiam à altura das expectativas do capital. Nesse contexto, nasce o Toyotismo como uma possibilidade de retomada ou mesmo continuidade da acumulação de capital.

ANTUNES (2000) enumera as principais marcas desse novo momento do capitalismo: trabalho parcelar, fragmentação das funções, separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas, constituição do operário massa, do trabalhador coletivo fabril, característico do binômio fordismo/Taylorismo, que cede lugar para a flexibilização da produção, “especulação flexível”, flexibilização de unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos trabalhistas, os novos padrões de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão, levando o estranhamento do trabalho (no sentido Marxiano) ao seu limite – tudo isso feito sob um “inquestionável” domínio da “produtividade” e da “modernidade social”, típico do Toyotismo.

O Toyotismo defende algumas teses de claro viés ideológico, a exemplo do “envolvimento participativo” e “qualidade total. Esse “envolvimento participativo”, na verdade, é um envolvimento manipulado, uma vez que o trabalhador não tem clareza ou mesmo poder nas empresas para que suas ideias favoreçam a classe trabalhadora ou a si mesmo. (ANTUNES, 2000).

A reestruturação produtiva, como forma de reestruturação do capital, está dentro das propostas e perspectivas da política neoliberal, cujos principais interlocutores são organismos internacionais (FMI, OMC, BANCO MUNDIAL), empresas multinacionais e governos nacionais. Essa nova configuração do capital objetiva a desindustrialização de países periféricos, para o aumento da dependência comercial, orientada pela OMC; a desnacionalização da economia, orientada pelo capital monopolista e especulativo; e a concentração de riqueza e da propriedade, defendida pelos governos neoliberais. Boito Jr. afirma que:

... a desindustrialização atinge também setores que fazem uso intensivo da força de trabalho: têxtil, vestuário, calçados e outros. Parte através do aumento do índice de importação dos componentes em setores como o eletrônico, automobilístico de eletrodomésticos e outros. Trata-se de uma faceta da desindustrialização que pode ser erroneamente percebida como o seu oposto.... (BOITO Jr., 1999 p. 42-43).

Segundo BOITO Jr. (1999), o processo de desnacionalização é muito visível na América Latina e Brasil. Em 1995, por exemplo, grupos estrangeiros compraram mais de 300 empresas de diferentes ramos. E não parou por aí. O fortalecimento das privatizações no Governo FHC (e que não param nos governos do PT) e abertura comercial engrossaram esse número. A Brastemp associou-se à Whirpool, a Continental foi comprada pelo grupo alemão Bosch-Siemens e a Prosdócimo pela sueca JP Morgan. A Gradiente associou-se à Japonesa JVC. A Lacta foi vendida à Philip Morris; a Arisco associou-se ao banco norte-americano Godman Sachs. A companhia Pilar, maior grupo no setor de alimentação do Nordeste, foi vendida em duas partes: uma para a Nabisco (USA) e outras para Bunge & Born (Argentina). No Paraná, o grupo português SONAE, que em 2005 foi comprado pelo Walmart, comprou as redes de supermercados Mercadorama e Coletto. Estes são alguns dos exemplos da desnacionalização no Brasil nos últimos anos.

As políticas neoliberais se afirmam não apenas como o melhor, mas também como o único caminho a ser seguido pelos países, haja vista que isso resultaria numa melhora da vida da população: acesso a produtos diversificados, melhores preços, mais opções, etc. Entretanto, além de melhores preços e serviços nem sempre (na maioria das vezes) serem garantidos, o desemprego e a diminuição da renda dos trabalhadores trazidos por essa política já constituem por si só barreiras para o acesso da maioria da população a esses produtos e serviços.

As muitas transformações ocorridas no campo da produção e mesmo na relação capital-trabalho afetaram agudamente a subjetividade e a consciência da classe que vive do trabalho. Nesse sentido, ANTUNES (2000) alerta que a crise contemporânea dos sindicatos deve ser estudada tendo como parâmetros os contornos e dimensões essenciais dessa crise e porque se pode efetivamente afirmar que existe uma crise do sindicalismo.

Ao afetar o mundo do trabalho, essa impactou obviamente a classe trabalhadora. Uma das consequências é a diminuição dramática da taxa de

sindicalização. Muitos trabalhadores descreem da organização sindical, além de mostrarem medo de sofrerem represálias por parte do capital.

ANTUNES (2000) destaca o fosso existente entre trabalhadores estáveis e precarizados e o modelo verticalizado da organização sindical, herança do Fordismo, mais vinculado à categoria profissional e mais corporativo, como duas importantes causas da crise do movimento sindical. A reestruturação produtiva, que tão bem caracteriza o neoliberalismo, fortalece o trabalho precarizado (temporário, parcial, feminino, terceirizado, estagiário), o que acaba acarretando muita dificuldade para os sindicatos.

Outra causa apontada por ANTUNES (2000) diz sobre o modelo verticalizado da organização sindical, um grande empecilho para a organização da classe que vive do trabalho. Historicamente, os sindicatos foram organizados para atender os trabalhadores estáveis. Trabalhadores estáveis não significa aqui ter estabilidade de emprego e sim estar efetivado na empresa, com carteira de trabalho e garantias trabalhistas. Esses órgãos de representatividade da classe trabalhadora não estavam preparados para aglutinar os trabalhadores precarizados. Isso só é possível se pensarmos uma organização sindical horizontalizada, que atenda todas as demandas da classe trabalhadora. Poderemos dizer como nas mentalidades da vanguarda operária.

A fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe que vive do trabalho questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora (...) trabalhadores em pequenos estabelecimentos, trabalhadores parciais, as mulheres, os jovens etc., parecem compor um quadro diverso que acaba por dificultar um aumento das taxas de sindicalização.... (ANTUNES, 2000, p. 70).

Segundo o raciocínio que Antunes apresenta, podemos analisar a dificuldade encontrada pelos sindicatos em alguns campos. Em relação às mulheres, podemos constatar uma cultura machista histórica. Inclusive nos movimentos de esquerda. A saída da mulher da casa para o mercado de trabalho não representou efetivamente sua emancipação. Não se pretende dessa forma negar as conquistas femininas. Porém, os entraves do machismo ainda são muitos presentes. Isso faz com que muitas vezes a atividade sindical fique mais relacionada ao sexo masculino. Sabemos que o machismo não deve ser reduzido à questão de gênero, pois irá favorecer de maneira muito clara as empresas. Tem-se a falsa impressão que é o

homem que lucra com isso, porém, a classe trabalhadora como um todo se prejudica.

Os trabalhadores de escritórios muitas vezes se sentem como superiores aos trabalhadores manuais – essa é a regra. Muitas vezes podem sentir-se coagidos de uma efetiva participação sindical. O distanciamento entre trabalhadores do escritório e trabalhadores do chão de fábrica também influencia nessa dificuldade encontrada pelos sindicatos. É comum estes trabalhadores se sentirem portadores de cargos de confiança.

Trabalhadores mercantis representam outro grupo muito difícil de se organizar. As raízes do sindicalismo estão na indústria. O setor terciário é mais vulnerável e a rotatividade de trabalhadores é muito mais intensa. Como exemplo, pode-se falar sobre trabalhadores de supermercados e shoppings centers. A grande maioria desses trabalhadores não possui vínculo sindical e nem todos são estáveis. Esse é um setor predileto para o trabalho temporário.

Os empregados de pequenas empresas possuem uma ligação muito próxima aos gerentes ou donos, assim como ocorre com os trabalhadores de escritórios. Cria-se uma certa barreira e coibição. Também não se deve esquecer que as raízes dos sindicatos, além de estarem na indústria, estão nas empresas que empregavam um grande contingente de trabalhadores. Segundo Marx e Engels (1998), nas grandes empresas, a consciência de classe era facilitada, pois os trabalhadores iriam perceber a miséria de seus semelhantes e com mais facilidades iriam assimilar suas misérias, bem como o grande causador, que é o sistema capitalista. Dessa forma, os trabalhadores veriam que somente por meio da luta de classes é que o capitalismo seria destruído e as amarras do proletariado destruídas.

Conforme Antunes (2000, p.69-70), o esfacelamento do Welfare State trouxe à tona a xenofobia no seio da classe trabalhadora. Os migrantes, no auge do Estado de Bem-Estar Social, exerciam funções que o nativo descartava. Porém, com a crise do Regime, os imigrantes passam a constituir uma “ameaça” aos empregos e sobrevivência dos trabalhadores europeus. Por uma falta de consciência de classe, esses trabalhadores acabam acreditando que os inimigos sejam os estrangeiros e não o capital. Infelizmente, é cada vez mais comum na Europa o ataque a bairros habitados por imigrantes, bem como agressões individuais. Estes trabalhadores estrangeiros, na maioria das vezes, não são representados pelos sindicatos:

Paralelamente a esse processo que impulsiona a dessindicalização, tem-se presenciado importantes avanços na organização sindical dos assalariados médios. Na Inglaterra, onde os sindicatos têm recorrido à fusão como forma de resistir à avalanche neoliberal, houve recentemente um exemplo significativo de união orgânica de vários sindicatos do setor público que criaram a mais forte entidade sindical no país – denominada UNISON- com cerca de um milhão e quatrocentos mil filiados (...) Na Alemanha, atualmente de cada três sindicalizados, um é de classe média, na Noruega e na Holanda, estima-se que a metade dos trabalhadores sindicalizados não exercem uma função manual(,,) na França, 50%; na Grã Bretanha 40%; Suécia 36%; Áustria 35%; Dinamarca 32% e Itália 20%. (ANTUNES, 2000, p.71).

Este fenômeno é interessante, principalmente porque no continente europeu o sindicalismo tem origem no chão de fábrica. A tendência, como mostrada por Antunes , não significa necessariamente uma consciência de classe, mas sim uma tentativa, muitas vezes desesperada, de uma “classe média” em tentar manter seu status na sociedade. Afinal, essa crise e o ideário neoliberal atingem toda a classe que vive do trabalho. Mesmo muitas vezes “não sabendo”, a “classe média” faz parte dessa classe.

Para Antunes (2000), outra tendência nos anos de 1980 foi o surgimento de um neo-corporativismo no interior da classe trabalhadora. Muitas vezes os trabalhadores estáveis procuram reforçar seus interesses em detrimento dos interesses dos trabalhadores precarizados. Novamente a classe trabalhadora não consegue perceber qual é o inimigo, fortalecendo, com isso, o projeto ideológico do neoliberalismo.

Antunes (2000, p.73-75) sintetiza a atual crise do sindicalismo em cinco tendências:

1 – Uma crescente individualização das relações de trabalho. A discussão da relação Capital e Trabalho acaba tomando dimensões meramente econômicas e cada vez mais esta discussão ganha força num entendimento micro. Com isso, o chamado sindicalismo-empresa ou sindicalismo-casa, típico do modelo japonês, ganha força em detrimento a organização por classe ou mesmo categoria.

2 – Uma fortíssima corrente no sentido de desregular e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho. Esta desregulamentação e flexibilização atingem conquistas historicamente alcançadas pela classe trabalhadora. Fim do registro em carteira, multa rescisória, décimo terceiro, aposentadoria por tempo de trabalho, horas-extras, etc., são exemplos desta corrente. Dado o desemprego cada vez maior, o apoio dos Estados neoliberais ao capital e a organização vertical inorgânica

do movimento sindical em sua maioria, esta tendência tem encontrado campo fértil e tem-se propagado com uma grande intensidade.

3 – O esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países mais avançados. Muitos sindicatos erroneamente abandonaram a via de sindicalismo de oposição para aderirem ao sindicalismo de participação. Esta nova postura é equivocada, pois esta dita participação só reforça o projeto societal baseado na lógica da produção de mercadorias. Direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora são “negociados” em nome da manutenção do emprego. Com estas novas posturas, os sindicatos referendam e legitimam o projeto neoliberal de exclusão social e fortalecimento do acúmulo de capital.

4 – Uma tendência crescente de burocratização é a institucionalização das entidades sindicais. Esta tendência reforça a estrutura sindical tradicional e fortalece o atrelamento ao Estado, a partir da aceitação de um sindicato oficial e imposto sindical, abrindo espaço assim para o sindicalismo conservador. Reforça a posição defensiva, distanciando os movimentos autônomos; realimenta a separação entre base e direção. Esta nem sempre representa os verdadeiros interesses dos trabalhadores por serem considerados atrasados e retrógrados em “tempos de modernização”.

5 – Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, há um fortalecimento avassalador do capital. Utilizando mais métodos ideológicos que repressivos, o capital impõe sua lógica de produção de mercadoria. Aqueles movimentos que apresentam uma postura anticapitalista e antiimperialista acabam sendo alvo de ataques. São apresentados como ultrapassados e defensores do atraso e do desemprego. Combatidos pelo capital, esses movimentos de esquerda, muitas vezes, encontram resistências também no interior da classe trabalhadora, que, a partir de seu senso comum, vê esses grupos como inimigos e não percebe sua submissão ao capital. Acreditam, assim, na relação “fraterna” entre capital e trabalho.

As crises nacionais não podem ser entendidas fora do contexto da crise do sindicalismo em escala mundial. Está no contexto, segundo Antunes (2000, p.76), da crise que atinge o mundo do trabalho e seus organismos sindicais e partidários no âmbito do capitalismo e sua expansão mundial cuja proporção, não toda ainda assimilada, atingiu tanto a materialidade quanto a subjetividade da classe trabalhadora.

3.5 AS MUDANÇAS DA CUT NO CURSO DA POLÍTICA BRASILEIRA

A Central Única dos Trabalhadores nasceu como a materialização do novo sindicalismo brasileiro. A organização da classe trabalhadora, o combate ao latifúndio, com a necessidade de uma reforma agrária, a postura anti-imperialista, a luta pela suspensão do pagamento da dívida externa, o combate ao capital monopolista e financeiro, entre outros, foram algumas das bandeiras da combativa central que acabava de nascer. Porém, nos anos de 1990, a CUT teve uma mudança de postura: passa do sindicalismo de oposição para um sindicalismo propositivo a fim de responder às circunstâncias geradas pelo contexto econômico e político.

Mas foi com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2003 que a posição da CUT fica cada vez mais propositiva, na medida em que se torna participante do governo, com dirigentes exercendo a função de ministro do Trabalho, 2005/2006, da Previdência Social em 2007. Como parte de um governo, tornou-se difícil efetuar a crítica a este mesmo governo, realizar greves, desenvolver uma oposição ou atuar de modo negativo. Assim, o movimento sindical da CUT passa a apresentar mudanças em seus posicionamentos, em sua forma de atuação e em sua força mobilizadora. Conforme Galvão (2009, p. 180), a “proximidade entre uma parcela do sindicalismo brasileiro e o governo” do PT, “ao invés de fortalecer a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores e de seus organismos de representação, tem evidenciado suas debilidades” nas atuações das duas Centrais principais: na “acomodação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) frente às medidas antipopulares do governo Lula; na incapacidade da Força Sindical (FS) de se constituir em polo de oposição sindical ao governo”.

BOITO Jr. (1999) argumenta que é um erro explicar a crise do movimento sindical apenas numa visão economicista, algo comum em muitos autores que parecem só ver no desemprego a explicação para a crise sindical. Embora, é claro, o fenômeno do desemprego seja um complicador de peso, deve-se ter em mente que ele é inerente ao capitalismo; o pleno emprego, nas sociedades capitalistas, só foi encontrado nas economias de guerra, como no caso alemão, italiano e japonês.

Importante alerta é dado também por Hobsbawm (1988), segundo o qual a heterogeneidade na classe trabalhadora sempre foi muito grande. Portanto, estão equivocadas correntes que explicam a crise do movimento como resultado único e

exclusivo desta heterogeneidade de contratos. Sem negar a importância dessa variante, Antunes (2000) vai além e indica, por exemplo, o modelo vertical, no qual historicamente os sindicatos foram organizados.

Indubitavelmente, a implementação no ideário neoliberal é outra variante explicativa para esta crise. Como ocorre com outras variantes, esta muitas vezes torna-se reducionista. Com isso, queremos apontar que utilizaremos aqui mudanças de posicionamento da Central Única dos Trabalhadores, dentro da crise do sindicalismo, apresentando as seguintes variantes, não necessariamente por ordem quanto à sua importância: aumento significativo do desemprego, sobretudo atingidos núcleos mais estratégicos da CUT; variação de contratos – trabalhos estáveis x precarizado.

Como já foi mencionado, a eleição do candidato do PRN em 1989 representou não apenas uma vitória nas urnas, mas principalmente a vitória de um projeto político, econômico, social e ideológico, que seria consumado exemplarmente durante os dois mandatos do presidente eleito pelo PSDB.

Um dos efeitos mais imediatos da ascensão do candidato vitorioso em 1989 ao poder foi a homogeneização da burguesia nacional não mais se dividindo como no final dos anos de 1970 e 1980. A partir desse momento, todo movimento que se opunha a este projeto passa a sofrer perseguições sistemáticas dos governos neoliberais e da imprensa burguesa.

O impacto popular da ideologia neoliberal tem intrigado o pensamento crítico brasileiro, e em particular os marxistas. A despeito de alguns autores tentarem negar sua existência, há indícios incontornáveis de sua amplitude. Os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso chegaram ao poder no Brasil pelo voto popular, e o voto é, a despeito do poder do dinheiro, da mídia, da legislação no processo eleitoral, um indicador de aceitação popular de uma determinada corrente ideológica. (BOITO Jr., 1999, p.218).

A proposta de pensamento hegemônico neoliberal não apenas atinge os trabalhadores como suas organizações de classe. A mudança na postura do sindicalismo internacional acabou refletindo aqui no Brasil e, em especial, na CUT. Podemos afirmar que essa postura internacional tenha influenciado na Força Sindical, uma vez que esta central nasceu como estratégia para facilitar a efetivação das reformas neoliberais aqui no Brasil. Podemos dizer, porém, que o nascimento da Força Sindical terá forte influência em algumas posições da CUT, que, para não

perder maior espaço, faz mudanças “estratégicas” em sua postura e propostas históricas. Boito Jr. apresenta exemplarmente o quadro concreto do momento sobre o qual vimos falando:

Na década de 1990, os trabalhadores têm, devido ao desemprego, menos disposição para a luta sindical e os organismos de cúpula do movimento popular, como é o da CUT, encontram-se mais isolados politicamente devido à reunificação do campo burguês. Pois bem, debilitado e isolado, o movimento sindical é chamado a assumir batalhas novas e difíceis: luta contra a desregulamentação, conviver com a desindexação dos salários, combater as privatizações, as reformas neoliberais (administrativa, previdenciária), a desindustrialização e o desemprego crescente. Exatamente nessa central a Força Sindical que passou a defender o neoliberalismo. Isso não é “mau do moderno” : é uma conjuntura nova, e que exigiria da esquerda uma tática sindical nova, e não a proposta de reeditar a estratégia dos anos 80. (BOITO Jr., 1999, p. 208).

Arrolem-se ainda como dificuldades encontradas pela Central Única dos Trabalhadores as crises sofridas nos três pilares tradicionais da base cutista: metalúrgicos do ABC Paulista; bancários de São Paulo e funcionalismo público. Segundo BOITO Jr. (1999), por causa do desemprego e preocupado com a desindustrialização, o sindicalismo o ABC procurou fazer alianças com a burguesia industrial. Aqueles que conseguiram manter o emprego assumiram um ritmo de trabalho muito mais intenso e condição de trabalhos piores. Isso vai fazer com que sejam criadas bases materiais para o neocorporativismo no ABC Paulista. Este fenômeno, que já era comum na Europa com ascensão do neoliberalismo, agora ganhava força no reduto cutista de bandeira historicamente antineoliberal.

Os bancários de São Paulo eram também um reduto cutista, tanto que, juntamente com os do ABC, tiveram importância estratégica nas lutas da CUT nos anos de 1980, sobretudo nas Greves Gerais. Contudo, esse setor foi brutalmente atingido pela automação, o que resultou no fechamento de milhares de postos de empregos. Muitos funcionários que ficaram passaram a ter seus salários atrelados à “produtividade” – e isso, de certa forma, dificulta a participação destes trabalhadores em sindicatos. As “políticas de metas” desenvolvidas pelos bancos, que serão enunciadas abaixo por Antunes, tem evidentemente caráter de coibição da organização dos trabalhadores em sindicatos de oposição:

No âmbito produtivo, a acumulação ‘flexível’ combina formas sofisticadas de apropriação da mais-valia – apoiados na teleinformática e em práticas de controle e gestão do trabalho que mistificam e obscurecem os mecanismos

de dominação do capital – com formas mais antigas baseados no prolongamento da jornada de trabalho e no arrocho salarial, incrementando e aperfeiçoando a explicação capitalista do trabalho... Os bancários, como milhões de trabalhadores atingidos pela reestruturação contemporânea da capital, experimentam a instabilidade do emprego e a intensificação do trabalho em sua vida cotidiana. Todavia, enquanto segmento da classe trabalhadora diretamente vinculada os movimentos comandados pelo capital financeiro lidando na sua atividade diária com essa fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro – os bancários vivem de modo singular as transformações do capitalismo mundializado. (JINKINGS, apud ANTUNES, 2004, p. 209-10).

Em os *Sentidos do Trabalho*, Antunes (2001) indica que teoricamente, com a instituição do Plano Real, em 1994, o setor financeiro perderia com a queda da inflação. Entretanto, o que ficou camuflado foi o contrato do governo com os bancos, os quais, por meio de cobrança de taxas diversificadas, “ajudas” do Estado e certas isenções fiscais, puderam continuar sua lucratividade. Em certos casos, os lucros dos bancos privados aumentaram com a privatização dos bancos públicos. Exemplos claros disso são o Itaú e o Bradesco. (ANTUNES, 2001).

A variação de contratos (trabalhadores estáveis versus precarizados) também fortaleceu a crise na CUT e a sua postura. Como movimento sindical histórico, a CUT está organizada de forma vertical. Com isso, as dificuldades de representar o trabalho precarizado aumentam. O trabalho precarizado é altamente lucrativo para a empresa: coíbe os trabalhadores de uma participação em defesa de seus direitos no movimento sindical, dificulta a inserção dos sindicatos no contingente desses trabalhadores e também reforça, no interior das empresas, um neocorporativismo.

Tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a CUT são divididos internamente por grupos de orientações políticas variadas, que se autodenominam correntes. Um dos determinantes das posturas da Central Única dos Trabalhadores é a linha adotada pela Articulação Sindical – corrente interna predominante na CUT. Encontram-se no interior do Partido e da Central Única: leninistas, trotskistas, marxistas, marxista-leninistas, maoístas, socialistas cristãos, sociais-democratas e os independentes.

A existência de tantas correntes se explica porque tanto o PT como a CUT são resultados de um processo histórico de luta dos trabalhadores no Brasil - e no movimento dos trabalhadores já existia a formação de grupos, que passaram a integrar o PT e a CUT, mas foram respeitadas suas especificidades e identidades, desde que não fossem de encontro às identidades do Partido e da Central sindical. Enquanto defesa da democracia interna, as tendências, no plano teórico, são

importantíssimas. Porém, como resultado no campo prático, nem sempre essa democracia ocorre. Muitas vezes ocorre uma certa “depuração” no interior dessas organizações. Tanto no PT como na CUT, quem dá a direção é a corrente majoritária – no caso da Central Única dos Trabalhadores é a Articulação Sindical.

Articulação Sindical sempre controlou os sindicatos mais poderosos da CUT, vinculados aos trabalhadores com maior poder de pressão sindical. Controla, em primeiro lugar, os sindicatos dos metalúrgicos do ABC que, desde a criação da Central, detêm os principais postos de sua executiva nacional. Controla, em segundo lugar, os sindicatos dos bancários de São Paulo, que sempre foi o segundo grande Sindicato Cutista em capacidade de organização e de luta e em importância política na Central; controla a maioria de sindicatos de petroleiros do país, sindicalismo poderoso pela sua inserção estratégica na economia... (BOITO Jr., 1999, p.207-8).

A Articulação Sindical tem inserção menor no funcionalismo público, sindicatos metalúrgicos de cidades médias ou pequenas e em sindicatos que exercem um menor poder de pressão. Dessa forma, nos sindicatos maiores e de maior pressão, a Articulação Sindical é hegemônica. Outro fator que fortalece essa corrente é o fato que nem sempre as correntes minoritárias estão unidas. Por interesses pontuais, é comum correntes fecharem acordos “estratégicos”. A CSD, que faz oposição sistemática à CNB no Estado do Paraná, se aliou a essa corrente no último congresso da Central, por interesses meramente fisiológicos. O mesmo aconteceu com a corrente O Trabalho. Com a reestruturação do capital aqui no Brasil, as bases mais fortes da CSD – metalúrgicos do ABC e bancários de São Paulo como já foi observado, as montadoras e os bancos – foram setores de grande exclusão de mão-de-obra, com o desemprego crescente. Muitos acordos e mudanças de posturas dessa corrente são visíveis. Hoje há sindicalistas na CUT que defendem a organização de sindicatos por empresa, radicalizando o insulamento neocorporativo que tem marcado a base social da corrente Articulação Sindical. Percebe-se aqui que as propostas de alguns dirigentes vêm ao encontro do sindicalismo-empresa da via toyotista.

Conforme BOITO Jr. (1999), as concepções políticas da Articulação Sindical têm uma grande base ligada à esquerda católica – grupos da Teologia da Libertação, a uma visão reformista do capitalismo, pela rejeição do marxismo e postura reivindicatória. As centrais sindicais mais próximas a essa corrente são centrais de origens católicas ou social-democrata. É importante dizer que a CISL

(Central Sindical Italiana) e a CFDT (Central Sindical Francesa), com as quais a Articulação Sindical possui uma grande ligação, passaram por mudanças, defendendo um pacto entre capital e trabalho e abandonando a luta de classes.

Quanto à influência da esquerda católica, é importante analisar que esta sofreu grandes perseguições no papado de João Paulo II. Foi nítido o investimento da Igreja Romana na Renovação Carismática¹¹, com objetivos inequívocos de combate à Teologia da libertação. Ideólogos importantes como Frei Betto e Leonardo Boff aderiram, segundo BOITO Jr. (1999), a um ecologismo, apologia genérica ao ser humano e defesa da família humana. Dessa forma, os pobres foram deslocados a um segundo plano:

... os pobres gritam, disso nasceu a Teologia da Libertação e hoje a terra grita e nós precisamos criar um discurso que atenda ao grito da terra. Eu proponho uma teologia integral, que coloque como centralidade o sistema Terra... [...] a libertação não pode ser só dos pobres, primeiro tem de ser de todos os humanos, os seres humanos se descobrindo com membros de uma família só, a família dos humanos... [...] essa busca por novos paradigmas faz com que a Teologia da Libertação hoje seja mais verde que vermelha. Mais ecológica do que marxista (BOFF em entrevista a F. de São Paulo, 24 de dezembro de 1995).

No discurso de Leonardo Boff, vê-se que o abandono das categorias marxistas é uma postura confortável. Pois ele faz defesa de um modismo. Desloca ou mesmo elimina a questão da exploração do trabalho. Utiliza-se de um discurso no mínimo genérico. Neste mesmo dia, também em entrevista à Folha, Frei Betto critica categorias marxistas e defende um novo paradigma baseado na astrofísica, afirmando que ser humano, lobo, a montanha é tudo uma coisa só, porém, em formas diferentes. Percebe-se que o frei dominicano faz um discurso ao encontro do establishment. Líderes importantíssimos da Articulação Sindical, como Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, têm sua sustentação ideológica na esquerda católica. (FREI BETTO, 1995).

Ainda é importante ressaltar, no que diz respeito à Igreja Católica, que a implementação do neoliberalismo foi favorável à sua política. As políticas desenvolvidas pelo Welfare State ocupavam os espaços das “políticas sociais” da

¹¹ Renovação Carismática – Fortaleceu no Brasil no final dos anos de 1980. Com críticas à esquerda da Igreja Católica e Teologia da Libertação, os carismáticos defendem práticas pentecostais e uma preocupação da Igreja apenas com o espírito. Cf. **VALLE, Edênio. A Renovação Carismática Católica. Algumas observações.** Estud. av. vol.18 no.52 São Paulo Sept./Dec. 2004

Igreja Romana. Com a crise do Estado de Bem-Estar, as portas se abriram novamente para o ensino, obreirismo, assistência hospitalar, filantropia católica.

Algo que fica bem nítido é que a prática política da CNB nem sempre tem sido democrática na Central Única dos Trabalhadores. Por exemplo, no III CONCUR¹², realizado em 1988 em Belo Horizonte, a Articulação conseguiu desmobilizar o MOMSP (Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo). O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo é controlado pela Força Sindical, na época era pela CGT de Joazeiro, mais tarde substituído por Medeiros. O MOMSP era um reduto de tendências minoritárias da CUT e que tinham participação nos CONCURs. Pelo novo estatuto aprovado em Belo Horizonte, a representatividade da oposição ficou limitada. No V CONCUR, realizado em São Paulo no ano de 1994, houve outro golpe de democracia interna: a Articulação acabou com as CUTs Regionais. A organização por regionais possuía uma estrutura mais horizontalizada e mais democrática. As correntes minoritárias eram fortes nas regionais e concorriam, segundo BOITO Jr. (1999), com a estrutura confederativa da CUT, controladas pela CNB. Nota-se, com isso, que os interesses dessa corrente, na maioria das vezes, são colocadas acima dos interesses da Central. O discurso de democracia interna vai por terra – quando este fisiologismo é cada vez mais solidificado. Não custa lembrar que os acordos recentes com a burguesia e os governos neoliberais são exemplos redivivos de fisiologismo.

Para BOITO Jr. (1999, p. 217), “A crise e degradação do bloco soviético abalou ideologicamente a maior parte das correntes que colocavam à esquerda as articulações”. Mesmo criticando e denunciando o modelo soviético, as correntes de esquerda da CUT ainda tinham neste bloco um paradigma de socialismo; acreditavam no estatismo total e na planificação da economia. Também não foram

¹² Sobre os Congressos Nacionais da CUT- CONCUR, consultar: <http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>.

capazes de responder à cultura, às críticas da imprensa burguesa e à degradação da URSS.

Com toda essa situação, a CUT, comandada pela Articulação Sindical, aderiu ao sindicalismo propositivo. Segundo o entendimento da Central, era preciso parar de falar apenas “não” e começar a dizer “sim”. Sair de uma plataforma defensiva e reivindicatória, para fazer propostas para políticos de todas as áreas: habitação, educação, energia, agrícola, etc. BOITO Jr. (1999, p. 143) sustenta que a “CUT abandonou a luta prática e a agitação de ideias contra o modelo de desenvolvimento brasileiro e não assumiu a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal em seu conjunto”.

No sindicalismo propositivo, existem a defesa e apresentação de propostas que interessam aos empresários, governos neoliberais e trabalhadores. Esta é a ideia de um “pacto”, em que um fim comum é o objetivo a ser atingido. A grande questão que deve ser colocada é se é possível um “pacto” que atinja interesses comuns numa sociedade classista? É possível a convivência pacífica entre capital e trabalho? Numa sociedade excludente e de perda dos direitos trabalhistas, historicamente conquistados, quais são as chances dos trabalhadores em fazer prevalecer propostas que os beneficiariam?

Diante disso, é possível dizer que a CUT está cometendo um grande equívoco histórico. O abandono de bandeiras históricas faz com que sua base se distancie cada vez mais, por não acreditar mais na coerência com seus princípios originários. A CUT encontra-se, assim, em uma encruzilhada: ou adere definitivamente ao projeto neoliberal, travestida de um sindicalismo propositivo, ou reassume sua postura histórica, que tão bem caracterizou seu surgimento. Mesmo não ignorando todas as contingências e as dificuldades postas, essa central deve lutar pela construção de um projeto que enfrente o projeto hegemônico ditado pelo capital.

3.6 CUT: DISPUTAS E TENDÊNCIAS

A disputa pela hegemonia político-ideológica na CUT existe desde os seus primeiros anos de formação e suas mudanças internas foram abordadas por diversos autores, tais como Antunes, 1997; Rodrigues, 1990, 1997; Cardoso, 2003

. Num primeiro momento, a unidade entre diferentes concepções sindicais conseguiu perpetuar-se em torno de um objetivo maior, que já tinha sido alcançado.

Um ano após sua fundação, foi realizado o I Congresso Nacional da CUT CONCUR (São Bernardo 1984), quando são aprovados em 'definitivo' os estatutos da central (que viriam a ser o alvo das maiores disputas ao longo da história da CUT). O clima de unidade ainda era forte, o que garantiu um congresso sem grandes divergências, convergindo nas críticas à atuação da CUT durante seu primeiro ano de existência e na elaboração, apesar das críticas, de um novo Plano de Lutas, muito semelhante ao aprovado em 1983.

O destaque deste CONCUR foi o aprofundamento do debate de um ponto que permitiu a união entre "autênticos" e Oposições Sindicais: a estrutura sindical brasileira. Passado o momento crucial que dividiu o sindicalismo brasileiro, era necessária uma melhor caracterização e formulação destas críticas, até então muito genéricas. Isso se deu com a aprovação de princípios que deveriam nortear os debates regionais e "na base", como a democracia, o classismo, a autonomia sindical e a organização por ramo produtivo (RODRIGUES, 1990, p.10).

O II CONCUR (Rio 1986) teve como destaque a assunção da central de ideais notadamente anticapitalistas, pelo menos no nível do discurso, quando foi aprovado o socialismo como um de seus objetivos. Representa uma vitória dos campos mais identificados com as teses mais à esquerda da central, mas que não se refletiram numericamente na eleição da nova direção da CUT.

Neste CONCUR evidenciaram-se as grandes divergências existentes entre o bloco dos "autênticos", de um lado, e o bloco das oposições e demais setores mais à esquerda, de outro. Um fator importante que acirrou e despertou tais divergências foi a discussão proposta pela tendência majoritária de alterar os estatutos da central, numa perspectiva de garantir o controle e centralizar as decisões em suas mãos: fim da proporcionalidade na Executiva da Central, aumento do período entre congressos, eleições indiretas para delegados, entre outras. Tais propostas, entretanto, não foram colocadas em votação, uma vez que o campo majoritário percebeu que não seriam aprovadas (GIANNOTTI, 1991, p.43).

Isso levou a um rearranjo interno que aproximou blocos e tendências no sentido de garantirem a sobrevivência e a possibilidade de hegemonização no comando da CUT. Não representou apenas uma simples disputa pelo poder, mas sim uma disputa ideológica sem trégua, que abalará por várias vezes os pilares da

central. Também representou o início de uma ideologização crescente por parte do campo majoritário, originado pelos "autênticos" que não tinham nenhuma vinculação ideológica elaborada. Tem-se início a social-democratização da CUT, processo capitaneado pela Articulação Sindical, que se valerá de uma crescente burocratização como forma de se estabilizar no poder.

Nesse CONCURTO surgiu um instrumento amplamente usado nos congressos para determinar a força de cada tendência: a polemização em torno de propostas sem conteúdo prático efetivo, muitas vezes em torno de questões semânticas. Sobre esse CONCURTO, Vito Giannotti e Lopes Neto afirmam que:

O Congresso terminou de forma melancólica, numa disputa aritmética das três chapas, para ver qual tinha direito a uma vaga a mais na Executiva. A disputa foi resolvida depois, numa votação da própria Executiva eleita, beneficiando a corrente majoritária. Esse fato reforçou uma mentalidade, que voltará à tona diversas vezes, de tentar transformar a Executiva Nacional da Central, numa espécie de Supremo Tribunal para a resolução de questões importantes, sem a participação de fóruns mais amplos, inclusive os previstos nos estatutos. A tendência ao uso desse método voltará nos anos seguintes, inclusive em questões muito mais sérias (GIANNOTTI, 1991, p.45).

O III CONCURTO, ocorrido em Belo Horizonte em 1988, pôs em evidência a polarização e a divisão da central em dois grandes blocos ideológicos. O primeiro e mais forte, com 60% dos votos, é a Articulação Sindical, com traços originais do sindicalismo "autêntico" (principalmente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), que se empenha na luta econômica e nas reformas sociais dentro das leis de mercado. No plano político-ideológico tem uma posição próxima à social-democracia operária, sem, entretanto, assumi-la abertamente.

Existe também o campo mais à esquerda da CUT, composto por várias tendências. As principais são a CUT Pela Base, que se origina das Oposições Sindicais ou sindicatos conquistados por antigas oposições (principalmente a OSM/SP e a Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas), e a Convergência Socialista, tendência trotskista internacional. Essas tendências exercem papel fundamental.

Pode-se dizer que esse CONCURTO foi um marco para a história da CUT porque foi o último congresso de massas e institucionalização de um novo perfil e projeto para a CUT, que abandonou uma concepção de CUT-movimento para transformar-se numa CUT-estrutura.

Uma peculiaridade do III CONCUT foi a drástica queda do número de delegados de base. No I CONCUT, estes eram 66% dos delegados; no II CONCUT, 70%; e no III CONCUT apenas 51%. Outro dado importante foi o elevado percentual de delegados que não compareceram. Em agosto de 1988, havia 8.364 delegados inscritos, dos quais 2.120, cerca de 25% do total, não foram ao CONCUT em setembro.

Mais uma vez com ampla maioria e decidida efetivar seu projeto para a CUT, a Articulação Sindical aprovou com facilidade todas as mudanças que julgou necessárias no estatuto da Central, com vistas a estabilizá-la, e assegurar-se no poder. A tese n.º 10, da Articulação, apresentou diversas e minuciosas propostas de alteração estatutária que afetaria diretamente os princípios e a forma de funcionamento da central. Tais propostas foram refutadas pelo bloco oposicionista, representando 40% dos delegados.

As direções que compartilham das responsabilidades do poder são frequentemente acusadas de oportunistas e conciliadoras no trato com o patronato e o governo, e de autoritárias no trato com a base. As facções mais à esquerda, geralmente fora do poder, por sua vez, são acusadas de irresponsáveis, sectárias, infantis, utópicas. Em geral, ambos os lados têm alguma dose de razão, na medida em que duas lógicas se encontram: a da situação, que pretende a manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, privilegia os interesses da organização, e a da oposição, que pretende a mudança e, assim, valoriza o movimento.

[...] Ocorre que situação e oposição (ou oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do papel do sindicalismo: uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista (RODRIGUES, 1990, p.22-23).

As tendências minoritárias consideram uma tentativa de desideologização da CUT as posições expressas por Jair Meneguelli, ex-presidente eleito da CUT, ao recusarem a definição da central como socialista, negando também a possibilidade do socialismo como objetivo final. Jácome Rodrigues está atento à relação intrínseca entre a questão burocrática e a ideologia:

A luta interna que se desencadeou no II CONCUT e continuou no III CONCUT tinha como questão fundamental, aparentemente, as tentativas de alterações, nos estatutos, propostas pela tendência majoritária, a **Articulação**. No entanto, isso era apenas a superfície do problema. A questão de fundo era inteiramente outra e dizia respeito, em última instância, ao papel que deve desempenhar o sindicalismo no país e, especificamente, a CUT (RODRIGUES, 1990, p.114).

Três anos depois, em 1991, acontecia o IV CONCUT, vigorando sob os novos critérios de participação aprovados em 1988. Este congresso foi o mais tenso e aguardado da história da CUT, com sua quase implosão em duas centrais. Os ânimos exasperados do III CONCUT foram aprofundados ao longo dos anos de 1989-1991, durante o processo de preparação para o quarto congresso e durante a atuação da CUT neste intervalo de tempo. (OLIVEIRA, 2010).

A CUT, à revelia das posições tomadas em 1988, participou do chamado "entendimento nacional" de Collor, em 1990, valendo-se para isso da semântica, arma que passou a ser utilizada em larga escala para reinterpretar resoluções e o estatuto da central. (OLIVEIRA, 2010)

A votação da executiva da CUT que optou pela participação do entendimento nacional teve o resultado de 8 votos a favor e 6 contra, ou seja, uma pequena maioria. Mesmo assim, a falta de sensibilidade política e o clima de tensão entre os blocos ideológicos da CUT levaram-na à mesa do pacto social, desrespeitando 43% da direção executiva da central. É a prática criticada pelas minorias cutistas da "ditadura da maioria", onde o mais importante passa a ser o número de votos absolutos, não levando em conta o peso das minorias. (OLIVEIRA, 2010).

A esquerda da CUT, desnorteada pela ação objetiva da Articulação no congresso de 1988, foi abalada novamente, com o colapso do socialismo real e, via de regra, das ideologias socialistas em escala mundial.

Neste CONCUT, a proporção dos delegados de base despenca, como já era esperado: representam somente 17% dos 1.546 delegados credenciados (somente 8 delegados não compareceram). Alguns temas foram objeto de calorosos debates neste "Congresso de Dirigentes Sindicais": filiação à CIOSL, central sindical mundial de orientação social-democrata; superestimação de algumas delegações; reduções de outras delegações (principalmente das oposições); participação nos pactos sociais; e proporcionalidade qualificada. Por somente 21 votos de diferença foi aprovada a filiação a uma central sindical mundial. Em março de 1992, durante a V

Plenária Nacional da CUT, foi aprovado oficialmente a filiação à CIOSL. (OLIVEIRA, 2010).

Outro ponto de divergência foi o número de delegados que alguns sindicatos haviam tirado em assembleia. O critério para definir o número de delegados era o número de sindicalizados em dia com o Sindicato, o que levou à manipulação destes números por alguns sindicatos, e a criação de comissões de averiguação.

Outro caso é descrito assim por Vito Giannotti e Lopes Neto acerca do Sindicato dos Comerciários de Vitória - ES:

O Sindicato dos Comerciários, dirigido pela Articulação, declarou 12.000 sócios em dia com os cofres do Sindicato, em março de 91. Houve protestos, pois o número era absurdo. Na declaração corrigida o resultado apresentado foi 10.320. Nova recusa em aceitar esse número. Mas ficou por isso mesmo. Dois meses depois a diretoria do Sindicato convocou eleições para renovação da mesma, onde só votariam os sócios em dia. Essa mesma diretoria declarou serem 1.800 os comerciários em dia com as mensalidades. Ficava impossível provar que, dois meses antes, o número de sindicalizados era 10.320 (GIANNOTTI, 1991, p.72).

Todas as posições defendidas pela Tese da Articulação foram aprovadas, algumas por pequena margem de votos. Fica patente que a Articulação preocupou-se em assegurar seu controle a todo custo, o que implicou no redutor dos delegados da Bahia e Minas Gerais e na anulação da votação de proporcionalidade qualificada, aprovada por 1 voto de diferença. A pequena margem de votos para a eleição da nova direção (a menor diferença na história da CUT) foi de somente 2,16% (65 votos) dos 1.546 delegados. Por isso a oposição acusou a Articulação de, após ter feito a conta dos delegados sob sua influência depois dos Encontros Estaduais, ter optado por manobras que garantissem sua vitória naquele importante e decisivo CONCURTO. (OLIVEIRA, 2010).

A fala de Jair Meneguelli, eleito presidente da CUT, ao Jornal da Tarde de 12 de setembro de 1991 reflete o pensamento do campo majoritário cutista: "Em 1983, no Congresso de fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCURTO nos livramos da esquerda". (OLIVEIRA, 2010).

Para evitar a ruptura interna da CUT foi necessária a elaboração de um documento, *Bases para um compromisso*, que estabeleceu uma trégua entre os campos em disputa, mas não reviu nenhuma das propostas congressuais, principalmente a proporcionalidade qualificada. Novamente, tal iniciativa partiu da Articulação, na política de "bater e soprar" ao mesmo tempo. (OLIVEIRA, 2010).

A CUT entrou na década de 1990 altamente burocratizada. A sucessiva redução da participação das bases, o descumprimento de pontos aprovados em plenárias e congressos, a falta de entendimento político interno, a aproximação com as teses da social-democracia operária europeia, com sua consequente filiação à CIOSIL em 1992 são apenas alguns indicativos deste processo desencadeado a partir de 1988, mas com raízes nas diferentes concepções de sindicalismo levadas a cabo por "autênticos" e oposições sindicais ao longo dos anos 1960 e 1970.

A convergência amistosa do fim dos anos 1970 dá lugar a uma férrea disputa interna, que leva constantemente a convergências com setores historicamente inimigos da CUT em detrimento de entendimentos e acordos políticos que a pacifiquem por dentro. As divergências passam a ser o combustível que alimenta ortodoxias, tanto no lado do campo majoritário quanto no campo da esquerda cutista.

Pode-se dizer que, do ponto de vista oposicionista, as normas internas, que estabilizaram a central e a colocaram no caminho do sindicalismo propositivo, também contribuíram para a estabilização do movimento operário no Brasil. A participação, por exemplo, nos órgãos tripartites, nas câmaras setoriais, levou a CUT para dentro de um meio político complexo, cuja busca por respostas imediatas não permitiam proposições propriamente políticas mais radicais. Afinal, competiria agora também à CUT gerenciar a crise do capitalismo (OLIVEIRA, 2010).

A dimensão da sua estrutura interna, altamente verticalizada, fez com que abandonasse objetivos históricos da classe trabalhadora, tornando-se a organização um objetivo em si mesmo: dezenas de departamentos, algumas confederações e federações, CUT- Regionais e Estaduais - distanciam cada vez mais a base do centro de poder da CUT-nacional, sempre aos olhos da oposição de esquerda (OLIVEIRA, 2010).

O V CONCUT ocorreu no ano de 1994. Por se tratar de um ano eleitoral e que segundo a avaliação da Central estavam em disputa dois projetos antagônicos, o primeiro com defesa do neoliberalismo e representado pelo PSDB, porta-voz das elites econômicas, e o segundo representado pelo PT, com projeto voltado aos problemas sociais. A posição da Central de antecipar o congresso para maio deixa bem clara a opção pela candidatura do PT. Isso fica claro segundo o site ABC de Luta:

O 5º Congresso Nacional da CUT revestiu-se de características que o diferenciou dos outros congressos. O país vivia um novo tempo com o impeachment de Fernando Collor de Mello e a opção democrático-popular representada pela candidatura Lula à presidência arrefeceu os ânimos dos congressistas. As polêmicas foram tratadas com mais tolerância e as discussões a bom termo. (ABC de Luta, 1994)

O VI (1997) e o VII CONCUR (2000) ocorreram no primeiro e segundo governo do então presidente FHC. Mesmo tendo uma postura de oposição ao projeto defendido e concretizado pela aliança PSDB/PFL, as posições da CUT nesses Congressos foram titubeantes. Mesmo tendo reafirmado no VI Congresso a defesa do socialismo, isso pareceu ser mais uma estratégia do grupo majoritário, como afirma Souza:

Ao que parece, essa proposição de cunho radicalmente socialista presente nas resoluções do VI CONCUR funcionou mais como estratégia política de conformação das tendências minoritárias, visando à manutenção da hegemonia da Articulação Sindical na disputa interna da CUT, do que propriamente uma reversão no comportamento moderado e conciliador de sua Direção Nacional. (SOUZA, 2009).

O IV, V, VI e VII Congressos Nacionais da CUT foram indubitavelmente importantes para o abandono sistemático da posição da CUT enquanto uma central classista e a adesão a um sindicalismo social-liberal. Nesse período a tendência majoritária, a Articulação Sindical, teve o controle da secretaria de formação, bem como das CUTs estaduais. A polarização interna existente por conta das tendências minoritárias foi cada vez mais minimizada. Segundo Teixeira:

Especialmente a partir do IV CONCUR (1991), o acordo geral de que todos na CUT eram classistas foi gradativamente quebrado, diminuindo o consenso que antes existia entre a maioria e minoria, parte fundamental da direção intelectual e moral conduzida pela Articulação Sindical. A quebra de consenso e “sufocamento” dos espaços de democracia sindical foram dois aspectos de um mesmo processo de mudanças que ocorreram no interior da Central. (Teixeira, 2009)

O VIII (2003), IX (2006), X (2009) e XI CONCUR (2012) ocorreram no período em que o Brasil já era administrado por presidentes do Partido dos Trabalhadores. O apoio da Central às administrações petistas caracterizou sua política estratégica no período. O recuo das críticas, com o discurso de que se as fizesse estaria dando munição à oposição, deixou a Central cada vez mais distante daquelas características que marcara sua fundação como um sindicalismo de oposição e classista.

A relação CUT/PT sempre foi muito próxima. Prova disso é a materialização das tendências existentes no Partido dos Trabalhadores no interior da Central, em algumas tendências apenas o nome é diferente, mas se diz respeito à mesma facção política. Essa relação torna-se mais imbricada a partir de 2003. Críticas a essa reação surgiram inclusive de um dos ícones da Central, Jair Meneguelli, que defende que a CUT não pode ter caráter partidário.

A crítica de Meneguelli é muito oportuna e contundente, sobretudo num período de crise do movimento sindical. O abandono sistemático das bandeiras que deram início a uma nova proposta de sindicalismo brasileiro sintetizado pela fundação da CUT faz com que cada vez mais sindicatos mais à esquerda peçam sistematicamente a desfiliação da Central única dos Trabalhadores.

Segundo Antunes (2013), um dos críticos da atual postura da CUT, a Central deveria romper com o Planalto, para assim talvez tentar recuperar suas origens e retomar bandeiras históricas, que a fez naquele período uma alternativa ao que existia no movimento sindical. A burocratização dos sindicatos e a formação de uma elite sindical tão combatida pela Central nos anos de 1980 parecem ser a grande armadilha da CUT atual. A independência diante o Estado não é mais garantida. A possibilidade de mudança não agrada seu núcleo duro, resultando, assim, cada vez mais o abandono das bases e de seu projeto fundador.

3.7 CONLUTAS E CSP-CONLUTAS: RECONFIGURAÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO

Tanto a Conlutas quanto a, posteriormente, CSP-Conlutas fazem parte de um contexto de reconfiguração do sindicalismo brasileiro. Em um plano geral, está a ascensão de Lula à Presidência da República, o que resultou no apoio das principais lideranças cutistas a bandeiras que até então iam de encontro às ideias defendidas pela Central Única dos Trabalhadores.

A Conlutas surgiu em março de 2004 de correntes que, até então, integravam a CUT, a exemplo do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre as quais o Movimento de Esquerda

Socialista (MÊS), o Movimento de Ação Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). (TRÓPIA, GALVÃO e MARCELINO, 2013, s/p).

Segundo as autoras, dois foram os principais fatores que fundamentalmente acarretaram essa dissidência. O primeiro, o fato de seus militantes e lideranças serem contrários à posição assumida pela CUT frente ao governo Lula, considerada por eles como acrítica e passiva. Vale lembrar que, em seu primeiro governo, Lula, além de ter tentado adotar reformas que reduziam ou ameaçavam os direitos trabalhistas, manteve os principais eixos da política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso. O segundo fator se explica porque essas correntes se opunham à participação da central nos organismos tripartites (o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES - e o Fórum Nacional do Trabalho - FNT) criados pelo governo para discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical (TRÓPIA, GALVÃO e MARCELINO, 2013, s/p).

Para as autoras:

A Conlutas constitui uma experiência inovadora no Brasil, uma vez que abrange não apenas entidades sindicais, mas também organizações populares e movimentos sociais urbanos e rurais. O movimento estudantil, por exemplo, tem grande presença em seu interior. Essa composição abrangente baseia-se em uma concepção de classe ampla e pela compreensão de que o proletariado não deve ser organizado apenas no local de trabalho. Ademais, a Conlutas procurou aglutinar este espectro de movimentos e organizações em torno de lutas gerais e específicas. (TRÓPIA, GALVÃO e MARCELINO, 2013, s/p).

Tomando como referência o 1º Congresso Nacional da Conlutas, ocorrido em julho de 2008 na cidade de Betim (MG), TRÓPIA, GALVÃO e MARCELINO (2013) traçaram o seguinte perfil socioeconômico e político-ideológico das bases sociais da Conlutas: em sua maioria são trabalhadores não manuais, do setor público, especialmente da educação, que recebem até 3 salários mínimos e que têm uma situação de trabalho caracterizada pela estabilidade.

A CSP Conlutas – Central Sindical e Popular – foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, que ocorreu na cidade de Santos (SP) nos dias 5 e 6 de junho de 2010. Participaram desse acontecimento histórico 3.150 eram delegados (as) vindos de todas as regiões do país (CSPCONLUTAS, 2011).

Conforme informações do site oficial dessa central:

A Central nascida no CONCLAT uniu as experiências de organizações sindicais e populares agrupadas em movimentos bem distintos. Da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS, que se organizava desde 2004, veio a maior parte da base sindical da nova entidade. A Conlutas surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade. Já o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MUST (Movimento Urbano dos Sem Teto) e outras organizações do movimento popular urbano, trouxeram a experiência das lutas e mobilizações dos trabalhadores nos acampamentos, assentamentos e ocupações urbanas. E, ainda, o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) veio compor a CSP-Conlutas já tendo também a experiência de atuação nos movimentos sindicais e populares, do campo e da cidade. (CSPCONLUTAS, 2011).

A central também agrega organizações da juventude, a Anel (Assembleia Nacional de Estudantes Livre), o Movimento Mulheres em Luta e o Movimento Quilombo, Raça e Classe. Dessa forma, procura unir os movimentos sindicais, populares, da juventude e de luta contra a opressão das mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos.

No parágrafo primeiro do Artigo 2º de seu estatuto, lê-se que

A CSP-CONLUTAS busca agrupar em seu interior as trabalhadoras e os trabalhadores organizados nos sindicatos, as organizações de trabalhadores desempregados e desempregadas, dos aposentados e aposentadas, os diferentes movimentos populares que organizam trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda forma de discriminação e opressão e as organizações estudantis que decidirem participar das lutas da classe trabalhadora. (CSP-CONLUTAS, 2011).

O capítulo III, em seu artigo 5º e parágrafo primeiro do referido estatuto, apresenta como princípios basilares da CSP-CONLUTAS a “independência de classe”. A libertação dos trabalhadores e trabalhadoras, conforme prevê o parágrafo, “será obra dos próprios trabalhadores e trabalhadoras”. Ademais, para não fugir de seus objetivos:

A CSP-CONLUTAS deve se pautar pela mais completa independência política, financeira e administrativa em relação à classe empresarial, à burguesia classicamente considerada, aos governos e ao Estado. III) É incompatível o recebimento de quaisquer recursos financeiros oriundos da União, dos Estados, dos Municípios, de ONGs ou de empresários. IV) É incompatível a ocupação, pelos dirigentes da Central, de funções públicas ou cargos em tarefa de direção em qualquer instância governamental. (CSP-CONLUTAS, 2011, s/p).

Finalmente, cabe destacar que a nova central defende claramente, em seu estatuto, a construção de uma sociedade socialista e não apenas reformas para “humanizar” o capitalismo:

CAPÍTULO II. DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS

Parágrafo terceiro – Lutar em defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão, sempre na perspectiva de uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras. (CSP-CONLUTAS, 2011, s/p).

Apesar da “oxigenação” dada por essa nova central ao sindicalismo combativo brasileiro, algumas questionamentos levantados por TRÓPIA, GALVÃO e MARCELINO (2013) em 2008, e que se referem àquela altura somente à Conlutas, continuam extremamente importante porque apontam para questões cruciais para um sindicalismo que se quer manter combativo. Eis as principais questões que abaixo transcrevemos:

1. A predominância de trabalhadores não-manuais, entre eles servidores públicos dos setores de educação e cultura, está relacionada à origem da Conlutas e suas bandeiras. Foi entre os trabalhadores com este perfil que ela construiu suas fileiras. Mas, além da questão propriamente conjuntural, haveria outras razões para sindicatos de classe média apoiarem uma central autodenominada socialista e operária? Que razões seriam essas?
2. A bandeira mais geral que unificou a Conlutas em sua origem, a luta contra as reformas do governo Lula, uma bandeira conjuntural, pode continuar cimentando e atraindo novas bases? Ou ainda, esse fator conjuntural pode continuar funcionando para unificar setores tão diversos? Ou as bandeiras que unificaram setores tão variados tendem a perder importância com as mudanças na conjuntura política e social?
3. Nossa pesquisa mostra que existe dentro da Conlutas um paradoxo entre o discurso contra a unicidade sindical e as contribuições sindicais compulsórias, de um lado, e a importante incidência de sindicalistas que apoiam a estrutura sindical oficial, de outro. Esse paradoxo também se reflete na crítica à estrutura feita de maneira genérica e na tática de disputar os sindicatos "por dentro", para "não dividir o movimento". O que esse paradoxo significa para a constituição da central? O não enfrentamento da estrutura sindical oficial representa ou não um limite para o crescimento e atuação de uma central de esquerda?
4. É necessário também ampliar a discussão sobre a natureza de classe predominante na Conlutas: que programa socialista pode construir uma central que agrega, predominantemente, o que podemos denominar de trabalhadores de classe média?
5. Quais são as consequências, para o movimento sindical presente dentro da Conlutas, da participação de organizações de movimento popular e estudantil nas decisões tomadas pela central?(TRÓPIA, GALVÃO e MARCELINO, 2013, s/p).

Como se depreende, o fato de predominar, nessa central, trabalhadores não manuais, entre eles servidores públicos dos setores de educação e cultura,

demonstra que a Conlutas agrega, em sua maioria, filiados oriundos da classe média, o que certamente dá um perfil mais elitizado a ela. Como atrair setores marginalizados, que vivem consequências muito mais drásticas geradas pelo neoliberalismo, como desemprego, subemprego, precarização absoluta das condições de trabalho? Sem a participação de amplos setores populares, dos trabalhadores manuais, mas também dos precarizado de modo geral, o programa socialista proposto pela Conlutas pode parecer uma peça de ficção ou no mínimo um programa idealizado de cima para baixo, por um grupo de filiados que, não obstante as boas intenções, acabaria formulando um programa baseado nas leituras de que dispõem os dirigentes sindicais.

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao discurso da Conlutas de disputar o sindicato por dentro, sem dividir a categoria. Mas até que ponto é possível usar esse tipo de tática para uma central que defende o socialismo e desponta em um cenário de nítida sujeição do sindicalismo outrora mais combativo a princípios do neoliberalismo. É possível viabilizar um projeto socialista sem radicalidade, sem recusar instrumentos usados pelo sindicalismo atual, como imposto sindical e as velhas barganhas para não dividir a categoria?

As questões levantadas pelas autoras são extremamente pertinentes, já que demonstram a necessidade de não se perder de vista o “centro de gravidade” em que deve se situar um sindicalismo que tem por meta uma sociedade socialista; contudo, trata-se de um sindicalismo que se situa histórica e concretamente em uma sociedade neoliberal que atinge fortemente todas as instituições, inclusive e talvez com mais força aquelas que representam os homens e mulheres que vivem do trabalho.

3.8 QUESTÕES QUE DEVEM SER ENFRENTADAS PELO SINDICALISMO

As determinações materiais colocadas pela reestruturação do capital desafiam o sindicalismo a ser capaz de ter uma criticidade à imposição hegemônica do capital, pois, do contrário, corre-se o risco de suas lideranças serem cooptadas pela hegemonia neoliberal.

Um grande desafio que coloca ao sindicalismo, segundo BOITO Jr. (1999), é conseguir sair das armadilhas da proposta de um sindicalismo propositivo, haja vista que tal postura legitima as reformas neoliberais, com a crescente

desregulamentação da economia, aprofundamento da desindustrialização, privatização, etc. Essa proposta de sindicalismo é apresentada pela imprensa burguesa como sendo um “sindicalismo maduro”, “sério” e “comprometido” com o desenvolvimento do país. O movimento sindical precisa assumir uma radicalidade. Por sua vez, ANTUNES (2000, p. 76-8) aponta seis desafios do movimento sindical, impostos pelo modelo neoliberal:

1) Serão capazes os sindicatos que romper com as grandes barreiras que separam trabalhadores estáveis e precarizados, barreiras estas que faz surgir um neocorporativismo e dificultando mais a consciência de classe dos trabalhadores?

2) Serão capazes os sindicatos de romper este novo corporativismo, resultado desta separação entre trabalhadores estáveis x precarizados e da ausência duma consciência de classe?

3) Serão capazes de evitar que o sindicato-casa, sindicato-empresa, desenvolvido a partir do toyotismo, predomine e dificulte ainda mais a organização do movimento dos trabalhadores?

4) Serão capazes de contrapor ao modelo sindical verticalizado, com uma estrutura horizontalizadas, que não atenda apenas trabalhadores estáveis?

5) Serão capazes de romper com as tendências de burocratização e institucionalização, que efetivam cada vez mais a separação entre base e direção?

6) Serão capazes os sindicatos, mesmo respeitando suas especialidades, reassumir a radicalidade, propor um projeto mais ambicioso de superação do sistema capitalista; ou seja, uma sociedade para além do capital?

Obviamente que os desafios ao movimento sindical são bastante grandes. Porém, deve-se ter clareza de que as possibilidades são infinitas. Outro mundo é possível. Outra sociedade é possível. E o movimento sindical de esquerda tem muito a contribuir com isso. Os sindicatos devem se reconhecer como aparelhos privados de hegemonia. Dessa forma, podem ter duas possibilidades: reproduzir a hegemonia do capital ou ser um fórum que possibilite a elevação cultural das massas e a produção de uma hegemonia proletária.

4 ANÁLISES DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E EDUCACIONAL DA APP-SINDICATO

A partir das noções gerais que apresentamos no 2º capítulo e articulado com a história do sindicalismo brasileiro, da organização dos principais agrupamentos sindicais, levantamos algumas questões que são pressupostas para a análise dos cadernos de formação: a) qual o significado de formação de quadros no contexto da atual estrutura sindical, que reproduz internamente a divisão social entre dirigentes e dirigidos? b) quais os objetivos da formação de quadros no sindicalismo? Formação geral aleatória ou preparação de novos dirigentes?

A formação de quadros tem seu significado definido a partir da organização interna do sindicato e de seu vínculo orgânico com as bases. Se este vínculo não possui dinamicidade, ou seja, se a estrutura sindical se burocratiza e se distancia de sua base, a formação pode perder seu objetivo de capacitar novas lideranças. A partir dos escritos de Gramsci, do período de sua militância política, podemos dizer que a formação precisa articular-se com o processo de organização política das classes trabalhadoras, a fim de que todos os que participam do movimento tenham condições e preparação para se tornarem dirigentes. Este processo implica uma certa concepção de democracia enquanto participação efetiva de todos e revezamento dos componentes da direção, valorizando, assim, o trabalho coletivo e não apenas as capacidades individuais de liderança. Nesta forma de organização não existe a separação entre dirigentes e dirigidos, mas o trabalho coletivo.

Na estrutura sindical constituída nos moldes parlamentares burgueses, a intenção imediata não é superar a separação entre dirigentes e dirigidos, mas fortalecer a estrutura burocrática. Está vinculada às frações e tendências que disputam o poder. Neste contexto, entre os objetivos da formação de quadros no sindicalismo estão a capacidade de lideranças para enfrentar as disputas de poder tanto internas quanto externas (no caso, formar quadros para disputas eleitorais).

A formação geral torna-se importante se vinculada ao movimento histórico e político a se analisado enquanto conjunturas e estrutura no contexto da luta de classes.

Uma formação de quadros no sindicalismo precisa iniciar com formação sobre a história e a formação do movimento sindical, explicitando seus objetivos e motivações históricas. A partir deste contexto, as atividades educativas de formação

geral (filosofia, sociologia, etc.) devem estar vinculadas ao desenvolvimento da formação sindical, ou seja, toda formação teórica precisa vincular-se ao processo de integração política do trabalhador em educação, principalmente se educação voltada para a formação e capacitação de lideranças sindicais.

Quais os objetivos da formação de quadros no sindicalismo? A formação de quadros implica a estrutura interna da instituição e a organicidade que esta apresenta, caso contrário, os quadros formados não conseguem chegar ao momento da direção. Dentro deste contexto, quais os objetivos dos Cadernos? Estas questões nos levam a analisar, em um primeiro momento, a trajetória da APP-Sindicato, desde sua fundação até o momento presente. Em nossa dissertação de mestrado de 2004, procuramos detalhar essa história cotejando o percurso da APP dentro do contexto internacional, nacional e estadual. Nossa preocupação foi demonstrar em que medida os eventos que transcorriam em tais âmbitos tinham relação com o caminho que estava sendo percorrido pela APP. Aqui, porém, optamos por focar apenas a história dessa instituição, realçando aspectos que julgamos mais relevantes para esta tese.

Em um segundo momento, analisamos como que as tendências existentes no Partido dos Trabalhadores, na Central Única dos Trabalhadores, no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados e no Partido Comunista Brasileiro se materializam em conflito ou consenso no interior da APP-Sindicato.

Em um terceiro apresentamos os cadernos de formação da CNTE, detalhando o conteúdo abordado, com relevância para os que têm como objetivo a formação de novos quadros de dirigentes sindicais.

Por último, reservamos o quarto momento para analisarmos a composição da diretoria da APP Geral e dos Presidentes dos núcleos sindicais, com o objetivo de demonstrar que a relação de forças no interior da APP determina a composição dos quadros dirigentes desse sindicato.

4.1 APP-SINDICATO: DA FUNDAÇÃO AOS DIAS DE HOJE

A APP (Associação dos Professores do Paraná) foi fundada em 26 de abril de 1947 – período em que o mundo acabava de passar pela Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Essa associação tinha como plataforma fins assistenciais; independência econômica do professor; colaboração com o governo para o

desenvolvimento da Educação. Seu código orientava-se pelo respeito sem críticas aos superiores. Somente em 1989 assume o caráter de sindicato e passa a se chamar APP-Sindicato¹³.

Formada majoritariamente por professores do Colégio Estadual do Paraná e do IEP (Instituto de Educação do Paraná), a APP funcionou no IEP até os anos de 1950, quando a população de Curitiba era de aproximadamente 180 mil pessoas. Os anos de 1950 foram marcados pela continuidade da expansão do ensino no Estado do Paraná. Neste momento, a APP já está mais organizada e na gestão de José Scheinkman consegue sede própria.

A expansão do ensino obriga o Estado a contratar professores suplementaristas, mas por meio de contratos, sem concursos e sem garantias. É marcante a presença de professores leigos. Diante desse quadro, a APP organizou um movimento de pressão para exigir condições dignas de trabalho, que resultou na lei dos mil dias pelo regime suplementar.

Os anos de 1960 são marcados por um grande otimismo popular e isso terá um impacto profundo na história da APP. Pode-se dizer que a categoria dos professores foi “contagiada” pela aurora dos anos dourados. Em 1961, foi promulgada a lei 4024/61: a nossa primeira Lei de Diretrizes e base da Educação. O anteprojeto ficara treze anos no Congresso e, quando aprovado, muitas propostas já estavam superadas; de certa forma, a nova lei não avança muito em relação à Reforma Gustavo Capanema.

Uma característica marcante desse período é a participação de educadores nos movimentos populares, sobretudo nos movimentos de Educação Popular, a partir da leitura de Paulo Freire. Pela primeira vez na história do Brasil, começou-se a discutir a educação popular. Esta não fora contemplada na pedagogia humanista tradicional e pedagogia humanista moderna. A proposta e prática dessas pedagogias davam fundamentos à dualidade do sistema educacional brasileiro. A educação popular propõe a quebra desse paradigma. A Escola Pública, a partir de 1959, com a criação do fórum nacional “em defesa da Escola Pública”, fortalece sua posição de defesa da democratização do ensino, bem como sua universalização, sem perder a meta a qualidade.

¹³ Para a síntese que apresentamos neste item, tomamos como principal referência nossa dissertação de mestrado (2002) e a de Gonçalves (2007), além do histórico disponível no site da APP-Sindicato. Quando houver citações diretas, daremos a fonte no corpo do texto.

Faustino Fávaro volta à presidência da APP, em 1963, com a missão de afastar a categoria das idéias comunistas. No mesmo ano, em assembleia, a categoria decreta a primeira greve da história da APP, chamada “operação tartaruga”. Com a força do movimento, o então Governador do Paraná passa a encaminhar uma verba da receita do Estado para a Educação.

Devido a sua postura de respeito à ordem e colaboração com os governantes, a APP não foi perseguida com o Golpe de 64. É importante frisar que a instituição não tinha caráter de sindicato. O fato de não sofrer retaliações com o Golpe evidencia a posição de direita assumida pela APP. Em 1964, pela primeira vez na História da entidade, uma mulher assumiu o Poder: Euvira Meireles fica cinco meses na presidência no lugar de Ocyron Cunha, licenciado para disputa política.

Em 1970, pela primeira vez na história da APP houve uma chapa de oposição, com o nome de Congresso. Esse grupo se organizou a partir da greve, de 1968, que recebera esse nome. Utilizando-se da máquina da Associação, a situação venceu as eleições. Em verdade, o grupo de oposição não representava uma via alternativa ligada aos movimentos sociais progressistas. Era apenas uma divisão provisória do grupo historicamente dominante da APP.

Os anos de 1972 a 1976 são marcados por um período de transição de poder na APP, quando o grupo ligado ao MDB assumiu o poder, com este na presidência. Mesmo oposição e pertencendo a outro grupo político, os mandatos deste período (1978 – 1982 e 1991 – 1993) foram marcados por práticas políticas típicas da Fundação da APP e do regime autoritário.

Os anos de 1970 também foram marcados por uma forte perda de prestígio dos professores da Escola Pública Paranaense. Os salários foram achatados mais ainda e os professores começaram a se reconhecer como assalariados. Nesse período, a maioria da categoria era formada por mulheres.

O fato de os professores reconhecerem-se como assalariados poderia facilitar as mobilizações em defesa da categoria. A forte presença feminina tem como ponto negativo o machismo, que invariavelmente impedia as mulheres de uma participação mais ativa em defesa dos interesses da categoria. Também não se deve esquecer que a concepção, mesmo equivocada, do trabalho feminino como renda complementar era muitíssimo marcante.

Em 1978, inicia-se um ciclo de greves que se prolonga pelos anos de 1980, 1981 e 1982. Na greve de 1978, os professores conquistam o direito a concurso de

remoção. Nas greves seguintes, foi conquistada a Regulamentação do Estatuto do Magistério Estadual Paranaense; inserção dos professores aposentados no quadro de Carreira do magistério; décimo terceiro salário para o magistério; piso de dois salários mínimos, etc.

A década de 1980 foi de uma relevância fundamental na vida da APP. Em 1982, terminou o ciclo de greve iniciada em 1978. Neste mesmo ano, houve um significativo fortalecimento da categoria com a unificação da APP, APLP, e APMP. Dessa forma, a APP ganhou mais consistência e força política.

A oposição, mais ligada à esquerda, se fortaleceu no mandato do então presidente da entidade, Isaias Ogliari, e, em 1985, elege Paulo Maia (1985 – 1988) para presidente. A redemocratização que vivia o país também atingia a entidade. O piso inicial de três salários mínimos e a jornada semanal de 44 para 40 horas semanais foram marcantes neste período.

Em 1988 foi eleita a primeira mulher para a presidência da APP e, no mesmo ano de sua eleição, iniciou-se uma greve da categoria¹⁴ que durou de 05 de agosto a 20 de setembro. O episódio mais marcante deste movimento foi a violenta repressão sofrida pelos professores no dia 30 de agosto. A Cavalaria da Polícia Militar agrediu fisicamente manifestantes que estavam reunidos diante o Palácio do Governo. Esta data, 30 de Agosto, foi eleita pela categoria como dia de luta. Dessa forma, todos os anos, nesta data, a categoria faz paralisação para lutar por melhorias na Educação.

“Em 18 de março de 1989, em Assembleia realizada em Londrina, a APP, livre do impedimento imposto pela ditadura Militar, pode assimilar e assumir a condição de sindicato, por unanimidade”.¹⁵ Isto foi muito importante para a categoria amadurecer seu reconhecimento como classe trabalhadora e do Sindicato dos Trabalhadores enquanto principal arma de luta. A redemocratização do País também chegara ao Estado do Paraná, com disputas eleitorais importantes. Abre-se o ciclo do PMDB no governo do Estado, que durou 12 anos.

A APP-Sindicato foi marcada, neste período de 1990 – 2002, por enormes disputas internas, bem como o embate com o governo e defesa, às vezes

¹⁴ Na história da APP-Sindicato, as bandeiras das greves se diferenciaram em questões mais pontuais, como por exemplo: índice de reajustes salariais, direitos trabalhistas específicos, etc. Entretanto, a defesa da escola pública e melhores condições de trabalho, foram pontos comuns em todas as greves. Importante também salientar que esses movimentos, mesmos marcados por altas e baixas, foram uma das principais armas da APP-Sindicato na histórica correlação de forças.

¹⁵ Agenda APP-Sindicato, 2003.

titubeantes, da qualidade da Escola Pública. As greves de 1990 não apresentaram conquistas relevantes. Foram importantes para mostrar que a categoria estava disposta a lutar. Fora isso, foram poucos os resultados positivos.

Em 1993, a oposição da APP-Sindicato forma o OPA (Oposição dos Professores em Ação) – Movimento em Defesa da Escola Pública. Este movimento de oposição era um grupo maior ligado à esquerda. Muitos de seus participantes pertenciam ao PT. Com a vitória de um presidente do Partido dos Trabalhadores, este grupo se consolidou na entidade. Com a bandeira Pró-CUT, o próximo passo do sindicato foi a filiação à Central Única dos Trabalhadores. Em Assembleia Estadual realizada em Ponta Grossa em 1995, foi aprovada a filiação do Sindicato à Central. Essa filiação foi de extrema importância. Porém, não raras vezes a disputa das tendências existentes na CUT refletiu na APP-Sindicato, e, muitas vezes, de forma negativa, pois muitas energias foram gastas nas disputas internas: “inimigos” são fabricados, esquecendo-se, assim, em muitos momentos, do inimigo principal e da bandeira que deve ser a principal que a Defesa da Escola Pública de Qualidade. O próximo presidente da APP marcou a ascensão da CSD na esfera mais alta do sindicato dos trabalhadores em educação das escolas públicas do Paraná. A vitória marcou a predominância na APP-Sindicato Estadual de uma tendência não predominante na CUT nacional, a Articulação Nacional. Esse presidente foi reeleito em 1999, permanecendo no cargo até 2002, ano que se licenciou para concorrer a uma vaga na Assembleia Estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

Com a visão de que, nas escolas, não só professores e educadores, mas também todos aqueles que, de uma maneira ou outra, colaboram para que a educação aconteça, no dia 25 de Abril de 1998, a APP-Sindicato se unificou com o SINTE-PR, conforme nota abaixo:

A unificação da APP-Sindicato com o SINTE-Pr levou à compreensão que funcionários de escolas também são educadores. A decisão reafirmou um desafio: consolidar todos os trabalhadores em educação (orientadores educacionais, supervisores escolares e administradores escolares) e os funcionários de escolas (serviços gerais, administrativos e técnicos) de pré-escola, ensino fundamental, médio e especial, independente do regime jurídico, das redes públicas estaduais e municipais do Paraná. (APP-SINDICATO, 2016).

Em 2000 houve uma grande greve que serviu, entre outras conquistas, para interromper as reformas neoliberais do governo Lerner, que pareciam um rolo

compressor sobre os trabalhadores. A greve terminou com diversas conquistas, entre elas: hora-atividade de 10% para professores/as e o vale-transporte para funcionários/as de escola.

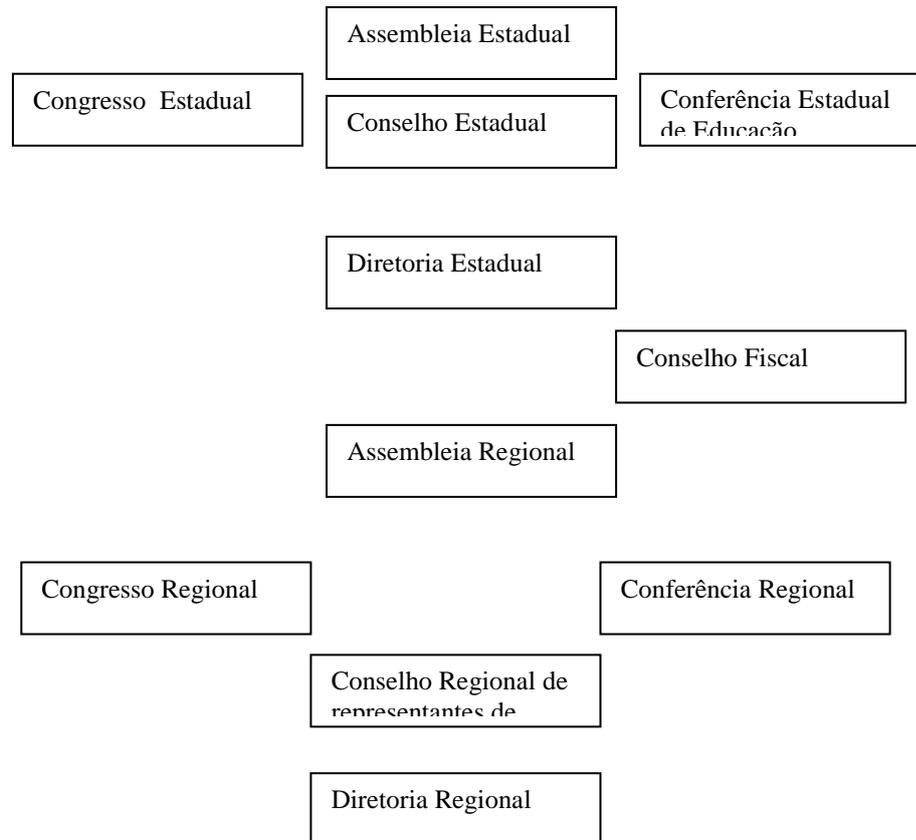
Em 2004 os professores conquistaram o primeiro Plano de Carreira e a APP-Sindicato continuou mobilizada pelo Plano de Carreira dos/as funcionários/as na Educação. Em 2005, exatamente após 20 anos e depois de muita luta, conquistou-se o concurso público para os (as) funcionários/as de escola (Técnicos Administrativos). A APP ocupou a Seed para impedir a demissão dos/as funcionários/as.

Em 2007 a APP conseguiu reajuste salarial de 17%, a construção do Plano de Carreira dos/as funcionários/as, a proposta de criação do cargo de 40 horas marcaram esse período. E data também desse ano o início do Projeto de Formação Político-Sindical e Educacional. No ano seguinte, foi sancionado o primeiro Plano de Carreira dos funcionários de escola.

Por fim, cabe anotar como data de extrema importância na história não só da APP, mas também do Paraná, o evento que se deu em 29 de abril de 2015, quando mais de 200 educadores foram feridos por policias militares. Conhecido como o massacre do Centro Cívico, é provável que esse trágico episódio se junte ao 30 de agosto como datas da luta de educadores e educadoras do Paraná.

Importante também ressaltar a posição de embate da APP-Sindicato por meio da produção escrita. O jornal *30 de Agosto* tem circulação mensal e vai para todas as escolas da rede pública estadual. Além de ser um jornal informativo, trabalha matérias de formação. Existe uma edição especial por ano que tem como objetivo a formação pedagógica, auxiliando nos planejamentos anuais de escola. Seu nome é uma homenagem ao dia 30 de agosto de 1988, dia eleito para protestos e lutas pela Educação. Este jornal está no XIV Ano e na Edição 107. Sua tiragem é de aproximadamente 60.000 exemplares e contém entre 12 a 15 páginas. O Caderno de Debate e as Revistas das Conferências Estaduais de Educação constituem-se como principais produções de resistências no período, neste campo mencionado.

No Estado do Paraná, existem aproximadamente 120 mil trabalhadores em Educação. Deste total, aproximadamente 60 mil, ou seja, 50%, estão filiados à APP-Sindicato. Atualmente, a estrutura e funcionamento da Entidade se encontra da seguinte forma:



(Fonte: APP-Sindicato, 2016).

Conforme a fonte citada e os documentos internos da APP-Sindicato, a estrutura acima descrita apresenta as seguintes funções:

- 1) Assembleia Estadual – instância soberana de deliberação da APP-Sindicato, ressalvadas as competências do Congresso Estadual. Nela participam os sindicalizados admitidos no mínimo 30 (trinta) dias antes da sua realização e quitados com suas mensalidades.
- 2) Congresso Estadual – instância deliberativa, ressalvadas as competências da Assembleia Estadual, se realiza a cada 03 anos, com a participação de delegados congressistas eleitos em congressos ou assembleias dos Núcleos sindicais. Ao Congresso cabe analisar a situação política, social, econômica, educacional e sindical, definindo o plano de lutas do Sindicato; avaliar e aprovar as alterações estatutárias, parciais ou totais, apresentadas “ad referendum” da Assembleia Estadual e eleger os delegados aos Congressos ordinários da CNTE.

- 3) Conferência Estadual de Educação – constitui-se na instância deliberativa acerca de questões pedagógicas e educacionais. A conferência é realizada a cada 03 anos, em ano diferente da realização do Congresso Estadual, com a livre participação dos sindicalizados.
- 4) Conselho Estadual – instância deliberativa com a competência de propor campanhas diversas, inclusive as reivindicatórias e as demais decisões políticas e administrativas da Diretoria Estadual; regulamentar os congressos e as eleições do Sindicato; propor à Assembleia Estadual candidatos a representantes da APP-Sindicato junto a conselhos como o Conselho Estadual de Educação, o Conselho do Magistério, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e outros definidos em assembleia estadual; manter, modificar, desmembrar, extinguir e criar Núcleos Sindicais, definindo, ampliando ou reduzindo o número e jurisdição existente, “ad referendum” da Assembleia Estadual. Composição: i) Representantes de Base do Conselho Estadual e os/as Presidentes das Diretorias Regionais, os/as Representantes de Base do Conselho Nacional de Entidades da CNTE, os/as representantes titulares da APP-Sindicato junto ao Conselho Estadual de Educação, ao Conselho do Magistério, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e o/a Presidente do Conselho Fiscal da APP-Sindicato. ii) Representantes eleitos: Representantes de Base eleitos/as em Assembleias Regionais na proporção de 01/1000 sindicalizados/as; 02/2000, realizadas no período de 01 de novembro a 15 de dezembro de cada ano.
- 5) Diretoria Estadual – instância executiva da APP-Sindicato, orientada pelas deliberações das Assembleias Estaduais, do Congresso Estadual, do Conselho Estadual e da Conferência Estadual de Educação. Com mandatos de 3 (três) anos, a diretoria é composta por 17 cargos (Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração e Patrimônio, Secretaria de Organização, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Municipais, Secretaria Educacional, Secretaria de Formação Política Sindical, Secretaria de Imprensa e Divulgação, Secretaria de Sindicalizados, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Política Sindical, Secretaria de Políticas

Sociais, Secretaria de Funcionários, Secretaria de Gênero e Igualdade Racial e Secretaria de Saúde e Previdência).

- 6) Conselho Fiscal – composto por 9 (nove) educadores/as, tem o papel de examinar e fiscalizar os livros, registros e balancetes das Diretorias Estadual e Regionais, Casas e Colônias de Praia.
- 7) Coletivos Estaduais – o sindicato organiza coletivos de trabalho em nível estadual e regionais para a atuação em temas relevantes e para o fortalecimento de lutas específicas da categoria e dos movimentos sociais. Alguns coletivos organizados na APP-Sindicato: de Funcionárias/os de Escolas, de Aposentadas/os, de Gênero e Classe, de Promoção da Igualdade Racial, de Trabalhadores/as com Deficiência.
- 8) Assembleias Regionais – instâncias máximas de deliberação dos Núcleos Sindicais, devendo indicar posições nos assuntos que dizem respeito ao conjunto da categoria e posições finais quando se tratar de questões da região.
- 9) Congressos Regionais – acontecem antes de cada Congresso Estadual para Eleger delegadas/os e debater as teses inscritas, e também para deliberar sobre questões regionais propostas em pauta.
- 10) Conferências Regionais de Educação – são atividades preparatórias das Conferências Estaduais.
- 11) Conselhos Regionais – é composto pela Diretoria Regional, os/as Representantes de Escola e de Municípios e Representantes de Base. Reúne-se no mínimo uma vez por semestre e aprova o seu Regimento Interno de Funcionamento e o calendário anual de reuniões na primeira reunião de cada ano. Nestas reuniões devem ser previstas atividades de formação política, pedagógica e sindical além de propor campanhas reivindicatórias; avaliar o trabalho da Diretoria Regional, dentre outras.
- 12) Diretoria dos Núcleos Sindicais – Os Núcleos Sindicais constituem-se em instâncias regionais da APP-Sindicato cujas ações são exercidas dentro de uma microrregião. Os NS têm sua autonomia política e financeira em nível

regional, desde que não contrariem as disposições estatutárias e das deliberações do conjunto da categoria. As Diretorias Regionais são eleitas em processo eleitoral único, simultaneamente com a Diretoria Estadual e o Conselho Fiscal, para um mandato de 3 (três) anos, e são compostas por 17 (dezessete) cargos.

- 13) Representante de Escola e de Municípios – é o elo mais forte e fundamental do Sindicato. Sua função é a de ligar a categoria e a comunidade escolar com o sindicato trazendo para junto deste as preocupações e anseios da escola; definindo os rumos da ação sindical, além e participar de atividades e eventos que fortaleçam a construção da escola pública, democrática, gratuita e de qualidade. Os/as educadores/as eleitos/as como representantes têm papel ativo na vida escolar e nas decisões da APP-Sindicato.

Embora a Assembleia geral seja soberana, juntamente com os Congressos e Conferências, que também são deliberativos, as demais instâncias que formam a estrutura burocrática do Sindicato apresentam um grande peso na orientação geral dos encaminhamentos decisórios. Se a formação de quadros não funciona como deveria, ou seja, se não alcança os objetivos propostos, a mobilidade interna no conjunto da direção fica, de certa forma, comprometida. Outra questão relevante que os documentos apresentam se encontra no fato que existem mecanismos para fortalecer os elos entre direção e base, esta representada pelas escolas, mas, na prática, verifica-se um afastamento com relação ao movimento de base, tanto que as diferenças aparecem nos momentos de greve dos professores.

Como a APP-Sindicato se vincula à CUT, a sua proposta de formação sindical segue os parâmetros da Central, que tentamos apresentar na sequência.

4.2 PROPOSTA DE FORMAÇÃO DA CUT PARA DIRIGENTES E FILIADOS

Quando se trata da formação de dirigentes, a pergunta que se coloca é a seguinte: quais os encaminhamentos para a construção de um sindicalismo autônomo e combativo, comprometido com os interesses de seus filiados? Como adotar uma postura crítica e independente quando o partido ao qual a Central se alia se encontra no poder? Como formar dirigentes com capacidade de organização e

determinação para enfrentar a ofensiva do capital sem afastar-se das bases, ou seja, dos problemas dos filiados?

Pode-se dizer que nos anos de 1980 a formação dada pela CUT a seus dirigentes e filiados era uma preparação imediata para um posto de trabalho, através do treinamento reduzido à necessidade funcional e operacional. A partir da década de 1990, a central assume a responsabilidade de formação escolar e técnica, numa proposta de integração da capacitação laboral e acadêmica do trabalhador (LAUDARES; QUARESMA, 2003, p.1-3).

Tem-se, assim, a compreensão de que a articulação da formação geral com a formação profissional, na perspectiva da formação integral do trabalhador, é condicionante da sua inserção no mercado de trabalho, com participação ativa, reflexiva e crítica, não mais reduzida à capacitação técnica, mas ao entendimento de seu espaço social, político e econômico, com possibilidades da práxis como intervenção.

Existe claramente uma aproximação entre a competência e a dimensão experimental da qualificação. Uma das maneiras de se garantir essa proximidade é uma formação integral que articule conhecimentos gerais e técnicos; e, se a perspectiva é de “ressignificar” o conceito de competência a partir de uma concepção de mundo que tenha a transformação da realidade da classe trabalhadora como projeto, há necessidade de serem acrescidos nessa formação integral conteúdos sociais, políticos e culturais que, se não venham a transformar radicalmente sua realidade, possam questionar as formas de organização capitalista da produção e do trabalho, sejam as tradicionais taylorista-fordista ou as de tipo toyotista; a partir de uma discussão com os próprios trabalhadores da base sobre como se deveria trabalhar e produzir e como distribuir a produção, assegurando que os avanços tecnológicos e as formas de organização do processo de trabalho sejam implementadas para melhorar a vida dos trabalhadores.

As mudanças na organização da produção do modelo taylorista-fordista para o modelo toyotista têm gerado diferentes padrões de gestão da força de trabalho e vêm demandando novas formulações para uma qualificação profissional que, além de responder às exigências de tais mudanças, deve considerar a evolução tecnológica de base científica e as transformações sociais provocadas por tais mudanças que vão se configurar no modelo de acumulação flexível, provocando alterações nas relações de trabalho e exigindo nova qualificação do trabalhador

integrando formação geral e formação profissional.(LAUDARES; QUARESMA, 2003, p.6)

Por compreender que o processo produtivo sempre está integrado às demais esferas da sociedade, os programas de formação da CUT compreendem a formação/qualificação do trabalhador inserida num contexto amplo, no qual o processo produtivo em relação com outras esferas da sociedade determina uma qualificação para além da operacionalização, isto é a “formação de cidadãos conscientes de seu potencial e de seu papel na sociedade”. (LAUDARES; QUARESMA, 2003, p.7). Sendo assim, a formação focaliza o saber, o saber-fazer e o saber ser do trabalhador para além de uma aplicação operacional, mas na perspectiva de intervenção consciente na sociedade. Portanto, além da eficiência, da polivalência e da adaptação às novas tecnologias, são necessárias a cidadania consciente e a leitura crítica da realidade. Busca-se, assim, articular formação técnica, teórica, social e política.

4.3 SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E EDUCACIONAL DA APP-SINDICATO

O programa do Curso de Formação Político-Sindical e Educacional da APP-Sindicato foi idealizado pela CNTE e baseado em quatro eixos, cada qual com foco e fascículos¹⁶ específicos.

O Eixo 1 denomina-se “Concepção Política e Sindical” e tem como objetivo central proporcionar aos dirigentes “uma fundamentação teórica e metodológica das concepções e teorias políticas da história do movimento sindical e popular com recorte na organização dos/as trabalhadores/as da educação no Brasil. (CNTE, 2007, p. 6). Esse eixo é composto de cinco fascículos: 1) Introdução à Sociologia; 2)Teoria Política; 3) Economia Política; 4) Movimento Sindical e Popular Histórico; e 5) Movimento Sindical na Educação no Brasil.

Embora os conteúdos sejam validos para a formação geral do trabalhador em educação, trata-se de compreender qual a sua importância para a formação de um dirigente. Desta perspectiva, o conteúdo cumpre seus objetivos ou se apresenta como um conteúdo desvinculado das metas de formação política e histórica? Qual a

¹⁶ A CNTE adota a nomenclatura “fascículos” para os “cadernos” usados.g

importância de se conhecer resumidamente a teoria sociológica funcionalista, sem explicitar os seus desdobramentos na luta de classes? Qual a importância de uma abordagem acadêmica que não se articula com o movimento da luta de classes para uma militância política? Como entender a conjuntura econômica, social e política com um conjunto de teorias descontextualizadas e desarticuladas, que não priorizam os embates que se enfrentam?

Uma formação de quadros no sindicalismo precisa iniciar com formação sobre a história e a formação do movimento sindical, explicitando seus objetivos e motivações históricas. A partir deste contexto, as atividades educativas de formação geral (filosofia, sociologia, etc.) devem estar vinculadas ao desenvolvimento da formação sindical, ou seja, toda formação teórica tem significado somente se vinculada ao processo de integração política do professor. Se a pretensão é de uma educação voltada para a formação e capacitação de lideranças sindicais, a abordagem crítica das teorias é de fundamental importância.

Torna-se necessário, porém, unir política e história, ou seja, toda a formação tem que ser crítica e não eclética. A articulação entre política e história é fundamental para compreender o movimento do real e a correlação das forças em presença, de modo a esclarecer as circunstâncias nas quais se desenvolve a luta sindical. Para tanto, tomamos como exemplo o movimento italiano do início do século XX: em plena organização dos Conselhos de Fábrica a formação dos trabalhadores, conforme Gramsci, se fazia com a leitura direta dos escritos de Marx e Lênin. Todo processo de formação política proposto naquele momento tinha estes escritos como fundamentais para compreender o processo de correlação de forças políticas e as dimensões da luta de classes. A teoria apresenta-se como um instrumento de compreensão do movimento histórico e das questões urgentes colocadas pela prática política.

Os textos de formação dos cadernos são fragmentados e descontextualizados, tomados de vários autores e tendências teóricas conflitantes entre si, além de seguirem a estrutura temática dos livros de história acadêmicos. Desta perspectiva, a teoria apresenta-se como neutra e anterior ao movimento de organização política. A proposta inicial é de formação de um pensamento crítico, mas a escolha dos textos e a orientação geral é fragmentária e desarticulada, de modo que não cumpre os objetivos.

Retomando Araújo em sua dissertação anteriormente citada: “de acordo com

os objetivos expressos nos documentos”, as intenções de formação esboçam “uma tendência teórica fundamentada no materialismo histórico, como visto na previsão, com o intuito de conduzir o conjunto dos trabalhadores em educação ao desejo da transformação social por meio da luta de classes”. Porém, estes objetivos não se concretizam no conjunto dos discursos “que obstaculizam o fiel entendimento dessa concepção e suas consequências”. (ARAÚJO, 2013, p. 76).

Os textos que pretendem abordar a realidade brasileira apresentam distorções teóricas, que pretendemos demonstrar fazendo alguns recortes ou abordando alguns dos textos apresentados; como exemplo inicial tomaremos o caderno Introdução à sociologia, item 8, “o Brasil e Revolução Democrática: o segundo governo do presidente Lula”. Neste texto o conceito de democracia é tomado de forma abstrata ou, tratando-se da noção de socialismo que se pretende explicitar, distorcida. Já no título a primeira distorção se apresenta no fato de se considerar o governo do PT uma revolução democrática. Qual ideia implícita aqui de democracia? O governo do PT foi uma revolução? Como ignorar as alianças políticas liberais que marcaram os governos do PT, bem como as ações traduzidas em políticas compensatórias, aliadas a outras políticas que beneficiam largamente o capital?

Outro exemplo de distorção se encontra na frase que abre o tema:

O sentido histórico do segundo governo Lula deve ser pensado a partir do acúmulo histórico e da tradição socialista democrática e da experiência concreta de luta do povo brasileiro. O que distingue esse segundo governo são as condições favoráveis para avançar a revolução democrática no Brasil (...). (CADERNOS DE FORMAÇÃO CNTE/APP. p. 41).

Esse texto sobre a chamada Revolução Democrática é apresentado sem assinatura de um autor e, além disso, trata de temas diversos tais como: a dinâmica da revolução democrática, um novo contrato social com a natureza (sic), o socialismo, socialismo democrático, a construção da esfera pública, socialismo democrático e republicano e socialismo e democracia participativa sem se quer fazer uma citação. Todos esses temas são trabalhados em apenas 6 (seis) páginas. São abordagens genéricas e sem o aprofundamento necessário que acreditamos que deva ter um caderno de formação político-sindical. A título de exemplo podemos destacar que na página 47 do fascículo foram utilizadas 28 linhas para se trabalhar o

tema Socialismo e democracia participativa, fazendo uma retomada de quase um século da história brasileira, iniciando com a Revolução de 30 até o 2º Governo Lula.

Como entender as pequenas reformas que o PT introduziu durante os 8 primeiros anos de governo como revolução democrática? Como entender de qual “revolução” se trata e de qual “democracia” se está falado? Qual o significado de “socialismo” e “socialismo democrático” que se apresenta, se não se considera o movimento de mais de um século de luta de classes que caracterizou a formação desses conceitos?

Não pretendemos com isso negar a importância de algumas das reformas que o PT encaminhou para a minimização da pobreza. Porém, não podemos compreendê-las como uma revolução. Isso deixa mais uma vez claro como o partido dos Trabalhadores tem uma interferência nos sindicatos vinculados à CUT no que se refere à sua formação político-sindical.

Outro exemplo de ecletismo ainda apresentado no fascículo 1 aparece nas páginas 29 a 35. São apresentados textos sem que sejam feitas análises e justificativas do porquê estão ali. São textos que apresentam: Visão de Ricardo Neves, consultor de empresas; Visão de Alvin Toffler, sociólogo, e Visão de Domenico De Masi, sociólogo italiano. O primeiro fala sobre o mercado de trabalho no Brasil, o segundo sobre tendências para o futuro (do capitalismo?) e o terceiro sobre a busca do ócio. Esses textos vêm logo após uma apresentação didática e simplificada de Marx, caracterizando uma confusão de perspectivas ideológicas que os próprios professores participantes do curso poderiam questionar supondo-se a sua formação teórica.

O fascículo 2 do eixo 1 tem como objeto central a discussão sobre Teoria Política. Primeiramente são apresentados os clássicos da Ciência Política: Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau, no capítulo denominado Política na prática do coletivo; Marx, Gramsci e Claus Offe são apresentados no capítulo segundo cujo título é *O estado Capitalista*; o capítulo terceiro é formado pelo tema *Principais projetos políticos e sociais*, abordando resumidamente o liberalismo clássico, o socialismo científico, a social-democracia, o neoliberalismo, a terceira via e a experiência do Leste Europeu; finalmente, a temática: *Em questão a problemática da democracia*, em que Rousseau, Tocqueville, Robert Dahl, Adam Przeworski e Marilena Chauí são citados muito ligeiramente.

Não há como negar que são temas importantes, porém, novamente o formato dos manuais didáticos com grandes simplificações, pois abordam vários séculos de história política; tratando-se de professores, por que não abordar este tema utilizando os textos clássicos dos autores? Além disso, novamente constatamos o ecletismo, sem as necessárias problematizações e articulações das teorias com as práticas ocorridas no movimento histórico. Temas diversos são tratados e pouco contextualizados, a exemplo da “Terceira Via” de Anthony Giddens. Conceitos foram apresentados de maneira muito apressada como, por exemplo, os escritos sobre Antonio Gramsci: O Partido Político em Gramsci, p. 59, 7 linhas; Crise de Hegemonia, p. 59, 10 linhas; Hegemonia, p. 56, 7 linhas; Ideologia, p. 56, 7 linhas; Sociedade Civil e Sociedade Política, p. 55, 4 linhas; o Estado, p.55, 4 linhas; e Intelectuais Orgânicos, p. 57, 7 linhas.

Outro ponto que merece ser destacado no caderno de Introdução à sociologia e que também foi evidenciado na pesquisa de Araújo (2013, p.72-73) diz respeito à abordagem feita sobre o senso comum. Segundo Ferreira, “o senso comum diz respeito a princípios normativos populares – conhecimento convencional que se fundamenta na tradição, nos costumes e vivências cotidianas” e conclui que ele “contém positivities e limitações”. Trata-se de uma definição bastante próxima, como nota Araújo (2007, p.72), daquela dada por Gramsci a senso comum. Segundo esse autor, o traço fundamental e que também mais caracteriza o senso comum é por “se tratar de uma concepção desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição cultural das multidões das quais ela é a filosofia” (GRAMSCI, 2001a, p.114).

Contudo, ao contrário de Gramsci, o material de formação dá um valor ao senso comum além do que recomendaria qualquer autor marxista, por exemplo, ao afirmar que os fatos sociais adquirem conhecimento ao nível do senso comum (FERREIRA, 2007, p.11, apud ARAUJO, p. 73). Embora seja correto ter o senso comum como ponto de partida, ele deve ser superado justamente por seu caráter desagregado e incoerente. Nas palavras de Gramsci (2001a, p.114, apud ARAUJO, p. 73), “Quando na história se elabora um grupo homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática”.

Portanto, embora esteja correto ao positivar em algum grau o senso comum por ser o conhecimento que nasce das relações espontâneas e cotidianas, o material de formação possibilita interpretações equivocadas do seu alcance para se

analisar fenômenos sociais complexos, compreendidos somente por meio de conceitos teóricos coerentes e sistemáticos. Nas palavras de Araújo:

Essa maneira de compreender a questão [do senso comum] é distinta daquela fornecida pelo referencial teórico do materialismo histórico, sobretudo, porque os “fatos sociais” estão entrelaçados com o conjunto da sociedade capitalista: estão em movimento. Daí surge a impossibilidade de interpretá-los fielmente à luz do senso comum, cuja percepção de mundo é fragmentária. O senso comum é terreno no qual se inscreve a “filosofia espontânea”, cujas ideias brotam do contato com a realidade. Todavia, não são suficientemente elaboradas a ponto de serem compreendidas. (ARAÚJO, 2013, p.76).

Espera-se de um material de formação voltado para a formação de educadores maior rigor no uso dos conceitos. Não é demais lembrar que muitos professores se formaram há anos e por vários motivos não estão atualizados com questões teóricas como as levantadas pela apostila de sociologia. Portanto, é imprescindível que a linguagem usada bem como o uso de conceitos atinjam o máximo de precisão.

Araújo (2013) levanta outra questão com a qual também nos deparamos não somente ao analisar, mas também ao utilizar as apostilas que compunham e compõem o material dos cursos da APP. Trata-se do uso de termos que além da falta de rigor teórico são francamente apelativos, subjetivos. Tome-se como exemplo esta passagem citada por Araújo: “produzir uma teoria é um ato de magia, ato de construção e criação” (FERREIRA, 2007, p. 32, aspas no original).

É claro que, não raras vezes, grandes teóricos apelam para termos figurados a fim de alcançar maior grau de explicação ou de ênfase. De todo modo, sempre há o cuidado de não se misturarem palavras que pertencem a campos epistemológicos distintos. Certamente construir uma teoria não é um ato de magia, mas de um enorme esforço intelectual de juntar organicamente um conjunto de instrumentos teóricos homogêneos e coerentes com os quais se tenta compreender determinados fenômenos.

Araújo (2013) tece a seguinte crítica ao uso eclético de termos que nem sempre estão afinados com referencial teórico (materialismo histórico) pelo qual estariam orientadas as apostilas de formação:

Vê-se que há uma mescla de interpretações do que seja a realidade social, pois, se, por um lado, o material, aos esforços de uma perspectiva contra hegemônica, apropria-se constantemente de termos do campo do materialismo histórico – sujeito histórico, realidade concreta, transformação

social, unidade da classe trabalhadora, sindicalismo classista, luta de classes, dominação social, entre outros – por outro, adota fartamente expressões ou palavras de ordem, as quais não dialogam com o referencial destacado. (ARAÚJO, 2013, p.76).

Com efeito, um dos problemas dos cadernos é justamente a linguagem adotada, entendida aqui como a articulação sistemática entre os objetivos desejados, os referenciais teóricos utilizados e os termos capazes de estabelecer tais relações.

A não utilização de um referencial teórico mais refinado e afinado com uma proposta de formação de fato transformadora repercute também nos cadernos *Introdução à História do Movimento Sindical* (GOETTERT, 2007) e *Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Brasil* (MONLEVADE, 2007), dois cadernos de extrema importância pelo fato de constituírem duas das principais referências teóricas de um curso que é voltado para a formação de lideranças sindicais. Aqui tomaremos como referência a análise feita por Araújo (2013) porque em sua dissertação de mestrado a autora trabalhou com uma extensa revisão bibliográfica acerca dos conceitos de classe operária, tendo como referencial autores marxistas.

Há nos cadernos, por exemplo, o uso recorrente de se tratar o movimento sindical como uma “luta de homens e mulheres” (GOETTERT, 2007, p.13). Embora se reconheça nesse tratamento o esforço tão bem-vindo de mostrar que as mulheres também são protagonistas da luta, corre-se o risco de se usar uma terminologia de gênero para abordar o conceito de trabalhadores e também de classe social. Sobre essa questão, Araújo afirma que,

Embora seja um fato que mulheres e homens se insiram na história do movimento sindical, também o é que tais distinções no plano discursivo podem levar a interpretações equivocadas, obscurecendo a compreensão de que, mesmo pertencendo a sexos diferentes, ambos integram o universo do assalariamento, não sendo, portanto, as distinções mulheres e homens as decisivas. Tais diferenciações podem, até mesmo, ser operacionalizadas pelo capital, que procura por os indivíduos, a fim de colocá-los em concorrência entre si. Por certo, para a concepção materialista da história, a classe trabalhadora, ainda que diversa, constitui-se, sobretudo, pela totalidade dos sujeitos sociais subsumidos pela lógica do capital, não exigindo a sua distinção sexual, sob o ponto de vista biológico. (ARAÚJO, 2013, p.90).

Como se depreende, não se trata de negar a existência concreta de homens e de mulheres, mas sim de não correr o risco de focalizar uma questão tão importante quanto os debates acerca de gênero quando o objetivo é pensar a

questão da classe trabalhadora, mesmo porque nos temas transversais previstos para serem discutidos no eixo 4 do programa de formação a questão de gênero é discutida à parte.

Em síntese e corroborando a crítica de Araújo, apesar das relevantes informações históricas sobre a constituição histórica do movimento sindical as quais servem de fecundo material de referência para os cursistas, as apostilas se ressentem da falta de uma apresentação mais rigorosa do conceito de classes a partir dos referenciais marxistas, os quais, por sua vez, são apresentados pelos cadernos como os pressupostos teóricos eleitos pelo curso da APP.

Nessa etapa os cursistas têm contato com uma gama bem ampla de conhecimento teórico, mas nenhum voltado especificamente para a formação de novas lideranças para a renovação de quadros sindicais no âmbito da administração de entidades sindicais, como a APP-Sindicato. Da nossa perspectiva, entendemos que cada tema deveria compor-se de uma gama de teorias voltadas para o movimento de organização política dos professores, visto que o objetivo é formar dirigentes.

O Eixo 2 denomina-se “Formação de Dirigentes Sindicais” e se propõe a “possibilitar a formação política e prática na preparação dos dirigentes oferecendo uma formação metodológica” (CNTE, 2007, p.6). Esse eixo é formado de cinco fascículos: 1) Fundamentos da Filosofia (Teorias do conhecimento, Lógica e Metodologia da atividade filosófica); 2) Teoria da Comunicação; 3) Análise de Conjuntura; 4) Estruturação e Organização Sindical; 5) Negociação Coletiva.

Essa etapa já apresenta um recorte mais voltado para a formação de lideranças sindicais no sentido restrito que vimos trabalhando nesta tese. Os fascículos “Estruturação e Organização Sindical” e “Negociação Coletiva”, por exemplo, se voltam para a realidade vivida no espaço sindical. Note-se que sobressaem aspectos mais teórico-administrativos (como se estrutura e se organiza um sindicato) e também questões que exigem habilidades políticas, como é o caso a qualquer tipo de negociação coletiva. Começamos nossa análise pelo caderno “Fundamentos da Filosofia”.

Afinado com a proposta descrita nos demais cadernos, o de fundamentos da filosofia também se propõe a oferecer elementos propiciadores de uma educação crítica e transformadora. Contudo e não obstante suas qualidades também nele se observa o problema da imprecisão no uso rigoroso da linguagem filosófica e do

ecletismo de ideias, como se verifica nesta passagem: “Nos discursos as palavras estão grávidas de concepções de mundo, de sociedade, de alegria, de felicidade” (PASSOS, 2008, p.4) E nesta: “Provocar é chamar de fora; convocar é chamar de dentro. Provocação e convocação, para juntar-se à luta de todos os outros e outras” (PASSOS, 2008, p.10).

Em passagens como essas, que não são raras no texto, predomina a função apelativa da linguagem, com termos conotativos (grávidas), em vez da função referencial, com o uso predominante de termos que de fato consigam denotar conceitos afins com os objetivos propostos não só nessa apostila como também nos definidos como prioritários no curso da APP.

Ademais, como observa Araújo (2013, p. 80), a parte do caderno em que se tecem considerações sobre Epicuro, para quem “O mundo seria o mundo que desejássemos e nos dispuséssemos a construir” (PASSOS, 2008, p.24), faz predominar a ideia de voluntarismo “desconsiderando que a construção de um mundo novo não depende única e exclusivamente de condições subjetivas, mas com tomada de consciência das reais condições materiais” (ARAÚJO, 2013, p.80).

Outro ponto que merece ser destacado são os vários excertos (frases de efeito famosas) de filósofos (ou de escritores, como Cecília Meireles), dos mais variados tempos e concepções. Tudo bem que se trata de uma introdução à filosofia, cujo campo de abordagem é imensamente amplo, mas o ecletismo e a falta de conexão entre os autores acabam denunciando ausência de rigor. A título de ilustração seguem algumas frases: “Tudo que é sólido se desmancha no ar. O marxismo também?” (BOAVENTURA SOUZA SANTOS, p.47); “Filosofia é procurar um gato preto, num quarto escuro onde ela não está” (COELHO NETO, p.9); e “A filosofia deixa tudo como está” (WITTGENSTEIN, p.10).

É inegável a importância de Wittgenstein para a filosofia, mas essa sua frase vai de encontro com a premissa cara aos marxistas de que a filosofia serve para transformar o mundo. Toda a construção de Marx e Engels, de Lênin e de Trotsky, de Rosa Luxemburgo e Gramsci está aí para provar que a filosofia é muito mais do “procurar um gato preto” e de que ela “deixa tudo como está”.

Em sua dissertação, Araújo critica a apostila de introdução à filosofia nos seguintes termos:

Em geral, a intenção é sempre reforçar as ideias subjetivistas, todas elas voltadas para questões como vontade, liberdade, homem novo, nova moral etc. São palavras que envolvem os sujeitos em um discurso intimista, congregacional. Considera-se, desse modo, que politização pretendida fica restrita à crítica moral, isto é, a sociedade é injusta e precisamos de sujeitos moralmente engajados. (ARAÚJO, 2013, p.81).

Como já frisamos, a filosofia é um campo do conhecimento que recobre uma gama enorme de autores e conceitos e seria muito bom que as lideranças sindicais tivessem acesso a todo esse conhecimento. Contudo, dados os objetivos definidos pelo curso de formação, era de se esperar que se enfatizasse o instrumental teórico-metodológico do materialismo histórico, uma vez que se defende a formação de educadores e futuros líderes sindicais críticos e capacitados para mudar a sociedade.

O caderno Teoria e Prática da Comunicação Sindical (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008) é apresentado pela direção da CNTE como “um valioso trabalho que visa abordar dois aspectos: a nossa comunicação enquanto Sindicatos e Confederação e a atuação dos grandes grupos econômicos e políticos na comunicação de massa, para difundir seus valores e manter sua hegemonia” (SANTIAGO. GIANNOTTI, 2008, p.5). Dividido em nove capítulos, esse caderno constrói um quadro bem amplo de várias formas de comunicação, desde a Antiguidade até a primeira década do século XXI.

O capítulo I, denominado Comunicação Sindical: um mosaico de mil palavras, tem como proposta discutir os vários tipos de comunicação. Traz a origem moderna da comunicação, pontuando Gutemberg como seu fundador e ainda a comunicação via rádio, televisão, internet e o carro de som como uma variação do rádio tipicamente brasileira. Para Santiago e Giannotti:

O carro de som tem tudo a ver com nossa cultura. Desde o fato objetivo de um forte contingente de gente não estar familiarizada com leituras de jornais, até a vivacidade e alegria do contato direto com a massa de trabalhadores do alto de uma Kombi ou de uma caminhonete. Microfone na mão o diretor explica o andamento de uma negociação. (SANTIAGO. GIANNOTTI, 2008, p.11).

Com um caráter descritivo e sem maiores aprofundamentos, os autores procuram trazer exemplos de como a comunicação pode ser uma arma do dia a dia nas mãos dos trabalhadores. A internet, por exemplo, é colocada como uma comunicação para a luta que pode ser um meio de democratização da comunicação

e quebrar o monopólio do grande capital. Afirma-se assim a necessidade de uma maior instrumentalização dos trabalhadores.

O capítulo 2, As Muralhas da Linguagem, defende o uso de frases curtas e de um vocabulário conhecido como uma forma de se atingir mais diretamente o leitor. O jornalismo da Rede Globo é tomado como exemplo de linguagem eficiente. Em síntese, defende-se que a linguagem deve ser “escrita na língua do público-alvo, do leitor e da leitora comum e não numa língua estrangeira seja ela inglesa, chinesa ou japonesa” (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.21).

Os autores apontam como sendo motivos da muralha da linguagem a pouca escolaridade, os intelectualês, e o abismo comunicacional. Apontam que isso é intencional para manter as elites econômicas e políticas no poder. Esse abismo é reforçado por manipulações feitas pela mídia empresarial, a exemplo da Folha de S. Paulo, Revista Veja e Rede Globo, afirmam os autores.

Linguagem: palavras conhecidas e frases curtas é o terceiro capítulo. Reforçando o que foi enunciado no capítulo anterior, os autores afirmam que “de nada adianta escrever as mais maravilhosas teses sobre a revolução brasileira ou sobre a participação nos lucros, se o texto não é compreendido por o deveria ler”. (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.24)

Acreditamos ser válida a preocupação de que a linguagem seja compreendida pelos trabalhadores. Porém, constatamos aí um grande perigo da simplificação demasiada e da desvalorização dos clássicos. Reportando-nos a Gramsci, defendemos que a elevação cultural das massas seria mais oportuno de ser defendida, pois, como afirma o político italiano, é preciso combatermos no campo do inimigo.

O capítulo IV traz como título: Comunicação para a disputa de hegemonia. Nesse capítulo é feita uma brevíssima retomada histórica, dos gregos ao século XXI, dando ênfase à Idade Média, Reforma Protestante, Revolução Francesa, Revolução Industrial, guerras mundiais e Revolução Russa e ascensão do neoliberalismo. Além disso, Lênin e Gramsci são trazidos para a discussão sobre hegemonia. Segundo os autores:

Para este trabalho de convencimento, para construir uma nova hegemonia é necessária uma forte atividade contra-hegemônica. Para Gramsci, é necessário destruir a velha hegemonia e construir a nova. Para isso será necessário construir inúmeros aparelhos privados de hegemonia. Gramsci, também, associa convencimento à conquista, construção e consolidação simultânea do poder. (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.34).

Ainda citando Gramsci os autores enfatizam que a hegemonia não será alcançada e consolidada apenas pela comunicação. É necessário o consenso e a força. Afirmam que Gramsci vislumbra uma simbiose constante entre convencimento e força, sendo o convencimento o passo inicial. Concluem assim que uma classe pode ter força para impor sua vontade, mas nem por isso ela terá automaticamente a hegemonia.

Lênin é trabalhado pelos autores mais numa perspectiva de classe do que foi trabalhado Gramsci. O político italiano foi trabalhado mais numa perspectiva reformista, enquanto Lênin apreze mais numa visão revolucionária. Afirmam Santiago e Giannotti:

Esta tarefa de destruir o velho mundo e construir um novo necessitaria do convencimento e da adesão de milhares, no começo, até chegar a milhões. Convencimento da necessidade da revolução. E ação para concretizá-la. Assim se estabelecia a nova hegemonia e nascia um país. Para essa tarefa havia duas funções que se entrelaçavam, com a mesma relação do côncavo e do convexo nas culturas orientais. Numa relação dialética, como repetia Lênin: o convencimento e a força. (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.38).

Outra questão trabalhada em Lênin e que não parece em Gramsci é a discussão sobre a importância do Partido Político. Enfatizam que para Lênin o partido, além de educar, politizar, organizar, planejar e coordenar a tomada do poder deveria consolidar essa conquista política e criar as bases de um novo poder.

História da Comunicação Sindical no Brasil é o tema do V capítulo. Aqui os autores voltam a afirmar a centralidade da comunicação, tendo Lênin como parâmetro para afirmarem que sem comunicação não há revolução, fazendo uma paródia, como afirmam, do título da obra do psicólogo Roberto Freire, “Sem Tesão Não há Solução”.

Enfatizando a importância da comunicação, os autores trazem à baila uma questão muito interessante: de 5.506 municípios existentes no Brasil, somente 1.927 possuem algum tipo de livraria. Isso acaba trazendo graves consequências à formação da classe trabalhadora e de sua desalienação. “Um país contraditório, pois ao mesmo tempo que dois terços de municípios onde não se compra um livro, abriga a Veja, a quarta maior revista mundial de informação, ou melhor, desinformação”. (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.34).

Nesse diapasão, ressaltam a importância da existência de materiais elaborados pelos trabalhadores: jornais operários, revistas, programas de rádio e

televisão, uso da internet, como instrumento de formação de classe. Nesse aspecto a comunicação é imprescindível para a tomada de consciência. A imprensa anarquista no início do século XX no Brasil, a imprensa alternativa no período da ditadura militar e a comunicação do MST são tomadas como exemplos a serem seguidos pelo movimento operário atual.

O sexto capítulo propõe discutir comunicação e hegemonia no Brasil. Fazendo uma breve retomada histórica, os autores apontam como a comunicação tem sido usada pela classe dominante para a consolidação de seus projetos políticos e econômicos. Assim, enfatizam:

Em cada época, além do jornal encontraremos outros vários instrumentos de comunicação que foram usados pelas classes dominantes para garantir sua hegemonia. As quatro fases são as que mais marcaram o nosso século XX. A primeira: anos 1930, a ascensão de Vargas e sua consolidação no poder. A segunda: anos 1960, a preparação e a perpetração do Golpe Militar. A terceira é a da tentativa de fixação da nova hegemonia da ditadura, nos anos do chamado milagre econômico, para um projeto de dominação até o ano 2000. A quarta é a fase dos anos 1990, com a implantação da hegemonia neoliberal e a construção do chamado pensamento único. (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.50).

Esses quatro períodos apontados são trabalhados mostrando como a comunicação foi exercida para consolidar cada período, tendo como interlocutores os meios de comunicação dominados pelo grande capital, ou seja, a imprensa burguesa. O papel do estado como representante da classe dominante também foi enfatizado, seja no Período Vargas, como na ditadura militar, a comunicação foi eficaz para difundir o projeto político da época.

Democratização dos Meios de Comunicação é o tema do capítulo sete. Retomando a Revolução Francesa, os autores analisam como que a comunicação foi utilizada para a divulgação das ideias revolucionárias, apontando assim sua importância para a consolidação do poder. Por isso a enfática defesa da democratização das mídias. Pois como apontam:

Hoje, em pleno século XXI, para muitos estudiosos e analistas, a mídia não é simplesmente uma força estranha à máquina do poder. Não é somente um poder a mais. Hoje não há poder sem mídia. A mídia é a nova realidade que divulga, propaga, sustenta ou abala um sistema, um regime. O que transformou as 3000 mortes do atentado terrorista contra as torres gêmeas de Nova Iorque, em 2001, num fato que influenciou tremendamente a política mundial? Qual a relação entre a enorme exposição que este atentado teve através da mídia e a aceitação da invasão americana no Iraque, em seguida? (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.63).

A mídia tem dono e tem classe, afirmam os autores ao combaterem o discurso de neutralidade divulgado pelos meios de comunicação. Esse discurso é ideológico, essa pretensa neutralidade tem como objetivo central a despolitização das massas e o convencimento das ideias capitalistas e de camuflar a luta de classes.

O penúltimo capítulo traz o título Mídia: o verdadeiro partido da burguesia. A partir de exemplos históricos como ascensão e consolidação do nazifascismo, a postura dos USA após o atentado de 2001, como a grande mídia apresenta o caso da Venezuela, o MST, etc., os autores tecem seus argumentos para mostrarem como que os meios de comunicação são partidários e estão longe de serem imparciais como pregam. A hegemonia burguesa não seria consolidada sem esse importante aliado. “O sistema não consegue esconder a um exame mais atento que a mídia tem lado. Tem classe. Sim. Porque a mídia comercial e empresarial tem dono e seu dono tem classe. Ele tem classe e interesse de classe”. (SANTIAGO; GIANNOTTI , 2008, p.71).

Desmascarar essa suposta neutralidade da grande mídia e mostrar seus verdadeiros interesses é muito complicado e difícil, porém necessário. E essa tarefa cabe à classe trabalhadora, afirmam Santiago e Giannotti.

Para concluir o Caderno Teoria e Prática da Comunicação Sindical, o nono capítulo traz como título: Comunicação sindical, uma arte especializada. Após a análise do peso da grande mídia na consolidação da hegemonia burguesa, os autores apontam a importância da comunicação sindical. Enumeram as dificuldades dessa disputa, mas ao mesmo tempo deixam clara a necessidade de se pensar táticas e estratégias para que a comunicação da classe trabalhadora seja eficiente e atinja seus objetivos propostos. Nesse diapasão afirmam os autores:

Ora, se um sindicato sonhar em transmitir sua política às suas bases com uma comunicação esporádica, com o típico “vez-em-quando”, que sai a espaços de dois ou três meses, aí realmente fica impossível derrubar o Goliás. Um boletim nessas condições é quase inútil, quase inócuo. Como responder aos ataques diários que a burguesia faz aos trabalhadores via *Jornal nacional*, via Edir Macedo e seu império midiático, via os Sílvios Santos, os Datenas, as Hebes e Xuxas? Como se contrapor às opiniões dadas fartamente por supremos juízes, ministros, economistas e âncoras de programas altamente cotados pelo Ibope, com um simples boletim mensal ou até semanal? (SANTIAGO; GIANNOTTI , 2008, p.76).

A comunicação sindical deve ser diferente e exigente, afirmam os autores. Pois só assim conseguirá atingir uma população que não mais que 5% leem jornal diariamente. Assim não basta produzir um boletim ou um jornal diário. É importante que seja garantido que sejam lidos. E a primeira garantia que sejam lidos é um título chamativo, concluem os autores.

A prática da comunicação sindical é abordada de maneira bem geral, sem se especificar o público-alvo, o que dá ao texto não raras vezes um aspecto bastante generalizante. Por se tratar de um caderno usado para um curso de formação voltado especificamente para profissionais da educação, cria-se um problema sério, haja vista que se perde a oportunidade de se abordar a comunicação sindical mais focalizada na realidade desses trabalhadores. Em outras palavras, ao optar por um material que procura se dirigir a todos os tipos de trabalhadores e trabalhadoras, a APP e a CNTE acabam ignorando o fato de que, para se atingir os objetivos anunciados, é necessário que o material utilizado esteja necessariamente afinado com tais objetivos.

Ademais, o próprio material apresenta problemas conceituais que podem afetar negativamente a formação de novos dirigentes sindicais. Aqui destacamos o que julgamos mais importante.

Os autores enfatizam muito a importância do uso da linguagem utilizada para se comunicar com os trabalhadores. O capítulo 2, por exemplo, defende o uso de frases curtas e de um vocabulário conhecido como uma forma de se atingir mais diretamente o leitor. O jornalismo da Rede Globo é tomado como exemplo de linguagem eficiente. Em síntese, defende-se que a linguagem deve ser “escrita na língua do público-alvo, do leitor e da leitora comum e não numa língua estrangeira seja ela inglesa, chinesa ou japonesa” (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.76).

De fato, o público-alvo a que se dirige um jornal (ou qualquer outro gênero de comunicação) jamais pode ser ignorado. Isso vale para todas as relações intermediadas pela linguagem. O problema aqui é quanto à afirmação de que se deve usar a “língua do público-alvo”. Ora, como os próprios autores afirmam,

Entre os trabalhadores e trabalhadoras há níveis de escolaridade diferentes. Há fábricas tradicionais, típicas de meados do século XX, onde se exige pouca escolaridade. É o caso de antigas indústrias de materiais pesados como fábricas de vagões ou eixos e rodas de trens. No Espírito Santo, por exemplo, em pleno 2007, podemos encontrar uma Cobrasma, com este perfil antigo ao lado de uma Samarco, onde mais de 85% dos trabalhadores

possuem o diploma de terceiro grau.(SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p81).

Portanto, a se julgar pela proposta de usar a língua do público-alvo, teríamos que alguns materiais produzidos pelos sindicatos do Brasil teriam as feições de velhas cartilhas de alfabetização, tendo como base a soletração, dado que muitos trabalhadores e trabalhadoras têm baixo letramento. Perder-se-ia, por exemplo, a oportunidade de propiciar uma elevação cultural de superação do senso comum, como propunha Gramsci em boa parte de sua produção escrita. Qual é a teoria usada para se defender o uso da linguagem adotada nesse caderno? Não se encontra a fundamentação teórica. Cabe acentuar que o público-alvo, no caso dos Cadernos em pauta, são os professores filiados, o que significa um determinado grau de formação a ser considerado como ponto de partida.

Em contraponto a essa falta de informação teórica, o conceito de hegemonia utilizado pelos autores (e já anunciado na apresentação do material) é tomado de Lênin e Gramsci. Santiago e Giannotti defendem a tese de que a comunicação sindical é essencial na construção de uma nova hegemonia e ilustram sua tese com citações dos autores (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.31-34). Embora o material esteja, nesse capítulo, mais afinado com a proposta de formação da APP, baseada no materialismo histórico, apresenta-se claramente o ecletismo teórico que permeia alguns dos cadernos que estamos analisando. Nas palavras de Araújo:

pode-se concluir que os elementos teóricos e metodológicos traçados no documento se distanciam dos fundamentos pontuados pela concepção materialista da história, tendo em vista que o caderno expressa, no limite, um conjunto de normas desarticuladas que procuram conferir à comunicação sindical a condição de uma espécie de “dialeto” da classe trabalhadora, a qual não ultrapassa o senso comum. Por não compreenderem adequadamente o caráter das relações sociais, os autores não articulam a proposta de uma comunicação sindical própria com as diversas dimensões do real. (ARAÚJO, 2013, p.89)

Trata-se, como explicita a autora, de um afastamento entre os objetivos enunciados pelo curso, orientado por uma concepção materialista de história, e o que de fato os materiais apresentam, o que tantas vezes causa uma espécie miscelânea teórico-metodológica. Apenas fazemos a ressalva de que não afirmamos, como o faz a autora, que os autores não compreendem “o caráter das relações sociais” (ARAÚJO, 2013, p.89), mas tão somente que, caso conheçam, não produziram um material que deixe essas relações explícitas.

Por fim, destacamos o que consideramos ser um descuido com a linguagem pensada no nível da argumentação – aspecto que se destaca em outros cadernos analisados. A passagem abaixo deve ilustrar o que afirmamos:

Já vimos que o papel da comunicação sindical é convencer e levar à ação. E esta ação não é simplesmente ir ou não ao cinema. Comprar ou não um sapato novo. A ação proposta pela comunicação sindical traz resultados que podem mudar a vida de uma pessoa (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p.77).

O que chama a atenção nessa passagem é abordagem simplificada do que se entende por “mudar a vida de uma pessoa”. Ir ao cinema ou comprar um sapato novo certamente pode mudar a vida de uma pessoa, isso se pensarmos, por exemplo, no significado que pode ter para alguém que nunca teve acesso a esses dois bens. Em síntese, novamente sobressai a superficialidade com que algumas questões são tratadas, problema que atinge frontalmente a proposta de formação da APP, principalmente considerando-se que se dirige a professores.

O caderno Como Fazer Análise de Conjuntura (SANTIAGO; MORAES, 2014) é apresentado, em mensagem da CNTE, como instrumento capaz de “possibilitar aos dirigentes sindicais o acesso a um instrumento que lhes possibilite analisar criticamente o contexto histórico no qual vivemos e no qual desenvolvemos nossas lutas” (p4). Dessa forma, os dirigentes sindicais poderão não apenas intervir como também “mudar o curso dos acontecimentos segundo os interesses imediatos e históricos da nossa categoria e da nossa classe”. (SANTIAGO; MORAES, 2014, p.4).

Trata-se, como já se evidencia na apresentação do material, de um caderno de extrema importância na formação de novos dirigentes, haja vista que todas as estratégias traçadas por uma entidade sindical (mas também por qualquer outra instituição, como um partido ou uma grande empresa) devem estar ancoradas em uma profunda e detalhada análise de conjuntura. Nessa direção, analisando reflexões de Gramsci sobre tema correlato, Schlesener esclarece que a

análise conjuntural insere a reflexão num determinado momento do processo de correlação de forças políticas, que precisa “ser situado com exatidão e resolvido para se chegar a uma justa análise das forças que atuam” em determinado momento da história. A relação entre o conjuntural e o movimento orgânico é fundamental para a organização política das classes trabalhadoras e para evitar interpretações deterministas ou voluntaristas. (SCHLESENER, 2009, p.65, aspas no original).

Pode-se dizer, portanto, que sem clareza do quadro em que se estabelece a correlação de forças, as ações de um sindicato tendem ao fracasso ou, para dizer o mínimo, não vão conseguir atingir os objetivos almejados. É fundamental que se determinem as forças que atuam em dado momento histórico, pois somente assim é possível dirigir ações precisas, que de fato sejam eficazes. Como frisam os autores do caderno, é preciso “[a]nalisar, entender, compreender para agir, para atuar, para transformar” (SANTIAGO; MORAES, 2014, p. 59).

Feitas essas considerações gerais e voltando pontualmente a esse material que compõe o eixo 2, é justo reconhecer que o caderno em questão é, dentre o material já analisado, o que mais se articula com os objetivos delineados pelo curso da APP-Sindicato, o que não significa estar isento de problemas, como veremos mais à frente.

Ao contrário do caráter generalizante do caderno *Teoria e Prática da Comunicação Sindical* (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008), que não focaliza um público-alvo específico, *Como Fazer Análise de Conjuntura* se dirige objetivamente em mais de um momento aos trabalhadores da educação, como ilustra a passagem abaixo:

Um sindicato de trabalhadores da Educação, ao iniciar uma disputa salarial com a administração pública, precisa levar em conta todos os componentes da conjuntura. Para saber se é possível ganhar a queda de braço com a Secretaria Estadual de Educação, por exemplo, é necessário saber quem é quem no poder e quais interesses representa. Afinal, com quais forças o Sindicato dos Profissionais da Educação daquele estado pode contar e com quais forças terá de se confrontar. Um sindicato de trabalhadores da Educação, ao iniciar uma disputa salarial com a administração pública, precisa levar em conta todos os componentes da conjuntura. Para saber se é possível ganhar a queda de braço com a Secretaria Estadual de Educação, por exemplo, é necessário saber quem é quem no poder e quais interesses representa. Afinal, com quais forças o Sindicato dos Profissionais da Educação daquele estado pode contar e com quais forças terá de se confrontar. (SANTIAGO; MORAES, 2014, p.15).

Nesse trecho, tem-se a exposição bastante clara da necessidade de os trabalhadores da educação conhecerem pormenorizadamente a conjuntura para que sejam localizadas as forças que se confrontam, mas também as que podem entrar em concerto tático. É verdade, porém, que seria produtivo e mesmo necessário que a expressão “correlação de forças” aparecesse expressa de forma clara e não difusa, dado tratar-se de um conceito-chave para o tema de que trata o caderno.

Não obstante a boa sistematização do material quando considerado em seu aspecto mais instrumental, ou seja, de ensinar os participantes do curso a fazerem uma análise de conjuntura, aqui também revelam problemas graves. Assim como nos demais cadernos, tem-se aqui uma espécie de passeio por correntes filosóficas que dificilmente podem ser usadas para se fazer análise de conjuntura. Considerando-se ser a análise materialista da história o referencial teórico que guia o curso da APP, as passagens que comentamos abaixo se colocam, se não em confronto, pelo menos em desarmonia com o que se afirma na apresentação do curso.

Logo na Introdução, os autores afirmam: “A primeira coisa que a cartilha pretende dizer é o seguinte: para começar a entender o mundo, comecemos pela humildade. Um grande sábio já disse: só sei que nada sei”. (SANTIAGO; MORAES, 2014, p.5). O sábio a que se referem os autores certamente é Sócrates, a quem se atribui essa famosa frase. Embora seja inegável a importância desse filósofo para a filosofia ocidental, sua demonstração de humildade pouco ou nada colabora para uma boa análise de conjuntura pela perspectiva materialista.

Logo em seguida, os autores apresentam o material nos seguintes termos: “A cartilha tenta nos mostrar um outro lado da humildade fundamental. É a dúvida. Muitos de vocês já ouviram falar de um grande sábio e matemático francês, René Descartes, lá do século XVII. (SANTIAGO; MORAES, 2014, p.5). Além do salto de séculos que se dá, aparece aqui novamente a palavra “sábio” como sinônimo de pensador, de filósofo. Compare-se, por exemplo, expressões em que nos referimos a Marx e Engels como sábios com aquelas em que são nominados como fundadores do materialismo histórico. Não se trata apenas de uma simples questão de semântica, mas sim de palavras carregadas de conteúdo ideológico. Pressupõe que o pensamento sistematicamente elaborado é próprio de uma elite de pensadores, ou seja, toma como natural a divisão entre dirigentes e dirigidos.

Abaixo, é vez de Maquiavel ser tratado como sábio:

Muitos de nós também ouvimos falar de outro sábio, um italiano do século XVI que ficou famoso como um dos primeiros “analistas de conjuntura política” dos tempos modernos. Para muitos, o fundador dessa arte. Maquiavel dizia que tínhamos que tratar a política - a ciência do poder – com racionalidade, frieza, cálculo. Quase como se fosse um cálculo de física. (SANTIAGO; MORAES, 2014, p.6).

De fato, faz sentido referendar Maquiavel como um dos grandes analistas de conjuntura da história moderna; contudo, é muito difícil estabelecer uma conexão entre seu pensamento e o de Descartes e o de Sócrates quanto ao tema de que trata o caderno.

Por fim, cabe um último comentário, agora referente ao excesso de linguagem figurada que marca não só esse, mas também outros cadernos como vimos apontando. Sirva-nos de exemplo esta passagem: “A conjuntura é como um rio tempestuoso, como uma cachoeira agitada numa paisagem que ameaça chuvas e trovoadas. Às vezes, num determinado momento, pode ser comparada a um ambiente tranquilo que tem até um pacífico arco-íris”. (SANTIAGO; MORAES, 2014, p.12). Reafirmamos, como já o fizemos, que o uso de termos conotativos ou metafóricos (rio tempestuoso, cachoeira agitada, chuvas e trovoadas) pode ter, evidentemente, seu espaço em textos de caráter literário ou instrumental como o caderno que ora analisamos. Entretanto, se juntarmos esses excessos à falta de uma linha teórica mais consistente (e menos ou nada eclética), somos obrigados reconhecer que o material falha em realizar os objetivos propostos.

O Eixo 3 denomina-se “Planejamento e Administração Sindical” e tem como objetivo “levantar elementos que ajudem a tornar o sindicato uma entidade democrática, bem administrada, participativa e coletiva para uma maior eficácia na ação sindical” (CNTE, 2007, p.7). Seu conteúdo é apresentado em quatro fascículos: 1) Planejamento Estratégico – o método; 2) Gestão Sindical e Planejamento Sindical (Relações de Trabalho, Administração de Finanças, Administração de Materiais); 3) Planejamento Estratégico da Ação Sindical; e 4) Sistema Democrático de Relações de Trabalho.

Assim como no Eixo 2, essa etapa também se orienta numa perspectiva de instrumentalizar os cursistas para assumirem funções nos quadros dos sindicatos. Entendemos que estas questões deveriam vir acompanhadas de estudos coletivos sobre a luta de classes, para retirar dos temas a abordagem meramente técnica e instrumental.

O Caderno Gestão Sindical apresenta como principal objetivo “a contribuição para fortalecer as atividades sindicais no dia a dia junto às bases e para que o sindicato administre bem os seus recursos financeiros e seu patrimônio, mas sem deixar de lado a participação institucional e política, a mobilização e a luta”. Dividido

em 4 capítulos, traz uma proposta bem ampla de discussão. A exemplo, o capítulo 1 se propõe discutir “As origens históricas do movimento sindical”, subdividido em: movimento sindical no mundo, movimento sindical, a CUT, a CNTE e movimento sindical no cenário atual. São dedicadas exatamente 9 (nove) páginas para essa discussão. Podemos constatar já pelo enunciado que a análise é extremamente superficial e com ausência de uma maior radicalidade. Para o trabalho sobre o sindicalismo no mundo, foi dedicado exatamente meia página.

O capítulo 2 denominado A conjuntura e os trabalhadores (as) propõe discutir A Gestão Sindical na conjuntura de hoje. Apresenta 2 (duas) páginas de texto e 7 (sete) páginas de exercícios. Não descartamos a capacidade de quem vai ministrar esse curso. Porém, uma temática tão importante como essa, numa quantidade tão pequena de conteúdo é o que questionamos. Se o objetivo é a formação de lideranças sindicais, há necessidade de um conteúdo mais denso.

Para o capítulo 3, que objetiva discutir A Gestão Sindical, 40 (quarenta) páginas foram dedicadas, priorizando as discussões sobre: o planejamento sindical, o planejamento da ação sindical, o planejamento orçamentário, a gestão e organização sindical, a direção: processo de orientar ações, controle e acompanhamento: ouvir a base. Mesmo tendo um número mais elevado de páginas que os capítulos anteriores, a ausência de conceitos e conteúdos mais aprofundados também é sintomático nesse capítulo. Conceitos muito gerais como “gestão sindical coletiva e participativa”, “sindicato classista, de massas, de base, autônomos, independente, democrático, plural, lutados pela liberdade, sindicato adepto da liberdade”, (CNTE, 2009. p. 32 e 33) foram brevemente pincelados.

Poderíamos problematizar aqui algumas contradições defendidas pela CNTE/APP/CUT em relação à práxis: sindicalismo de base, autônomo, democrático e independente. A burocratização dessas instituições, somada à chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, fez com que essas características que afirmam ter estejam cada vez mais distantes. Peguemos como exemplo: “Independente, porque defendem que os trabalhadores se organizem com total independência frente ao Estado, patrões, partidos políticos, governos ou que sofra qualquer outra interferência externa na sua organização.” (CNTE, 2009, p. 33).

Sabemos que a CUT não é independente do PT, bem como não foi independente nos governos desse partido. A partir do momento que a CNTE e a APP são filiadas a essa central, também não são independentes. Outro exemplo:

“Democrático, porque defende que o sindicato deve ser um espaço aberto à participação de todos os filiados (as), em todos os níveis e em todas as instâncias, permitindo aos trabalhadores (as) expressarem suas opiniões, seus pensamentos e suas sugestões”. (CNTE, 2009, p. 33). Aqui a contradição parece-nos ser maior ainda. A ausência de democracia é algo bastante claro para os filiados. A divisão por tendências, o autoritarismo das direções e a organização do sindicato tendo como modelo o partido de vanguarda faz com que o fosso base/direção se aprofunde cada vez mais.

Em muitos momentos encontramos no texto o termo “ouvir a base”. Pensando aligeiramente poderíamos nos convencer que essa proposta é verdadeiramente democrática. Porém, se refletirmos a fundo, perceberemos que está posto aí a defesa a continuidade da separação base/direção. Democrática seria a direção que ouvisse a base, mas nunca que propusesse o fim dessa estrutura. Vejamos a título de exemplo: “Depois de refletir sobre o projeto político da entidade, sobre a concepção de gestão sindical e orçamento durante o seminário, a direção do sindicato deve, na medida do possível, reunir-se e ouvir a base.” (CNTE, 2009, p. 69). “Na medida do possível”. Se não for possível, tudo bem. Acreditamos que essa postura é de um sindicato verticalizado e que só procura a base para legitimar a continuidade de uma estrutura burocrática.

O capítulo 4 traz o título: Mais Contribuições para o Debate, subdividido em: Como tornar as reuniões mais produtivas, Como discutir um problema, Dicas para tornarem mais eficientes reuniões e assembleias, Como planejar e realizar cursos de formação sindical e Documentos e providências obrigatórias do sindicato. Foram dedicadas, para esse capítulo, 16 (dezesseis) páginas. Novamente encontramos aqui a ausência de um aprofundamento teórico e de conceitos mais sólidos. São páginas de dicas: “É útil fazer a agenda da semana seguinte a partir desse esquema:”. (CNTE, 2009, p. 75). Na sequência é apresentada uma planilha com dia, data, atividade, local, membro da direção responsável e recursos necessários. Outro exemplo: “Reuniões muito longas e sem resultado desestimulam o grupo. Podem tornar-se indesejadas e até motivo de gozação”. (CNTE, 2009, p. 77).

O capítulo termina com uma lista de documentos e providências obrigatórias do sindicato. É apenas descritivo, sem nenhuma problematização. A saber: Estatuto, Atas, Registro Sindical, CNPJ, Contabilidade, Balanço, Livro Diário, Livro Razão, DIRF, IRRF, Livro de Inspeção de Trabalho, Livro de Registro de Empregados,

Folha de pagamento, GPS, GFIP, GRFC, CAGED, RAIS, Contribuição Sindical, Contribuição Confederativa, Contribuição Assistencial, Contribuição Associativa, Informes de Rendimento da Pessoas Físicas, Informes de Rendimento da Pessoas Jurídicas, DIPJ, PIS, DCTF e ISS. A pergunta que fazemos é que se esse conteúdo do capítulo contribui para a formação de lideranças sindicais ou se reforça a concepção burocrática dos sindicatos?

O fascículo 4 do eixo 3 é denominado Sistema Democrático de Relações de Trabalho. Escrito por Ernesto Germano Pares, está dividido em 4 capítulos: Sindicalismo- uma polêmica muito atual, Breve histórico das relações sindicais no Brasil, Sistema Democrático de Relações de Trabalho, e SDRT- a situação atual.

Contando com oitenta páginas, esse caderno tem como objetivo central o debate sobre o sindicalismo brasileiro e suas relações históricas a partir das diversas conjunturas políticas. O surgimento da CUT e as relações do movimento sindical nos governos do PT são apresentados como conquistas concretas da classe trabalhadora.

No primeiro capítulo, Pares procura analisar o período entre 1988 e 2009, trazendo as polêmicas e embates sobre o movimento sindical na Constituição de 1988 e as diversas propostas de alteração dessa pauta na Carta Magna. A conjuntura dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é trabalhada como uma tentativa desse governo da implementação das reformas neoliberais. “Fernando Henrique Cardoso ampliou as chamadas reformas trabalhistas e sindicais, como parte do acordo que havia assinado com o Banco Mundial e a organização de Cooperação para o desenvolvimento Econômico (OCDE)...” (PARES, 2014, p.13).

Há uma preocupação em mostrar o período FHC como um momento de grande ofensiva ao mundo do trabalho. Como destaca Pares:

Uma das suas medidas mais sérias neste terreno foi a edição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 623/98 que, entre outras coisas, propunha a criação de “sindicatos por empresas”, aos moldes do que existe no Japão. Tinha por função flexibilizar o Artigo 7º da Constituição, de tal modo que direitos como 30 dias de férias, acréscimo de um terço na remuneração das férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença-maternidade, aviso prévio, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, multa de 40% no ato da dispensa, entre outros, pudessem ser “livremente” negociados. A terceira emenda de FHC tinha por objetivo incluir no art. 179 da Constituição a expressão “trabalhista”, para assegurar às micro e pequenas empresas tratamento diferenciado. Com isto, os empregados das pequeno e micro-

empresas poderiam ter seus direitos trabalhistas reduzidos, equiparando-os aos empregados domésticos. (PARES, 2014, p. 14).

Percebemos também nesse capítulo uma intenção de apresentar os avanços do movimento sindical nos governos do PT. Não objetivamos com isso, negar o caráter neoliberal do governo do PSDB, mas sim trazer ao debate mais uma vez a falta de independência da CUT em relação ao Partido dos Trabalhadores. Além disso, como nos cadernos de formação anteriores, mais uma vez fica evidente a análise funcionalista na condução metodológica, relegando a questão política ao âmbito da estrutura governamental e tomando as relações sindicais como meras funções administrativas.

O segundo capítulo, Breve histórico das relações sindicais no Brasil, faz uma apresentação muito parecida com aquelas existentes nos manuais didáticos. Retoma o final do século XIX até de 1983, ano da fundação da Central Única dos Trabalhadores, privilegiando a história cronológica. Procurou-se relacionar o movimento sindical com as conjunturas internacional e nacional: Primeira e Segunda Guerra Mundial, República Velha, Período Vargas; Ditadura Militar, etc.

Há uma preocupação em compreender as origens da estrutura sindical brasileira. Quatro períodos foram destacados: final do século XIX, até 1930, liberdade sindical; 1930 a 1964, sindicatos atrelados ao Estado, típico da política varguista; ditadura militar, sindicatos sob intervenção e redemocratização com a Constituição de 1988. O coroamento dessa redemocratização teria sido a fundação da CUT como proposta de um novo sindicalismo:

Finalmente em abril de 1981, os trabalhadores conseguem realizar a CONCLAT. Cerca de 5.000 delegados de vários estados discutem as linhas do sindicalismo. Mas o confronto estava apenas começando. De um lado os sindicalistas “autênticos” e as oposições sindicais, do outro lado, os sindicalistas reformistas. O primeiro bloco defendia uma organização que caminhasse para uma Central Única dos Trabalhadores enquanto os sindicalistas da Unidade Sindical defendiam um pacto social que não atrapalhasse o processo de abertura. (PARES, 2014, p. 37.)

A ausência de textos de apoio e a apresentação factual dos eventos históricos acentuam novamente a abordagem funcionalista. Mesmo apresentando contradições na sociedade brasileira, elas foram mais destacadas a partir de conjunturas governamentais, mas não apareceram como sendo contradições fruto da sociedade capitalista. A mesma análise foi feita sobre o Estado, abordado como estrutura administrativa sem a dimensão de classe e a conseqüente relação de

forças.

No capítulo três, Sistema Democrático de Relações de Trabalho, Pares apresenta a visão cutista sobre esse tema: um regime de plena liberdade de organização sindical em completa sintonia com os princípios consagrados nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho. É a partir de 1999 que essa discussão ganha espaço nos congressos da central. Os pontos mais importantes para que isso seja efetivado ganham mais espaço, tornando-se assim uma pauta de luta.

Fiel à análise analítica, esse capítulo apresenta quase que na íntegra a proposta da CUT para um SDRT em sua 9ª Plenária Nacional. Os textos aparecem sem uma maior problematização ou sem levantar nada sobre os embates internos. E sem fazer a ligação entre a proposta vencedora e as tendências internas na sua correlação de forças.

Após apresentar a proposta da Central, o texto faz comparações do sindicalismo brasileiro com o sindicalismo mundial, enfatizando os entraves ao movimento sindical trazido pela política neoliberal em vários países do mundo. Assim afirma Pares:

Em primeiro lugar, devemos destacar que a ação do neoliberalismo em quase 30 anos de ataque aos direitos trabalhistas causou elevados índices de dessindicalização e dificultou enormemente as ações das organizações sindicais nos mais diferentes países e pelos mais diferentes motivos. (Pares, 2014, p. 43).

São apresentadas tabelas sobre a taxa de sindicalização em vários países do mundo, como Itália, França, Alemanha, Espanha, Canadá, USA, etc. A análise sobre a influência da política neoliberal aparece no texto, porém, a crítica à sociedade capitalista e ao neoliberalismo como uma faceta da luta de classes não aparece, de modo que, mais uma vez, parece que essa política é obra do acaso ou de vontades de governos nacionais.

Para finalizar o capítulo é apresentado um quadro com as principais centrais sindicais no mundo, passando pelo continente americano, europeu, africano e asiático. Mais uma vez a ordem cronológica foi privilegiada, sem uma maior problematização sobre essas centrais ou as características nacionais das lutas sindicais, com a ausência completa da criticidade exigida num programa de

formação sindical que diz alicerçar-se no materialismo histórico. O não aparecimento dos clássicos novamente marcou esse conteúdo.

Por fim, o capítulo IV teve como proposta discutir o SDRT: a situação atual. Nesse capítulo faz-se uma comparação dos dois governos de FHC e dos dois governos Lula, no tocante ao movimento sindical. O texto conclui que, ao contrário dos governos do PSDB, nos governos do PT o movimento sindical ganhou mais autonomia e conseqüentemente liberdade. Afirma-se assim que Lula fez uma opção pelos trabalhadores em detrimento aos empresários. Diz Pares:

Em 2003, com o início do governo Lula, os empresários acreditavam em impor a continuidade dessas reformas. Não foram poucos os artigos publicados em grandes jornais do país para mostrar que o principal fator do atraso econômico brasileiro era ter uma legislação trabalhista muito rígida. Os discursos eram sempre os mesmos: a modernidade exige uma flexibilização nas relações de trabalho... As duas propostas se confrontavam, no início de 2003: uma reforma trabalhista, exigida pelos empresários e pelos organismos financeiros internacionais, ou uma reforma sindical. O governo optou por esta última. A ideia inicial era propiciar um equilíbrio entre as entidades representativas dos trabalhadores e dos empregadores para criar o espaço de discussão necessário sobre a estrutura sindical e trabalhista. Já em 2003, entendendo ser este o caminho a ser seguido, o governo retirou da pauta do Congresso Nacional a proposta enviada por FHC de alteração do Artigo 7º da Constituição e do Artigo 618 da CLT. (PARES, 2014, p. 51).

Mais uma vez aparece a relação CUT/PT quando os governos do Partido dos Trabalhadores são apresentados como o coroamento da liberdade sindical nunca conseguida antes na história do Brasil. Não pretendemos negar possíveis avanços, porém, seria um grande equívoco se não apresentássemos as contradições de um governo de coalizão e forte presença do capital nacional e internacional como determinante das políticas do período. O que criticamos é o modo como a adesão exercida pela Central Única dos Trabalhadores aos governos do PT se traduz em uma proposta de formação sindical que não revela as verdadeiras articulações e não problematiza o sindicalismo brasileiro desta fase.

Finalmente, o Eixo 4 tem como objetivo “instrumentalizar dirigentes e militantes dos sindicatos filiados à CNTE nos debates das questões enfrentadas pela categoria em atividades permanentes com temas específicos”. Esse eixo é realizado conforme a necessidade de cada entidade filiada à CNTE. (CNTE, 2007, p. 9) Esse eixo contou com apenas 1 (caderno), tendo como tema geral: Estou/sou diretor/a do sindicato. E agora... o que fazer? Foi escrito por Gilmar Soares Ferreira, com

participação de Vito Giannotti. Esse caderno possui 27 páginas de conteúdo e está dividido em 10 (dez) capítulos.

O primeiro capítulo tem como tema geral, Sindicato. O que é isso? e propõe discutir a origem dos sindicatos no mundo, no Brasil e exigências para ser Dirigente Sindical. É apresentada uma brevíssima síntese sobre a história dos sindicatos. A ordem cronológica foi privilegiada com a apresentação de eventos que os autores julgaram serem importantes, como exemplo: “Em 1842 no norte da Inglaterra, acontece a primeira greve geral da história. A principal exigência era a redução da jornada de trabalho.” (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 12). Mais uma vez se repetiu nesse capítulo uma proposta de trabalho que não fugiu dos manuais didáticos de história. Para essa temática tão extensa, foram dedicadas 10 (dez) páginas de conteúdo, contando ainda com figuras.

O capítulo 2 (dois) trouxe como tema: O diretor do sindicato deve ser um pesquisador. Contando com 3 (três) páginas de conteúdo, traz excertos da obra de Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, e um poema de Bertolt Brecht (*Elogio do Aprendizado*). Tem como um dos objetivos nesse item, mostrar que não existem neutralidade e imparcialidade da mídia. Diz os autores

... A mídia empresarial, comercial tem lado. Esse lado é sempre o lado dos donos dessa mídia. Por isso devemos sempre duvidar, pesquisar as ‘verdades’ da mídia deles. Porque a mídia tem dono. O dono tem sua classe. Ou seja, tem interesses de classe. Não há neutralidade. Nenhuma imparcialidade. (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 21).

A questão da luta de classes foi apontada nesse capítulo. Porém não passou disso. Não houve um aprofundamento maior. Seguindo tradição dos cadernos de formação, mais uma vez houve um tratamento superficial de problemas centrais para a formação dos trabalhadores.

Com o tema: *O que implica ser diretor/de um Sindicato*, o capítulo 3 (três) tem como objetivo apontar algumas qualidades que um dirigente deve possuir, como, por exemplo, não ter medo do conflito, conhecer os direitos e leis, ser um pesquisador, etc. Com cinco páginas dedicadas, é mais um guia prático de como deve agir um diretor: “ se você é um diretor/a de um sindicato, federação ou confederação, você precisa se preocupar MUITO, mas MUITO mesmo, com a comunicação com a categoria, com sua base” (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 24). Várias outras “dicas” seguem no texto. O caráter funcionalista fica bastante evidente nesse

capítulo, como em todo o caderno. Não se rompe mais uma vez com o pragmatismo característico dos manuais didáticos.

Desafios de um/a diretor/a de Sindicato, de Federação ou Confederação, é o tema do capítulo 4: 1(uma) página foi dedicada para essa discussão, exatamente 22 (vinte e duas) linhas. Novamente a ausência de uma maior radicalidade é encontrada. Um conteúdo “enxuto” e com dicas para o líder sindical marca esse capítulo. A título de exemplo tomamos: “Para ser referência, além do conhecimento, e da disposição de representar as pessoas, um/a diretor/a do sindicato deve ser fácil de ser encontrado/a, de ser contatado/.” (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 27).

O problema se repete nos demais capítulos com temas como: *Você é da diretoria do sindicato, em que pode ajudar?. Relação do diretor/a com os/as companheiros/as de trabalho*, entre outros. A forma como os conteúdos são apresentados se aproxima mais de um treinamento para execução de tarefas do que uma formação propriamente dita. “Estar junto e OUVIR o que os/as companheiros/as têm a dizer. Falar sobre tudo, sobre a vida, a família, o amor, as dificuldades, as alegrias e sobre a NOSSA LUTA. Falar sobre a luta da categoria, sobre as próximas mobilizações e futuras greves” (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 29).

Existe como proposta nesse capítulo o estreitamento da relação base/direção. Porém, em nenhum momento foi mencionada a possibilidade de rompimento dessa estrutura sindical. O que se defende é uma maior democratização dessa relação, sempre dentro dos moldes da democracia burguesa.

O capítulo 7 traz como título: *É dia de Assembleia Geral, como ajudar?* Contando com quatorze linhas, esse capítulo enfatiza nove ações necessárias para que a Assembleia Geral tenha êxito. Por exemplo, conferir a disposição das cadeiras, das bandeiras, se há materiais, chegar antes, não sair antes, verificar a estrutura, se preocupar em ajudar, ficar sempre atento... (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 30). Novamente há uma preocupação com o treinamento. Não existe nesse caso proposta de formação e sim de executar tarefas. Mais distante ainda a questão de como enfrentar conflitos ou tematizar a luta de classes.

Na mesma linha, o capítulo oito (Qual a postura de um/a diretor/a na Assembleia e nas instâncias de decisão?) apresenta oito linhas de orientação à direção para que seus componentes não entrem em contradição durante a assembleia. Como nos capítulos anteriores, fica muito clara a ausência de uma análise mais profunda de conjuntura e de uma problematização.

No capítulo 9 (*O que fazer ao assumir uma secretaria na diretoria do sindicato*) repete-se a regra dos encaminhamentos anteriores, com esquemas a ser seguidos por dirigentes sindicais, como: conhecer bem a pauta, conhecer o organograma, saber o que sua secretaria pode fazer... (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 32). A impressão que se passa é que se trata de um trabalho meramente administrativo e burocrático, perdendo-se o significado real da política como relação que se instaura a partir da situação social dos filiados, gerada pelas condições de trabalho no contexto da luta de classes.

Finalmente, com três páginas dedicadas ao tema, o caderno fecha com o 10º capítulo, cujo título é: Como organizar o local, o espaço do Sindicato? Encontramos aqui num primeiro momento orientações para a organização do espaço físico: disposição de mobiliários, cartazes, recepção. Em seguida quatro orientações são elucidadas: a) Como receber os filiados na sede; b) As leis que um/a diretor/a precisa conhecer bem; c) Cuidados na organização de um sindicato e, d) Preocupação com a comunicação. (FERREIRA e GIANNOTTI, 2015, p. 34/35).

De maneira geral podemos trazer algumas conclusões sobre o eixo 4 do Programa de Formação. Por se tratar do fechamento dos cadernos acreditamos que deveria ter um trabalho de síntese, priorizando categorias que viriam ao encontro de uma formação político-sindical que ao menos questionasse essa estrutura sindical verticalizada e também o Modo de Produção Capitalista. Essa síntese deveria conter uma análise que levasse em consideração as relações de força e a luta de classes. Em nenhum momento esse caderno rompeu com a visão funcionalista, propondo assim fórmulas para “um bom funcionamento” do sindicato.

O grande número de capítulos, a fragmentação das idéias e a falta de embasamento teórico claro, com pequeno espaço para discussão, também dificultou uma análise mais aprofundada. O conteúdo apareceu de maneira meramente descritiva, sem apresentar as contradições e na maioria das vezes tendo um caráter mais de “fórmulas”.

Nesse caderno, bem como em todo o processo do curso de formação, falta de uma maior presença dos clássicos do marxismo de maneira mais aprofundada. As poucas vezes que foram apresentados, ocorreram de maneira demasiadamente superficial. A ausência de textos dos clássicos do marxismo, bem como de autores de discutem o movimento sindical, também foi bastante perceptível.

O Caderno-Base para os Cursos de Formação Política e Sindical produzido

pelo SINDSEP-MG serve de referência para que façamos um contraponto ao material que subsidiou e ainda subsidia os cursos de formação da APP-Sindicato. Entende-se, nesse caderno, que a formação “sindical é uma ferramenta fundamental para a construção de uma consciência crítica, instrumento eficaz para ação política, e pleno exercício da cidadania ativa e participante”. (MOLINA, 2010, p.4); neste material se afirma que a “emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, as mudanças sociais profundas só foram realizadas a custo de muita luta de nossa classe”. (MOLINA, 2010, p.4) e todo o projeto de formação se encaminha para cumprir estes objetivos.

Embora possamos encontrar concepção parecida nos cadernos da APP-Sindicato, a diferença desse caderno do SINDSEP-MG está na busca de uma fundamentação teórica que efetivamente subsidie a proposta de se formarem trabalhadores críticos e emancipados. Nesse sentido, “são essenciais o estudo e o debate crítico sobre economia, política, ideologia, filosofia e luta de classes, que são a base do Manifesto Comunista, de Marx e Engels” (MOLINA, 2010, p.5). Da página 22 à 38 reproduz-se o Manifesto Comunista, de Marx e Engels. Dessa forma, propicia-se que os participantes tenham contato direto com o texto integral desses dois pensadores essenciais na discussão sobre luta de classes e emancipação dos trabalhadores.

O material, em síntese, faz um bom ajuste entre os objetivos a que se propõe e a linha teórica adotada. Porém, podemos perceber que mesmo tendo uma preocupação maior com os clássicos, bem como uma postura mais crítica aos governos do PT, na segunda parte do caderno de formação traz textos de Freire: Qual Ecologia e Ecologia Interior, e Leonardo Boff: Ecologia Social e Sentir que somos Terra nos faz ter os pés no chão, finalizando com a Agenda 21 brasileira, mostrando assim, como nos cadernos da APP um certo ecletismo, tipicamente dos sindicatos filiados à CUT.

Apresentado sumariamente o programa do Curso de Formação Político-Sindical e Educacional da APP-Sindicato idealizado pela CNTE bem como análise de alguns cadernos, cabe-nos neste momento levantar uma questão que ajuda a explicar por que não acontece a renovação de dirigentes na administração da APP¹⁷. Trata-se da separação dirigentes/dirigidos que tão bem caracteriza as estruturas dos

¹⁷ Referimo-nos especificamente à APP-Sindicato, mas acreditamos que é possível generalizar para outros sindicatos.

partidos e das instituições burguesas de modo geral. Recuperando uma análise de Gramsci (2005) sobre o centralismo burocrático do Estado, podemos dizer que também nos sindicatos o grupo dirigente torna-se “uma igreja restrita que tende a perpetuar os seus mesquinhos privilégios, regulando ou mesmo sufocando o nascimento de forças opostas” (GRAMSCI, 2005, p.89).

Parece predominar nos sindicatos e especificamente na APP certa compreensão das elaborações de Lênin sobre uma vanguarda que, dado seu grau de conhecimento, deve tomar a direção e nela permanecer (LÊNIN, 1979, p.172). Não faz parte de nosso objetivo especular sobre como se dá a recepção das ideias leninistas nos sindicatos cutistas, mas aventamos a hipótese de que a compreensão da necessidade de uma vanguarda é muito forte nesse meio e isso também dificulta a renovação dos quadros de direção, uma vez que esses dirigentes desfrutam de privilégios dos quais dificilmente querem abrir mão. Exemplo disso são os sindicalistas liberados. No caso da APP, são os professores que são liberados do trabalho em sala de aula para atuarem no sindicato. Por causa do tempo de que dispõem e do acesso que têm a cursos de formação, acabam formando uma espécie de vanguarda dentro da APP.

E aqui cabe recorrer a uma importante reflexão de Gramsci:

Ao formar os dirigentes, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende criar as condições em que a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fator histórico, correspondente a certas condições? (GRAMSCI, 1991, p. 18/19).

Tem-se, nessa passagem, a aposta de Gramsci em uma democracia revolucionária, uma vez que combate concepções de que a divisão que existe entre os homens seja própria do gênero humano. Nesse sentido, questionamos se a dificuldade de renovação nos quadros da APP (e nos sindicatos de modo geral) não se deve à compreensão de que é natural que os atuais e quase sempre os mesmos dirigentes continuem exercendo essa atividade de comando.

Acreditamos que para superar a separação dirigentes e dirigidos nos moldes com acontece hoje na APP seria fundamental que o programa tivesse outro conteúdo (mais crítico e não tão fragmentário) e outro modo de formação, que deveria de estar vinculado à efetiva participação de todos os filiados na organização

interna do sindicato. Ou seja, seguindo os princípios defendidos por Gramsci (2004a, 288-289) quanto à radicalidade promovida pelos conselhos de fábrica.

Enquanto essas ideias não prosperarem continuará predominando na formação dos quadros de direção da APP-Sindicato a relação de forças existente entre as tendências e grupos políticos que acaba por impedir que o objetivo de formar novos quadros de dirigentes seja realizado. Nosso pressuposto será demonstrado por meio de quadros¹⁸ que apresentam que os dirigentes que compõem a direção da APP Estadual e presidência dos núcleos sindicais antes de depois dos cursos já faziam parte já estavam ligados a tendências ou grupos internos da APP-Sindicato.

4.4 RELAÇÕES DE FORÇA NO PT: AS TENDÊNCIAS DO PARTIDO

Para se chegar às tendências da APP, devemos primeiramente apresentar as principais tendências do Partido dos Trabalhadores, haja vista a relação que se estabelece esse partido político e o sindicalismo cutista.

A tendência majoritária hoje do Partido dos Trabalhadores é a CNB (Construindo um Novo Brasil) da qual fazem parte expoentes do PT. A CNB se originou da Articulação, chamada em sua origem de Articulação dos 113 e nascida do Manifesto dos 113. Ricci apresenta uma boa configuração desse quadro nos seguintes termos:

Em 1983, após a acachapante derrota eleitoral de 1982, cento e treze dirigentes petistas assinaram um manifesto que procurava superar o impasse entre se diluir numa frente liberal, se constituir numa proposta socialista sem trabalhadores ou ser um partido vanguardista. Um documento, portanto, que procurava dividir águas com as organizações, principalmente trotskistas, que motivaram inicialmente a criação do partido. O documento reafirmava a necessidade de vitalizar os núcleos de base com caráter deliberativo e a formação política e cultural dos militantes, com foco prioritário de atuação nos movimentos sociais. Após a eleição de 1989, esta tendência passou a propor a ampliação do campo de alianças político-partidárias, até atingir seu objetivo em 2001, com o arco de alianças que disputaria as eleições presidenciais do ano seguinte. Em 2009 voltou a ter maioria no Diretório Nacional do PT e a dirigir 22 dos 27 Diretórios Regionais do partido. (RICCI, 2015).

A CNB, como se depreende da citação, marca fortemente o PT atual quanto à sua propensão de criar alianças político-partidárias bastante heterodoxas, digamos

¹⁸ Ver Anexos.

assim. Um exemplo disso foi a aliança feita com o PMDB do Maranhão na eleição de 2010 (para governador) quando apoiou a candidata peemedebista Roseana Sarney, representante de uma das famílias mais ricas e poderosas do Maranhão e que sempre defendeu projetos contrários às demandas dos grupos sociais progressistas, como o MST.

Trata-se, inegavelmente, da tendência mais forte do PT e como mais poder de articulação, dado que comanda a maioria absoluta dos diretórios regionais. Na CUT (portanto APP) a CNB é representada pela Articulação Sindical – AS, tendência bastante forte nos núcleos sindicais. Em outras palavras, CNB e AS defendem não apenas o mesmo projeto, mas também os mesmos meios de alcançá-lo.

Outra tendência do PT, a Articulação de Esquerda foi criada em 1993 como dissidência do Campo Majoritário. Uma de suas principais críticas foi sobre o giro à direita que, segundo seus integrantes, estava sendo feito pela CNB. Esse giro à direita estaria traduzido, por exemplo, em alianças como a acima referida entre PT e família Sarney.

A DS (Democracia Socialista) foi fundada em 1979 e participou da fundação do PT. Origina-se da fusão dos grupos políticos que militavam no *Em Tempo*, jornal que combatia veementemente a ditadura militar. Somente em 1986 a DS se tornou uma tendência do PT. Alguns de seus integrantes, como Luciana Genro, fundam o PSOL, entre 2003 e 2005. O grupo majoritário na DS rompeu os vínculos com o Secretariado Unificado da Quarta Internacional, de orientação trotskista. Conforme informações do site dessa tendência:

No que diz respeito a sua atuação no PT, a DS atualmente se dedica a construção da Mensagem ao Partido, que constitui um movimento mais amplo, de luta por um partido socialista e democrático. Além da atuação partidária, a DS também tem atuação na construção dos movimentos sociais. No movimento sindical, os militantes da corrente se organizam em torno da CUT Socialista e Democrática, a CSD. Já no movimento estudantil, seus militantes se aglutinam no movimento Izomba. (DEMOCRACIA SOCIALISTA, 2016).

Na CUT (APP), a DS é representada pela CUT Socialista Democrática (CSD) – tendência majoritária na direção estadual e em boa parte dos núcleos, como detalharemos mais à frente.

Outra corrente do PT, a tendência Movimento PT critica a falta de democracia interna do partido e seu burocratismo. Essa tendência se alia a outras duas: Novos rumos para o PT e PT de Lutas e de Massa.

O Trabalho é uma tendência de orientação trotskista que faz duras críticas à corrente majoritária do PT e, sobretudo, à política adotada pela gestão do PT. Conforme informações colhidas em seu site:

Em 1980, ainda como OSI, nós nos somamos à construção do PT batalhando pela legalização do partido e participando ativamente das lutas que marcaram o seu perfil original. Sustentamos firmemente o boicote ao colégio eleitoral da ditadura (janeiro de 1985) e estivemos entre aqueles que jogaram um papel decisivo para a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983.

Desenvolvemos toda essa luta como internacionalistas que somos e como parte do movimento pela reconstrução da 4ª Internacional (reproclamada em 1993), na linha da luta por partidos operários independentes e de ajuda à centralização da luta internacional dos trabalhadores contra o imperialismo, que deu origem ao Acordo Internacional dos Trabalhadores em 1991.

Nosso combate no PT, nos sindicatos, na CUT e nos movimentos populares é a defesa da unidade dos trabalhadores em seu terreno independência de classe na contra o imperialismo. (O TRABALHO 2016).

O jornal O Trabalho e a revista A Verdade são dois importantes veículos de comunicação mantidos por essa tendência. Na CUT (APP) essa tendência mantém o mesmo nome: Trabalho.

A MS (Militância Socialista) foi fundada em 2011. No Paraná, é representada pelo deputado estadual Tadeu Veneri.

Nós da MS, reivindicamos a herança de luta e a rebeldia, dos nossos antepassados, indígenas na luta contra os colonizadores; dos negros de Palmares; dos revolucionários de Canudos, da Cabanagem, da Balaiada, do Contestado, dos Malês, de tantas outras lutas populares e dos comunistas brasileiros no enfrentamento às várias ditaduras; dos cristãos organizados nas comunidades eclesiais de base, e difusores da teologia da libertação; dos jovens rebeldes que deram suas vidas no combate a ditadura, das mulheres, que rompendo parâmetros machistas conquistaram espaços na vida política do Brasil. De todas e de todos, que como dizia Che Guevara, “são capazes de se indignar contra todas as formas de exploração no mundo”. De todos e todas, que como nos ensinou Bertolt Brecht, “são imprescindíveis, por que lutam sempre”. (MILITÂNCIA SOCIALISTA, 2015).

Trata-se de uma tendência minoritária do PT, mas com militância bastante aguerrida e esclarecida.

4.5 RELAÇÕES DE FORÇAS NAS ELEIÇÕES DA APP-SINDICATO

As mais importantes tendências do PT, sobre as quais fizemos observações no item precedente, também existem na CUT, embora com nomenclatura distinta,

como já anotamos. Tem-se, pois, uma espécie de espelhamento. Essa imbricação entre tendências é de fundamental importância para entendermos as relações de forças que permeiam a APP-Sindicato, notadamente no que se refere à composição dos quadros que compõem a direção dessa instituição.

Esquemáticamente, descrevemos a seguir as tendências que compõem a APP-Sindicato. Atualmente, sete tendências podem ser identificadas na APP-Sindicato, as quais listamos abaixo¹⁹. Conforme a conjuntura, ocorre de algumas se aliarem na composição de forças.

- 1) CSD – CUT Socialista Democrática. A CSD (CUT Socialista Democrática) é hoje majoritária no sindicato e corresponde à DS do PT, isto é, Democracia Socialista. No Paraná, três nomes²⁰ dessa tendência são expressivas no PT: o deputado estadual Professor Lemos, o ex-deputado federal Dr. Rosinha e a vereadora por Curitiba Professora Josete. Conforme informação colhida no site da CSD, o nome dessa corrente estampa três compromissos: “o da **construção da CUT**, como ferramenta sindical da classe trabalhadora brasileira; o **socialismo** como projeto histórico e elemento que deve orientar estrategicamente a ação política da Central; a **democracia** como elemento central da construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras”. (CSD, 2016)
- 2) Articulação Sindical, que corresponde à CNB do PT. Lê-se no site dessa tendência:

A Articulação Sindical foi criada em fevereiro de 1987, durante Encontro Nacional da CUT, em Taboão da Serra (SP), quatro anos depois da fundação da Central Única dos Trabalhadores, em plena ditadura militar. A missão da ArtSind era unir sindicalistas cuja concepção era construir e fortalecer a CUT como uma instância que mobiliza, organiza e está à frente das lutas da classe trabalhadora, e não somente como um movimento. A Articulação nasceu no bojo do chamado novo sindicalismo de Lula, no ABC Paulista, a partir da união de sindicalistas independentes. Tinha como uma das suas principais características grande diversidade de representação em relação às demais correntes. A democracia interna como princípio não apenas garantiu o respeito a essa diversidade, mas fez da corrente um campo fértil à construção coletiva da estratégia de crescimento e fortalecimento da CUT. (ARTICULAÇÃO SINDICAL, 2016).

¹⁹ Há mais informações sobre determinadas tendências por dois motivos: 1) pela importância que exercem atualmente na correlação de forças; 2) por causa das informações que essas tendências dispõem em seus sites.

²⁰ Nosso objetivo não é personalizar nossa análise, mas deixar claro o peso que alguns políticos têm sobre determinada conjuntura.

- 3) MS – Militância Socialista – ex-grupo independente do professor Paixão. A principal figura política no Paraná é o deputado estadual Tadeu Veneri.
- 4) Conlutas, representada pelo PSTU.
- 5) PMDB – partido PMDB. Corrente ligada ao senador Roberto Requião, ao deputado federal João Arruda e ao deputado estadual Requião Filho.
- 6) O Trabalho, que corresponde à tendência O Trabalho do PT. Assim como no PT é de orientação trotskista.
- 7) Grupo de Foz, que corresponde à Corrente Sindical Unidade Classista (CS) e se liga ao PCB. Em seu site, a Unidade Classista se define como “uma corrente sindical da esquerda revolucionária que atua com a perspectiva de ajudar no processo de organização dos trabalhadores para o enfrentamento aos ataques que o sistema capitalista e seus gestores nos impõem”. (UNIDADE CLASSISTA 2016)

4.6 CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA COMPOSIÇÃO DAS DIRETORIAS GERAIS DA APP-SINDICATO NOS MANDATOS DE 2005/2008, 2008/2011, 2001/2014 e 2014/2017²¹

A composição da diretoria geral da APP é feita por meio de alianças entre suas tendências. Nas gestões 2005/2008 e 2008/2011, CSD e MS comandaram sozinhas a APP estadual. Ou seja, no meio de tantas tendências no interior da APP-Sindicato, apenas essas duas comandaram. Na gestão 2011/2014, a Articulação se junta a essas duas correntes; portanto, três tendências se aliam para comandar esse sindicato. A novidade acontece na última eleição (que corresponde à atual gestão), quando a MS (liderada pelo professor Paixão) deixa de compor forças com a CSD e passa a ser sua opositora. Durante três gestões, MS e CSD sempre foram aliadas, até o racha na eleição de 2014.

A seguir, descrevemos dados da tabela 1, que encontra em anexo.

Na gestão 2005/2008, a diretoria era composta por 14 secretarias, mais a presidência. A CDS ficou com 7 secretarias, mais a presidência, exercida por José Rodrigues Lemos. A MS ficou com 7 secretarias.

²¹ Em anexo, encontram-se as tabelas com os dados completos.

Na gestão 2008/2011, a diretoria geral ganha duas secretarias: Secretaria de Gênero, Étnico-Raciais e Direitos LGBT. A CSD ficou no comando de 8 secretarias, além da presidência, exercida por Marlei Fernandes de Carvalho. A MS comandou 8 secretarias.

Na gestão 2011/2014 tem-se a entrada de uma nova tendência na composição, a Articulação Sindical, que fica com 2 secretarias: Secretaria de Assuntos Jurídicos e Secretaria de Gênero, Étnico-Raciais e Direitos LGBT. Novamente a CSD emplaca a presidência com Marlei Fernandes de Carvalho e mais 7 secretarias. A MS ficou com 7 secretarias.

A eleição para a gestão 2014/2017 apresenta um importante acontecimento como já dissemos: a MS deixa de compor chapa para a diretoria geral e o grupo liderado pelo professor Paixão passa a fazer oposição à CSD, grupo liderado por Marlei Fernandes de Carvalho. Além da presidência, exercida por Hermes Leão Silva, a corrente ficou com 9 secretarias. A Articulação ficou com 5 secretarias, O Trabalho com 1 e o PMDB também com 1.

4.7 RELAÇÃO DE FORÇAS NA COMPOSIÇÃO DAS PRESIDÊNCIAS DE NÚCLEOS DA APP-SINDICATO NOS MANDATO DE 2005/2008, 2008/2011, 2011/2014 E 2014/201

As presidências da maioria dos núcleos sindicais da APP-Sindicato demonstram a força da CSD e da MS, as quais detêm a maior parte dos 29 núcleos sindicais.

Na gestão 2005/2008, a CDS ficou no comando de 17 núcleos, sendo eles: Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Curitiba Metropolitana Norte, Curitiba Metropolitana Sul, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Maringá, Paranaguá, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e União da Vitória; a MS de 9: Cambará, Cornélio Procópio, Curitiba Norte, Irati, Ivaiporá, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, e Umuarama. A Articulação de 2: Curitiba Sul e Paranaíba; e a União Classista de 1: Foz do Iguaçu. Na gestão 2008/2011, a CDS comandou 15 núcleos: Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Curitiba Norte, Curitiba Metropolitana Norte, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo, a MS 11: Cambará, Cornélio Procópio,

Curitiba Metropolitana Sul, Irati, Ivaiporá, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Paranaguá, Umuarama e União da Vitória. A Articulação 2: Curitiba Sul e Paranaíba; e a União Classista de 1: Foz do Iguaçu. Na gestão 2011/2014, a CDS ficou com 16 núcleos: Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Curitiba Norte, Curitiba Metropolitana Norte, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Maringá, Londrina, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo. A MS com 10: Cambará, Cornélio Procópio, Curitiba Metropolitana Sul, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Mandaguari, Paranaguá, Umuarama e União da Vitória; a Articulação com 2: Curitiba Sul e Paranaíba; e a União Classista de 1: Foz do Iguaçu. Finalmente, na atual gestão 2014/2017, a CSD está no comando de 13 núcleos: Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Curitiba Metropolitana Norte, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Maringá, Ponta Grossa e Toledo. A MS também de 13: Cambará, Cornélio Procópio, Curitiba Norte, Curitiba Metropolitana Sul, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Paranaguá, Pato Branco, Umuarama e União da Vitória; a Articulação com 2: Curitiba Sul e Paranaíba; e a União Classista de 1: Foz do Iguaçu.

4.8 ANÁLISE DOS DADOS

Neste item, procedemos à análise dos dados que se encontram nas tabelas em anexo. Como se trata de dados que demonstram como está estabelecida a relação de forças no comando da APP sindicato, convém tecermos algumas considerações sobre a expressão “relação de forças”.

Sobre o tema, Gramsci afirma:

O estudo de como é necessário analisar as “situações”, isto é, de como é necessário estabelecer os diversos graus de relações entre forças, pode servir para uma exposição elementar da ciência e da arte política, entendida como um conjunto de preceitos práticos de pesquisa e observação particularmente úteis para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas mais rigorosas e vigorosas. (GRAMSCI, 2005, p.37, grifo no original).

Como se depreende, a análise de como estão estabelecidas, em uma dada situação, as relações de força pode nos ajudar a compreender mais rigorosamente

determinados eventos. As relações de força que se estabelecem na sociedade são fundamentais na construção ou manutenção da hegemonia. As ideias da classe dominante, por exemplo, que acabam sendo também as das classes subalternas, são resultado dessa relação de forças. Nas palavras de Souza:

As classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação. Encontrar formas de verificar a relação de forças, ter uma ideia mais clara dessa relação é decisivo se se quer tirar consequências práticas da análise da conjuntura. Algumas vezes essa relação de forças se releva através de indicadores até quantitativos, como é o caso de uma eleição: o número de votos indicará a relação de forças entre partidos, grupos e classes sociais. (SOUZA, 2005, p.13).

Nem sempre as relações de forças se dão pela disputa de projetos societários distintos, como os que opunham fascistas e comunistas na Itália de Gramsci, ou movimentos sociais progressistas (como o MST) e o modelo de Estado capitalista, que prioriza os interesses dos setores da classe dominante, para referendarmos um exemplo do Brasil contemporâneo. Elas também se estabelecem, como esclarece Souza (1984), em outras instâncias, como um partido político, uma central sindical, uma escola. Ou seja, as relações de força podem se estabelecer entre grupos sociais que defendem, em um plano geral, objetivos iguais.

Assim, e agora voltando especificamente para nosso objeto, é correto dizer que as relações de forças que se estabelecem na APP- Sindicato são determinantes na composição dos quadros administrativos dessa entidade.

Os dados que ora passamos a analisar recobrem um período de quatro eleições, três delas já com o curso de formação político-sindical sendo efetivado. Entretanto, por ter começado em 2007, não era de se esperar que o objetivo de renovar os quadros administrativos do sindicato (no caso específico da APP) surtisse resultado já na eleição de 2008. Por outro lado, os pleitos de 2011 e 2014 poderiam, sim, apresentar resultados no que tange à renovação pretendida pelo curso de formação.

A tabela 1, porém, demonstra que a composição das diretorias gerais se orienta desde 2005 pela relação de forças entre as principais tendências da APP- Sindicato, tendências essas que traduzem a força que correntes internas do PT exercem nesse sindicato. Exemplo disso: desde 2005 a CSD mantém a presidência

da APP-Sindicato e jamais deixou de comandar a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Formação Político-Sindical. Além disso, nas últimas três eleições, passou a comandar também a Secretaria de Aposentados, uma das mais estratégias da composição do quadro geral. Outro dado muito importante: todas as pessoas que exercem cargos nas administrações pós-cursos de formação já exerciam cargos desde 2005 ou faziam parte das tendências sindicais da APP ou de sua contraparte no Partido dos Trabalhadores.

Passemos agora a uma leitura mais pormenorizada dos dados.

A CSD corresponde à DS do PT, que no Paraná, como já dissemos, é representada pelo deputado estadual Professor Lemos, o ex-deputado federal Dr. Rosinha e a vereadora por Curitiba Professora Josete.

O deputado Professor Lemos exerceu a presidência de 2005 a 2008 e apoiou sua sucessora, Marlei Fernandes de Carvalho, que concorreu a uma vaga para deputada federal como emblemático número 1313, até então pertencente ao ex-deputado Doutor Rosinha. Esses três políticos sempre recebem apoio da direção estadual da APP, como também apoiam as chapas compostas pela CSD. Em termos de comparação: a CUT nacional é comandada pela AS (Articulação Sindical), representada pela CNB no PT. Mesmo sem a intenção de personalizar nossa análise, basta lembrar que o ex-presidente Lula pertence à CNB e certamente tem influência nas eleições na CUT nacional. Contudo, na APP-Sindicato, Lemos, Josete e Doutor Rosinha, ou seja, CSD, têm mais influência que o maior líder do PT, isto é, Lula, que é da AS.

Os dados da Tabela 2 vêm confirmar a força da CSD nos núcleos regionais: sempre com a maioria nos três primeiros mandatos. Entretanto, depois do rompimento do grupo da MS, passou a ter o mesmo número de núcleos que esta corrente. Os nomes constantes nessa tabela também revelam que são pessoas que já faziam parte da administração desses núcleos – seja na presidência, seja em outras secretarias. Da mesma forma como ocorre na direção geral, também eram partidários de uma das correntes que compõem a APP-Sindicato.

A segunda corrente de maior poder na correlação de forças é a MS. Embora tenha perdido a representação na APP estadual por causa do rompimento com a CSD na última eleição, mostra-se forte nos núcleos regionais. Também essa corrente é representada por pessoas que já exerciam funções administrativas antes do curso de formação político-sindical da APP.

Por último, cabe anotar a predominância da Articulação Sindical (AS) nos núcleos regionais de Paranaíba e o Núcleo Sindical de Curitiba Sul e da Unidade Classista no núcleo de Foz do Iguaçu.

4.9 OS DADOS DAS TABELAS E O CURSO DE FORMAÇÃO DA APP: CONCLUSÕES

Não foi possível nesta pesquisa determinar em que medida o curso de formação da APP tem operado no sentido de qualificar melhor seus filiados para desempenharem seu papel de lideranças sindicais, porque existe uma grande defasagem entre o conteúdo ministrado e as práticas de renovação de quadros. O conteúdo é geral e fragmentário e as práticas revelam uma política de vanguarda que se realiza como prática de manutenção dos representantes das tendências na CUT e no PT. Supomos, evidentemente, que os encontros de formação forneceram importantes elementos teóricos aos cursistas. Lembremo-nos, nesse sentido, que os fascículos que compõem os quatro eixos abordam desde questões atinentes à filosofia até aquelas voltadas informações à realidade mais imediata de um sindicalista, como, por exemplo, a negociação coletiva.

Portanto, é bastante louvável e extremamente importante que um sindicato do porte da APP continue oferecendo a seus filiados cursos de qualificação, tanto para atuarem nas instâncias mesmas de um sindicato quanto em situações que reclamem um militante qualificado. Como deve ter ficado claro em passagens desta tese quando tomamos Gramsci como referência, a construção de uma nova hegemonia requer necessariamente a qualificação, isto é, a educação de intelectuais orgânicos – e os cursos formativos da APP contêm elementos que contemplam esse aspecto.

Todavia e não obstante nossas afirmações, constatamos que o objetivo de propiciar à APP uma “renovação necessária de dirigentes para a manutenção da mobilização” (CNTE, 2007, p.5) não foi atingido, pelo menos por enquanto, nas eleições que ocorreram após o curso de formação ter sido dado a milhares de filiados da APP, todos eles funcionários da educação pública do Paraná e potencialmente candidatos aos postos da administração desse sindicato. Mas cabe perguntar se esta formação surtiu efeito no processo de mobilização, que não foi objeto dessa pesquisa.

A composição da direção da APP estadual e das presidências (e também diretorias) dos núcleos regionais obedecem ainda às relações de forças estabelecidas na APP-Sindicato que traduzem a influência das correntes internas do PT sobre as correntes desse sindicato. As tabelas anexadas nesta tese referendam nossa afirmação, por demonstrarem que os postos de comando da APP já pertenciam a filiados que ou estavam e continuam na administração ou já faziam parte de correntes tanto do PT quanto da APP (isto é, da CUT).

Predomina no comando da APP uma vanguarda que impede a renovação dos quadros administrativos, “uma igreja restrita” (GRAMSCI, 2005, p.89) que acaba sufocando o surgimento de novas lideranças. Somando isso à falta de organicidade dos cursos, temos a tendência de permanência desse quadro, independentemente de quantos cursos forem ministrados. E assim as relações de forças tendem a continuar determinando a composição do quadro dos filiados que comandam a APP-Sindicato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que fazemos as últimas considerações sobre a presente tese, parece-nos necessário retomarmos alguns pontos que, em que pese o excesso da repetição, ajudarão a esclarecer pontos que não podemos deixar truncados e inconclusos.

O primeiro deles diz respeito à nossa hipótese da existência de uma política de vanguarda na APP-Sindicato. Ao que tudo indica, trata-se de uma determinada leitura de Lênin quanto à necessidade de uma vanguarda tomar a direção e nela permanecer (LÊNIN, 1979, p.172). Determinar com precisão como essa orientação leninista se formou e tão fortemente se enraizou nesse sindicato seria trabalho de longo folego, pois exigiria retomar a história do marxismo desde a Revolução Russa. Mesmo não sendo esse nosso objetivo, parece-nos possível afirmar que essa política de vanguarda dificulta bastante a renovação de quadros na direção da APP visto que os filiados, mesmo participando dos cursos de formação, têm dificuldade em inserir-se no que parece ser um jogo de cartas marcadas; um dos argumentos usados em item precedente são as facilidades que têm um funcionário liberado de buscar uma formação sólida em sua atuação no sindicato em comparação com outros filiados da APP que não desfrutam das mesmas condições.

O Curso de Formação da APP, por outro lado, não conseguiu atingir o objetivo de ajudar na renovação das lideranças desse sindicato. Um dos motivos deve-se ao fato de apresentar um conteúdo geral e fragmentário. Outro é justamente essa política de vanguarda de que falamos acima. Por esses motivos, predomina na composição do quadro de dirigentes da APP a relação de forças de tendências internas, sobretudo da CUT e do PT do Paraná.

Para chegarmos a essa conclusão, percorremos o seguinte percurso que abaixo sintetizamos. O primeiro capítulo foi dedicado a introduzir o tema.

No segundo capítulo apresentamos conceitos gerais de sindicalismo, com destaque para o de se tratar de “um movimento reivindicativo estável, organizado e socialmente legítimo da classe dominada fundamental, visando a negociação das condições de exploração do trabalhador pelo proprietário dos meios de produção” (BOITO JR., 2001, p.78). Assumindo essa perspectiva teórica, traçamos um quadro que determinava as condições históricas dos sindicatos e então passamos ao

exame das ideias de Marx, Lênin, Trotsky e Gramsci sobre sindicalismo, ponto mais importante do capítulo.

Os quatro autores reconheceram a importância dos sindicatos como instrumentos na luta dos trabalhadores contra a exploração do capital e como instrumento de mobilização da luta revolucionária. Contudo, esses autores viram também os limites dos sindicatos.

Marx e Engels, por exemplo, criticavam o comportamento da classe operária sindicalizada; eles notavam que o sucesso das reivindicações trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho e o aumento salarial, muitas vezes acabava acomodando os trabalhadores. Prevalecia a lógica imediatista, focalizada apenas em aspectos econômicos. Os sindicatos deveriam estar a serviço da classe operária no contexto da luta de classes, como instrumentos de superação do sistema capitalista.

Lênin, por seu turno, via os sindicatos como escolas do comunismo. Dado que os sindicatos desempenham importante papel na organização dos trabalhadores, mas correm o risco de manifestarem traços reacionários (entre outros problemas), era fundamental que essas instituições fossem dirigidas por uma vanguarda revolucionária. Segundo Lênin, os sindicatos deveriam estar subordinados ao partido, tanto na etapa pré-revolucionária quanto da implantação do socialismo. Nas palavras dele, os sindicatos devem “ser o colaborador mais direto e imprescindível do poder do Estado, cuja direção em todo o seu trabalho político e econômico está a cargo da vanguarda consciente da classe operária: o Partido Comunista.” (LÊNIN, 1979, p. 323). Já referimos acima o quanto a tese de Lênin sobre a necessidade de uma vanguarda influencia a prática dos dirigentes da APP-Sindicato.

Trotsky também defende a subordinação dos sindicatos ao partido. No artigo *A questão da unidade sindical* (1931), por exemplo, afirma que o partido deve ter independência e as demais organizações operárias (soviets, cooperativas e os sindicatos) cada uma com suas especificidades, tarefas e graus de relativos de autonomia, devem estar subordinadas ao partido, instância em que se encontra a vanguarda do proletariado organizado. Um aspecto importante de se frisar era a crítica de Trotsky quanto à fragmentação da luta sindical, a qual fortalecia os donos dos meios de produção e a burocracia sindical conservadora. Daí sua insistência

que os líderes comunistas tivessem a compreensão da especificidade dessa conjuntura e não medissem esforços para conseguir a unidade sindical.

Último autor examinado, Gramsci entendia que os sindicatos podiam contribuir no combate ao sistema capitalista por dispor de quadros qualificados, conhecedores das bases jurídicas que sustentam as relações de trabalho. Aqui cabe destacar a crítica de Gramsci aos sindicatos, qual seja, a de que os sindicatos não podem ir além de uma sociedade capitalista por serem também eles produto dessa sociedade, de suas regras, de suas leis. Se, de um lado, são instituições que combatem tenazmente a exploração perpetrada pelos capitalistas de modo a impedir a absoluta degradação do mundo do trabalho, de outro são potencialmente limitados no sentido orientar um movimento revolucionário e de superar completamente as relações exploradoras que estão na base da sociedade capitalista. Por fim, cabe assinalar que Gramsci acreditava que os sindicatos poderiam assumir “um caráter revolucionário somente se sua ação for dirigida não apenas para fins imediatos, mas para um fim último, que vá além dos limites da luta corporativa, e se este fim for explícito e consciente”. (GRAMSCI, 2004a, p.313-314), sempre sob a orientação do partido ou dos Conselhos de Fábrica.

Ainda tomando Gramsci como base teórica, trouxemos neste capítulo as discussões de Gramsci sobre os conselhos de fábrica. Para esse autor, eles encarnam a democracia radical, direta, concretizada nas bases e não de cima para baixo. Gera-se, assim, um novo princípio estatal não mais orientado pela insidiosa forma como os poderes são distribuídos numa sociedade dividida em classes sociais. A democracia operária não precisava mais ser representada por meio de discursos, de uma oratória oca, mas sim posta em prática, dentro das contradições do sistema capitalista, naquele exato momento em que se desenrolava a história da Itália. A fábrica deixa de ser mero lugar de exploração, de expropriação do trabalho dos operários e passa a existir como espaço em que homens e mulheres finalmente vejam que são eles que movem a sociedade. A fábrica, por meio de seus conselhos, deve ser vista como espaço de autoeducação dos trabalhadores, de disciplina, onde se criará uma nova cultura.

E aqui precisamos voltar novamente ao curso de formação da APP. Defendemos que uma renovação nos quadros desse sindicato dar-se-ia pela substituição da visão de comando enquanto papel de uma vanguarda por outra que, assim como se deu na Turim Vermelha, visse o sindicato como espaço democrático,

de autoeducação dos filiados, o que implicaria reconhecer obviamente que todos e todas podem ser dirigentes, que a dicotomia dirigentes e dirigidos não é um dado da natureza, mas sim das relações travadas pelos seres humanos em um momentos concretos da história.

Ainda neste capítulo fizemos um exercício por meio do qual aproximamos Gramsci e Lênin. Constatamos que a contribuição fundamental teórica e prática de Lenin a Gramsci é o desenvolvimento da noção de hegemonia, entendida como direção política do proletariado. Vimos que, em Lênin, hegemonia aparece como a condução política realizada por uma vanguarda, a responsável por abrir e construir espaços dentro da sociedade civil e do Estado. O fortalecimento das forças revolucionárias do proletariado deve respeitar as especificidades regionais, nacionais e continentais de cada nação, sem o que toda tentativa de revolução redundará em fracasso. Já no cárcere, Gramsci retoma Maquiavel, mas de uma perspectiva inovadora. Para ele, o Príncipe tem clareza da situação e dos meios que devem ser usados para suscitar o consenso, não mais através da coerção, mas da educação, da constante “guerra” de posições que precisa ser travada em várias frentes. O partido político encarna esse papel. A sugestiva imagem do Príncipe construído por Maquiavel foi traduzida por Gramsci para o século XX, mais precisamente para a concretude do mundo histórico.

No terceiro capítulo empreendemos uma leitura do sindicalismo brasileiro, priorizando as décadas de 1980-1990 e o início do século XXI.

Destacamos, nesse sentido, a importância da CUT, central que nasceu, na década de 1980, como a materialização do novo sindicalismo brasileiro. Em plena vigência do regime ditatorial, essa central combatia o latifúndio, defendia a reforma agrária, tinha uma postura anti-imperialista, lutava pela suspensão do pagamento da dívida externa, entre outras bandeiras de caráter socialista. Porém, nos anos de 1990, a CUT teve uma mudança de postura: passa do sindicalismo de oposição para um sindicalismo propositivo a fim de responder às circunstâncias geradas pelo contexto econômico e político, em que se destacam as diretrizes do modelo neoliberal. A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, acentuará ainda mais a tendência da CUT em abandonar o sindicalismo de oposição. Também destacamos as tendências existentes na CUT, as quais disputam a hegemonia político-ideológica dessa central e que existem desde os seus primeiros anos de formação.

Nascida 1991 e com financiamento do Governo Federal do Estado e defensores do sindicalismo de resultado, a Força Sindical organizou-se com objetivos claros de apoiar as reformas neoliberais do Presidente Collor. Essa central fortalecia a direita sindical e o peleguismo tradicional e surgia como alternativa de combater o sindicalismo da CUT. Inicialmente, a FS congregava inúmeros “sindicatos de carimbos”; sindicatos com menos de 500 associados, representantes de setores com pouca capacidade de pressão. Embora nem todos os dirigentes da Força Sindical tivessem clareza do significado da política neoliberal, sua dependência do Estado, imobilismo, sindicalismo de resultado, peleguismo e combate às práticas cutistas, serão poderosas estratégias para a implementação das políticas do Governo Collor.

Resgatando demandas progressistas e defendendo o socialismo como uma de suas principais bandeiras, surge em março de 2004 a CONLUTAS, formada de correntes que, até então, integravam a CUT, a exemplo do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre as quais o Movimento de Esquerda Socialista (MÊS), o Movimento de Ação Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). A Conlutas, que agora passou a se chamar CSP-Conlutas, faz parte de um contexto de reconfiguração do sindicalismo brasileiro. Em um plano geral, está a ascensão de Lula à Presidência da República, o que resultou no apoio das principais lideranças cutistas a bandeiras que até então iam de encontro às ideias defendidas pela Central Única dos Trabalhadores.

Ainda foi nossa preocupação neste capítulo discutir algumas questões que devem ser enfrentadas pelo sindicalismo. As determinações materiais colocadas pela reestruturação do capital desafiam o sindicalismo a ser capaz de ter uma criticidade à imposição hegemônica do capital, pois, do contrário, corre-se o risco de suas lideranças serem cooptadas pela hegemonia neoliberal. Tomando Boito Jr. (1999) como referência, lembramos que um grande desafio é conseguir sair das armadilhas da proposta de um sindicalismo propositivo, haja vista que tal postura legitima as reformas neoliberais. Diante disso, o movimento sindical precisa assumir uma radicalidade.

Por fim, referendamos os desafios do movimento sindical apontados por Antunes (2000, p.76-8), entre eles: rompimento com as grandes barreiras que

separam trabalhadores estáveis e precarizados; necessidade de evitar que o sindicato-casa, sindicato-empresa, desenvolvido a partir do toyotismo, predomine e dificulte ainda mais a organização do movimento dos trabalhadores; contraposição ao modelo sindical verticalizado, com uma estrutura horizontalizadas, que não atenda apenas trabalhadores estáveis; rompimento com as tendências de burocratização e institucionalização, que efetivam cada vez mais a separação entre base e direção; finalmente, a necessidade de os sindicatos reassumirem a radicalidade, propor um projeto mais ambicioso de superação do sistema capitalista; ou seja, uma sociedade para além do capital.

Finalmente no capítulo 4 procedemos à análise do Curso de Formação da APP, contrastando o objetivo destacado no curso de renovar os dirigentes sindicais com os resultados dos últimos quatro pleitos dessa instituição. Demos bastante destaque ao conteúdo dos cadernos, em particular para os problemas que se seguem.

Como principal problema, pode-se dizer que os textos de formação, que são tomados de vários autores, são fragmentados e descontextualizados,, apresentam tendências teóricas conflitantes entre si, além de seguirem a estrutura temática dos livros de história acadêmicos. Embora a proposta de formação almeje à formação de um pensamento crítico, a escolha dos textos e a orientação geral são fragmentárias e desarticuladas, de modo que não cumpre os objetivos.

Uma questão levantada por Araújo (2013) da qual compartilhamos refere-se ao uso de termos que, além da falta de rigor teórico, são francamente apelativos, subjetivos, o que não está adequado com um material de formação voltado para a formação de educadores. Sobressai como um grave problema dos cadernos a linguagem adotada, os referenciais teóricos utilizados e os termos capazes de estabelecer tais relações. Ainda retomando pontos da análise aqui empreendida, cabe reafirmar que não houve renovação nos quadros de comando da APP. Isso ficou provado por meio de tabelas que demonstram não haver mudança na direção, mas deslocamentos dos mesmos quadros de sindicalistas para outros postos. A maioria dos dirigentes pertence a tendências internas da CUT e do PT. O quadro de dirigentes da APP continua sendo formado pela relação de forças estabelecida entre essas correntes.

Neste momento, parece-nos necessário retomar alguns pontos a fim de elucidá-los com mais precisão e, assim, expormos a tese que estamos defendendo nesta pesquisa.

A primeira questão que deve ser retomada se refere à chegada do Partido dos Trabalhadores na presidência da República. Nesse novo contexto, podemos falar que setores majoritários da CUT foram cooptados pelo novo governo; também, da dificuldade que tantas vezes essa central demonstrou em não fazer críticas a medidas tomadas pelo governo que várias vezes iam de encontro tanto às principais bandeiras do PT quanto da CUT.

O novo cenário evidenciou a necessidade de se pensar novas estratégias para que o sindicalismo de esquerda não prejudicasse o governo e, assim, acabasse fortalecendo a forte oposição a ele, representada por poderosos setores da sociedade, por exemplo, o capital financeiro e os poderosos grupos privados da área das comunicações (jornalismo, telejornalismo e portais da internet).

É nesse quadro que a APP-Sindicato firma parceria com a CNTE e UFPR e passa a oferecer o curso de Formação Político-Sindical justificado pela necessidade de ampliar a consciência de seus filiados para que possam compreender melhor as complexidades da sociedade contemporânea e assumir um papel social e político com vistas à construção de uma sociedade realmente socialista. Nesse sentido, é importante lembrar que um projeto societário emancipatório implica a qualificação das ações dos movimentos sociais e sindicais.

Nossa pesquisa, contudo, não enfocou o curso de formação da APP no que ele se propõe a oferecer de qualificação aos participantes para a ação no chão da escola, mas sim em um dos objetivos centrais do curso: a necessidade de se renovar o quadro de dirigentes sindicais diante do contexto atual, assinalado pelo grande êxodo de lideranças para postos do Executivo e do Legislativo.

Trata-se de um objetivo louvável, haja vista a necessidade de qualificação, mas também de renovação dos dirigentes de qualquer tipo de organização que se proponha a defender os trabalhadores. Do contrário, como foi possível compreender em Gramsci, o burocratismo e o centralismo farão com que essas organizações se afastem da classe que deveriam defender.

Nossa pesquisa evidenciou que a renovação pretendida pelos cursos ainda não está se efetivando. Um motivo se deve ao ecletismo do material usado. Embora esse material traga ótimos subsídios para a formação dos filiados da APP, ele acaba

por não se concentrar no enfoque de formação de novos dirigentes. Nossa tese foi a de que predomina na formação dos quadros de direção da APP-Sindicato a correlação de forças existente entre as tendências e grupos políticos que acaba por impedir que o objetivo de formar novos quadros de dirigentes se concretize via cursos de formação.

Na estratégia do capital, a destruição, desmobilização, cooptação ou mesmo desmoralização dos diversos movimentos sociais com posturas anticapitalistas, assumem algumas das principais prioridades. A resistência histórica às políticas neoliberais vem, contudo, desses mesmos movimentos. Por isso, combatê-los torna-se estratégico – e isso se dá de várias maneiras: com a precarização do trabalho, com o apoio e investimento em movimentos sociais e sindicais não combativos, com uma agressão abertamente desmascarada da imprensa burguesa aos movimentos anticapitalistas e mesmo com a repressão policial.

Dentro dos movimentos sociais, o sindicalismo, especificamente, encontra-se mergulhado em uma crise que muitas vezes leva à perda de conquistas históricas dos trabalhadores. A incapacidade do sindicalismo de atingir os trabalhadores precarizados, combater o corporativismo e o neocorporativismo, organizar um sindicato mais horizontalizado, escapar da ilusão propositiva, bem como as determinações política-econômicas, são os motivos mais relevantes dessa crise.

A Central Única dos Trabalhadores, surgida nos anos de 1980 com a bandeira de um sindicalismo de oposição, como uma plataforma anticapitalista e antiimperialista, chega os anos de 1990 com uma nova postura, defendendo um sindicalismo propositivo, com o abandono radical de sua plataforma inicial. Essa mudança é realizada internamente, principalmente pela Articulação Sindical, tendência majoritária da CUT, que tem seus principais núcleos nos sindicatos de maiores expressões controlados pela Central: metalúrgicos do ABC Paulista e Bancários de São Paulo. Muitas tendências de oposição à Articulação Nacional, que é o caso da CSD, fecham acordos, em trocas de cargos na CUT Nacional, que só fortalecem as bases da Articulação. Dessa forma, pode-se dizer que a CUT está cometendo um grande erro histórico ao abandonar a postura de um sindicalismo de oposição e aderir a um sindicalismo propositivo. Com receio de perder espaços para a Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores abandona princípios históricos, fortalecendo, com isso, a reestruturação do capital.

Aprender com os erros é condição necessária para a continuidade das lutas. A construção de um sindicalismo mais horizontalizado, mais orgânico e mais democrático tem que ser um caminho inexorável para que a crítica teórico-prática da APP-Sindicato venha fortalecer a construção de uma Escola Pública que queremos. Sua consolidação se dará com a superação desse projeto societário e a construção do socialismo.

Sem pretensão de concluir, podemos afirmar que não se deve ficar esperando a derrota do neoliberalismo. É preciso urgentemente a construção de uma hegemonia da classe-que-vive-do-trabalho. O sindicato ganha um papel relevante nesse processo— não deve reproduzir as práticas de exploração e exclusão, como historicamente tem feito. É preciso ser locus privilegiado da construção de um outro projeto societário, para superar, de vez, esta sociedade produtora de mercadorias.

REFERÊNCIAS

Livros

ALVES, M. F. **A reconstrução da identidade nacional na Era Vargas**: práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do grupo escolar José Rangel/Juiz de Fora/Minas Gerais (1930-1945), 2010, 139 p. Tese (Doutorado em Educação), UFRJ, Rio de Janeiro.

ALVES, G. **Limites do sindicalismo** - Marx, Engels e a crítica da economia política. -- Bauru: Projeto Editorial Praxis. 2003.

AMADO, J. **Os subterrâneos da liberdade**: os ásperos tempos. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1954.

_____. **Os subterrâneos da liberdade**: agonia da noite. Tomo II. São Paulo: Livraria Martins, 1954.

_____. **Os subterrâneos da liberdade**: a luz no túnel. Tomo III. São Paulo: Livraria Martins, 1954.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R.; SILVA, A. M. (org.) **O Averso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

APP-SINDICATO. Associação dos Professores do Paraná. **Programa de Formação Político Sindical e Educacional**: as concepções teóricas, ideológicas e pedagógicas da sociedade e da escola e seus impactos na gestão do Estado. Caderno 1. Curitiba: Gráfica World Laser, 2011.

_____. **Estatuto da App-Sindicato**. Curitiba: Ed. APP-Sindicato, 2001.

AQUINO, R. S. J. de. et al. **Sociedade Brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Vol. I-II. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARAÚJO, A. M. C. **A construção do Consentimento**: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. Edições Sociais: São Paulo, 1998.

ARBIA, A. A. **A CUT (1983-1988) como mediação particular na construção da consciência de classe. Praia Vermelha** – Estudo de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro, v.23, julho/dezembro 2013, p.465-489.

ARISTÓTELES. **Coleção os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BADALONI, N. **Gramsci e a América Latina**. Tradução por: N. Coutinho; M. Aurélio NOGUEIRA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BENEVIDES, M. V. M. **A Cidadania Ativa: referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 5. ed. v. I-II. Brasília DF: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BOITO Jr. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOITO Jr., Armando. **Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 12, 2001, p. 77-104

BORON, A. A. **Filosofia política marxista**. Tradução por: S. Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003.

CARONE, E. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984a.

_____. **Movimento Operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1984b.

_____. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984c.

CHAIA, M. W. **Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE (1955 – 1990)**. Ibitinga: Humanidade, 1992.

CHEVALLIER, J. J. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Trad. Lydia Christina. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas – neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: bertand Brasil, 2002.

CNTE. **Programa de Formação: um novo conceito de atuação sindical**. Brasília: Secretaria de Formação da CNTE, 2007.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaço Público no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DE DECCA, E. S. **1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DIAS, E. F. **Democracia operária**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

_____. (org.) **O outro Gramsci**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

_____. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

DIAS, E. F. **Educação, Luta de Classes e Revolução. Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, vol.3, n.43-49, fev. 2001, p.43-48

DORNELLES, Roberto Anderson. **A atualidade de Lenin em tempo de crise do sistema do capital. Praia Vermelha – Estudo de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro, v.23, julho/dezembro 2013, p.583-607.

_____. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **A revolução de 1930: Historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. (Org.): José Paulo Netto. **Política. Coleção Grandes Cientistas Sociais**, 17. São Paulo: Ática, 1981.

_____, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Editorial Vitória: Rio de Janeiro, 1976.

FERNANDES, D. A. **Em Defesa da Escola Pública**: a APP-Sindicato frente às Políticas Públicas Educacionais do Estado do Paraná (1995-2002). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação- Mestrado e Doutorado da UTP. Curitiba, 2004.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **Marx, Engels, Lenin**: história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIANNOTTI, V.; LOPES, N, SEBASTIÃO. **A CUT Ontem e Hoje**. SP: Vozes, 1991.

GIANNOTTI, V. **Força Sindical, a Central Neoliberal: De Medeiros a Paulinho**. RJ: Mauad, 2002.

GALVAO, A. **A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula**. Revista Outubro, n. 18, 2009, p. 177-200.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades** In: Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995^a, p. 57-63.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
_____. **Teoria dos movimentos sociais**. Campinas: Autores Associados, 1993.

GORENDER, J. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

_____. **Sobre Democracia Operaria e outros textos**. Biblioteca Ulmeiro n.4. Lisboa/Portugal: Ulmeiro. 1976.

_____. **Cadernos do cárcere**. vol. I, II e III. Tradução por: C. Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere**. IV, V e VI. Tradução por: C. Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Concepção Dialética da História**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Escritos políticos**, V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004.

_____. **Escritos Políticos**. V.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HOBBSBAWN, E. J. **A era dos impérios**. Tradução por: S. Maria Campos e Y. Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução por: M. Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do Trabalho**. Tradução por: W. Barcellos e S. Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **A sociedade global**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LENIN, V. **Sobre Sindicatos - História e Política**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LOMBARDI, J. C. **Educação e Ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

LUXEMBURG, R. **Greve de massas, partidos e sindicatos**. São Paulo: Ed. Sociais, 1976.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e transformismo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

_____. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de: José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Sindicalismo**. São Paulo: CHED, 1980.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Obras escolhidas**. V. III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução por: A. Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

_____. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Ed. Sociais, 1979.

_____. **As Lutas Sociais na França: 1848 – 1849**. São Paulo: Ed. Sociais, 1979.

MEJIA, M. R. **Transformação Social: Educação Popular e Movimentos Sociais no fim do século**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica do padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NEVES, L. M. W. (org.). **Educação e Política no limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

NOGUEIRA, A. et al. **CONTRIBUIÇÕES DA INTERDISCIPLINARIDADE**: para a ciência, para educação, para o trabalho sindical. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, F. **Collor – a falsificação da Ira**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PAOLI, M. C. **Movimentos Sociais no Brasil em busca de um Estatuto Político**.

Apud. HELLMANN, M. **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**. São Paulo: Marco, 1995.

PEDROSA, M. **Sindicato ou partido?** MARQUES NETO, José Castilho. **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p.177-179.

PINHEIRO, P. S. de M. S. **Políticas e trabalho no Brasil**: dos anos vinte a 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. Volume I: 378p. Volume II: 319p.

RODRIGUES, L. M. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROIO, M. D. **A educação como forma de reprodução da hegemonia e seu avesso**. In: SCHLESENER, Anita Helena (org.). **Filosofia, política e educação: leitura de Antonio Gramsci**. Curitiba: UTP, 2014, p.121-135.

SADER, E; GENTILI, P. (org.). **PósNeoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, B. S. **Seminário: Estado, Cidadania e Globalização**. Coimbra: FEUC, 1998.

SAVIANI, D **Gramsci e a educação no Brasil**. In: LOMBARDI, José Claudinei;

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. (Org.). **Gramsci no limiar do século XXI**. 1ed.Campinas: Navegando Publicações/Librum Editora, 2013, v. 1, p. 61-80. Acesso em 2 de dezembro de 2015.

SAVIANI, D. **Gramsci e a educação no Brasil**: para uma teoria gramsciana da educação e da escola. In: Anita Helena Schlesener. (Org.). **Filosofia, política e educação: leituras de Antonio Gramsci**. 1ed.Curitiba: UTP, 2014, v. 1, p. 137-164.

SCHLESENER, A. H. **Antonio Gramsci: Filosofia, História e Política**. In: MARÇAL, Jairo. **Antologia de textos filosóficos** (org.). Curitiba: SEED – Pr., 2009, p. 259-297.

_____. **Sínteses das ideias de Gramsci.** Slides usados no curso Política e Educação em Gramsci (Seminários Avançados). Curitiba, UTP, 2011.

_____. **A Escola de Leonardo: Política e Educação nos escritos de Gramsci.** Brasília: Liber livro, 2009.

_____. **Hegemonia e Cultura: Gramsci.** 3ª edição. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

_____. **Hegemonia e cultura: a dimensão política da educação e a formação escolar em Antonio Gramsci.** Revista Novos Rumos, v. 50, p. 1-11, 2013.

_____. **Antonio Gramsci e a política italiana: pensamento, polêmicas, interpretação.** 1. ed. Curitiba: utp, 2005.

_____. **Revolução e cultura em Gramsci.** 1a.. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

_____. **Hegemonia e Educação: os princípios gnosiológicos do pensamento e da ação.** In: SCHLESENER, Anita Helena (org.). Filosofia, política e educação: leitura de Antonio Gramsci. Curitiba: UTP, 2014, p. 51-69.

SECCO, L. **Gramsci e a revolução.** São Paulo: Editora Alameda, 2006.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, I. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social.** 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, F. S. da ; SANT'ANA, R. S.; NAVARRO, V. L.. (Org.). **Trabalho, Saúde e Serviço Social.** 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2010, p. 349-359.

SOARES, J. de L. **As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula.** Rev. Soc. estado. vol.28 n.3 Brasília Sept./Dec. 2013.

SÓFOCLES, É. R. **Espanha:** RBA Editores, 2007.

SOUZA, E. de. **O Lugar da Teoria Social na Elaboração da Teologia da Libertação.** In: OLIVEIRA, Kathlen Luana de et al. (Orgs.). Religião, Política, Poder e Cultura na América Latina. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012.

SOUZA, H. J. de. **Como se faz análise de conjuntura.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

SOUZA, J. dos S. **TRABALHO E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA TRAJETÓRIA DA CUT EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO.** Revista HISTEDBR On-line. 2009

TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

TEIXEIRA, R. D. **As mudanças ocorridas na CUT e o peso da estrutura sindical brasileira: um breve balanço**. São Paulo: Fundação Lauro Campos: 2009

TRANGTENBERG, M. **Sobre a Educação, Política e Sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

UTSCH, J. A. S. **O Brasil e os Brasileiros**. Curitiba: Chain Editora, 2003.

VALLE, E. **A Renovação Carismática Católica. Algumas observações**. Estud. av. vol.18 no.52 São Paulo Sept./Dec. 2004

WARREN, I. S. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

Sites Consultados.

Apoiado por Lula, o ex-ministro Luiz Marinho (PT) é o novo prefeito de São Bernardo. Disponível em :

<<http://eleicoes.uol.com.br/2008/ultnot/2008/10/26/ult6008u427.jhtm>> Acessado em: 28 de setembro de 2015

APP-SINDICATO. Associação dos Professores do Paraná. Disponível em: <http://www.app-sindicato.br> . Acessado em: 15 de março de 2015.

APP-SINDICATO. Breve histórico da APP-Sindicato. Disponível em: <http://www.app.com.br/historico.htm> Acessado em: 20 de julho de 2015.

APP-SINDICATO. Associação dos trabalhadores em educação pública do Paraná. **Programa de Formação Político-Sindical e Educacional destinado aos filiados da APP-Sindicato**. Disponível em: <http://www.appsindicato.org.br/>. Acessado em: 23 de junho, 2015.

ARTICULAÇÃO SINDICAL. **História da ArtSind**. [2016] Disponível em: <http://articulacaosindical.com.br/nossa-historia/historia-da-artsind/>. Acessado em 2 de fevereiro de 2016.

BERNARDO, J. **Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?** Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p.123-139. Disponível em <http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2016

BITTENCOURT, V. **Mais de 20 metalúrgicos vencem eleições em todo o país**. Disponível em : http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=11329&id_SUB=89. Acessado em :20de setembro de 2015.

BRASIL. **DECRETO Nº 19.770, DE 19 DE MARÇO DE 1931**. Acessado em: 10 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm. Acessado em 18 de março de 2015.

BOFF. L. Boff propõe 'teologia integral' Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/24/brasil/32.html> Acessado em: 13 de outubro de 2015.

CSD. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.csd.org.br/csd/sobre/quemsomos>. Acessado em: 8 de janeiro de 2016

CSP- **Conlutas - Central Sindical e Popular. História**. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/>. Acessado em: 20 de julho de 2015.

DE DECCA, E. S.. **Memória história e crise do comunismo**. Cadernos AEL, n. 2, p.36-47, 1992. Disponível em: http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/132/139. Acessado em: 10 de dezembro. 2014

DEMOCRACIA SOCIALISTA. **Quem somos**. [2016] Disponível em: <http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/sobre/quemsomos>. Acessado em: 2 de fevereiro de 2016.

DORE, R. **Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em gramsci?** Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set.-dez., 2014. ISSN 2177-8892 750. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

DORIANE, O. **Trotsky e os sindicatos**. [2010] Disponível em: <http://www.quatrieme-internationale.org/spip.php?article217>. Acessado em: 9 de janeiro de 2014.

_____. **TROTSKY e os sindicatos**. Disponível em: <http://quatrieme-internationale.org/spip.php?article217>. Acessado em: 04 de junho de 2015.

FAUSTO, B. **Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920-1945): um balanço**. Novos Estudos, n. 20, março de 1988, p.6-37. Disponível em: http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/54/20080623_estado_trabalhadores_burguesia.pdf. Acessado em: 2 de dezembro de 2014.

FERNANDES, R. F. **Antonio Gramsci e o centralismo democrático nos Cadernos do Cárcere**. Disponível em <http://blogconvergencia.org/?p=4617>. Acessado em: 13 de setembro de 2015

FREI BETTO. **Temos de ampliar o horizonte**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/24/brasil/31.html> Acessado em: 13 de setembro de 2016.

GALASTRI, L. de O. **Reforma intelectual e moral: o aporte soreliano**. Disponível em:

http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao4/Leandro_Galastri.pdf. Acessado em: 7 de janeiro de 2015.

GALVÃO, A. **A burocratização das direções e autonomia política dos sindicatos**. Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Andreia%20galvao%2010261.pdf>. Acessado em: 1 de julho de 2015.

HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S.. **Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controles**. Coleção Remate de Males, n.5, 1985, p.95-119. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/2932>>. Acesso em: 10 dez. 2014

KOTSHO, R. **30 anos: CUT e movimento sindical precisam renovar suas lideranças**. [26/08/2013]. São Paulo: <http://www.cut.org.br/noticias/30-anos-cut-e-movimento-sindical-precisam-renovar-suas-liderancas-e221/>. Entrevista concedida a Luiz Carvalho. Acessado em 06 de abril de 2014.

KOPPE, A. Introdução. In: TROTSKY, L. Questões do modo de vida. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1923/vida/>>. Acesso em: 23\06\2015.

LAUDARES, J. B.; QUARESMA, A. G. **A formação integral do trabalhador como ponto de partida para sua qualificação profissional** – a experiência do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos-CNM/CUT. [2003] Disponível em: 26reuniao.anped.org.br/trabalhos/adilenegoncalvesquaresma.rtf. Acessado em: 8 de junho de 2015.

LIMA, R. R. A. de. **Gramsci e a democracia operária**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308185858_ARQUIVO_GramscieaDemocraciadosConselhosdeFabrica-RicardoRALima-Anpuh2011.pdf. Acessado em: 14 de abril de 2015.

LIMA, M. R. **Gramsci e a escola unitária: a atualidade do trabalho como princípio educativo em tempos de reestruturação produtiva do capital**. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/.../artigo_simposio_8_507. <http://docplayer.com.br/7278678-Gramsci-e-a-escola-unitaria-a-atualidade-do-trabalho-como-principio-educativo-em-tempos-de-reestruturacao-produtiva-do-capital.html>. Acessado em: 10 de dezembro de 2015

LOUREIRO, Isabel. **Os conselhos na revolução alemã 1918/19**. [2005] Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo13097_merged.pdf. Acessado em: 4 de maio de 2015.

LÖWY, Michael. Leon Trotsky, **Profeta da Revolução de Outubro**. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_05.pdf>. Acesso em: 10/05/2015.

MILITÂNCIA SOCIALISTA. **Manifesto de Fundação da Militância Socialista**. [2015] Disponível em: <http://www.militanciasocialista.org/documentos-2/manifesto-de-fundacao-da-ms/>. Acessado em: 6 de fevereiro de 2016.

MORAES, D. de. **Antonio Gramsci e o jornalismo**. [2014]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/-Antonio-Gramsci-e-o-jornalismo%0A/12/31665>. Acessado em: 30 de janeiro de 2016.

_____. **Partido e expressão da vontade coletiva**. <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv80.htm>. 2000. Acessado em: 13 de setembro de 2015.

O TRABALHO. **Quem somos**. [2015] Disponível em: <<http://otrabalho.org.br/quem-somos/>> Acessado em 3 de fevereiro de 2016.

PAOLI, M. C. **Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno**. Estud. av. vol.3 n.7, São Paulo Set./Dez. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 dez. 2014.

QUARESMA, A. G. **A formação integral do trabalhador como ponto de partida para sua qualificação profissional** - a experiência do programa integrar da confederação nacional dos metalúrgicos - cnm/cut. in: 26ª reunião anual da Anped, 2003, poços de caldas - mg. 26ª reunião anual da anped - anais 2003 / novo governo novas políticas? o papel político da anped na produção de políticas educacionais - 5 a 8/10 - poços de caldas, 2003. Acessado em 2 de janeiro de 2016.

RICCI, R. **As origens das tendências no PT**. [2015] Disponível em: <http://www.rudaricci.com.br/origens-das-tendencias-pt/>. Acessado em: 9 de janeiro de 2016.

ROIO, Marco del. **Gramsci e a educação do educador**. Cad. CEDES vol.26 no.70 Campinas Sept./Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622006000300003&script=sci_arttext&tlng=en. Acessado em: 14 de março de 2014.

_____. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. Rev. Sociol. Polit. no.29 Curitiba Nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200006. Acessado em: 5 de dezembro de 2015.

_____. **Gramsci e Lênin**. [2012]. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6130_Del%20Roio_Marcos.pdf. Acessado em: 10 de fevereiro de 2015.

ROLLI, C. **Com terceirização na pauta, CUT e Força Sindical se enfrentam.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1623494-com-terceirizacao-na-pauta-cut-e-forca-sindical-se-enfrentam.shtml>. Acessado em: 13 de abril de 2006.

SANTOS, R. F. dos. **O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à Globalização.** Licere, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012, p.1-10. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV15N03_fpd.pdf. Acessado em: 20 novembro. 2014.

SCHLESENER, A. H. **Gestão democrática da educação: observações a partir de uma abordagem gramsciana.** In: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/.../docs/CI-231-TC.pdf. Acessado em: 23 de janeiro de 2016.

_____. **A teoria política de Antonio Gramsci e a formação dos trabalhadores: uma leitura a partir dos Cadernos do Cárcere.** In: II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Políticas Educativas., 2014, Curitiba. II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Políticas Educativas., 2014. v. 1. p. 1-21. In: Disponível em www.jornadasrelepe.com.br/down.php?id=654&q=1. Acessado em 20 de novembro de 2014.

SCHLESENER, A. H.; FERREIRA, N. S. C. **A formação da consciência crítica e a gestão democrática da educação.** Contexto & Educação, v. 1, p. 155-172, 2006. In: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/.../1115>. Acessado em: 23 de janeiro de 2016

TAFFAREL, C. Z.; S., C. de L. **Modo de produção e educação: questões do modo de vida: uma contribuição de Leon Trotsky.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v1, n1, p. 4-13, jun. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/lan06/Downloads/9830-27320-1-PB.pdf>. Acesso em: 14/07/2015.

TROTSKI, L. **A questão da unidade sindical.** [2007] Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/03/25.htm>. Acessado em: 12 de maio de 2015.

_____. **O Programa de Transição.** [2015] Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/>. Acessado em: 13 de maio de 2015.

_____. **Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista.** [2015] Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>. Acessado em: 10 de maio de 2015.

TOLEDO, E. **Do sindicalismo revolucionário ao sindicalismo controlado pelo Estado: sindicatos e sindicalistas na cidade de São Paulo entre o fim da Primeira República e os primeiros anos da Era Vargas.** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de

História - Fortaleza, 2009, p.1-7.. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0935.pdf>>. Acessado em: 25 nov. 2014.

TRÓPIA, P.V.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. **A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000**: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. Opin. Publica vol.19 no.1 Campinas June 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762013000100005&script=sci_arttext. Acessado em: junho de 2015.

UNIDADE CLASSISTA. Disponível em: <http://csunidadeclassista.blogspot.com.br/p/quem-somos.html> Acessado em: 2 de fevereiro de 2016.

VILLAVERDE, J. **Aos 30 anos**, CUT vive dilema sobre ligação com o governo. Disponível em <http://www.cspconlutas.org.br/2013/08/aos-30-anos-cut-vive-dilema-sobre-ligacao-com-o-governo/#sthash.fLVM6hDE.dpuf>. Acessado em 02 de fevereiro de 2016
www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=662). Acessado: 21 de dezembro de 2015.

III Concut - c4.4 | Arquivo Histórico Sindbancários – AHSBPOA.
<http://www.adb.inf.br/arc02/?p=digitallibrary/digitalcontent&id=66#.Vwmes3p2Flw>.
Acessado em: 22 fevereiro de 2016.

V CONCUR. Disponível em: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=776.
Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

6. ANEXOS

TABELA 1. COMPOSIÇÃO DAS DIRETORIAS GERAIS DA APP-SINDICATO NOS MANDATOS DE 2005/2008, 2008/2011, 2001/2014 E 2014/2017

		2005/2008	2008/2011	2011/2014	2014/2017
PRESIDÊNCIA	NOME	José Rodrigues Lemos	Marlei Fernandes de Carvalho	Marlei Fernandes de Carvalho	Hermes Leão Silva
	NÚCLEO	Curitiba Norte	Maringá	Maringá	Apucarana
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
SECRETARIA GERAL	NOME	Idemar Wanderlei Beki	Isabel Cristina Zollner	Silvana Prestes de Araujo	Vanda do Pilar S. B. Santana
	NÚCLEO	União da Vitória	Metropolitana Sul	Curitiba Sul	Paranaguá
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	CSD	Independente/Paixão	Articulação
SECRETARIA DE FINANÇAS	NOME	Saionara Cristina Bocalon	José Rodrigues Lemos	Miguel Angel Alvarenga Baez	Marlei Fernandes de Carvalho
	NÚCLEO	Francisco Beltrão	Curitiba Norte	Curitiba Norte	Maringá
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO	NOME	Élide Bueno	Clotilde Santos Vasconcelos	Clotilde Santos Vasconcelos	Mariah Seni Vasconcelos Silva
	NÚCLEO	Metropolitana Sul	Curitiba Sul	Curitiba Sul	Maringá
	GRUPO POLÍTICO	CSD	Independente/Paixão	Independente/Paixão	CSD
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO	NOME	Marlei Fernandes de Carvalho	José Ricardo Corrêa	Hermes Silva Leão	Tereza de Fátima dos S. R. Lemos
	NÚCLEO	Maringá	Mandaguari	Apucarana	Curitiba Norte
	GRUPO POLÍTICO	CSD	Independente/Paixão	CSD	CSD
SECRETARIA DE APOSENTADOS	NOME	Sabrina da Silva Turbay	Tomiko Kiyoko Falleiros	Tomiko Kiyoku Falleiros	Valci Maria Mattos
	NÚCLEO	Curitiba Norte	Apucarana	Apucarana	Francisco Beltrão
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	CSD	CSD	CSD
SECRETARIA DE ASSUNTOS MUNICIPAIS	NOME	Edilson Aparecido de Paula	Edilson Aparecido de Paula	Edilson Aparecido de Paula	Celso José dos Santos
	NÚCLEO	Mandaguari	Mandaguari	Madaguari	Paranavaí
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Articulação
SECRETARIA EDUCACIONAL	NOME	Janeslei Ap ^a Albuquerque	Janeslei Ap ^a Albuquerque	Walkíria Olegário Mazeto	Walkíria Olegário Mazeto
	NÚCLEO	Curitiba Norte	Curitiba Norte	Campo Mourão	Campo Mourão
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD

SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA SINDICAL	NOME	Maria Madalena Ames	Maria Madalena Ames	Janeslei Apª Albuquerque	Janeslei Apª Albuquerque
	NÚCLEO	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	Curitiba Norte	Curitiba Norte
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	NOME	Luiz Carlos Paixão da Rocha	Luiz Carlos Paixão da Rocha	Luiz Carlos Paixão da Rocha	Luiz Fernando Rodrigues
	NÚCLEO	Londrina	Londrina	Londrina	Campo Mourão
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	CSD
SECRETARIA DE SINDICALIZADOS	NOME	José Ueldes Camilo	Mariah Seni V. Silva	Mariah Seni V. Silva	Rose Mari Gomes
	NÚCLEO	Curitiba Norte	Maringá	Maringá	Guarapuava
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	Articulação
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	NOME	Sérgio Marson	Áurea de Brito Santana	Mario Sérgio F. de Souza	Mário Sérgio F. de Souza
	NÚCLEO	Umuarama	Umuarama	Curitiba Sul	Curitiba Sul
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Articulação Sindical	Articulação Sindical
SECRETARIA DE POLÍTICA SINDICAL	NOME	Miguel Angel Alvarenga Baez	Miguel Angel Alvarenga Baez	Isabel Catarina Zöllner	Arnaldo Vicente
	NÚCLEO	Curitiba Norte	Curitiba Norte	Metropolitana Sul	Londrina
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS	NOME	Silvana Prestes Rodacoswiski	Silvana Prestes de Araujo	Luiz Felipe Nunes de Alves	Alfeo Luiz Capellari
	NÚCLEO	Curitiba Sul	Curitiba Sul	Curitiba Norte	Curitiba Sul
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Trabalho
SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS	NOME	José Valdivino de Moraes	José Valdivino Moraes	José Valdivino de Moraes	Nádia Apª Brixner Mendes
	NÚCLEO	Ivaiporã	Ivaiporã	Ivaiporã	União da Vitória
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	CSD
SECRETARIA DE GÊNERO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIREITOS LGBT	NOME	-	Lirani Maria Franco da Cruz	Elizamara Goulart Araujo	Elizamara Goulart Araujo
	NÚCLEO	-	Metropolitana Sul	Londrina	Londrina
	GRUPO POLÍTICO	-	CSD	Articulação Sindical	Articulação Sindical
SECRETARIA DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA	NOME	-	Idemar Vanderlei Beki	Idemar Vanderlei Beki	Ralph Charles Wendpap
	NÚCLEO	-	União da Vitória	União da Vitória	Curitiba Sul
	GRUPO POLÍTICO	-	Independente/Paixão	Independente/Paixão	PMDB

TABELA 2. COMPOSIÇÃO DAS PRESIDÊNCIAS DE NÚCLEOS DA APP-SINDICATO NOS MANDATOS DE 2005/2008, 2008/2011, 2001/2014 E 2014/2017

		2005/2008	2008/2011	2011/2014	2014/2017
NÚCLEO SINDICAL DE APUCARANA	PRESIDÊNCIA	Tomiko Kyioku Falleiros	Arildo Ferreira de Castro	Arildo Ferreira de Castro	Arildo Ferreira de Castro
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE ARAPONGAS	PRESIDÊNCIA	Davina Bozina Armando	Kátia Regina M. N. Vidal	Manoel dos Santos Vidal	Manoel dos Santos Vidal
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND	PRESIDÊNCIA	Ana L. Santolini da Silva	Ana L. Santolini da Silva	Marly Marcusso de Brito	Giselle Simone dos S. Lopes
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE CAMBARÁ	PRESIDÊNCIA	Silvana Maria Lino	Silvana Maria Lino	Paulo Fonseca	Paulo Fonseca
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE CAMPO MOURÃO	PRESIDÊNCIA	Vilma Tª de Souza Pinto	Walkíria Olegário Mazeto	Vilma Tª de Souza Pinto	Ironei de Oliveira
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE CASCAVEL	PRESIDÊNCIA	Valci Maria Mattos	Valci Maria Mattos	Paulino P. da Luz	Paulino P. da Luz
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE CIANORTE	PRESIDÊNCIA	Marcelo de A. Bortolotto	Aderizon Amorim	Aderizon Amorin	Aderizon Amorin
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO	PRESIDÊNCIA	Maria Marlice M. Risso	Sidineiva Gonçalves de Lima	Sidineia Gonçalves de Lima	Sônia Jorgina Medeiros
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE CURITIBA NORTE	PRESIDÊNCIA	Luiz Felipe Nunes de Alves	Tereza de Fª dos S. R. Lemos	Tereza de Fª dos S. R. Lemos	Boanerges Z. Elias Neto
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	CSD	CSD	MS
NÚCLEO SINDICAL DE CURITIBA SUL	PRESIDÊNCIA	Veroni Salete Del'Re	Antônio A. Natel Gaspareto	Veroni Salete Del'Re	Veroni Salete Del'Re
	GRUPO POLÍTICO	Articulação Sindical	Articulação Sindical	Articulação Sindical	Articulação Sindical
NÚCLEO SINDICAL CURITIBA METROPOLITANA NORTE	PRESIDÊNCIA	Vilma Santos Costa	Vilma Santos Costa	Adão Aparecido Xavier	Ana Lúcia Zambão Gutier
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL CURITIBA METROPOLITANA SUL	PRESIDÊNCIA	Isabel Catarina Zöllner	Dirceu Ferreira	Dirceu Ferreira	Dirceu Ferreira
	GRUPO POLÍTICO	CSD	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS

NÚCLEO SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU	PRESIDÊNCIA	Tanea Mª Costa de Jesus	Tanea Mª Costa de Jesus	Silvio Borges da Silva Júnior	Fabiano P. Severino
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Classista	Independente/Classista	Independente/Classista	Independente/Classista
NÚCLEO SINDICAL DE FRANCISCO BELTRÃO	PRESIDÊNCIA	Miguel Forlin	Miguel Forlin	Clecilda Parabocz	Miguel Forlin
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE GUARAPUAVA	PRESIDÊNCIA	Terezinha dos S. Daiprai	Jianete R. Neves de Souza	Jianete R. Neves de Souza	Terezinha dos S. Daiprai
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE IRATI	PRESIDÊNCIA	Tatiana Nanci da Maia	Tatiana Nanci da Maia	Tatiana Nanci da Maia	Manoela Maria Carneiro
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE IVAIPORÃ	PRESIDÊNCIA	Paulo Afonso Ribeiro	Cezário Benedito Pedro	Cezário Benedito Pedro	Cezário Benedito Pedro
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE JACAREZINHO	PRESIDÊNCIA	Ana Lúcia P. Baccon	Ana Lúcia P. Baccon	Nilton Aparecido Stein	Nilton Aparecido Stein
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE LARANJEIRAS DO SUL	PRESIDÊNCIA	Ana Cristina Hammel	Solange Pilati Ribeiro	Sidnei Bortoluzzi	Rosângela de Fª Rodrigues
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE LONDRINA	PRESIDÊNCIA	Nelson Antônio da Silva	Antônio Marcos R. Gonçalves	Sob intervenção Direção Geral	Márcio André Ribeiro
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	CSD	MS
NÚCLEO SINDICAL DE MANDAGUARI	PRESIDÊNCIA	Ricardo J. F. Mendonça	Maria Ignez Teixeira	Maria Ignez Teixeira	Maria Ignez Teixeira
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE MARINGÁ	PRESIDÊNCIA	Augusto Mochi	Claudemir Onofre Feltrin	Vilma Garcia da Silva	Vilma Garcia da Silva
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE PARANAGUÁ	PRESIDÊNCIA	Elza Etelvina Bassfeld	Claiton Luiz Rocha	Claiton Luiz Rocha	Claiton Luiz Rocha
	GRUPO POLÍTICO	CSD	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE PARANAÍ	PRESIDÊNCIA	Celso José dos Santos	José Manoel de Souza	José Manoel de Souza	José Manoel de Souza
	GRUPO POLÍTICO	Articulação Sindical	Articulação Sindical	Articulação Sindical	Articulação Sindical
NÚCLEO SINDICAL DE PATO BRANCO	PRESIDÊNCIA	Márcia kalinke	Augusto J. Schneider Filho	Augusto J. Schneider Filho	Ana Paula Ferreira Dalpra
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	MS
NÚCLEO SINDICAL DE PONTA GROSSA	PRESIDÊNCIA	Vera R. Lopes de Moraes	Vera R. Lopes de Moraes	Vera R. Lopes de Moraes	Vera R. Lopes de Moraes
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD

NÚCLEO SINDICAL DE TOLEDO	PRESIDÊNCIA	João Batista de Souza	João Batista de Souza	Sob intervenção Direção Geral	João Batista R. Lopes
	GRUPO POLÍTICO	CSD	CSD	CSD	CSD
NÚCLEO SINDICAL DE UMUARAMA	PRESIDÊNCIA	Áurea de Brito Santana	Sebastiana Ruiz Garcia	Sérgio Marson	Sebastiana Ruiz Garcia
	GRUPO POLÍTICO	Independente/Paixão	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS
NÚCLEO SINDICAL DE UNIÃO DA VITÓRIA	PRESIDÊNCIA	Célio Valter Mendes	Celio Valter Mendes	Maria Regina Martins Gelchaki	Salete Tonon
	GRUPO POLÍTICO	CSD	Independente/Paixão	Independente/Paixão	MS